

ISSN ELETRÔNICO: 1982-5269
ISSN IMPRESSO (ATÉ 2018): 2236-479X

 DEBATES
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

<https://seer.ufrgs.br/debates>
revistadebates@ufrgs.br

REVISTA DEBATES

ISSN 1982-5229

Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas / Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

(Texto em inglês) Revista editada pelo Núcleo de Pesquisa Sobre a América Latina (NUPESAL) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como objetivo de constituir um espaço de debate e confronto sobre questões contemporâneas no âmbito das Ciências Humanas/Ciência Política, abordadas sob uma multiplicidade de perspectivas.

Ano 17, n1, jan/abr 2023, Porto Alegre, NUPESAL/UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Coordenador: Fabiano Pellin Mielniczuk

Coordenadora-Substituta: Silvana Karuse

NUPESAL

Coordenador: Marcello Baquero

Editor

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Editor Emérito

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Editora Assistente

Jennifer Azambuja de Moraes, UFRGS, Brasil

Comissão Editorial Executiva

Rodrigo Stumpf González, UFRGS

Marcello Baquero, UFRGS, Brasil

Henrique Carlos de Oliveira de Castro, UFRGS

Fabiano Pellin Mielniczuk, UFRGS

Conselho Editorial

Aaron Schneider, University of Denver, Estados Unidos da América

Adriana Chiroleu, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.

Adriano Codato, UFPR, Brasil

Alfredo Ramos Jiménez, Universidad de Los Andes, Venezuela

Arnaud Sales, Université de Montréal, Canadá

Asimina Christoforou, Athens University of Economics and Business, Grécia

Benjamin Goldfrank, Seton Hall University, Estados Unidos da América

Carlos Mello Moyano, IMUR, Uruguai

Eduardo Vizer, Universidad de Buenos Aires

Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil

José Álvaro Moisés, USP, Brasil

Julian Borba, UFSC, Brasil

Luca Andriani, Birkbeck University of London

Manuel Alcántara, Universidad de Salamanca, Espanha

Maria Tereza Sirvent, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Mario Fuks, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Miguel Angel López Varas, Universidad de Chile, Chile

Patrício Valdivieso, Universidad de los Lagos, Chile

Rafael Antônio Duarte Villa, USP, Brasil

Rosana Katia Nazzari, UNIOESTE, Brasil

Vicente Palermo, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Secretaria executiva: Alexsander Dugno Chiodi e Felipe Silva Milanezi

Equipe Técnica: Talissa Barcelos Rosário

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/debates e em suas bases indexadoras.

NUPESAL | PPG Ciência Política | UFRGS

E-mail: revistadebates@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / Triannual publication

© 2023, NUPESAL/UFRGS

revista **DEBATES**
REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA

ISSN 1982-5269 versão eletrônica
Edição quadrimestral, volume 17, nº 1, 2023



Núcleo de Pesquisa sobre América Latina / UFRGS

Versão digital disponível em:

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/debates>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

Indexadores:

Latindex

Sumarios de Revistas Brasileiras

DOAJ - Directory of Open Access Journals

Worldwide Political Science Abstracts

Google Academic

Diadorim

LatinRev

Oasisbr

LA Referencia

RCAAP

DEBATES de NUPESAL | UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/debates.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/debates.

2023, NUPESAL | UFRGS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

DOSSIÊ

A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil

Democracy under pressure: crisis and sequence of autocratization in Brazil

Pedro Fonseca & Andressa Liegi Costa

11

Democracia sob ataque: polarização política e produção de conteúdos hostis no Twitter nas eleições de 2022

Democracy under attack: political polarization and production of hostile content on

Twitter during the 2022 elections

Patrícia Dias dos Santos, Cláudio Luis de Camargo Penteado, Laura Damaceno de

Almeida & Denise Hideko Goya

41

Meritocracy, unfairness, and the directions of anger: explaining support for left and right-wing populism

Meritocracia, injustiça e as direções da raiva: explicando o apoio ao populismo de

esquerda e de direita

Lucas Sudbrack

63

Populismo-autoritário de direita? Antielitismo, pluralismo e voto em eleições presidenciais em democracias americanas

Right-wing authoritarian populism? Anti-elitism, pluralism, and voting in presidential

elections in American democracies

Valéria Cabreira Cabrera & Fabíola Brigante Del Porto

85

O que é o conservadorismo? Do conceito à mensuração

What is conservatism? From concept to measurement

Jéssica da Silva Duarte

110

Pandemia e democracia: disputas de sentido e desinformação sobre a covid-19 a partir do Twitter do ex-presidente Jair Bolsonaro

Pandemic and democracy: disputes of meaning and misinformation about COVID-19

from the Twitter of former president Jair Bolsonaro

Carolina Dantas de Figueiredo & Otavio Temóteo de Oliveira Neto

139

Alianças cotidianas e ações democráticas: Marcel Mauss, Robert Putnam e as bases dos acordos consensuais

Everyday alliances and democratic actions: Marcel Mauss, Robert Putnam and the bases of consensus agreements

Eduardo Moura Olivera

162

As Emendas individuais e o efeito no desempenho eleitoral dos deputados federais que atuaram na 54^a legislatura (2011-2014)

The individual budget amendments and the effect on the electoral performance of federal representatives in the 54th Congress (2011-2014)

Carlos Eduardo dos Santos, Maria Dolores da Silva, Rodrigo dos Santos & Carlos

Augusto Souza

184

APRESENTAÇÃO

A TERCEIRA ONDA DE 'AUTOCRATIZAÇÃO:

FORMAS, MODALIDADES, RITMOS E
ESTRATÉGIAS

Organizadores:

Pedro Fonseca

Universidade de Lisboa

Ana Júlia Bernardi

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Jennifer Azambuja de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao longo da última década, os mais importantes relatórios anuais sobre o estado da democracia no mundo (como Freedom House, International IDEA, V-Dem) têm vindo a assinalar um retrocesso democrático global e um avanço dos regimes não democráticos (híbridos e autoritários, consoante a classificação de regimes adotada). A evolução é compatível com uma crise global da democracia e com a denominada terceira onda de autocratização, a qual se manifesta mesmo em países até recentemente considerados como democracias consolidadas. A autocratização pode ser entendida como a mudança de regime oposta à democratização, a qual torna o exercício do poder político mais arbitrário e repressivo, permitindo nela enquadrar todos os casos de regimes que “viajam” em “direção” à autocracia (recuo democrático, colapso da democracia e consolidação autocrática), independentemente do seu ponto de partida ou de chegada.

A temática da autocratização tem recebido um crescente interesse na Ciência Política ao longo dos últimos anos, procurando-se explorar e refletir sobre as suas características, determinantes/causas, consequências/efeitos, bem como sobre possíveis estratégias de promoção da resiliência das democracias no mundo contemporâneo. Diante da terceira onda de autocratização, este dossiê temático da Revista Debates compreende seis artigos com estudos de natureza teórica e empírica sobre diferentes aspectos desse processo na democracia.

No primeiro artigo, “A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil”, os autores, Pedro Fonseca e Andressa Liegi Costa, analisaram a sequência de autocratização no Brasil ao longo da última década, procurando estabelecer uma visão global e panorâmica do processo. Para tanto, destacam que a crise não está relacionada apenas com o governo de Jair Bolsonaro, mas que tal período representa riscos de autocratização relevantes, sendo necessário o debate para o futuro da democracia no Brasil.

“Democracia sob ataque: polarização política e produção de conteúdos hostis no Twitter nas eleições de 2022” é o segundo artigo do dossiê, de autoria dos pesquisadores Patrícia Dias dos Santos, Cláudio Luis de Camargo Penteado, Laura Damaceno de Almeida e Denise Hideko Goya. Tem como objetivo analisar os ataques ao sistema eleitoral brasileiro nas eleições de 2022 no Twitter. Os dados analisados apontam que perfis bolsonaristas produzem maior número de conteúdos hostis, principalmente com xingamentos contra as urnas eletrônicas e ataques com comentários negativos ou de ódio direcionados à identidade dos ministros do TSE.

Em seguida, Lucas Sudbrack, em “Meritocracy, unfairness, and the directions of anger: explaining support for left and right-wing populism”, busca elucidar as crescentes percepções de injustiça, a raiva que ela causa e o seu impacto no sucesso eleitoral de movimentos radicais de esquerda e direita, investigando a disseminação do discurso da meritocracia e o reposicionamento ideológico dos partidos políticos. As análises feitas nas Américas e na Europa corroboram a argumentação de que, à medida que os populistas alcançam o sucesso eleitoral, a consolidação do discurso e de seu apoio popular passa a depender da capacidade de reafirmar as identidades do “povo honesto” e da “elite corrupta”.

O quarto artigo, de Valeria Cabreira Cabrera e Fabíola Del Porto, intitulado “Populismo–autoritário de direita? Antielitismo, pluralismo e voto em eleições presidenciais em democracias americanas”, tem como objetivo averiguar o impacto de atitudes em relação a elites políticas, minorias e imigrantes sobre a escolha eleitoral para presidente no Brasil (2018), no Chile (2017), na Costa Rica (2018), no Uruguai (2019) e nos Estados Unidos (2016). Os resultados apontam que o (anti)pluralismo foi um melhor preditor do voto nessas eleições em relação ao antielitismo e à corrupção, sugerindo que a disputa entre valores mais e menos liberais–progressistas esteve no centro do debate político em todos os países estudados.

O artigo “O que é o conservadorismo? Do conceito à mensuração”, de Jéssica da Silva Duarte, quinto deste dossiê, trabalha com o protagonismo das chamadas ondas conservadoras, objetivando contribuir para esse tema de pesquisa a partir de uma análise teórica do fenômeno, seguida do desenvolvimento de ferramentas que contribuem para a tentativa de aplicar esse conhecimento à realidade atual, com os casos dos EUA e Brasil.

Fechando o dossiê, o artigo “Pandemia e democracia: disputas de sentido e desinformação sobre a covid-19 a partir do Twitter do ex-presidente Jair Bolsonaro”, de Carolina Dantas de Figueiredo e Otavio Temóteo de Oliveira Neto, analisa a conta do Twitter do ex-presidente Jair Bolsonaro durante os sete primeiros meses da pandemia de covid-19 para verificar se recursos de desinformação foram utilizados enquanto estratégia política e narrativa. Os autores demonstram a incidência discursiva na rede do ex-presidente para a construção de uma narrativa política com ênfase na viralização de desinformação danosa à saúde pública.

Esta edição da Revista Debates conta com mais dois artigos livres: “Alianças cotidianas e ações democráticas: Marcel Mauss, Robert Putnam e as bases dos acordos consensuais”, de Eduardo Moura Oliveira; e “As Emendas individuais e o efeito no desempenho eleitoral

dos deputados federais que atuaram na 54^a legislatura (2011-2014)”, de Carlos Eduardo dos Santos, Maria Dolores da Silva, Rodrigo dos Santos e Carlos Augusto Souza.

Esperamos que todos tenham uma boa leitura.

DOSSIÊ

A DEMOCRACIA SOB PRESSÃO: CRISE E SEQUÊNCIA DE AUTOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

*DEMOCRACY UNDER PRESSURE:
CRISIS AND SEQUENCE OF
AUTOCRATIZATION IN BRAZIL*

Pedro Moreira da Fonseca * 
Andressa Liegi Vieira Costa ** 

* Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
E-mail: pfonseca@iscsp.ulisboa.pt

** Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
E-mail: andressalieggi@hotmail.com

RESUMO

Ao longo da última década, marcada pela terceira onda de autocratização, a democracia brasileira tem enfrentado uma crise profunda, constituindo um dos casos mais importantes de autocratização em nível global. Partindo das propostas teóricas associadas ao conceito de autocratização desenvolvidas na Ciência Política, o artigo visa analisar a sequência de autocratização no Brasil ao longo da última década, procurando estabelecer uma visão global e panorâmica do processo. Considerando tanto os aspectos associados ao ator/agência como os aspectos estruturais/contextuais, bem como a interação que estabelecem entre si, o artigo argumenta que a crise da democracia brasileira não começou em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, e não terminou com a sua derrota eleitoral em 2022. De facto, a eleição de Bolsonaro constitui mais um sintoma (fundamental, é certo!) dessa crise, permanecendo a democracia brasileira exposta a riscos de autocratização relevantes que merecem ponderação e discussão nesta nova fase política marcada pelo regresso de Lula à presidência. Da sua resolução e da ação dos atores pró-democracia dependem as perspectivas futuras da democracia brasileira.

Palabras clave: Autocratização; Democracia; Autocracia; Brasil; Bolsonaro.

ABSTRACT

Throughout the last decade, marked by the third wave of autocratization, Brazilian democracy has faced a profound crisis, constituting one of the most important cases of autocratization at the global level. Building upon the theoretical proposals associated with the concept of autocratization developed in Political Science, this article aims to analyse the sequence of autocratization in Brazil throughout the last decade, seeking to establish a global and panoramic view of the process. Considering both the aspects associated with the actor/agency and the structural/contextual elements, as well as the interaction they establish between themselves, the article argues that the crisis of Brazilian democracy did not start in 2018, with Jair Bolsonaro's election to the presidency, and did not end with his electoral defeat in 2022. Bolsonaro's election constitutes another symptom (in any case fundamental!) of this crisis, with Brazilian democracy remaining exposed to relevant autocratization risks that deserve consideration and discussion in this new political phase related to Lula's return to the presidency. The prospects of Brazilian democracy depends on its resolution and on the action of pro-democracy actors.

Keywords: Autocratization; Democracy; Autocracy; Brazil; Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Ao longo da segunda década do século XXI, vários índices internacionais e pesquisas comparativas têm diagnosticado uma crise da democracia de alcance global, temática que ganhou relevância nos debates políticos e acadêmicos (FOA e MOUNK, 2017; REPUCCI e SLIPOWITZ, 2022; INTERNATIONAL IDEA, 2022; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; PRZEWORSKI, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2023). Aludindo à conhecida metáfora de Huntington (1991), Lührmann e Lindberg (2019) sugeriam em 2019 que o mundo enfrentava há vários anos a “terceira onda de autocratização”, constituindo o Brasil um dos casos paradigmáticos de autocratização.

A literatura de Ciência Política tem vindo a caracterizar a autocratização como um processo multifacetado, associado a várias causas e que, de forma progressivamente mais frequente, evolui gradualmente ao longo de vários anos. Compreender esse processo, a sua sequência evolutiva (fases), as suas causas/determinantes, os mecanismos associados, bem como as estratégias de autocratização desenvolvidas por atores cruciais, constituem uma extensa agenda de pesquisa (BERMEO, 2016; CASSANI e TOMINI, 2019; GERSCHEWSKI, 2020; LAEBENS e LÜHRMANN, 2021; LÜHRMANN, 2021; SATO *et al.*, 2022).

No contexto da “terceira onda de autocratização” em curso (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2023), a literatura tem assinalado o crescimento dos casos em que atores não comprometidos com a democracia acedem ao poder através de eleições democráticas, assumindo depois estratégias e ações que, gradualmente mas de forma efetiva, promovem uma erosão democrática que pode culminar com o colapso da democracia (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2021). Considerando a importância desses atores, tem sido concedida atenção às suas preferências normativas e a ações/estratégias que desenvolvem quando chegam ao poder (análise centrada no ator/agência) (GAMBOA, 2022; KNEUER, 2021; LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; LINZ, 1978). De facto, essa linha de pesquisa é absolutamente relevante, visto que, em última análise, é a ação concreta dos atores políticos que determina os resultados políticos. Contudo, a chegada de atores antipluralistas e antidemocráticos ao poder não ocorre num vazio. Ela está associada a fatores estruturais e contextuais, os quais se podem assumir tanto como causas como manifestações da crise da democracia, influenciando as preferências dos atores, propiciando uma mobilização antipluralista e criando um “terreno fértil”

para a autocratização (LÜHRMANN, 2021; MAINWARING e PÉREZ-LIÑÁN, 2013; TOMINI e WAGEMANN, 2018).

Ao longo da última década, marcada pela terceira onda de autocratização (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019), a democracia brasileira tem sido identificada como um dos casos mais relevantes de autocratização em nível global (V-DEM INSTITUTE, 2023). Foi durante a presidência de Jair Bolsonaro que os ataques à democracia brasileira mais se fizeram sentir, tendo o presidente liderado o processo de erosão democrática a partir da cúpula do Estado (AVRITZER, KERCHE e MARONA, 2021; HUNTER e VEGA, 2021; NOBRE, 2020, 2022). Contudo, para além da ação do presidente Bolsonaro e dos seus apoiantes contra a democracia (análise centrada no ator/agência), importa também analisar os fatores estruturais e contextuais que propiciaram a ascensão de Bolsonaro e que contribuíram para a sua eleição como presidente em 2018. De facto, tendo em vista compreender globalmente um processo de autocratização que afeta uma democracia, é fundamental analisar tanto os aspetos associados ao ator/agência como os aspetos estruturais/contextuais, bem como a interação que estabelecem entre si. Tal exercício permite aclarar e discutir as determinantes da autocratização, as suas implicações, bem como as perspetivas futuras da democracia.

Considerando as propostas conceptuais e teóricas de Lührmann (2021), o artigo visa analisar a sequência de autocratização no Brasil na última década. Para este efeito, identifica-se e caracteriza-se um conjunto de problemas/desafios estruturais e contextuais que, no caso brasileiro, revelaram progressivamente a incapacidade de resposta das instituições democráticas, dos atores fundamentais e do próprio regime democrático. À medida que essa incapacidade se tornou mais evidente, cresceram os cidadãos descontentes e emergiu um “terreno fértil” para a autocratização, evolução que configura a primeira fase da sequência de autocratização. Numa segunda fase da sequência, o contexto criado foi aproveitado por atores antipluralistas para ganharem protagonismo social e peso eleitoral, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018. Finalmente, numa terceira fase, a chegada ao poder de forças antipluralistas e antidemocráticas constitui um momento crucial para acelerar e aprofundar a autocratização. Neste contexto, as forças antipluralistas promovem a erosão democrática e a “autocratização” na medida que lhes for possível. A sequência de autocratização proposta por Lührmann (2021) permite caracterizar e analisar de forma panorâmica a crise que a democracia brasileira tem vindo a enfrentar. Isso é importante nesta nova fase da política brasileira com o

regresso de Lula da Silva ao Palácio do Planalto, visto que a eficácia das estratégias de resistência à autocratização e de promoção da resiliência da democracia dependem de um conhecimento e de uma análise prévia tanto da sequência de autocratização em curso, como das características específicas da crise que a democracia brasileira vem enfrentando.

O artigo argumenta, por um lado, que a sequência de autocratização no Brasil não começou com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018, sendo a sua chegada à chefia do Estado e do Poder Executivo mais um sintoma (crucial, é certo!) da fragilização da democracia brasileira verificada pelo menos ao longo da última década. Em consequência, também se argumenta que os riscos de autocratização no Brasil não desapareceram com a vitória de Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022.

A saída de Bolsonaro da presidência tem sido interpretada como um sinal de estagnação da autocratização no Brasil e de resiliência da democracia (evitando seu colapso) (V-DEM INSTITUTE, 2023). Contudo, importa não esquecer que Bolsonaro obteve 49,10% dos votos válidos (mais de 58 milhões de votos) no segundo turno da eleição de 2022. Além disso, vários dos problemas/desafios estruturais e contextuais que afetaram o Brasil entre 2013 e 2018 e que criaram o “terreno fértil” para a autocratização permanecem atualmente relevantes, merecendo ponderação e discussão. Da sua resolução dependem as perspectivas futuras da democracia brasileira.

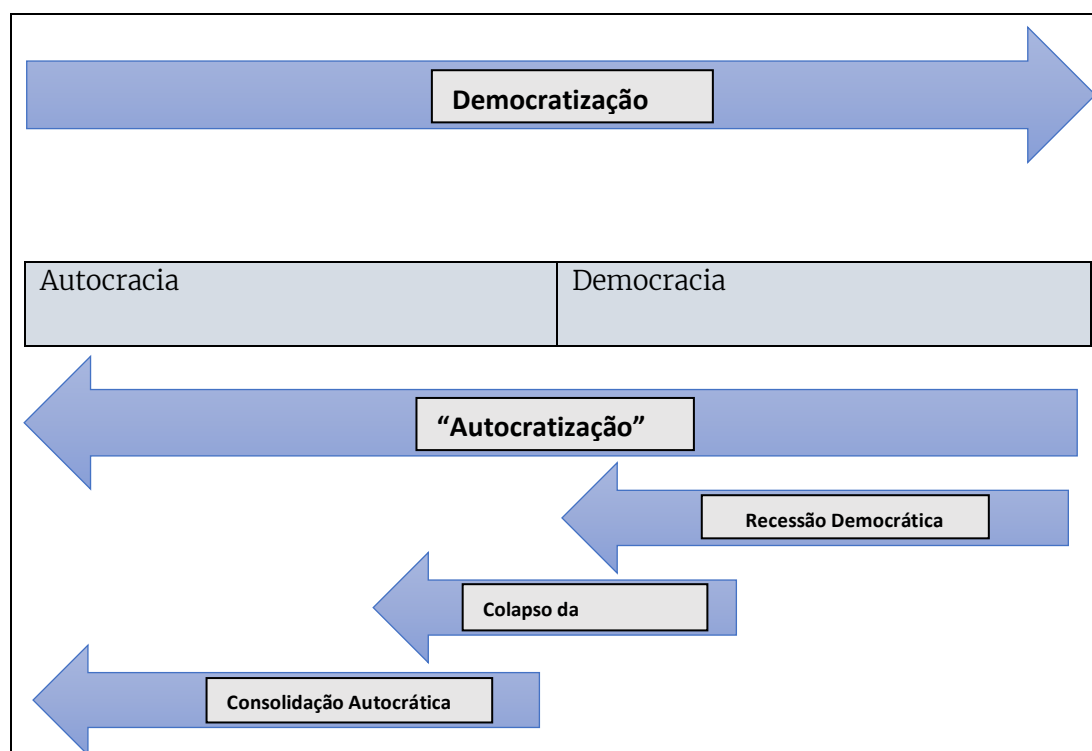
O artigo está organizado em cinco momentos. Em primeiro lugar aborda os aspetos conceptuais e teóricos da autocratização. Num segundo momento, explora a sequência, determinantes e estratégias de autocratização. Na terceira, quarta e quinta secções, o artigo centra-se no caso do Brasil. Primeiramente procura-se caracterizar o país como um “terreno fértil” para a autocratização (aspetos estruturais e contextuais). Na sequência, discute-se o descontentamento popular, a polarização política e a erosão do apoio às instituições democráticas, e, na quinta seção, argumenta-se sobre a mobilização antipluralista e antidemocrática no Brasil, traçando o perfil autoritário de Bolsonaro e, após sua eleição para presidente em 2018, identificando elementos caracterizadores do ataque à democracia desenvolvido durante o seu mandato. Finalmente, apresentam-se as principais conclusões, as implicações e as pistas de investigação futura.

A “TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO” CHEGOU!

Uma onda de autocratização corresponde ao “[...] período de tempo ao longo do qual o número de países em processo de democratização diminui enquanto a autocratização afeta cada vez mais países” (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019, p. 1102). A “terceira onda de autocratização” começou em 1994 e prossegue atualmente, tendo-se registado 75 episódios de autocratização até 2017 (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; V-DEM INSTITUTE, 2023).

Em oposição à democratização, a autocratização caracteriza-se por um “[...] substancial declínio dos requisitos institucionais fundamentais” de uma democracia (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019, p. 1096). Cassani e Tomini (2019) propõem a autocratização como um conceito “guarda-chuva”, o qual, independentemente do ponto de partida do regime, permite integrar todos os processos de mudança de regime opostos à democratização e em direção à autocracia (também independentemente do seu ponto de chegada). Considerando que a participação política, a contestação pública e a limitação/controlo da atuação do Executivo são varáveis institucionais que determinam a classificação dos regimes políticos, a autocratização fragiliza essas dimensões, tornando “[...] o exercício do poder mais arbitrário e repressivo” (CASSANI e TOMINI, 2019, p. 30).

Na perspetiva de Lührmann e Lindberg (2019), a autocratização pode afetar tanto as democracias como as autocracias. Assim, o conceito permite ultrapassar algumas limitações de outras propostas conceptuais, como recuo democrático e regressão democrática (*democratic backsliding*). É também mais abrangente que o conceito de colapso/quebra das democracias (*democratic breakdown*), visto que se pode assistir a uma degradação da democracia durante um longo período anterior ao seu colapso. Lührmann e Lindberg (2019) propõem uma visão global da “autocratização” (ver Figura 1) que recorre aos conceitos de recessão democrática (quando ocorre em contexto democrático), de colapso da democracia (momento em que uma democracia se transforma numa autocracia) e de consolidação autocrática (que ocorre já em contexto autocrático).

Figura 1. Democratização e autocratização

Fonte: Lührmann e Lindberg (2019).

Entre 1900 e 1993, os colapsos das democracias constituíram frequentemente eventos repentinos e fáceis de identificar, sendo as estratégias “clássicas” de autocratização que afetam as democracias largamente dominantes (golpe militar, invasão por uma força estrangeira e autogolpes) (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019). Já na terceira onda de autocratização (entre 1994 e 2017), a subversão da democracia é mais “informal e clandestina”, tentando passar despercebida (LÜHRMANN e LINDBERG, 2019, p. 1108), tornando-se a erosão democrática a forma dominante de autocratização. De facto, sem excluir a possibilidade de ocorrerem colapsos súbitos em resultado de golpes militares clássicos, as democracias são maioritariamente sujeitas a processos graduais e disfarçados de legalidade democrática que provocam a sua erosão, fragilização e podem mesmo causar o seu colapso. Tipicamente, líderes desleais à democracia chegam ao poder de forma legal, através de eleições democráticas, e vão gradualmente, mas de forma efetiva, minando as normas democráticas e dismantando o sistema democrático a partir do seu interior (por vezes sem abolir formalmente as instituições e regras democráticas) (BERMEO, 2016; COPPEDGE, 2017; HUQ e GINSBURG, 2017; LÜHRMANN e LINDBERG, 2019; PRZEWORKSKI, 2019; TOMINI, 2021; WALDNER e LUST, 2018).

AUTOCRATIZAÇÃO: SEQUÊNCIA, DETERMINANTES E ESTRATÉGIAS

Especificamente sobre os processos de autocratização associados a uma “longa sequência de eventos” que se desenvolvem gradualmente após a chegada ao poder de atores antidemocráticos e antipluralistas através de eleições (a democracia não “morre numa noite”), Lührmann (2021) identifica uma evolução sequencial composta por três fases (modelo ideal). Primeiramente, crescem os cidadãos descontentes com os partidos políticos democráticos e com a própria democracia. Em segundo lugar, o contexto de descontentamento crescente é aproveitado pelos atores antipluralistas para ganharem protagonismo social e peso eleitoral. Em terceiro lugar, as forças antipluralistas promovem a erosão democrática e a “autocratização” na medida que lhes for possível, considerando o seu poder relativo e os constrangimentos que enfrentam.

Na primeira fase da sequência de autocratização, importa considerar que determinados desafios/problemas de natureza contextual e estrutural que se colocam às sociedades contemporâneas aumentam o risco de “autocratização” (ex: crises económicas e financeiras; desigualdades crescentes; fluxos migratórios intensos; aprofundamento de clivagens e da polarização; corrupção; profundas transformações sociais, tecnológicas e culturais). Considerando que a insatisfação com a *performance* dos governos democráticos constitui a mais importante fonte de descontentamento com a democracia, em face desses desafios/problemas, uma inadequada/insuficiente resposta do regime democrático contribui para aumentar o descontentamento popular com os partidos políticos democráticos e com as instituições/processos da democracia (LÜHRMANN, 2021).

Questionando-se sobre o quando e o porquê do colapso das democracias, Linz (1978, p. 3) considerava que tal colapso correspondia ao “[...] culminar de um longo processo” de mudanças incrementais que ocorrem no decorrer de um período mais ou menos longo em que o regime democrático enfrenta uma crise de legitimidade, a qual constitui o contexto em que a autocratização emerge e evoluiu. Considerando que a legitimidade democrática se baseia numa “crença” generalizada de que “[...] nenhum outro tipo de regime político pode garantir maior sucesso na promoção dos objetivos coletivos” (LINZ, 1978, p. 18), momentos de crise económica e social, bem como decisões políticas que afetam negativamente muitos cidadãos, podem contribuir para abalar essa “crença” (LINZ, 1978; LIPSET, 1960). Num contexto de perda de “eficácia” (*ouput*) e de “eficiência” (*outcome*) (LINZ, 1978), a *performance* do regime é penalizada, e ele perde capacidade para lidar com os desafios/problemas

que enfrenta e para alcançar os objetivos pretendidos. Assim, a crise de um regime político resulta da “[...] falta de eficácia ou de eficiência de sucessivos governos” na resposta a problemas que exigem decisões imediatas (LINZ, 1978, p. 50).

Uma crise de legitimidade do regime democrático, impulsionada por desafios/problemas de natureza contextual e estrutural aos quais o regime não consegue responder satisfatoriamente, origina o aumento do descontentamento popular e a diminuição do apoio dos cidadãos às normas/valores democráticos. Em consequência, emerge uma “janela de oportunidade” para o desenvolvimento de uma “mobilização antipluralista”, bem como para a afirmação de atores e partidos políticos antipluralistas (desleais e opositores ao regime democrático) com capacidade para atrair cada vez mais cidadãos insatisfeitos (LÜHRMANN, 2021). Na segunda fase da sequência de autocratização, cresce a atração por líderes e por partidos antipluralistas que se apresentam como a solução para os problemas/desafios que afetam a sociedade, explorando e alimentando o descontentamento popular através de uma retórica populista que tende a mascarar as suas aspirações antidemocráticas (LINZ, 1978; LÜHRMANN, 2021).

Somente o descontentamento generalizado não derruba uma democracia. De facto, os líderes antidemocráticos e as forças antipluralistas necessitam obter relevância eleitoral e peso político que lhes permitam alcançar o poder ou integrar uma coligação governativa (excluindo a conquista do poder fora do quadro eleitoral) (LINZ, 1978; LÜHRMANN, 2021). Para isso, exploram a crescente insatisfação popular com as elites políticas estabelecidas e recorrem ao populismo, que acentua a polarização, aproveitando também a relativa passividade das alternativas democráticas (LEVITSKY e WAY, 2020; LÜHRMANN, 2021; SOMER, MCCOY e LUKE, 2021).

Logo que as forças não pluralistas e antidemocráticas alcançam o poder, aumentam os riscos e as probabilidades de autocratização (LÜHRMANN, 2021). Na terceira fase da sequência de autocratização, as forças antipluralistas promovem a erosão democrática na medida em que lhes for possível. Nesse contexto, governos em exercício atacam os órgãos de comunicação social, procurando controlá-los, assim como a sociedade civil e a academia. Também fomentam a polarização, desrespeitando, menorizando e deslegitimando os seus opositores políticos, bem como difundem informações falsas e recorrem à desinformação. Quando se verificam avanços nesses domínios, tais governos “atacam” as eleições e as instituições democráticas formais (V-DEM INSTITUTE, 2021). No global, a democracia é sujeita a

um processo gradual ao longo de vários anos, em que atores não comprometidos com a democracia vão desafiando os seus processos, as suas regras/normas, bem como as suas instituições, podendo resultar no colapso da democracia.

Mesmo alcançando o poder, as forças antidemocráticas podem enfrentar constrangimentos às suas ambições relacionadas à promoção da erosão democrática. De facto, a autocratização e o colapso da democracia concretizam-se com maior frequência e facilidade quando as instituições se revelam débeis e incapazes de travar os intentos das forças antipluralistas (PRZEWORSKI, 2019). A travagem da autocratização e a resiliência democrática podem afirmar-se através dos parlamentos, do poder judicial, da burocracia estatal, bem como de atores pró-democracia (partidos políticos, grupos da sociedade civil e cidadãos) (BOESE *et al.*, 2021; GAMBOA, 2017, 2022; LAEBENS e LÜHRMANN, 2021; LÜHRMANN, 2021; MERKEL e LÜHRMANN, 2021). Todavia, Linz (1978) adverte que em nenhuma circunstância a sobrevivência de um regime democrático deve depender de uma hipotética prontidão dos seus apoiantes para defenderem e “lutarem” pela democracia nas ruas. Nessas circunstâncias, são sobretudo as forças extremistas a demonstrar preparação, organização, recursos e vontade para “lutar” nas ruas.

BRASIL: UM “TERRENO FÉRTIL” PARA A AUTOCRATIZAÇÃO

Depois de 21 anos de ditadura, o Brasil inicia em 1985 uma transição para a democracia e aprova a Constituição democrática em 1988, integrando a terceira onda de democratização. Em 2016, Avritzer (2016, p. 1-2) afirmava que o Brasil se encontrava “[...] no rol das nações com democracias fortes e consolidadas”, não registando intervenções militares na política desde 1985, verificando também transferências regulares de poder nos termos democráticos com respeito pela independência do Poder Judiciário. Essa visão tem sido parcialmente contestada por outros investigadores (CASTRO e CASTILHO, 2021; GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021). De certa forma, também Avritzer (2016, p. 3) reconhecia que a democracia brasileira se encontrava numa situação de “impasse” e que sinais positivos sobre as práticas democráticas coexistiam com um “incômodo quanto à democracia”.

Ao longo da última década, o Brasil tem sido identificado como um dos casos mais relevantes de democracias em autocratização no mundo (V-DEM INSTITUTE, 2023). Mesmo permanecendo uma democracia (classificada como eleitoral), o V-Dem (2023) assinala em 2023 que esse é o quarto relatório consecutivo em que o Brasil se

posiciona entre o top 10 mundial dos países em autocratização. Os sinais de crise da democracia brasileira na última década têm sido referidos por outros índices internacionais e pesquisas comparativas (REPUCCI e SLIPOWITZ, 2022; HELLMEIER *et al.*, 2021; INTERNATIONAL IDEA, 2022).

Considerando a evolução sequencial da autocratização (LÜHRMANN, 2021), o Brasil enfrentou, entre 2014 e 2018, crises sucessivas que aprofundaram a insatisfação dos cidadãos brasileiros com a democracia e com as instituições democráticas. Num ambiente marcado por crise econômica, crescimento da pobreza e do desemprego, escândalos de corrupção, crises políticas, bloqueios do processo decisório, disfuncionalidade das instituições políticas, incapazes de responder aos problemas/desafios, polarização política em níveis tóxicos, reuniram-se as condições para uma mobilização antipluralista que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 como presidente. É esse “terreno fértil” para a autocratização que procuraremos caracterizar e analisar.

Na Ciência Política, a investigação sobre o impacto das crises econômicas na estabilidade política e mudança de regime é vasta. Lipset (1960) argumenta que a estabilidade de uma democracia depende também da sua eficácia, a qual, no mundo moderno, é avaliada principalmente pela promoção do crescimento econômico, evitando recessões. Assim, as crises econômicas assumem-se como uma das mais importantes ameaças à estabilidade democrática (DIAMOND e LINZ, 1989). Estatisticamente, entre 1950 e 1990, os eventos de colapso da democracia estiveram frequentemente associados a situações de crise econômica (PRZEWORSKI *et al.*, 2000). Para Diamond (2011, p. 17), a ideia de que as recessões econômicas significam tempos difíceis para a democracia constitui um “[...] princípio cardeal da teoria empírica da democracia” (especialmente em democracias recentes e frágeis). Para Svobik (2008, 2015), o nível de desenvolvimento econômico (fator estrutural) determina a probabilidade de uma democracia colapsar. Ainda assim, o eventual momento do colapso está “exclusivamente associado com as recessões econômicas” (SVOLIK, 2008, p. 160).

Depois de ter atingido um crescimento anual do PIB de 7,5% em 2010, verificou-se desaceleração do crescimento econômico no Brasil. Em 2014, o crescimento do PIB foi residual (0,5%). Os anos de 2015 (recessão de -3,5% do PIB) e de 2016 (recessão de -3,3%) representaram a pior recessão econômica da história do Brasil. Em 2017 e 2018, o crescimento do PIB foi novamente residual, e a década entre 2011 e 2020 foi a pior

em termos económicos desde início do século XX. Historicamente, o país registra uma elevada desigualdade na distribuição da renda (entre 2015 e 2018 o índice de Gini aumentou), e, entre 2014 e 2018, cresceram a pobreza e o desemprego (BALASSIANO, 2020; HUNTER e POWER, 2019; WORLD BANK, ©2023).

Num contexto marcado por crise económica e social, o Brasil enfrentou uma intensa crise política relacionada com a corrupção entre 2014 e 2018. De facto, a Operação Lava Jato, iniciada em 2014, afetou os pilares da democracia brasileira, questionando os moldes do funcionamento do regime desde a redemocratização. A Transparência Internacional (2019) considera que a Operação Lava Jato, associada a crimes de lavagem de dinheiro, fraude, financiamento ilícito de campanhas eleitorais e de partidos políticos, entre outras ilegalidades, expôs um dos maiores “esquemas de corrupção da história”, envolvendo biliões de dólares, políticos, grandes empresas e homens de negócios. A posição do Brasil no Índice de Perceção da Corrupção degradou-se significativamente entre 2014 e 2018. O período 2012–2022 representa uma década perdida no combate à corrupção, tendo o Brasil ficado abaixo da média verificada nos países da OCDE, dos países do G20, da média regional para a América Latina e Caribe e da média dos Brics (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2022).

Após 1985, os escândalos de corrupção foram frequentes no Brasil (AVRITZER, 2016). Contudo, a Operação Lava Jato afetou negativamente não apenas o Partido dos Trabalhadores, minando seu governo liderado por Dilma Rousseff (destituída da presidência em 2016), mas também a globalidade do sistema político democrático, crescentemente associado à ideia de corrupção generalizada e à ineficácia do Estado (AVRITZER, 2016; SAAD-FILHO e BOFFO, 2021). A Lava Jato resultou na condenação judicial em 2017 (reconfirmada e agravada em 2019 e anulada posteriormente) de Lula da Silva, líder histórico do PT e presidente entre 2003 e 2011, a uma pena de prisão efetiva que o retirou da disputa eleitoral de 2018.

No global, os escândalos de corrupção tiveram um forte impacto na opinião pública brasileira e foram muito nefastos para o regime, afetando negativamente a confiança dos cidadãos nos decisores políticos, nas instituições democráticas e na própria democracia (AVRITZER, 2016). A situação criada revelou-se particularmente problemática, visto que, entre as soluções para lidar com a corrupção, emerge por vezes uma ideia próxima do autoritarismo, de que somente um líder forte pode conter o problema, moralizando e “limpando” o sistema (SAAD-FILHO e BOFFO, 2021). Num contexto marcado por crise económica e social e também pela corrupção, veio a juntar-se uma crise política que expôs os limites do presidencialismo de coalizção,

renovando um debate que se põe desde a redemocratização sobre as suas disfuncionalidades e problemas (ABRANCHES, 1988, 2018; CHEIBUB e LIMONGI, 2002; LIMONGI e FIGUEIREDO, 2017).

Um extenso debate prossegue na Ciência Política sobre a relação do presidencialismo com a estabilidade democrática. Recorrendo à ideia de *Perigos do presidencialismo*, Linz (1990) argumentou que o parlamentarismo dá maiores garantias de sobrevivência da democracia e de estabilidade democrática do que o presidencialismo, especialmente em países com profundas clivagens e elevada fragmentação partidária. Como os Poderes Executivo e Legislativo têm ambos legitimidade eleitoral e mandatos independentes, os conflitos entre esses dois poderes no presidencialismo conduzem a impasses políticos difíceis de solucionar. Sem a possibilidade de remover presidentes através de um “voto de desconfiança”, ou sequer de convocar novas eleições para uma nova legislatura, o presidencialismo propicia a adoção de soluções “extra-constitucionais” que “rompem” com as regras democráticas em situações de impasses e crises políticas, fragilizando a democracia que pode mesmo colapsar (LINZ, 1990). Assim, nessas circunstâncias, não é acidental que as forças armadas se sintam tentadas a intervir como “poder mediador” (LINZ, 1990). Além disso, como o presidencialismo concede mais oportunidades a um político *outsider* para escapar à intermediação dos partidos tradicionais, um presidente que resulta de eleições diretas é mais independente dos partidos políticos, propiciando uma governação populista que extravasa os limites do seu mandato e que coloca a democracia em risco, especialmente em sociedades muito polarizadas (LINZ, 1990). Os argumentos de Linz foram suportados por Stepan e Skach (1993), mas parcialmente contestados por Shugart e Carey (1992), Mainwaring (1993) e Cheibub (2007).

No que respeita às opções tomadas na redemocratização, Abranches (1988, p. 19) constata em 1988 que “[...] a grande maioria dos regimes liberais-democráticos do pós-guerra é parlamentarista”, sendo que “[...] não existe, nas liberais-democracias mais estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo”. A formação de governos com base em “grandes coalizões” era também uma característica única do caso brasileiro (ABRANCHES, 1988). Mesmo demonstrando cautela quanto à manutenção da “estabilidade democrática”, Abranches (1988) asseverava que o desenho institucional adotado podia provocar “instabilidade política”, “fracionamento

partidário”, “fragmentação governamental”, “insuficiência e inadequação” na “resolução de conflitos” e desequilíbrio constitucional.

No início da década de 2000, Cheibub e Limongi (2002) argumentavam que o desenho institucional e o funcionamento da democracia brasileira superou todas as expectativas. Anos mais tarde, Limongi e Figueiredo (2017) reconheciam a coexistência de coalizões e corrupção, sem que isso signifique que as coalizões sejam a causa da corrupção. Abranches (2018) regressou recentemente ao tema, argumentando que se concretizaram alguns problemas que tinha identificado em 1988 quanto às escolhas institucionais assumidas pelo Brasil no processo de redemocratização (presidencialismo de coalizão).

Sobre essa matéria, Avritzer (2016) realça que, mesmo considerando que os presidentes Fernando Henrique, Lula e Dilma conseguiram aprovar no Congresso as suas principais propostas políticas, o presidencialismo de coalizão mostrou importantes limitações, gerando problemas e instabilidade. Repare-se que a elevada fragmentação partidária (uma das maiores do mundo) colocou custos crescentes ao processo democrático brasileiro, obrigando-o a negociações morosas e complexas para a formação/viabilização do governo e para a tomada de decisão. Aliás, a profusão de ministros e de ministérios para garantir apoio à ação governativa no Congresso, visível nas presidências de Lula e de Dilma, evidenciou que a estabilidade do Executivo dependia da “[...] nomeação de políticos para ministérios e cargos de segundo escalão” (AVRITZER, 2016, p. 6). Assim, aumentou a propensão para a corrupção associada à distribuição desses cargos, impuseram-se ao processo democrático dinâmicas algo caóticas e conflituais, contribuindo para uma “forte desorganização” do Poder Executivo (AVRITZER, 2016, p. 6). Progressivamente, como reconhecem Limongi e Figueiredo (2017, p. 95), generalizou-se a ideia de que a corrupção corresponde ao “preço a pagar pelo presidente” para conseguir apoio no Congresso no contexto da coalizão, afetando negativamente a percepção que os cidadãos têm das instituições democráticas e a confiança que nelas depositam.

Em síntese, o definhamento económico, os escândalos de corrupção, a crise política e as disfuncionalidades e limitações do presidencialismo de coalizão parecem ter contribuído para o surgimento de um “terreno fértil” para a autocratização no Brasil. Neste contexto, a partir de 2013 e 2014, os brasileiros saíram em massa para as ruas em movimentos de protesto, demonstrando descontentamento e desconfiança crescentes com a democracia e suas instituições fundamentais, enquanto se acentuava a polarização política no país.

DESCONTENTAMENTO POPULAR, POLARIZAÇÃO POLÍTICA E EROSÃO DO APOIO ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Em junho de 2013, uma onda de protestos tomou o Brasil e milhões de pessoas saíram às ruas. As manifestações foram inicialmente lideradas por movimentos sociais de esquerda, contra o aumento das tarifas de transporte público (AVRITZER, 2016; SECCO, 2013; VIANA, 2013). Contudo, especialmente a partir da sua massificação pela mídia tradicional, os protestos foram crescentemente marcados pela insatisfação da direita com o governo (AVRITZER, 2016, 2017), sendo as manifestações impulsionadas pela desconfiança nas instituições políticas e pela reprovação da classe política como um todo (SOUZA, 2016).

Com a expansão das demandas, evidenciou-se um sentimento crescente de recusa da política institucional (VICINO e FAHLBERG, 2017) como reflexo da falta de legitimidade das instituições perante os cidadãos (MENDONÇA, 2018). Em junho de 2013, no contexto dos protestos de rua, a esmagadora maioria dos brasileiros questionados diziam não se sentir representados por nenhum um partido político (89%) ou político brasileiro (83%) (VEJA PESQUISA..., 2013). Assim, o movimento passou de apartidário para antipartidário (SECCO, 2013), sentimento que, somado à pauta anti-corrupção, foi cooptado pela mídia e ressignificado como anti-PT e mesmo anti-política, reforçando o descrédito das instituições políticas (BAIOCCHI e TEIXEIRA, 2017; BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018).

Os elevados índices de desconfiança dos brasileiros em relação ao governo, instituições e elite política não são inéditos no país. A descrença nas instituições é ocasionada tanto pela coexistência de forças oligárquicas com os regimes democráticos (BAQUERO, 2004) quanto pela incapacidade das instituições e estruturas formais da democracia em resolver a desigualdade e a exclusão social (BAQUERO, 2008; LÜCHMANN, 2007), bem como assegurar direitos de representação e de participação (MOISÉS, 2008). O desempenho democrático do país acaba por ser afetado por três fatores centrais: fraco desempenho econômico, corrupção e uso instrumental de instituições políticas (BAQUERO e LINHARES, 2011; BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018).

As eleições de 2014 trouxeram novos contornos à disputa eleitoral, tendo a corrupção um papel central no debate fortemente polarização entre as duas principais candidaturas (PT e PSDB) (AVRITZER, 2016, 2017). O resultado foi um processo eleitoral mais radicalizado e despolitizado, com ataques entre os dois principais

candidatos (BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018). Além disso, pela primeira vez desde a redemocratização, um candidato questionou o resultado eleitoral. Aécio Neves (PSDB) solicitou uma auditoria ao Tribunal Superior Eleitoral (STARLING, 2019), verificando-se também manifestações de rua contra um presidente reeleito baseadas numa tese de fraude eleitoral carente de evidências e promovida por apoiantes da candidatura derrotada (NOBRE, 2022).

Entre 2015 e 2016, as ruas foram ocupadas por novas ondas de protestos de grupos opostos em relação à possibilidade de *impeachment* de Dilma Rousseff. Entre os que demandavam o *impeachment*, a maioria estava posicionada entre a direita e a centro-direita, 96% apresentavam desconfiança na presidente e no PT, 96% declaravam insatisfação com o sistema político, 73% desconfiava dos partidos e 70% dos políticos. Ademais, uma parcela dos participantes apoiava soluções antipolíticas para a crise: 56% acreditava na necessidade de surgir alguém fora do jogo político e 28% apoiava a entrega do poder a militares honestos (GALLEGO, 2019; ORTELLADO, SOLANO e NADER, 2015a, 2015b).

Nesse contexto, importa considerar a polarização política, que reflete a intensidade dos conflitos políticos. Para além da “distância ideológica entre partidos políticos e candidatos”, McCoy, Rahman e Somer (2018, p. 16) propõem um conceito de polarização política mais amplo, correspondendo a um processo em que as normais e múltiplas diferenças existentes na sociedade se alinham cada vez mais “[...] ao longo de uma única dimensão em que as pessoas entendem e descrevem a política e a sociedade em termos de Nós versus Eles” (polarização afetiva).

Uma elevada polarização política está associada a conflitos políticos intensos, em que os cidadãos e os líderes/elites políticas estão divididos em domínios políticos centrais (políticas públicas, orientações ideológicas, ligações partidárias). Tais divisões então também associadas a dimensões culturais e sociais (MCCARTY, 2019). Num ambiente não polarizado, o “outro” representa um adversário político com o qual se interage politicamente de forma pacífica. Já numa situação de extrema polarização política, o “outro” transforma-se em inimigo que importa derrotar, cada campo questiona a legitimidade moral do outro grupo, encarando o campo oposto e as políticas que propõe como uma ameaça existencial ao seu modo de vida e à comunidade política como um todo. Assim, uma severa polarização política gera antipatia, desconfiança e hostilidade generalizada entre os dois campos opostos (partidos políticos, candidatos políticos, grupos e indivíduos), que se olham mutuamente como incompatíveis para viver em conjunto. Nesse contexto, a convivência e a coexistência pacífica em nível

político e social é percebida como impossível de se alcançar (MCCOY, RAHMAN e SOMER, 2018).

A relação entre a polarização política e a democracia tem recolhido um crescente interesse. Considerando que a democracia procura lidar com os interesses divergentes existentes na sociedade de forma pacífica, concedendo às diferentes opiniões amplas oportunidades para influenciar as decisões, uma severa polarização política pode ter consequências negativas e perniciosas na governabilidade, coesão social e na democracia, visto que as diferenças existentes na sociedade agrupam-se em dois campos distintos de interesses, de identidades e de opiniões que se opõem e se excluem mutuamente. Em consequência, a negociação, o compromisso, o consenso, a interação e a tolerância tornam-se progressivamente mais difíceis e improváveis entre os indivíduos e os atores políticos que pertencem a diferentes campos/grupos, gerando bloqueios políticos, paralisação política e instabilidade. Nesse contexto, diminuindo a capacidade para processar pacificamente os conflitos (PRZEWORSKI, 2022), a democracia fica vulnerável, os eleitores perdem confiança nas instituições, e o apoio à democracia pode declinar, algo que tem vindo a acontecer na terceira onda de autocratização (MCCOY, RAHMAN e SOMER, 2018).

No caso do Brasil, a última década foi marcada por um forte crescimento da polarização política, que atingiu níveis tóxicos. Os dados do V-Dem Institute (©2023) são ilustrativos dessa tendência, verificando-se um crescimento da polarização da sociedade entre 2012 e 2018 que assinala fortes divisões na sociedade em temas políticos fundamentais. De facto, os sentimentos anti-partidos e anti-sistema, que acabaram por se manifestar através do anti-petismo, foram fortemente polarizadores no Brasil a partir de 2014, desafiando as bases do funcionamento do regime democrático brasileiro e afetando tanto as massas como as elites políticas (como foi visível no processo de *impeachment* de Dilma e chegada de Temer à presidência) (HUNTER e POWER, 2019). No nível da elite política, também se verificou um crescimento do discurso de ódio na retórica dos partidos políticos a partir de 2014, bem como um menor respeito pelos contra-argumentos. Finalmente, verificou-se, a partir de 2014, um crescimento da atividade de movimentos anti-sistémicos que se opõem ao regime político.

Seguido à onda de protestos, o *impeachment* de Dilma Rousseff ocorreu em agosto de 2016 devido à frágil acusação de pedalada fiscal (AVRITZER, 2018), configurando para os setores da esquerda brasileira um golpe jurídico-parlamentar que levou à

presidência o vice-presidente Temer (TATAGIBA e GALVÃO, 2019). É ainda de realçar que o processo de *impeachment* foi liderado por políticos com notória associação a esquemas de corrupção (LIMONGI e FIGUEIREDO, 2017). De facto, a corrupção aparece como tema central no desprezo pelo sistema político, com a Lava Jato atrelada à percepção da classe política como corrupta (GALLEGO, 2019).

Considerando os dados do LAPOP, enquanto 66,1% dos brasileiros inquiridos em 2012 se manifestava satisfeito ou muito satisfeito com a democracia, esse valor baixou para 41,43% em 2014 e para 22,3% em 2017. Já os inquiridos que se manifestaram insatisfeitos ou muito insatisfeitos com a democracia representavam 33,9% em 2012, passando para 58,57% em 2014 e para 77,6% em 2017 (COSTA, 2019). Considerando os dados do *World Values Survey*, o apoio difuso à democracia permanecia robusto no Brasil, visto que 85,6% dos inquiridos em 2014 e 87,8% em 2018 afirmavam que é ótimo ou bom ter um sistema político democrático (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021). Contudo, esse apoio difuso coexiste com fortes manifestações claramente incompatíveis com a democracia e também com uma relevante desconfiança face às instituições políticas que concretizam a democracia na prática. Tal situação tem levado alguns investigadores a concluir que é predominante na cultura política brasileira uma desvalorização da essência da democracia, persistindo uma opinião predominante entre os brasileiros que revela “pouco apreço pela democracia” (CASTRO e CASTILHO, 2021, p. 69).

Prosseguindo com os dados do *World Values Survey*, em 2014, 68,9% dos inquiridos consideravam que ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições era uma forma ótima ou boa de governar o país, valor que em 2018 se situava em 65,5%. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que considerem serem as melhores para o país recolhia a aprovação (ótimo ou bom) de 82,7% dos inquiridos em 2014 e de 91% em 2018. Quanto a ter um governo militar, 35% aprovavam (ótimo ou bom) a ideia em 2014, valor que subiu para 44,4% em 2018. Relativamente às instituições, enquanto 41,6% dos inquiridos confiavam totalmente ou em parte no governo em 2014, esse valor desceu para 23% em 2018. Nos partidos políticos, somente 13,8% confiavam totalmente ou em parte em 2018 (contra 16,4% em 2014), e no Congresso apenas 12,8% confiavam totalmente ou em parte em 2018 (contra 16,4% em 2014) (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021). De facto, em 2018, a desconfiança nos partidos políticos (67,9% não confiavam), no Congresso Nacional (62,7% não confiavam) e no governo federal (54,9% não confiavam) era generalizada e muito significativa no Brasil em termos

comparados. Repare-se ainda, que, em 2018, 51,7% dos inquiridos não confiavam nas eleições, e 21,6% confiavam pouco (CASTRO e CASTILHO, 2021). Finalmente, em 2017 e 2018, o governo brasileiro registava as mais baixas taxas de aprovação entre os países da América Latina (HUNTER e POWER, 2019). Considerando os dados, o ceticismo crescente com a democracia no Brasil era evidente e atingia proporções alarmantes.

A insatisfação com a *performance* da democracia é uma das causas centrais de desengajamento cívico e de erosão da participação convencional dos cidadãos (NORRIS, 2011). Contudo, enquanto as altas menções da economia e do desemprego demonstram insatisfação com a *performance* e os *outputs* do sistema político, a corrupção e a má avaliação dos políticos apontam para uma percepção de mau funcionamento e degradação do sistema (DELLA PORTA, 2018; NOGUEIRA, 2014). Se o sistema político democrático é incapaz de cumprir com um mínimo de demandas, seus membros irão desenvolver sentimentos de profunda insatisfação (EASTON, 1979), refletidos na queda do orgulho pelo sistema político e também no recuo do apoio ao regime democrático e suas instituições (BAQUERO e LINHARES, 2011). Recuperando o modelo de Lührmann (2021), o crescimento dos cidadãos descontentes com os partidos políticos democráticos, com as instituições democráticas e com a própria democracia é aproveitado por atores antipluralistas para ganharem protagonismo social e peso eleitoral.

No Brasil, a ascensão de Jair Bolsonaro e a sua eleição como presidente em 2018 reflete precisamente essa dinâmica, aproveitando também um contexto marcado por uma cultura política predominante no Brasil qualificada por alguns investigadores como “conservadora” e “autoritária”, com raízes “profundas” e “antigas” e claramente carente de valores democráticos (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021, p. 11), persistindo uma “[...] avaliação positiva do passado autoritário” e uma “nostalgia da ditadura” (GONZÁLEZ, BAQUERO e GROHMANN, 2021, p. 35).

A MOBILIZAÇÃO ANTIPLURALISTA E ANTIDEMOCRÁTICA NO BRASIL

Em 2016, Jair Bolsonaro dá os primeiros sinais de que se apresentará como candidato presidencial em 2018. Após sucessivas mudanças de partido político, a candidatura desse capitão na reserva do exército e deputado federal foi confirmada em julho de 2018 pelo Partido Social Liberal. Inicialmente, as perspectivas de sucesso eram baixas. Contudo, Bolsonaro conseguiu vencer as eleições, sendo capaz de capitalizar o

descontentamento generalizado potenciado por importantes desafios/problemas estruturais e contextuais não resolvidos. A eleição constituiu um importante sintoma da fragilização da democracia brasileira em curso pelo menos desde 2014.

No contexto eleitoral, a extrema-direita estabeleceu uma nova forma de fazer política, a partir da comunicação por meio das redes sociais. Até ao primeiro turno eleitoral de 2018, a comunicação de Bolsonaro teve como estratégia alcançar diferentes perfis de potenciais eleitores através da segmentação das informações (KALIL, 2018). Com um acesso mínimo ao horário eleitoral gratuito, a sua campanha baseou-se no uso de redes sociais, especialmente o WhatsApp (GALLEGO, 2019). As eleições de 2018 foram marcadas pela “[...] emergência do fenómeno das *fake news* como ferramenta de marketing político e desinformação” (RUEDIGER, 2019, p. 21), especialmente associada ao WhatsApp (ITUASSU *et al.*, 2019). Durante as campanhas, os temas em alta no Twitter foram a corrupção, a segurança pública (tema forte do candidato de Bolsonaro) e a economia. Na semana anterior ao turno eleitoral, as *fake news* mais populares diziam respeito à fraude eleitoral e ao que ficou conhecido como “kit gay” (DEBATE..., 2018).

O perfil antidemocrático e antipluralista de Bolsonaro foi evidente ao longo do seu mandato, características que já eram detetáveis antes das eleições. Baseados no trabalho de Linz (1978), Levitsky e Ziblatt (2018) identificaram quatro “sinais de alerta” que permitem identificar políticos autoritários com tendências antidemocráticas, são eles: 1) a rejeição, em palavras ou ações, das regras democráticas do jogo; 2) a negação da legitimidade dos oponentes e rivais políticos; 3) a tolerância e encorajamento da violência; 4) mostrar-se disponível e com vontade para restringir as liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia. Também Lührmann, Medzihorsky e Lindberg (2021) avançaram com indicadores que permitem identificar atores políticos antipluralistas, entre os quais: baixo compromisso com os processos democráticos; demonização dos seus oponentes políticos; encorajamento do recurso à violência política; desrespeito pelos direitos e garantias das minorias.

Considerando que as preferências normativas antidemocráticas dos incumbentes são relevantes nos processos de erosão democrática (LAEBENS e LÜHRMANN, 2021), não deve constituir surpresa o ataque à democracia liderado por Jair Bolsonaro a partir da cúpula do Estado após a sua eleição. Como referem Hunter e Power (2019, p. 74), as “inclinações iliberais” de Bolsonaro “[...] estiveram escondidas à vista de todos ao longo de trinta anos”. De facto, durante a sua carreira pública anterior à sua eleição

como presidente, Bolsonaro rejeitou as regras democráticas de forma aberta e ofensiva: elogiou a ditadura militar (1964–1985), negou que tenha ocorrido um golpe em 1964, contestou a legitimidade democrática após 1985, declarou-se favorável à ditadura e ao encerramento do Congresso, atacou a integridade eleitoral, considerando o sistema eleitoral manipulado e fraudulento, e nomeou como candidato a vice-presidente um militar favorável a um golpe militar. Bolsonaro também negou sistematicamente a legitimidade dos oponentes e rivais políticos (tratados como inimigos e como uma ameaça existencial), insultando-os e acusando-os de serem corruptos e traidores do país, devendo ser presos e mesmo mortos. Por outro lado, Bolsonaro manifestou-se tolerante e encorajou o recurso à violência e à tortura pelo aparelho de segurança contra minorias, políticos, ativistas e cidadãos, demonstrando um claro desrespeito pelas liberdades civis e incentivando tratamentos extrajudiciais para lidar com opositores políticos e com a criminalidade em geral (DALY, 2020; HAGGARD e KAUFMAN, 2021; HUNTER e POWER, 2019; LEVITSKY, 2018; LÜHRMANN, MEDZIHORSKY e LINDBERG, 2021; PAGLIARINI, 2021).

Sem ter assumido protagonismo no combate à corrupção ao longo do seu percurso político anterior (deputado federal entre 1991 e 2019), Bolsonaro “sequestra” o discurso anticorrupção e apresenta-se ao eleitorado como um “outsider” do sistema político, que personifica a lei e a ordem, disponível para regenerar e salvar o país da ruína e da criminalidade violenta. Recorrendo a uma retórica antissistêmica e populista, demonizou os seus opositores políticos mediante uma estratégia polarizadora e liderou o sentimento antipetista. Globalmente, capitalizou o potencial eleitoral criado pela crise económica e política, bem como pelo descontentamento generalizado, ganhando protagonismo social e peso eleitoral. O esfaqueamento de que foi alvo durante a campanha colocou-o no centro da atenção mediática (HUNTER e POWER, 2019).

A eleição de Jair Bolsonaro, assente numa utilização massiva das redes sociais e na desinformação, representou também uma rejeição das elites políticas tradicionais e uma recusa do modo vigente de fazer política (GALLEGO, 2019; MOISÉS e WEFFORT, 2020). O antipetismo e a forte rejeição e hostilidade ao PT fragilizaram o seu candidato, Fernando Haddad, verificando-se uma mobilização dos setores mais conservadores e religiosos da sociedade brasileira e também de uma extrema-direita saudosista da ditadura militar. Adicionalmente, as promessas dirigidas à classe média e aos setores empresariais contribuíram para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em

2018, somente não recolhendo mais votos que o seu opositor entre os setores mais pobres e desfavorecidos do Brasil (HUNTER e POWER, 2019; PAGLIARINI, 2021).

Mantendo uma retórica pública de cariz marcadamente iliberal e autoritário (MAERZ e SCHNEIDER, 2021), a presidência de Jair Bolsonaro, atravessando a crise pandêmica, foi marcada por um aprofundamento da crise da democracia brasileira e avanço da autocratização no país, impulsionada por uma ação governativa que, a partir da cúpula do Estado, recorreu de forma generalizada à desinformação, aprofundou a polarização para níveis tóxicos, hostilizou jornalistas e órgãos de comunicação independentes, promoveu ataques às instituições políticas e eleitorais centrais da democracia brasileira (particularmente o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral) com referências à possibilidade de um golpe, bem como reforçou a presença dos militares na vida política.

CONCLUSÕES

A crise da democracia brasileira não começou em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil e não terminou com a sua derrota eleitoral em 2022, quando procurava a reeleição no cargo. De facto, a eleição de Bolsonaro em 2018 representa mais um sintoma de uma crise mais profunda que a democracia brasileira atravessa pelo menos desde há uma década.

Entre 2014 e 2018, a democracia brasileira enfrentou um conjunto de problemas/desafios estruturais e contextuais aos quais o regime não conseguiu responder. Em consequência, generalizou-se o descontentamento popular, diminuiu apoio às instituições democráticas e à própria democracia, verificando-se uma mobilização antipluralista (ator/agência) que obteve sucesso com a eleição de Bolsonaro em 2018. A sua presidência foi marcada por um aprofundamento da crise da democracia brasileira e pelo avanço da autocratização. Já a eleição de Lula da Silva como presidente em 2022 tem sido interpretada com uma travagem do processo de autocratização no Brasil (V-DEM INSTITUTE, 2023). A ser assim, o caso brasileiro pode perfeitamente configurar um proeminente caso de estudo sobre a resiliência das democracias em crise e acerca das estratégias de resistência à autocratização, sendo esta uma das linhas de pesquisa futuras a desenvolver (BOESE *et al.*, 2021; GAMBOA, 2017, 2022).

Contudo, a análise desenvolvida impõe algumas cautelas quanto às perspetivas futuras da democracia brasileira. Repare-se que o período entre a eleição de Lula da

Silva (30 de outubro de 2022) e a sua tomada de posse formal (1 de janeiro de 2023) foi marcado por importantes manifestações populares em vários pontos do país, particularmente junto aos edifícios das Forças Armadas brasileiras. Tal movimento de contestação exigia a intervenção dos militares para impedir a tomada de posse de Lula, sob o argumento de fraude eleitoral (negada pelas instituições brasileiras responsáveis pelo processo eleitoral).

Em Brasília, a 8 de janeiro de 2023 e já após a tomada de posse de Lula, uma multidão de pessoas invadiu os edifícios dos três poderes constitucionais, pilares da democracia brasileira, configurando um ataque aberto e violento às instituições democráticas. O evento não deve ser considerado totalmente inesperado e imprevisível, assumindo-se como mais uma manifestação da crise que a democracia brasileira tem vindo a atravessar ao longo da última década. De facto, mesmo perdendo a eleição, Bolsonaro obteve 49,10% dos votos válidos no segundo turno (mais de 58 milhões de votos), prosseguindo na Ciência Política um debate sobre as razões que levam, por vezes, os cidadãos a tolerar, a aceitar e mesmo a apoiar, em contexto democrático, atores políticos com perfil autoritário que assumem ações e comportamentos de cariz claramente antidemocrático (LUO e PRZEWORSKI, 2021; SVOLIK, 2019). Também nesse aspeto, o caso brasileiro pode constituir um laboratório relevante de pesquisas futuras. Além disso, apesar de a maioria (76%) da população brasileira rechaçar o comportamento de bolsonaristas nos atos de 8 de janeiro, 38% ainda acreditava que havia algum tipo de justificativa para o ocorrido, enquanto 40% não reconhecia que Lula havia recebido mais votos que Bolsonaro nas eleições (UNIFYING BRAZIL..., 2023).

A perspetiva da sequência de autocratização proposta por Lührmann (2021) e utilizada neste artigo permite observar e analisar de forma panorâmica a crise que a democracia brasileira tem vindo a enfrentar. Efetivamente, os problemas e desafios estruturais/contextuais que o Brasil enfrentou na última década, os quais propiciaram a mobilização antipluralista e a vitória de Bolsonaro em 2018, permanecem relevantes atualmente, deixando o país exposto a significativos riscos de autocratização.

Nessa nova fase política, marcada pelo regresso de Lula à presidência, as perspetivas futuras da democracia brasileira dependem do maior ou do menor sucesso com que as autoridades democráticas brasileiras conseguirem lidar com os referidos problemas/desafios estruturais e contextuais que persistem, entre os quais se

encontram a corrupção, a pobre *performance* económica, a elevada desigualdade económica, as bolsas de pobreza relevantes, uma cultura política autoritária/antidemocrática significativa, a elevada polarização política situada em níveis tóxicos, o fenómeno da desinformação, bem como as disfuncionalidades do presidencialismo de coalizão. Se é certo que alguns desses problemas estruturais e contextuais não são de resolução fácil e muito menos rápida, algumas pesquisas têm vindo a salientar que as perspetivas futuras de uma democracia em autocratização aumentam num contexto em que os atores pró-democráticos implementam no curto e no médio prazos estratégias de redução da polarização política e de combate à desinformação (V-DEM INSTITUTE, 2023). Pode ser esse um bom ponto de partida para a recuperação da democracia brasileira.

SOBRE OS AUTORES

Pedro Moreira da Fonseca: Doutor em Ciência Política e é professor associado com agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Atualmente é coordenador da Unidade de Ciência Política do ISCSP-ULisboa. É também vice-presidente e investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP-ULisboa e vice-presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política (biénio 2023-2025).

Andressa Liegi Vieira Costa: Doutoranda em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/ULisboa) e professora convidada da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Bolsista de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal (ref. UI/BD/152096/2021). Atua como investigadora colaboradora do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP/ISCSP).

REFERÊNCIAS

1. ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
2. ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, v. 31, n. 1, p. 5–34, 1988.
3. AVRITZER, Leonardo. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 273–289, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201800020006>
4. AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 43–59, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201723143>
5. AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
6. AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fabio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
7. BAIOCCHI, Gianpaolo; TEIXEIRA, Ana Claudia. Brazil: back to the streets? In: ALVAREZ, Sonia E. et al. (Orgs.). *Beyond civil society: activism, participation, and protest in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2017. p. 283–295.
8. BALASSIANO, Marcel. Década cada vez mais perdida na economia brasileira e comparações internacionais. *Portal FGV*, 02 jul. 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/decada-cada-vez-mais-perdida-economia-brasileira-e-comparacoes-internacionais>. Acesso em: 15 fev. 2022.
9. BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380–413, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200005>
10. BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca de Freitas. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, v. 5, n. 1, p. 89–114, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.20058>
11. BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sônia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87–106, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.81460>
12. BAQUERO, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 165–186, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3387>. Acesso em: 16 abr. 2023.
13. BERMEO, Nancy. On democratic backsliding. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 1, p. 5–19, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/on-democratic-backsliding/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
14. BOESE, Vanessa A. et al. How democracies prevail: democratic resilience as a two-stage process. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 885–907, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1891413>
15. CASSANI, Andrea; TOMINI, Luca. *Autocratization in post-Cold War political regimes*. Cham: Springer International Publishing, 2019.
16. CASTRO, Henrique; CASTILHO, Sofia Vizcarra. Uma democracia frágil e sem valores democráticos. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 45–73, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110968>
17. CHEIBUB, José Antonio. *Presidentialism, parliamentarism, and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

18. CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando. Democratic institutions and regime survival: parliamentary and presidential democracies reconsidered. *Annual Review of Political Science*, v. 5, p. 151–179, 2002. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.5.102301.084508>. Acesso em: 16 abr. 2023.
19. COPPEDGE, Michael. Eroding regimes: what, where, and when? *V-Dem Working Papers*, 2017. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3066677>
20. COSTA, Andressa Liegi Vieira. *Crise de representação, cultura política e participação no Brasil: das Jornadas de Junho ao impeachment de Dilma Rousseff (2013–2016)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.
21. DALY, Tom Gerald. Understanding multi-directional democratic decay: lessons from the rise of Bolsonaro in Brazil. *Law and Ethics of Human Rights*, v. 14, n. 2, p. 199–226, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1515/lehr-2020-2014>
22. DEBATE sobre eleições gera mais de 130 milhões de tuítes e de 160 milhões de interações no Facebook em três meses. *FGV DAPP*, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://observa2018.dapp.fgv.br/posts/debate-sobre-eleicoes-gera-mais-de-130-milhoes-de-tuites-e-de-160-milhoes-de-interacoes-no-facebook-em-tres-meses/>. Acesso em: 14 dez. 2022.
23. DELLA PORTA, Donatella. For participatory democracy: some notes. *European Political Science*, v. 18, n. 4, p. 603–616, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41304-018-0198-z>. Acesso em: 16 abr. 2023.
24. DIAMOND, Larry. The impact of the economic crisis: why democracies survive. *Journal of Democracy*, v. 22, n. 1, p. 17–30, jan. 2011. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-impact-of-the-economic-crisis-why-democracies-survive/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
25. DIAMOND, Larry; LINZ, Juan J. Introduction: politics, society, and democracy in Latin America. In: DIAMOND, LARRY; LINZ, Juan J.; LIPSET, Seymour Martin (Orgs.). *Democracy in developing countries: Latin America*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1989. p. 1–58.
26. EASTON, David. *A systems analysis of political life*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
27. FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. *Journal of Democracy*, v. 8, n. 1, p. 5–16, 2017. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-signs-of-deconsolidation/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
28. GALLEGÓ, Esther Solano. La bolsonarización de Brasil. *Documentos de Trabajo IELAT*, n. 121, 2019. Disponível em: https://ielat.com/wp-content/uploads/2019/03/DT_121_Esther-Solano-Gallego_Web_abril-2019.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.
29. GAMBOA, Laura. *Resisting backsliding: opposition strategies against the erosion of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
30. GAMBOA, Laura. Opposition at the margins: strategies against the erosion of democracy in Colombia and Venezuela. *Comparative Politics*, v. 49, n. 4, p. 457–477, 1 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26330983>. Acesso em: 16 abr. 2023.
31. GERSCHESKI, Johannes. Erosion or decay? Conceptualizing causes and mechanisms of democratic regression. *Democratization*, v. 28, n. 1, p. 43–62, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1826935>
32. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luís Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 9–44, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110792>
33. HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. *Backsliding: democratic regress in the contemporary world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.
34. HELLMEIER, Sebastian *et al.* State of the world 2020: autocratization turns viral. *Democratization*, v. 28, n. 6, p. 1053–1074, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1922390>

35. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/bolsonaro-and-brazils-illiberal-backlash/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
36. HUNTER, Wendy; VEGA, Diego. Populism and the military: symbiosis and tension in Bolsonaro's Brazil. *Democratization*, v. 29, n. 2, p. 337-359, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1956466>
37. HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
38. HUQ, Aziz; GINSBURG, Tom. How to lose a constitutional democracy. *UCLA Law Review*, v. 65, n. 1, p. 78-169, 18 jan. 2017. Disponível em: <https://www.uclalawreview.org/lose-constitutional-democracy/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
39. INTERNATIONAL IDEA. *The global state of democracy 2022: forging social contracts in a time of discontent*. Stockholm: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://idea.int/democracytracker/sites/default/files/2022-11/the-global-state-of-democracy-2022.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.
40. ITUASSU, Arthur *et al.* Campanhas online e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e 2018 no Brasil. In: PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (Orgs.). *O Brasil vai às urnas: as campanhas para presidente na TV e internet*. Londrina: Syntagma Editores, 2019. p. 15-49.
41. KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relatório para Site FESPSP.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.
42. KNEUER, Marianne. Unravelling democratic erosion: who drives the slow death of democracy, and how? *Democratization*, v. 28, n. 8, p. 1442-1462, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1925650>
43. LAEBENS, Melis G.; LÜHRMANN, Anna. What halts democratic erosion? The changing role of accountability. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 908-928, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1897109>
44. LEVITSKY, Steven. Como morrem as democracias? *Fundação FHC*, 08 ago. 2018. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/como-morrem-as-democracias-por-steven-levitsky>. Acesso em: 13 jan. 2023.
45. LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The new competitive authoritarianism. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 1, p. 51-65, 01 jan. 2020. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-new-competitive-authoritarianism/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
46. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How democracies die*. New York: Crown Publishing, 2018.
47. LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n. 3, p. 79-97, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008>
48. LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-perils-of-presidentialism/>. Acesso em: 16 abr. 2023.
49. LINZ, Juan J. Crisis, breakdown & reequilibration. In: LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred (Orgs.). *The breakdown of democratic regimes*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978. p. 1-130.
50. LIPSET, Seymour Martin. *Political man: the social bases of politics*. New York: Doubleday & Company, 1960.
51. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. *Política & Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 183-198, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

52. LÜHRMANN, Anna. Disrupting the autocratization sequence: towards democratic resilience. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 1017-1039, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1928080>
53. LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan I. A third wave of autocratization is here: what is new about it? *Democratization*, v. 26, n. 7, p. 1095-1113, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2019.1582029>
54. LÜHRMANN, Anna; MEDZIHORSKY, Juraj; LINDBERG, Staffan. Walking the talk: how to identify anti-pluralist parties. *V-Dem Working Papers*, n. 116, 2021. Disponível em: https://v-dem.net/media/publications/working_paper_116_final.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.
55. LUO, Zhaotian; PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and its vulnerabilities: dynamics of democratic backsliding*. 31 dez. 2021. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3469373>. Acesso em: 20 mar. 2023.
56. MAERZ, Seraphine F.; SCHNEIDER, Carsten. Public discourse and autocratization: infringing on autonomy, sabotaging accountability. *V-Dem Working Papers*, n. 112, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=3779244>. Acesso em: 20 mar. 2023.
57. MAINWARING, Scott. Presidentialism, multipartism, and democracy. *Comparative Political Studies*, v. 26, n. 2, p. 198-228, 1 jul. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414093026002003>
58. MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
59. MCCARTY, Nolan M. *Polarization: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
60. MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the global crisis of democracy: common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764218759576>
61. MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/339707/2018>
62. MERKEL, Wolfgang; LÜHRMANN, Anna. Resilience of democracies: responses to illiberal and authoritarian challenges. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 869-884, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1928081>
63. MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100002>
64. MOISÉS, José Álvaro; WEFORT, Francisco. *Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
65. NOBRE, Marcos. *Limits of democracy*. Cham: Springer, 2022.
66. NOBRE, Marcos. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
67. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Representação, crise e mal-estar institucional. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 1, p. 91-111, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000100006>
68. NORRIS, Pippa. *Democratic deficit critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
69. ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. Um desacordo entre manifestantes e convocantes dos protestos? *El País*, 18 ago. 2015a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439933844_328207.html. Acesso em: 22 jan. 2023.
70. ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther; NADER, Lucia. Um protesto contra todo o sistema político? *El País*, 14 abr. 2015b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429037495_877092.html. Acesso em: 21 fev. 2023.

71. PAGLIARINI, Andre. Jair Bolsonaro: beyond the pale, above the fray (born 1955). In: LARRES, Klaus (Org.). *Dictators and autocrats: securing power across global politics*. London: Routledge, 2021. p. 399-413.
72. PRZEWORSKI, Adam. *What do measures of political polarization measure and what they do not?* 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4105625>
73. PRZEWORSKI, Adam. *Crises of democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
74. PRZEWORSKI, Adam *et al.* *Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
75. REPUCCI, Sarah; SLIPOWITZ, Amy. The global expansion of authoritarian rule. *Freedom House*, Washington, D.C., 2022. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2022/global-expansion-authoritarian-rule>. Acesso em: 16 abr. 2023.
76. RUEDIGER, Marco Aurélio. *Desinformação nas eleições 2018: o debate sobre fake news no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br:80/dspace/handle/10438/29093>. Acesso em: 16 mar. 2023.
77. SAAD-FILHO, Alfredo; BOFFO, Marco. The corruption of democracy: Corruption scandals, class alliances, and political authoritarianism in Brazil. *Geoforum*, v. 124, p. 300-309, 1 ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.02.003>
78. SATO, Yuko *et al.* Institutional order in episodes of autocratization. *V-Dem Working Papers*, n. 133, 2022. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/publications/WP_133.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.
79. SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.
80. SHUGART, Matthew; CAREY, John M. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
81. SOMER, Murat; MCCOY, Jennifer; LUKE, Russell E. Pernicious polarization, autocratization and opposition strategies. *Democratization*, v. 28, n. 5, p. 929-948, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1865316>
82. SOUZA, Cláudio André de. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, v. 8, n. 3, p. 35-51, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3281>. Acesso em: 17 abr. 2023.
83. STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. In: ABRANCHES, Sérgio (Org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 277-292.
84. STEPAN, Alfred; SKACH, Cindy. Constitutional frameworks and democratic consolidation: parliamentarianism versus presidentialism. *World Politics*, v. 46, n. 1, p. 1-22, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/2950664>
85. SVOLIK, Milan W. Polarization versus democracy. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, p. 20-32, 2019. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/polarization-versus-democracy/>. Acesso em: 17 abr. 2023.
86. SVOLIK, Milan W. Which democracies will last? Coups, incumbent takeovers, and the dynamic of democratic consolidation. *British Journal of Political Science*, v. 45, n. 4, p. 715-738, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0007123413000550>
87. SVOLIK, Milan W. Authoritarian reversals and democratic consolidation. *American Political Science Review*, v. 102, n. 2, p. 153-168, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055408080143>
88. TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>
89. TOMINI, Luca. Don't think of a wave! A research note about the current autocratization debate. *Democratization*, v. 28, n. 6, p. 1191-1201, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1874933>

90. TOMINI, Luca; WAGEMANN, Claudius. Varieties of contemporary democratic breakdown and regression: a comparative analysis. *European Journal of Political Research*, v. 57, n. 3, p. 687-716, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12244>
91. TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Índice de Percepção da Corrupção 2022*. 2022. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>. Acesso em: 2 fev. 2023.
92. TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Brazil: setbacks in the legal and institutional anti-corruption frameworks*. 2019. Disponível em: <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/58:brazil-setbacks-in-the-anti-corruption-legal-and-institutional-frameworks?stream=1>. Acesso em: 17 abr. 2023.
93. UNIFYING BRAZIL will be Lula's biggest challenge in office. *Wilson Center*, Jan. 12, 2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/unifying-brazil-will-be-lulas-biggest-challenge-office>. Acesso em: 17 abr. 2023.
94. V-DEM INSTITUTE. *Defiance in the face of autocratization: democracy report 2023*. Gothenburg: [s.n.], 2023. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.
95. V-DEM INSTITUTE. *Graphing tools: variable graph*. ©2023. Disponível em: https://v-dem.net/data_analysis/VariableGraph/. Acesso em: 2 fev. 2023.
96. V-DEM INSTITUTE. *Autocratization turns viral: democracy report 2021*. Gothenburg: [s.n.], 2021. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/filer_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f9-8794add5c60f/dr_2021_updated.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.
97. VEJA PESQUISA completa do Ibope sobre os manifestantes. *G1*, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 18 fev. 2023.
98. VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: HARVEY, David *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 53-58.
99. VICINO, Thomas J.; FAHLBERG, Anjuli. The politics of contested urban space: the 2013 protest movement in Brazil. *Journal of Urban Affairs*, v. 39, n. 7, p. 1001-1016, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1323545>
100. WALDNER, David; LUST, Ellen. Unwelcome change: coming to terms with democratic backsliding. *Annual Review of Political Science*, v. 21, p. 93-113, 2018. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-050517-114628>. Acesso em: 17 abr. 2023.
101. WORLD BANK. *World Bank Open Data*. ©2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

Submissão em 20 de março de 2023.

Aceito em 30 de março de 2023.



DOSSIÊ

DEMOCRACIA SOB ATAQUE: POLARIZAÇÃO POLÍTICA E PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS HOSTIS NO TWITTER NAS ELEIÇÕES DE 2022

*DEMOCRACY UNDER ATTACK:
POLITICAL POLARIZATION AND
PRODUCTION OF HOSTILE CONTENT
ON TWITTER DURING THE 2022
ELECTIONS*

Patrícia Dias dos Santos* 

Claudio Luis de Camargo Penteado** 

Laura Damaceno de Almeida*** 

Denise Hideko Goya**** 

* Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPGCCM), Santo André/SP, Brasil.

E-mail: patricia.santos@ufabc.edu.br.

** Universidade Federal do ABC, Centro de Engenharia e Ciências Sociais (CECS), São Bernardo do Campo/SP, Brasil.

E-mail: claudio.penteado@ufabc.edu.br.

*** Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação (PPGCCM), Santo André/SP, Brasil.

E-mail: l.damaceno@ufabc.edu.br.

**** Universidade Federal do ABC, Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC), Santo André/SP, Brasil. email: denise.goya@ufabc.edu.br.

RESUMO

Este artigo analisa o rendimento teórico do clássico ensaio de Marcel Mauss na discussão a respeito da ideia de cidadania em Robert Putnam. Autores concentrados em pensar os fundamentos não formalmente expressos do contrato, seus pressupostos remontam ao debate seminal nas ciências sociais sobre obrigatoriedade versus espontaneidade. Associado aos estudos sobre cidadania, em Comunidade e democracia, Putnam investiga os diferentes graus de engajamento cívico e sua relação com as práticas governamentais, variável capaz de indicar a qualidade dos regimes democráticos pela via de um sistema de prestações. No plano desse debate, cabe explorar, através da revisão bibliográfica, como o Ensaio sobre a dádiva contribui para a compreensão do papel da cultura no desempenho das democracias. Consideramos a hipótese do diálogo entre essas duas versões da aliança na ação cotidiana e sua fecundidade aos estudos sobre o modo pelo qual os indivíduos vivenciam a regra nas democracias modernas. Trata-se de um esforço de interlocução entre os campos da antropologia e da ciência política, em específico o debate sobre o engajamento na vida pública.

Palavras-chave: Teoria Social. Reciprocidade. Democracia. Confiança.

ABSTRACT

This article analyzes the theoretical performance of the classic essay by Marcel Mauss in the discussion about the idea of citizenship in Robert Putnam. Authors focused on thinking about the non-formally expressed foundations of the contract and their assumptions go back to the seminal debate in the social sciences about obligatoriness versus spontaneity. Associated with studies on citizenship, in Making democracy work, Putnam investigates the different degrees of civic engagement and its relationship with government practices, a variable capable of indicating the quality of democratic regimes through a system of benefits. In terms of this debate, it is worth exploring, through a bibliographic review, how the essay The gift contributes to the understanding of the role of culture in the performance of democracies. We consider the hypothesis of the dialogue between these two versions of the alliance in everyday action and its fecundity in studies on the way in which individuals experience rules in modern democracies. It is an effort of dialogue between the fields of anthropology and political science, specifically the debate on engagement in public life.

Keywords: Social Theory. Reciprocity. Democracy. Confidence.

INTRODUÇÃO

A crise da democracia liberal tem possibilitado a emergência de discursos antissistema que questionam a credibilidade e legitimidade das instituições, contexto que favorece o surgimento de lideranças autoritárias (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018) e a possibilidade de uma ruptura democrática (CASTELLS, 2018).

A transformação do ecossistema de comunicação com a expansão da internet e a popularização do acesso por meio das plataformas digitais, ao mesmo tempo que possibilitou uma comunicação mais democrática – ao abrir espaço para que novos atores sociais possam expressar suas demandas e opiniões, como mostram os estudos das grandes mobilizações do ciclo de protestos de 2010 a 2013 (CASTELLS, 2017) –, por outro lado permitiu a entrada no debate público de atores políticos radicais (SUNSTEIN, 2018), que criam dificuldades para a formação de consensos democráticos mínimos em torno dos valores da democracia liberal (RASMUSSEN, 2013).

No Brasil, a pesquisa A cara da democracia (IDDC, 2019) mostra que, apesar da maioria da população (64,8%) ainda ser favorável a esse modelo de governo em relação a outras formas, o nível de satisfação é muito baixo, com apenas 33% de pessoas satisfeitas, contra 65% de insatisfeitos. Em relação ao Poder Judiciário, a maioria da população (63,4%) confia pouco ou não confia nesse poder. Esse sentimento de descrédito nas instituições é estimulado pela estratégia discursiva antissistema de Jair Bolsonaro, que constantemente utiliza seus canais em plataformas digitais para tecer críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à credibilidade das urnas eletrônicas (NOBRE, 2020).

A desconfiança no Judiciário e a insatisfação com a democracia colocam em risco a credibilidade do sistema eleitoral brasileiro. Essa descrença é alimentada pela difusão de desinformação nas plataformas digitais, com notícias falsas como, por exemplo, a da existência de fraude nas urnas nas eleições de 2018, difundida por perfis influentes (RECUERO, 2020), o que contribui para um processo de deslegitimação das instituições da democracia liberal (CASTELLS, 2018).

Além da existência de um processo massivo de desinformação, o debate on-line também tem se caracterizado pelo conflito discursivo entre perfis com posicionamentos políticos antagônicos (PENTEADO, GOYA e DE FRANÇA, 2021; VINHAS, SAINZ e RECUERO, 2020) e pela expressão de discursos de ódio, produção

de conteúdos hostis e difusão de conspirações que contribuem para a radicalização política (RIEBE et al., 2018).

Dentro desse contexto, o artigo tem por objetivo analisar os ataques ao sistema eleitoral brasileiro nas eleições de 2022 no Twitter, por meio da identificação e classificação de conteúdos hostis relacionados às urnas eletrônicas, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e aos ministros desse tribunal. Assim, as questões de pesquisa que este trabalho busca responder são: (P1) Quais os principais tipos de conteúdos hostis? (P2) Qual o posicionamento político dos perfis que publicam conteúdos hostis?

O artigo apresenta uma abordagem teórica e metodológica interdisciplinar, que combina elementos da comunicação política e da ciência da computação, e está organizado da seguinte forma: primeiramente são apresentados o referencial teórico e trabalhos relacionados, subdivididos em discurso de ódio e debate eleitoral, e detecção de toxicidade e o uso de técnicas computacionais, enquanto na seção seguinte é discutida a metodologia proposta. Na sequência, descrevem-se e se discutem os resultados encontrados, e, finalmente, na última seção, são discutidas as conclusões encontradas e possíveis trabalhos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO E TRABALHOS RELACIONADOS

As mídias sociais, dada a sua usabilidade e popularização entre pessoas conectadas, fornecem uma plataforma para que todos os usuários se expressem livremente; porém, a identificação de conteúdos tóxicos e ofensivos não é rara e pode impactar severamente a experiência do usuário e até mesmo a civilidade de uma comunidade (YIN e ZUBIAGA, 2021). Essa característica tem chamado a atenção de pesquisadores, que, como apresentado a seguir, têm realizado estudos que abordam o uso de conteúdos ofensivos em contexto de debates eleitorais em plataformas digitais com auxílio de técnicas computacionais que possibilitam automatizar a identificação de mensagens com conteúdos hostis em meio a grandes volumes de dados.

DISCURSO DE ÓDIO E O DEBATE ELEITORAL

As pesquisas sobre o debate em plataformas digitais em torno do sistema eleitoral, em geral, abordam o tema da desinformação, como o trabalho de Recuero (2020)

sobre as estratégias no Twitter para legitimar o discurso sobre “fraude nas urnas” nas eleições de 2018, ou a circulação de conteúdos que insinuam a existência de fraude e manipulação eleitoral no Brasil, distribuídos nas campanhas de YouTube entre os anos de 2014 e 2020, conforme pesquisa conduzida por Ruediger e Grassi (2020).

Dadas as características de incivildade nas conversações políticas em plataformas digitais (ROSSINI, 2020), diversas pesquisas têm se dedicado a estudar os efeitos dos discursos políticos para os processos eleitorais, em especial o discurso de ódio e produção de conteúdos tóxicos. O estudo de Siegel et al. (2019) sobre o discurso de ódio on-line e a retórica nacionalista branca no Twitter da campanha de Trump em 2016, por meio de análise de aprendizado de máquina (machine learning) das publicações na plataforma, aponta que, embora os eventos de campanha estimulassem picos de discurso de ódio, esse tipo de conteúdo tende a se dissipar no decorrer do tempo.

Outra forma de análise dos discursos de ódio é por meio do uso de análise crítica do discurso, o que possibilita uma interpretação dos sentidos mobilizados pelos usuários, como o estudo de Trajkova e Neshkovska (2018) sobre propaganda com discurso de ódio no Facebook e Instagram durante as eleições de 2016 na Macedônia.

Ainda, existem pesquisas que visam verificar se há correlação entre discursos de ódio e formação de câmaras eco-ideológicas (SUNSTEIN, 2018). A radicalização da política nas mídias sociais pode levar à produção de polarização afetiva, que desloca a disputa entre projetos políticos antagônicos para um conflito em torno de afetos e emoções mobilizados pelos grupos políticos em disputa (IYENGAR et al., 2019) e contribui para a disseminação do discurso de ódio no debate político on-line.

Outra forma de estudar o discurso de ódio em plataformas digitais é através da abordagem de análise de redes sociais, que destaca as interações entre os perfis, como o estudo de Mercuri e Lima-Lopes (2020) sobre o discurso de ódio como elemento de uma estratégia discursiva populista de mobilização que favorece a expressão de conteúdos hostis e ataques a grupos estigmatizados.

Uma importante contribuição é o artigo de Pascual-Ferrá et al. (2021), que associa o discurso contra o uso de máscaras na pandemia, durante o segundo semestre de

2020 nos Estados Unidos, com o uso de linguagem tóxica pelos usuários no debate público on-line, realizado por meio da verificação automatizada de conteúdos.

Contudo, inexistem estudos que combinem a análise de discurso de ódio contra as instituições da democracia e a credibilidade do sistema eleitoral, com foco na produção de conteúdos tóxicos, e polarização afetiva ideológica nas plataformas digitais. Desta forma, este artigo visa contribuir com os estudos sobre os ataques ao sistema eleitoral e suas instituições democráticas, por meio da detecção de conteúdos tóxicos e polarização política ideológica, com uso de técnicas computacionais, no debate on-line no Twitter nas eleições de 2022 no Brasil.

DETECÇÃO DE CONTEÚDO HOSTIL COM O APOIO DE TÉCNICAS COMPUTACIONAIS

O uso de técnicas de inteligência artificial é bastante útil para identificar se determinados textos contêm discurso de ódio. De acordo com um levantamento realizado por Fortuna e Nunes (2018), grande parte dessas técnicas se baseia em aprendizado de máquina supervisionado, que requer a intervenção de pessoas para "ensinar" a máquina, por meio de exemplos, quais mensagens caracterizam ou não falas ofensivas e hostis. Os autores discutem várias definições de discurso de ódio, relacionando-as com conceitos similares (porém distintos), como linguagem abusiva, tóxica, discriminatória ou extremista, com o objetivo de demonstrar como a eficiência de uma abordagem computacional é sensível à definição e ao contexto empregados.

Guimarães et al. (2020) apontam que a ferramenta que é considerada estado da arte em detecção de discurso de ódio é a Perspective API (PERSPECTIVE, ©2021), que adota como definição central a toxicidade em redes sociais, que pode ser descrita como “[...] um comentário rude, desrespeitoso ou irracional que provavelmente fará as pessoas deixarem uma discussão” (WULCZYN, THAIN e DIXON, 2017). As linguagens ofensivas e abusivas são utilizadas como termos genéricos no contexto de estudos de detecção automática de toxicidade. Porém, enquanto “fortemente indelicado, rude” e o possível uso de palavrões são vistos em ambas as definições, a linguagem abusiva contém um forte componente de intencionalidade. O discurso de ódio se enquadra em ambas as categorias (YIN e ZUBIAGA, 2021). A Perspective API é uma ferramenta desenvolvida pela Jigsaw, subsidiária do Google, para detectar automaticamente comentários “tóxicos” on-

line. Ela utiliza algoritmos de processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina para identificar conteúdos abusivos ou ameaças escritos em diversos idiomas, incluindo o português.

ElSherief et al. (2018) fizeram um estudo comparativo entre os instigadores de discurso de ódio e os usuários-alvo no Twitter utilizando as métricas de toxicidade da ferramenta Perspective API. Eles descobriram que os instigadores escolhem usuários famosos ou muito populares no Twitter, o que aumenta sua própria visibilidade on-line.

Fortuna, Soler e Wanner (2020) analisaram e compararam seis diferentes datasets de discurso de ódio manualmente rotulados em relação à sua semelhança e compatibilidade. Após tratamento para padronizar os rótulos das base de dados, eles submeteram os datasets escolhidos à ferramenta Perspective API, obtendo desempenhos diferentes dependendo das categorias e conjuntos de dados. Os autores concluíram que muitas definições diferentes estão sendo usadas para conceitos equivalentes, o que torna a maioria dos dados disponíveis publicamente incompatíveis.

Guimarães et al. (2020) utilizam a ferramenta Perspective API para caracterizar comentários tóxicos de usuários brasileiros no Facebook no contexto da saída da prisão do ex-presidente Lula. Eles observaram que páginas de mídia recebem mais toxicidade que páginas de figuras públicas, mas os comentários tóxicos são mais prevalentes quando figuras públicas se tornam o tópico de uma postagem.

Desta forma, a Perspective API se mostra como um instrumento importante para o estudo de comentários hostis em mídias sociais, mas há a necessidade de fazer ajustes metodológicos de forma a garantir que as análises e categorias sejam contextualizadas de acordo com o objeto de estudo, no caso conteúdos hostis contra elementos do sistema eleitoral brasileiro, conforme se apresenta na metodologia, a seguir.

METODOLOGIA

Nesta seção são apresentadas as etapas da metodologia proposta para este estudo, incluindo a descrição da coleta de dados, a estratégia adotada para selecionar e agrupar usuários participantes na discussão do tema estudado de acordo com o

seu posicionamento, e como foi inferida a hostilidade dos textos compartilhados por eles no Twitter.

COLETA DE DADOS

Foram coletados tuítes, retuítes e respostas relacionados ao debate sobre o sistema eleitoral brasileiro, em tempo real, entre julho e agosto de 2022, conforme pode ser observado no Quadro 1. Os termos gerais estão relacionados às acaloradas discussões que ocorreram no Brasil em 2021 e 2022, envolvendo argumentos a favor e contra a utilização da urna eletrônica e a adoção do voto impresso. Também foram selecionados nomes de alguns dos ministros que atuam ou atuaram no TSE e STF por eles serem responsáveis por tomar decisões importantes relacionadas às eleições e questões políticas do país, incluindo aqueles mais alinhados ao bolsonarismo. Esses juízes, incluindo o ministro Alexandre de Moraes, uma figura central no debate, foram incluídos juntamente com seus apelidos, tais como Xandão, Xandao, e Alexandre de Moraes. A coleta foi realizada utilizando a API do Twitter (©2023)¹.

Quadro 1. Dados gerais da coleta

Termos Gerais	TSE, Tribunal Superior Eleitoral, urna eletrônica, urna eletronica, fraude na urna, voto impresso, voto auditável, voto auditavel, tsejusbr
Nomes dos Ministros do TSE e STF	Luís Roberto Barroso, Luís Barroso, Luis Barroso, Fachin, Alexandre de Moraes, Alexandre de Moraes, Xandão, Xandao, Mauro Luiz Campbell Marques, Mauro Campbell, Benedito Gonçalves, Benedito Goncalves, Sérgio Silveira Banhos, Sérgio Banhos, Sergio Banhos, Carlos Bastide Horbach, Horbach, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Carmen Lucia, Raul Araújo, Raul Araujo, Nunes Marques, André Mendonça, Andre Mendonca, Paulo Sanseverino, Maria Cláudia Bucchianeri, Maria Claudia Bucchianeri, Maria Bucchianeri
Hashtags	votoimpresso, votoimpressoauditaveljá, urnaeletronica, fraudenasurnas, fraudeeleitoral, alexandredemoraes, foraalexandredemoraes, EuApoioVotoAuditavel, UrnasForamInvadidas, Brasilpelovotoauditavel
Período de coleta	18-07-2022 a 22-08-2022
Quantidade total de <i>tweets</i>	2.881.263

Fonte: Elaboração própria

¹Disponível em: <https://developer.twitter.com/en/docs/twitter-api>. Acesso em: 24 mar. 2023.

A análise de dados foi feita em três níveis: (i) identificação de posicionamento de clusters polarizados de usuários mais vocais (conforme definição na subseção a seguir), (ii) análise de hostilidade do conteúdo compartilhado por cada cluster, e uma (iii) análise qualitativa do conteúdo das publicações com ataques às instituições e ao sistema democrático.

DETECÇÃO DE POSICIONAMENTO DE CLUSTERS POLARIZADOS

A detecção de posicionamento visa determinar de forma automática se o autor de um texto é favorável, contrário ou neutro em relação a um tópico ou proposição (MOHAMMAD, SOBHANI e KIRITCHENKO, 2017), importante técnica para estudos sobre debates políticos que envolvem necessariamente grupos em conflitos e com posicionamentos diferentes.

Para responder à pergunta de pesquisa sobre qual o posicionamento político dos perfis que publicam conteúdo tóxico, foi aplicado um método de detecção de posicionamento não supervisionado que busca agrupar os usuários em clusters polarizados a partir das contas de usuários que eles retuitam.

A fundamentação dessa abordagem parte de estudos que sugerem que os usuários da web tendem a polarizar sua opinião (CONOVER et al., 2011) e a formar comunidades a partir de afinidades políticas, seguindo o princípio da homofilia discutido por McPherson, Smith-Lovin e Cook. (2001).

Os três passos a seguir foram realizados com base em estudo anterior conduzido por Santos e Goya (2022), que adapta parte da técnica desenvolvida por Darwish et al. (2020):

1. Seleção de características: foi calculado o quartil da quantidade de retweets por usuário, com o objetivo de selecionar 25% dos valores mais elevados. Desse modo, foi possível selecionar os usuários mais vocais, ou seja, aqueles com maior participação na discussão em cada base. Após isso, foi construída uma representação algébrica (vetor de categorias) para cada usuário selecionado, com base nas contas que ele retuitou, e calculada a proximidade entre cada par de usuários (similaridade do cosseno).
2. Redução de dimensionalidade: após o cálculo da similaridade, os usuários foram projetados em um espaço bidimensional utilizando o algoritmo UMAP

(uniform manifold approximation and projection), com o objetivo de identificar de forma objetiva a posição relativa entre os usuários.

3. Clusterização: feita a projeção dos usuários em um espaço bidimensional, eles foram agrupados utilizando o algoritmo mean shift. Isso permitiu a obtenção de dois grandes clusters polarizados.

ANÁLISE DE HOSTILIDADE DO CONTEÚDO COMPARTILHADO

Para inferir a hostilidade dos textos compartilhados pelos usuários pertencentes aos clusters polarizados, foi utilizada a Perspective API. Essa ferramenta utiliza uma escala de 0 a 1 para indicar a probabilidade de um comentário ser tóxico. Adicionalmente, fornece métricas que apontam a probabilidade de um texto conter especificamente, por exemplo, ameaça, insulto ou ataque identitário, conforme descrição do Quadro 2. Segundo Guimarães et al. (2020), a maioria dos resultados dessas métricas “[...] está altamente correlacionada entre si (o coeficiente de correlação de Pearson maior que 0,8 ($p < 0,05$))”, fato confirmado neste presente estudo por observação direta das postagens que receberam pontuação maior do que 0,9 nos índices indicados no Quadro 2. Por esse motivo, optou-se por empregar o termo “hostilidade” para referenciar genericamente qualquer desses tipos, e “toxicidade” quando se analisa especificamente os dados relacionados com a métrica de toxicidade.

Quadro 2. Dados gerais da coleta

Métricas	Descrição
TOXICIDADE	Um comentário rude, desrespeitoso ou irracional que provavelmente fará com que as pessoas abandonem uma discussão.
TOXICIDADE SEVERA	Esse atributo é uma versão da toxicidade menos sensível a formas mais leves de toxicidade, como comentários que incluem usos positivos de palavras.
ATAQUE IDENTITÁRIO	Comentários negativos ou de ódio direcionados a alguém por causa de sua identidade.
INSULTO	Comentário ofensivo, inflamatório ou negativo direcionado a um indivíduo ou grupo.
PROFANIDADE	Palavras, xingamentos ou outra linguagem obscena ou profana.
AMEAÇA	Descreve a intenção de infligir dor, lesão ou violência contra um indivíduo ou grupo.

Fonte: Adaptado de Perspective (©2023), tradução nossa.

ANÁLISE QUALITATIVA DE CONTEÚDO

Quatro codificadores aplicaram manualmente a análise de conteúdo às mensagens finais selecionadas para classificar suas características gerais e identificar ataques às instituições e ao sistema eleitoral brasileiro. A categorização apresentada pode ser suscetível a preconceitos humanos, o que os autores reconheceram e tentaram mitigar ao longo das etapas de brainstorming, iteração e anotação final. A categorização foi refinada com base nas discussões entre os autores. Algumas das anotações foram alteradas e outras foram mantidas com base na maioria dos votos na iteração final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram analisados perto de 2,3 milhões de retweets (cerca de 79,78% dos tweets coletados), compartilhados por cerca de 175 mil usuários. No primeiro nível de análise dos dados, com o emprego da técnica de detecção automática de posicionamento, foi possível identificar e rotular cerca de 16,5% desses usuários, que provaram ser os mais engajados. Tais dados são reportados na Tabela 1. É importante destacar que esses usuários rotulados foram responsáveis por cerca de 71,1% dos retweets feitos. Esses números indicam que, apesar de os usuários vocais serem minoria, são eles que movimentam e participam ativamente das discussões.

Tabela 1. Dados gerais da coleta

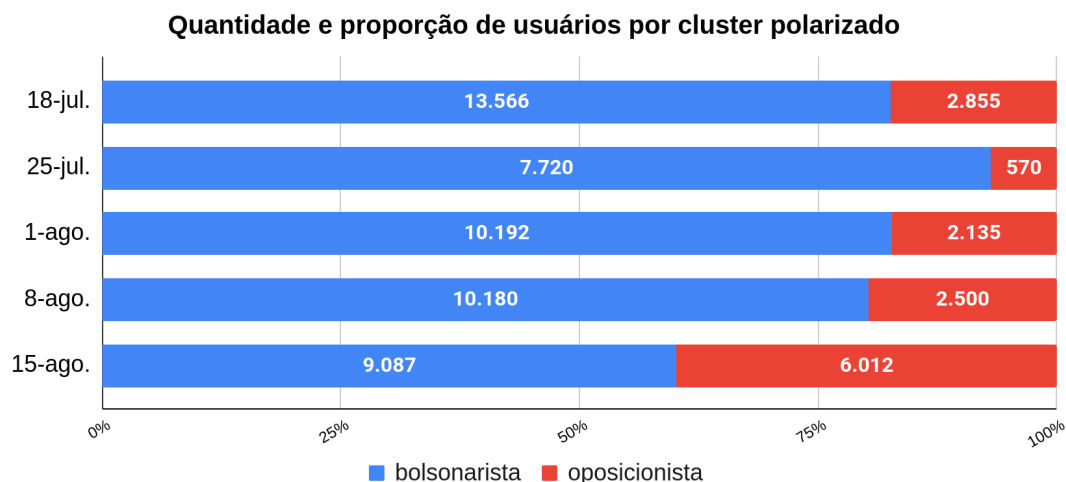
Dado	Quantidade	%
Número de usuários únicos	175.591	100%
Número de usuários únicos rotulados	29.039	16,5%
Total de <i>retweets</i>	2.298.789	100%
Total de <i>retweets</i> realizados por usuários rotulados	1.634.946	71,1%

Fonte: Elaboração própria.

Em todas as cinco semanas de coleta, formaram-se dois agrupamentos fortemente polarizados. O primeiro, composto por perfis de apoiadores do governo Bolsonaro, foi rotulado como "bolsonarista". O segundo grupo, por promover o confronto oposicionista, foi nomeado "oposicionista". Observa-se pela Figura 1 que o primeiro grupo foi majoritário em todas as semanas e, em quatro delas, superou os 75% de prevalência. Apenas na semana de 15 de agosto,

há um expressivo crescimento do cluster oposicionista. Isso ocorreu devido à forte repercussão entre os usuários do Twitter em torno da cerimônia de posse do ministro Alexandre de Moraes à presidência do TSE.

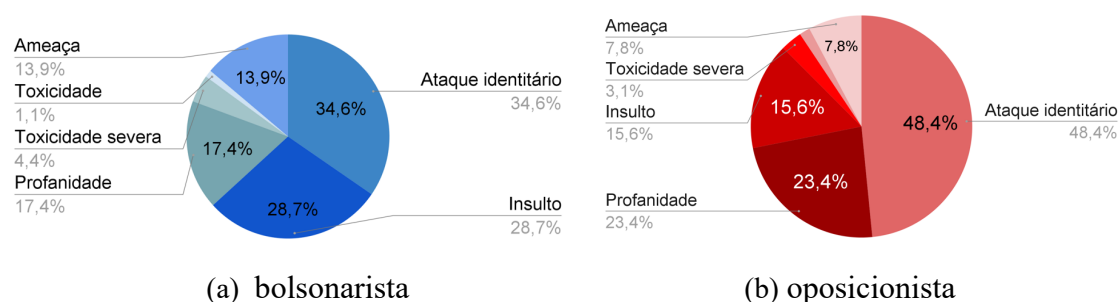
Figura 1. Distribuição dos usuários mais vocais por cluster polarizado nas cinco semanas analisadas



Fonte: Elaboração própria

O segundo nível de análise realizado envolveu o processamento computacional para classificação dos retweets com a ferramenta Perspective, seguido de uma verificação manual pelos quatro pesquisadores para selecionar somente as postagens que estavam relacionadas com o tema e que continham teor hostil.

Para responder à questão de pesquisa (P1) Quais os principais tipos de conteúdos hostis?, foram analisados os retweets que receberam pontuação de toxicidade superior a 0,9 em ao menos uma das seis categorias da ferramenta Perspective selecionadas (ver Quadro 2). Por meio da Figura 2, pode-se perceber que, tanto no cluster bolsonarista quanto no oposicionista, “ataque identitário” foi a métrica que se mostrou mais presente nos retweets; entretanto, os clusters apresentaram diferenças na segunda métrica mais frequente: no cluster bolsonarista (Figura 2a) “insulto” esteve em 28,7% dos retweets, seguido por “profanidade” com 17,4%. No cluster oposicionista (Figura 2b), “profanidade” esteve em 23,4% dos retweets, seguido por “insulto”, com 15,6%.

Figura 2. Distribuição dos tipos de hostilidade identificados nos retweets extraídos de cada cluster

Fonte: Elaboração própria

Alguns exemplos de textos compartilhados por usuários de um dos clusters e que obtiveram pelo menos 0,9 em ao menos uma das métricas da Perspective (ou seja, 90% de probabilidade de ser conteúdo tóxico) podem ser vistos no Quadro 3.

Quadro 3. Exemplos de conteúdos hostis e algumas métricas da Perspective API

Texto	Métrica
Não acreditamos neste supremo o tse que se dane com esta conversinha de merda é só por urnas auditáveis e tá tudo certo	Profanidade 0,96
@RodrigoMaia Tão comprovado que um hacker invadiu a porra toda por 8 meses usando a senha de um ministro. Tão comprovado que o hacker está preso e a PF abriu inquérito a pedido do TSE. Você é idiota ou negacionista?	Insulto 0,96
"@TSEjusbr 🗡️🔪🔪 Seus Ditadores ministros do @STF_oficial Vem aqui na minha cidade q o Povo sabe dar Facada. Cuidado! @alexandre @TSEjusbr @LRobertoBarroso @gilmarmendes @MinAMendonca @liberal22_rs https://t.co/dYuaQF9ach "	Ameaça 0,93
ATENÇÃO: DENTRO DO TSE JÁ FALAM ABERTAMENTE QUE IRÃO IMPUGNAR A CANDIDATURA DO NOSSO PRESIDENTE, MORAES CABEÇA DE PIROCA NEM ESCONDE SUAS MÁS INTENÇÕES, DIA 7SETEMBRO O POVO TEM QUE LOTAR AS RUAS DO BRASIL, SUPREMO É O POVO CARALHO!!!	Profanidade 0,94
E o TSE, o mesmo que deu de ombros pras denúncias da campanha bolsonarista de 2018, segue oferecendo condições pra levar uma facada, ou tiro, nas próprias costas... "Brasil 247: TSE avalia ceder a militares para aliviar tensão às vésperas da eleição." https://t.co/ChfpNvMAUQ	Ameaça 0,91
@TSEjusbr No Japão as privadas são eletrônicas mas as urnas não. No Brasil 60% das residências não tem esgoto mas as urnas são infalíveis... 🤔🤔🤔 Só um idiota para acreditar 🤔 #STFVergonhaNacional	Insulto 0,91
Vamos destruir esse braço da esquerda instalado no pt\$tfcc e no t\$é... ! BRASIL UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO! CHEGA DE ATURAR ESSA CORJA DE COMUNISTAS... General Paulo Sérgio dá ultimato no TSE	Ataque Identitário 0,95

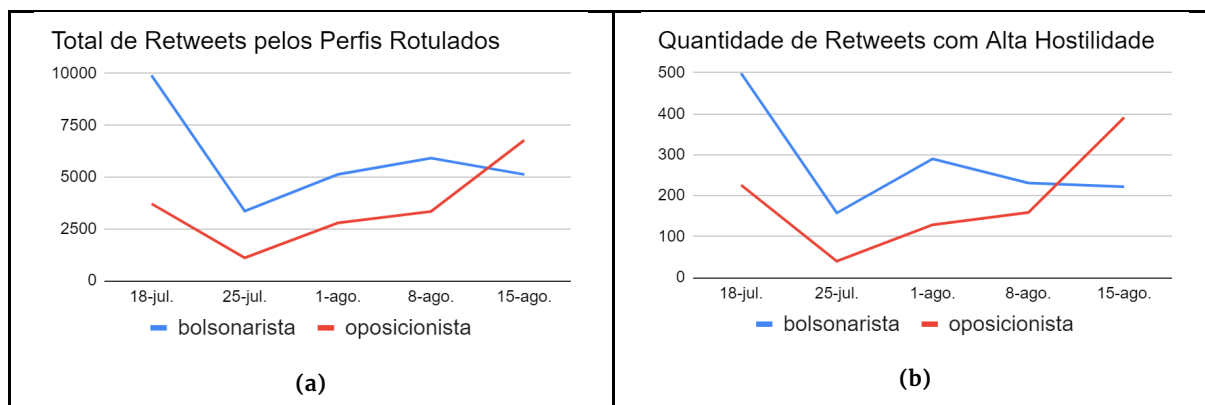
Texto	Métrica
para que Forças Armadas tenham acesso ao código-fonte das urnas	
Tribunal Superior Eleitoral reduz acesso a informações sobre bens de candidatos! Qual é o propósito disso a não ser os urubus de toga protegerem os filhos da puta que militam na política? O tribunal é sócio de picaretas que emporcalham o Brasil. Ministros são igualmente bandidos!	Ataque Identitário 0,94
Minha gente !!! Nunca vimos dois ministros STF tão escrachados como Nunes Marques e Cássio com k !!! Os caras são escroto, bandidos nojento, cães a serviço do crime !!!	Insulto 0,95
Não dá pra confiar, são todos canalhas ! Xandão e outros ministros do STF, vão ao encontro de Bolsonaro, pra convidá-lo pra posse de ministro. São covardes, bajuladores de miliciano bandido, são farinha do mesmo saco. Canalhas canalhas canalhas.	Ataque Identitário 0,92

Fonte: Elaboração própria

Na Figura 3a, é possível observar a quantidade de retweets produzidos pelos perfis mais vocais, que puderam ser rotulados como pertencentes a um dos dois clusters. E, na Figura 3b, um subconjunto desses retweets que alcançaram pontuação alta para hostilidade (maior que 0,9 em alguma das métricas). Dentre os retweets que circularam no cluster bolsonarista, em média 4,72% foram considerados muito hostis, frente a 4,97% no cluster oposicionista. Pela Figura 3, nota-se que os perfis do cluster bolsonarista foram os que produziram maior volume de retweets e de retweets com teor hostil. No total das cinco semanas, o grupo bolsonarista foi responsável por cerca de 59,7% dos retweets considerados tóxicos, contra 40,3% do grupo opositor.

Durante a semana de 15 de agosto, ocorreu manifestação maior entre os perfis de oposicionistas, por conta da posse do ministro Alexandre de Moraes como presidente do TSE, o que gerou uma forte onda de comentários hostis contra o presidente Bolsonaro por parte desse cluster.

Figura 3. Quantidade de retweets: (a) dos usuários vocais (b) com alta hostilidade

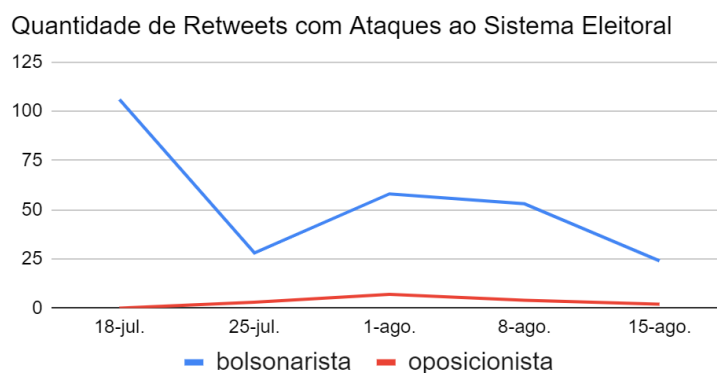


Fonte: Elaboração própria

ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL

O terceiro e último nível de análise teve por objetivo fazer um estudo em relação aos tweets tóxicos com ataques ao sistema democrático, mais especificamente ao sistema eleitoral. Foram selecionados os tweets com hostilidade acima de 0,9 e que contivessem uma das seguintes palavras-chave: “TSE”, “STF”, “ministro”, “urna”, “voto impresso”, “sistema eleitoral”, “eletrônicas”, “auditável”, “urnas”, “eletrônica”, “ministros”, “supremo”, “votos”, “forças armadas”. O volume de tais mensagens ao longo das semanas e em cada agrupamento pode ser observado na Figura 4, em que se torna evidente a ocorrência majoritária de mensagens propagadas por perfis do cluster bolsonarista.

Figura 4. Volume de mensagens que continham ataques ao sistema eleitoral



Fonte: Elaboração própria

Para apoiar uma análise qualitativa sobre as postagens com ataques ao sistema democrático, adotou-se duas estratégias: (i) verificação da ocorrência de termos mais frequentes em nuvens de palavras e (ii) identificação dos assuntos predominantes e suas palavras-chave. Antes de proceder com ambas as estratégias, aos textos dos retweets selecionados, foi aplicado um filtro para remover preposições e palavras que revelam baixo significado (de, para, com, está, etc), pontuações, hashtags, links/urls contidos no texto, nomes de contas e caracteres especiais, a fim de obtermos visualizações mais assertivas dos conteúdos compartilhados pelos usuários.

Na Figura 5, pode-se visualizar as palavras mais frequentes usadas em ataques por cluster polarizado, onde as palavras que estão com o tamanho maior são as que apareceram com maior frequência. Nota-se que há um padrão dos ataques do cluster bolsonarista (Figura 5a) com alvos bem determinados, direcionados às urnas, aos ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso (representado

pela expressão “boca de veludo”) e a alguns partidos de esquerda. Já o cluster oposicionista (Figura 5b) apresenta uma dispersão bem maior em relação às palavras mais frequentes nos ataques que o cluster anterior, contendo críticas ao atual presidente Bolsonaro (representado pela palavra “genocida”) e aos ministros Nunes Marques e André Mendonça (representado pela expressão “terrivelmente evangélico”), indicados pelo político.

Foram geradas visualizações das palavras mais frequentes em cada uma das semanas, mas não foi identificada uma mudança expressiva de comportamento em cada cluster ao longo do tempo. Assim, levantou-se a hipótese de que cada grupo de usuários preserva uma característica ou estratégia comunicacional (por exemplo, mais organizada ou coordenada no cluster bolsonarista, e mais orgânica e reativa no cluster oposicionista). Optou-se, então, por exibir, na Figura 5, a representação global das discussões ocorridas nas cinco semanas coletadas.

Figura 5. Nuvem de palavras mais frequentes nos ataques de cada cluster



Fonte: Elaboração própria

No Quadro 4, são apresentadas postagens selecionadas e relacionadas a cada palavra mais frequente encontrada nas nuvens de palavras (Figura 5). No cluster bolsonarista foram selecionadas as expressões: “voto impresso”, “alexandre moraes”, “boca veludo” e “urnas eletrônicas”. E, no cluster oposicionista, foram selecionadas as palavras: “genocida referir”, “nunes marques”, “terrivelmente evangélico” e “stf não”.

Quadro 4. Exemplos de conteúdos hostis com ataque ao sistema eleitoral, por cluster

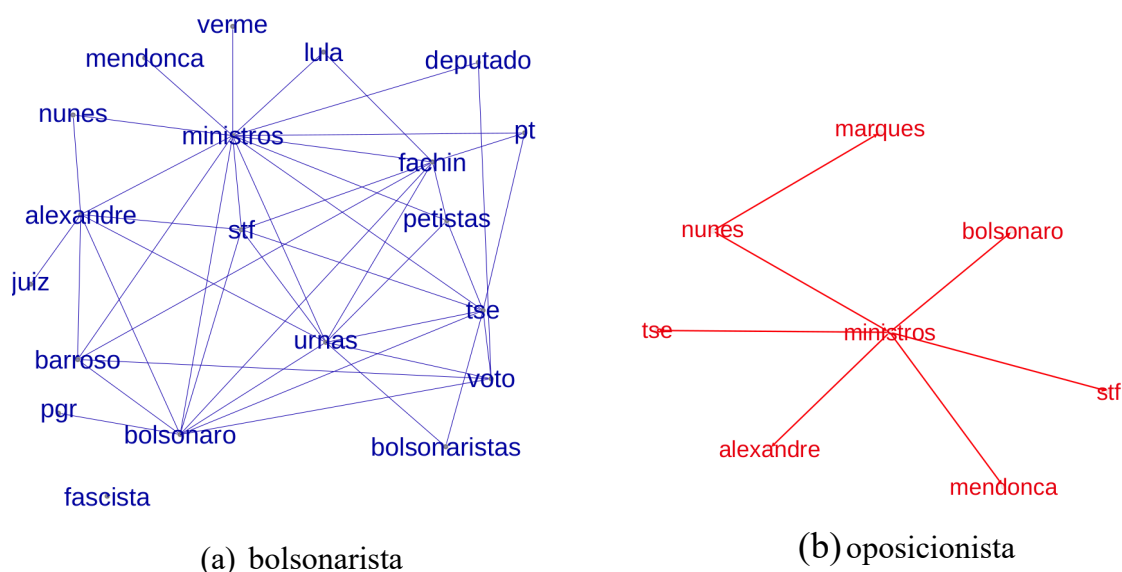
Texto	Cluster
As URNAS não são confiáveis. O STF e TSE foram aparelhados pelo PT e o TWITTER CENSURA conservadores. Mais de um mês bloqueado sem poder seguir ninguém, por dizer que as URNAS eletrônicas são passíveis de FRAUDES. Sem engajamento. Podem cancelar essa porraaaaa. Cansei	Bolsonarista

Texto	Cluster
Esse safado desse Alexandre de Moraes era pra estar preso e não ocupando uma cadeira no STF....esse supremo é o cancer qe não deixar o Brasil progredir!	Bolsonarista
O boca de veludo ataca novamente, Ministro Barroso, além de nos chamar de imbecis e incivilizados, agora, fascistas!? Por estar ministro do STF, ele acha que tem o direito de ofender milhões de brasileiros?? 7 de setembro vai ser grande vamos quita esta fatura no primeiro turno.	Bolsonarista
Será que eles são burros os se fazem? Ele fala como se quisemos o voto em cédula, nós queremos o voto impresso, é diferente. Porque é tão difícil esse povo entender que transparência nunca é demais	Bolsonarista
o ministro Nunes Marques revogou a condenação dele o colocou nas ruas esse é o ministro terrivelmente evangélico que o bolsonaro colocou no stf e não só ele esse vagabundo desse ministro Nunes Marques anda colocando nas ruas más bandidos vagabundos	Oposicionista
Nunes Marques já devolveu cargos aos conselheiros do TCE do Rio envolvidos em corrupção, já liberou bicheiro mafioso, agora libera o Arruda. É esse tipo de ministro que os Bolsonazistas querem no STF?	Oposicionista
O mesmo ministro do TSE bolsominion que tentou censurar o Lollapalooza com 1 decisão ILEGAL agora censura Lula proibindo que ele use a palavra GENOCIDA pra se referir ao GENOCIDA. Entao já sabe, não pode falar GENOCIDA pra se referir a quem ajudou a matar 700 mil pessoas!	Oposicionista
STF não é independente? Então por que raios um de seus ministros ameaça "romper" com o Executivo? Que porra é essa, Banalândia?	Oposicionista

Fonte: Elaboração própria

Dados de redes sociais podem ser visualizados por meio de grafos, com nós representando perfis ou conteúdos, e arestas que os ligam para representar suas interações ou associações (PHYU e MIN, 2019). Na Figura 6, é possível observar as associações (arestas) entre os assuntos abordados (nós) mais recorrentes durante o período analisado, em cada agrupamento polarizado.

Percebe-se que, apesar de o cluster bolsonarista ter investido forte intensidade sobre os ataques centrados em “urnas”, “alexandre de Moraes” e “voto impresso” (Figura 5a), houve outros assuntos relevantes, porém em menor volume de mensagens compartilhadas, como, por exemplo, os associados a hostilidades ao ex-presidente Lula, ao seu partido, PT, ou a deputados (Figura 6a), relacionando-os aos ministros e ao sistema eleitoral. No grafo nota-se que alguns assuntos estão conectados, por exemplo: retweets que falaram sobre as urnas podem citar TSE, STF, o atual presidente Bolsonaro e o ministro Luís Roberto Barroso (Fig. 6a). Ao se observar conjuntamente as Figuras 5a e 6a, é possível identificar, de forma geral, confrontação às instituições democráticas brasileiras e aos seus representantes. Um ponto interessante a se destacar na Figura 6a é o nó isolado “fascista”, termo muito usado por oposicionistas para se referir a bolsonaristas, que apareceu em alguns retweets do cluster bolsonarista como forma de ironia.

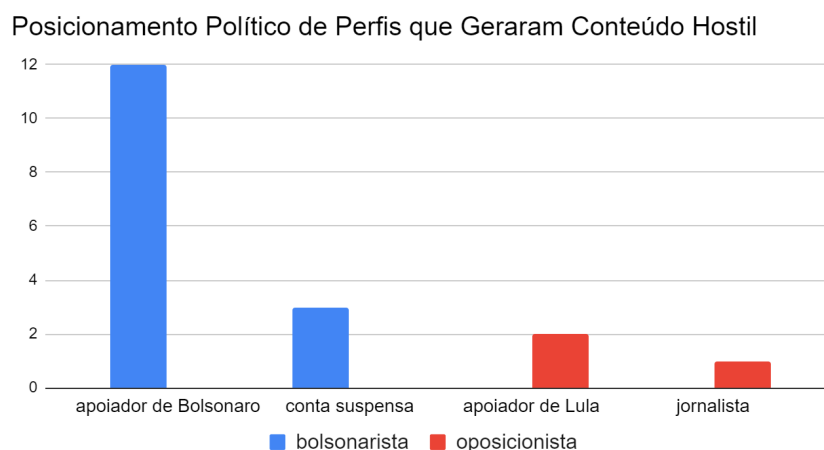
Figura 6. Rede dos assuntos contidos nos conteúdos hostis por cluster polarizado

Fonte: Elaboração própria

Já no cluster oposicionista, os assuntos associados aos conteúdos hostis (Figura 6b) condizem com as palavras mais frequentes apresentadas na Figura 5b. Por apresentar um grafo mais simples, esse cluster demonstra ter uma narrativa mais dispersa com relação à hostilidade, em que poucos termos são recorrentes (os da Figura 5b).

Para responder à questão de pesquisa (P2) Qual o posicionamento político dos perfis que publicam conteúdos hostis, foram selecionados usuários que tiveram seus tweets compartilhados por usuários rotulados em pelo menos duas semanas de coleta. Foram encontrados 18 perfis nessas condições. Desses, 15 foram compartilhados por usuários do cluster bolsonarista, e três do cluster oposicionista. Após analisar os perfis dos usuários bolsonaristas, verificou-se que três contas haviam sido suspensas, possivelmente por violarem regras da plataforma, e, das 12 contas restantes, todas traziam mensagens de apoio ao governo ou elementos comuns do bolsonarismo, tais como o uso das cores da bandeira nacional, fotos do presidente Jair Bolsonaro e descrições clássicas da extrema direita, como “cristão”, “conservador”, “pró-armas” etc. No caso dos três perfis oposicionistas, dois deles declararam apoio à candidatura do ex-presidente Lula, e um era de uma jornalista. Esses dados são representados na Figura 7. É interessante destacar que a maioria desses perfis é de pessoas relativamente populares, possuindo dezenas de milhares de seguidores; o mais popular possui mais de 300 mil seguidores, e o menos popular, cerca de 660.

Figura 7. Posicionamento e quantidade de perfis que produziram conteúdo hostil que foi compartilhado por usuários vocais em pelo menos duas semanas



Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma análise sobre conteúdos hostis disseminados no Twitter, entre julho e agosto de 2022, relacionados à credibilidade do sistema eleitoral brasileiro. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que uniu técnicas da ciência da computação e da comunicação política, foram coletados e processados cerca de 2,8 milhões de tweets que tratavam do tema, com foco na identificação de conteúdos tóxicos e dos perfis que se engajaram neles.

Com base no princípio de homofilia e de formação de conglomerados por afinidade política ou ideológica, os perfis mais participativos nas discussões puderam ser agrupados em dois clusters antagônicos que, por inspeção humana, foram identificados como de posicionamento bolsonarista ou oposicionista e foram assim rotulados. Aproximadamente 16,5% de todos os usuários coletados puderam ser rotulados dessa forma. Essa relativa minoria de perfis foi responsável por mobilizar cerca de 71% do total dos retuítes e, também por esse motivo, foi aqui adjetivada como usuários vocais. Houve predominância de perfis bolsonaristas e de suas mensagens no somatório das semanas.

Apesar de não ser um dos objetivos deste artigo, esses dados representam um importante achado para o campo de estudos sobre o debate público no Twitter, pois indicam que, apesar de haver a possibilidade de uma ampla participação dos usuários na produção de conteúdos, somente uma pequena parte participa desse

processo, sendo responsável pelos sentidos mobilizados na conversação. No caso estudado, sobre o sistema eleitoral brasileiro, o debate teve maior participação de perfis apoiadores de Bolsonaro.

Com o objetivo de identificar e categorizar os tipos de conteúdos hostis compartilhados na rede social, adotou-se uma ferramenta computacional para processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina, a Perspective API, que mensura a probabilidade de cada postagem retuitada conter hostilidade. Por meio de inspeção humana, quatro pesquisadores convergiram para a seleção de aproximadamente 5% do total de retuítes selecionados que foram considerados como tóxicos, dos quais cerca de 59,7% circularam entre apoiadores do bolsonarismo, enquanto cerca de 40,3% no grupo opositor. A maior parcela dos conteúdos hostis foi qualificada como xingamentos, ataques à identidade de ministros ou comentários ofensivos sobre as urnas.

O estudo também identificou o posicionamento político dos perfis que publicaram conteúdos hostis que tiveram repercussão entre os usuários rotulados, fato repetido em pelo menos duas semanas. Prevaleceram os perfis reconhecidos como de apoiadores de Bolsonaro (12 em 18, ou 66,7%), seguidos por partidários de Lula (2 em 18, ou 11,1%) e uma jornalista rotulada como oposição.

Como trabalhos futuros, pretende-se ampliar a análise para um período maior de coleta e investigar quais são as características topológicas das redes formadas, para analisar comparativamente propriedades relativas à organização comunicacional e sua robustez para ambos agrupamentos político-ideológicos. A metodologia empregada também pode ser estendida para investigar, dentro da base de dados coletada, a existência de uma possível relação entre produção de conteúdo hostil e disseminação de desinformação.

SOBRE OS AUTORES

Patrícia Dias dos Santos: Doutoranda em Ciência da Computação, mestre em Engenharia da Informação e bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Federal do ABC (UFABC).

Claudio Luis de Camargo Penteado: Mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. Pesquisador do Laboratório de Tecnologias Livres (LabLivres/UFABC), Núcleo DATAS/UFABC e do NEAMP/PUCSP.

Laura Damaceno de Almeida: Mestranda em Ciência da Computação pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Cientista de dados na Bayer e graduada em Ciência da Computação pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São Paulo.

Denise Hideko Goya: Mestre e doutora em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação e do Bacharelado em Ciência da Computação da Universidade Federal do ABC. Pesquisadora do Laboratório de Informações em Rede e Tecnologias Educacionais (Lirte/UFABC) e Núcleo DATAS/UFABC.

REFERÊNCIAS

1. CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
2. CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. São Paulo: Schwarcz; Companhia das Letras, 2017.
3. CONOVER, Michael et al. Political polarization on Twitter. In: INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEB AND SOCIAL MEDIA, 2011. Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media. 2011. p. 89–96.
4. DARWISH, Kareem et al. Unsupervised user stance detection on Twitter. In: INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEB AND SOCIAL MEDIA, 2011. Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media. 2011. p. 141–152.
5. ELSHERIEF, Mai et al. Hate lingo: A target-based linguistic analysis of hate speech in social media. In: INTERNATIONAL AAAI CONFERENCE ON WEB AND SOCIAL MEDIA, 2018. Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media. 2018.
6. FORTUNA, Paula; NUNES, Sérgio. A survey on automatic detection of hate speech in text. ACM Computing Surveys (CSUR), v. 51, n. 4, p. 1–30, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1145/3232676>
7. FORTUNA, Paula; SOLER, Juan; WANNER, Leo. Toxic, hateful, offensive or abusive? what are we really classifying? an empirical analysis of hate speech datasets. In: LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION CONFERENCE, 12., 2020. Proceedings of the 12th language resources and evaluation conference. 2020. p. 6786–6794.
8. GUIMARÃES, Samuel S. et al. Characterizing toxicity on facebook comments in Brazil. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON MULTIMEDIA AND THE WEB, 2020. Proceedings of the Brazilian Symposium on Multimedia and the Web. 2020. p. 253–260.
9. INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (IDDC). A cara da Democracia 2019. 2019. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/a46f9a_05967934746d4ba2b0ef032921bde80c.pdf. Acesso em 22 mar. 2023.
10. IYENGAR, Shanto et al. The origins and consequences of affective polarization in the United States. Annual Review of Political Science, v. 22, p. 129–146, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051117-073034>
11. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. São Paulo: Schwarcz; Companhia das Letras, 2018.
12. MCPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn; COOK, James M. Birds of a feather: homophily in social networks. Annual Review of Sociology, v. 27, n. 1, p. 415–444, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.415>
13. MERCURI, Karen Tank; LIMA-LOPES, Rodrigo Esteves de. Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 59, p. 1216–1238, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658475>. Acesso em: 20 mar. 2023.
14. MOHAMMAD, Saif M.; SOBHANI, Parinaz; KIRITCHENKO, Svetlana. Stance and sentiment in tweets. ACM Transactions on Internet Technology (TOIT), v. 17, n. 3, p. 1–23, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1145/3003433>
15. NOBRE, Marcos. Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.
16. PASCUAL-FERRÁ, Paola et al. Toxicity and verbal aggression on social media: Polarized discourse on wearing face masks during the COVID-19 pandemic. Big Data & Society, v. 8, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/20539517211023533>
17. PENTEADO, Claudio Luis; GOYA, Denise Hideko; DE FRANÇA, Fabrício Olivetti. Discursive conflicts around the impeachment of Dilma Rousseff (Brazil) on Twitter. Perspectivas da Contemporaneidade, n. 1, 2021. Disponível em: <http://www.perspectivas.periodikos.com.br/article/600715bcoe88256c7652383e/pdf/perspectivas-1-1-49.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.
18. PERSPECTIVE. Attributes & Languages. ©2023. Disponível em: https://developers.perspectiveapi.com/s/about-the-api-attributes-and-languages?language=en_US. Acesso em: 18 mar. 2023.

19. PERSPECTIVE. How it works. ©2021. Disponível em: <https://perspectiveapi.com/how-it-works/>. Acesso em: 18 mar. 2023.
20. PHYU, Kaing Sabai; MIN, Myat Myat. Graph-based community detection in social network. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTER AND INFORMATION SCIENCE (ICIS), 18., 2019. Proceedings of the IEEE/ACIS 18th International Conference on Computer and Information Science (ICIS). IEEE, 2019. p. 12-17.
21. RASMUSSEN, Terje. Internet-based media, Europe and the political public sphere. *Media, Culture & Society*, v. 35, n. 1, p. 97-104, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/0163443712464563>
22. RECUERO, Raquel. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. *Revista brasileira de linguística aplicada*, v. 20, p. 383-406, 2020.
23. RIEBE, Thea et al. From conspiracies to insults: a case study of radicalisation in social media discourse. In: DACHSELT, Raimund; WEBER, Gerhard. *Mensch und Computer 2018 – Workshopband*. Bonn: Gesellschaft für Informatik, 2018. DOI: <http://doi.org/10.18420/muc2018-ws12-0449>
24. ROSSINI, Patrícia. Beyond toxicity in the online public sphere: understanding incivility in online political talk. In: DUTTON, William. *A research agenda for digital politics*. Elgar Research Agendas, 2020. p. 160-170.
25. RUEDIGER, Marco A.; GRASSI, Amaro (Coords.). Desinformação on-line e processos políticos: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020). Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.
26. SANTOS, Patricia D.; GOYA, Denise H. Detecção de posicionamento e rotulação automática de usuários do Twitter: estudo sobre o embate científico-político no contexto da CPI da covid-19. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON SOCIAL NETWORK ANALYSIS AND MINING, 11., 2022. *Anais do XI Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining*. SBC, 2022. p. 49-60.
27. SIEGEL, Alexandra A. et al. Trumping hate on Twitter? Online hate speech in the 2016 US election campaign and its aftermath. *Quarterly Journal of Political Science*, v. 16, n. 1, p. 71-104, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1561/100.00019045>
28. SUNSTEIN, Cass R. *#Republic: divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press, 2018.
29. TRAJKOVA, Zorica; NESHKOVSKA, Silvana. Online hate propaganda during election period: the case of Macedonia. *Lodz Papers in Pragmatics*, v. 14, n. 2, p. 309-334, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1515/lpp-2018-0015>
30. TWITTER. Twitter API. ©2023. Disponível em: <https://developer.twitter.com/en/docs/twitter-api>. Acesso em: 24 mar. 2023.
31. VINHAS, Otávio; SAINZ, Nilton; RECUERO, Raquel. Antagonismos discursivos nas hashtags #marqueteirosdojair e #bolsolão no Twitter nas eleições de 2018 no Brasil: contribuições da análise de redes sociais à sociologia digital. *Estudos de Sociologia*, v. 25, n. 48, 2020. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.13433>
32. WULCZYN, Ellery; THAIN, Nithum; DIXON, Lucas. Ex machina: personal attacks seen at scale. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WORLD WIDE WEB, 26., 2017. Proceedings of the 26th International Conference on World Wide Web. 2017. p. 1391-1399.
33. YIN, Wenjie; ZUBIAGA, Arkaitz. Towards generalisable hate speech detection: a review on obstacles and solutions. *PeerJ Computer Science*, v. 7, p. e598, 2021. Disponível em: <https://peerj.com/articles/cs-598/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Recebido em 31 de janeiro de 2023.

Aprovado em 23 de fevereiro de 2023.



DOSSIÊ

MERITOCRACY, UNFAIRNESS, AND THE DIRECTIONS OF ANGER: EXPLAINING SUPPORT FOR LEFT AND RIGHT- WING POPULISM

*MERITOCRACIA, INJUSTIÇA E AS
DIREÇÕES DA RAIVA: EXPLICANDO O
APOIO AO POPULISMO DE ESQUERDA E
DE DIREITA*

Lucas Sudbrack* 

* The Chinese University of Hong Kong, Department of Government and Public Administration, Hong Kong SAR, China.
E-mail: lucas.sudbrack@gmail.com.

ABSTRACT

Although researchers have focused on different aspects to explain the success of populist movements, perceptions of unfairness continue highly overlooked. Despite the difficulty in finding evidence, this paper elucidates the growing perceptions of unfairness, the anger it causes, and its impact on the electoral success of radical left and right movements by investigating the spread of the meritocracy discourse and the ideological repositioning of political parties. I argue that the collectivization of economic grievances directs the anger caused by perceptions of unfairness exclusively to the economic elite, allowing for bottom-up mobilization and greater support for left-wing populism. However, since the meritocratic mentality encourages the individualization of grievances and social competition, the anger that the perception of unfairness creates is directed towards those seen as unfairly rewarded regardless of their income group, which increases support for right-wing populism. As populists achieve electoral success, the consolidation of the discourse and its popular support starts to depend on the ability to reaffirm the identities of the “pure people” and the “corrupt elite”. The analyses of case studies in the Americas and Europe support the arguments.

Keywords: Populism; Unfairness; Economic Grievances; Identity; Meritocracy.

RESUMO

Embora pesquisadores tenham se concentrado em diferentes aspectos para explicar o sucesso dos movimentos populistas, as percepções de injustiça continuam altamente negligenciadas. Apesar da dificuldade em encontrar evidências, este artigo elucida as crescentes percepções de injustiça, a raiva que ela causa e o seu impacto no sucesso eleitoral de movimentos radicais de esquerda e direita, investigando a disseminação do discurso da meritocracia e o reposicionamento ideológico dos partidos políticos. Eu argumento que a coletivização de queixas econômicas direciona a raiva causada por percepções de injustiça exclusivamente para a elite econômica, permitindo uma mobilização de baixo para cima e maior apoio ao populismo de esquerda. No entanto, como a mentalidade meritocrática incentiva a individualização das queixas e a competição social, a raiva que a percepção de injustiça cria é direcionada àqueles vistos como injustamente recompensados, independentemente de sua faixa de renda, o que aumenta o apoio ao populismo de direita. À medida que os populistas alcançam o sucesso eleitoral, a consolidação do discurso e de seu apoio popular passa a depender da capacidade de reafirmar as identidades do “povo honesto” e da “elite corrupta”. As análises de estudos de caso nas Américas e na Europa apoiam os argumentos.

Palavras-chave: Populismo; Injustiça; Queixas Econômicas; Identidade; Meritocracia.

INTRODUCTION

Recent surveys have shown that anti-establishment perceptions have been strikingly high. Most people believe that their country is in decline, that traditional parties and politicians do not care about people like them, and that the country's economy is driven by the interests of the rich and powerful (IPSOS MORI, 2017). Consequently, people have been increasingly supporting populist movements. Although there have been different approaches to populism, scholars seem to agree that it originates from the idea that a powerful and corrupt elite has been ruling society and harming the morally superior and pure people, who have the right to put politics on the right track (MOFFITT, 2020; MUDDE and KALTWASSER, 2017). But where does this dissatisfaction come from? To explain support for different populist movements, various theories have emerged. Following political science tradition, the success of the radical left has been associated with economic grievances, which were boosted by the financial crisis. Meanwhile, the support for the radical right has been mainly associated with cultural anxieties, boosted by the migrant crisis. However, it has been argued for long that economic grievances might also act behind far-right preferences, including the rising of Nazi-fascism during the 1920s and 1930s in Europe, arguments confirmed by recent studies (GALOFRÉ-VILÀ *et al.*, 2021; KING *et al.*, 2008).

How economic grievances generate cultural anxieties has been the topic of vast debate. While some argue that people develop anti-immigration preferences because the migrants compete with the locals for scarce resources, such as job positions and welfare (RYDGREN and RUTH, 2011), others argue that globalization, trade exposure, and changes in manufacturing industries have created a significant number of anxious, dissatisfied workers who turn to radical conservatism (AUTOR *et al.*, 2020; AUTOR, DORN, and HANSON, 2013; COLANTONE and STANIG, 2018a, 2018b; GOOS, MANNING, and SALOMONS, 2014; MILNER, 2021). However, if even economic grievances create cultural anxieties and conservative preferences, one would imagine that people would prefer to solve the problem supporting the radical left and its redistributive policies first. In that sense, these studies usually do not say much about why some people choose to support the radical right and reaffirm cultural identities instead.

To elucidate this point, research has been done on people's reactions to economic grievances. For example, in a theoretical approach, Salmela (2019) argues that

precarity causes the feeling of shame in most people. Still, those who better accept their position of inferiority in the system tend to collectively share this shame and then support ideas more linked to the left-wing, while those who repress the negative feelings end up searching for solid identities that are still out of the scope of the market, and so, tend to support the radical right. Through a similar theoretical background, Bukodi and Goldthorpe (2021) approach the advent of the discourse of meritocracy by mainstream political parties. The authors argue that the failure on receiving the expected rewards creates perceptions of a declining status, especially among low-educated individuals, who turn to the radical right.

The perceived declining status is aligned with the arguments that the threat of a decline, rather than actual deprivation, encourages people to support the radical right (ENGLER and WEISSTANNER, 2020). Thus, radical right support would come from groups with middle and not low levels of income, who are more likely to support a leftist agenda. In that sense, it has been argued that while dissatisfaction regarding one's income in comparison to the rich leads to radical left support, dissatisfaction regarding one's income in comparison to the poor increases support for the radical right (BURGOON *et al.*, 2019). So, the anti-establishment feeling behind the support for populist parties would not be originated necessarily in inequality, but in unfairness instead, argument supported by Starmans, Sheskin, and Bloom (2017), who found that humans naturally favour fair inequality over unfair equality. Protzer (2021) well notices that unfairness has been highly overlooked in the literature on rising populism, arguing that people do not care about complex processes as inequality or culture, but instead care if economic outcomes are fair or not. However, to find evidence for his hypothesis, he focuses on low social mobility as an indicator of economic unfairness, which might not be a good approach because the social mobility of some individuals might be understood as unfair by others.

One reason unfairness is so overlooked in the literature might be the complexity of measuring and comparing perceptions of unfairness, which leaves such investigations mainly in the theoretical field. However, a qualitative approach and the analysis of case studies can help clarify this aspect. This paper aims to elucidate how differences in economic dissatisfactions lead people to support the radical left or the radical right and why the latter is becoming more successful. For that, I propose to investigate the long-term efforts of traditional parties to change the social mindset, which affects people's socioeconomic expectations and political preferences, generating strong anti-establishment sentiments. That

allows us to understand how people react to unfairness and direct their anger to different groups, explaining their support for different populist ideologies.

The anti-establishment that acts behind populist support may be originated in the core of the neoliberal paradigm, in the combination of its meritocratic promises and its economic asymmetries, which generates great sense of unfairness. When these grievances are associated with the perception of top-down exploitation, unfairness and inequality have similar meaning, and the radical left gains electoral success. However, the increasing social competition and expected fair meritocracy make the collectivization of economic grievances more difficult. Moreover, if meritocracy is perceived as unfair, the anger generated becomes increasingly directed towards the people who are perceived as being unfairly rewarded despite their income group, and so its relationship with inequality is more complex. When this occurs, traditional identities offer a source of regaining stability, pride, and possibility of mobilization, resulting in support for the radical right.

Following Mudde's (2019) categorization, centre-left and centre-right are defined as mainstream parties, those which support pluralism and liberal democracy. On the edges, far parties are divided into radical and extreme movements. While radical parties are populists and believe in illiberal forms of democracy, extreme parties are elitist and reject democratic values. While this article assumes a broad categorization, considering movements such as Venezuelan Bolivarianism as radical rather than extreme, this approach helps us differentiate populist movements from extremist movements such as neo-Nazism. Thus, the terms "radical" and "populist" are used interchangeably. Likewise, the expression "populist movements" is used for political parties, but also to include populist leaders who rise within mainstream parties.

THE MERITOCRATIC MINDSET

Neoliberalism is usually understood as a set of economic liberal policies that believe that to grow, the government should spend less, promoting privatization, austerity, lowering trade barriers, deregulating capital markets, eliminating price controls, and many other policies that see governmental control as the cause of every problem (HARVEY, 2005). Under this paradigm, individuality, competition, and meritocracy are promoted, while social dependence and state intervention are morally condemned. The idea is that by encouraging people to be entrepreneurs of

themselves, investing in their own education and professional training, a virtuous circle would be created: fewer people would need assistance, the government would spend less, there would be less free-riders, the economy would flourish, and the whole society would be more efficient, responsible, and free (DARDOT and LAVAL, 2013).

To achieve that, equal opportunities should be provided, and so, there is an effort to overcome injustices by fighting gender, racial and ethnic inequality. However, that ignores income inequality because it is believed that the outcomes of income are fair rewards for an individual's contributions to society. In this way, the economic disadvantaged are no longer seen through the lens of pity or misfortune but are portrayed as inept or lazy individuals who deserve their fate. Even so, greater equality of opportunity has not been created. The requirements to boost individual abilities and to access top education institutions demand economic power, causing merit to be passed down through generations, perpetuating the elites while blaming the underprivileged for their misfortune (BUKODI and GOLDTHORPE, 2021; ROBERTSON and NESTORE, 2022).

Another important aspect is that this marketization of social life extends the logic of capital to social relations and requires rational decisions in all spheres of life. However, because individuals expect to be rewarded adequately for their choices, they increase self-exploitation and expectations in a vicious cycle, and that can boost perceptions of unfairness and anger if the outcomes received do not match the expectations (DARDOT and LAVAL, 2013; HAN, 2017). Moreover, as in the market, the idea that the consumer is always right is expanded to other spheres of life, including elections. The association of consumer and voter emerged during the late 1970s, when the neoliberal rationality started to spread (NEWMAN, 1985). Yet, while the promises of meritocracy were first welcomed by many with enthusiasm, decades of increasing inequality and uncertainties resulted in many angry individuals demanding justice and willing to punish the establishment. In other words, under the assumption that the voter is always right, if individuals are not well rewarded for their contributions to society, they feel in their right to demand changes.

THE POLITICAL ESTABLISHMENT

Since industrialization, left-wing movements emerged to support and mobilize underprivileged workers against economic exploitation. With the consolidation of the middle-class, left-wing parties defended not only the interests of the poorest, but also of mid-income workers. However, at the end of the 1960s an important ideological shift within the left started to occur. The so-called “new left” emerged as a movement that intended to take distance from the Soviet authoritarianism and embrace equality through freedom and individual expression. Over time, centre-left parties changed their emphasis from materialism, supporting the underrepresented in the economic field, to self-expression, supporting the underrepresented in the cultural field. In other words, instead of focusing on challenging the faults of the capitalist system and helping the low-paid workers, leftist parties increasingly concentrated their agendas in promoting minority rights.

These changes well matched the ideas of freedom and individualism that sustained the neoliberal paradigm, allowing it to be promoted as a progressive apolitical solution to the authoritarianism of both extreme right and left. This pattern became clear in the post-Cold War era, when centre-left parties embraced freedom also in the economy, aligning with the centre-right in what became known as “the third way” (DARDOT and LAVAL, 2013). In the political scenario that emerged in the 1990s, the union of left and right pluralist centre parties represented the great victory of the liberal Western values, causing Fukuyama (1992) to declare the “end of history”.

At that time, most people, including lower classes, believed in the promises of common progress, and so accepted not only the development of a neoliberal international economic system, but also the increasing inequality that accompanies it, hoping that the gains would soon start to trickle down from upper to lower classes. Over time, however, the expansion of trade, the increasing flux of capital, and the inclusion of developing Asian countries in the global market arguably intensified the shocks in local Western economies (HARVEY, 2005; PIKETTY, 2014). Additionally, the increasing social competition caused by the flexibilization of labour laws and the reduction of the welfare state caused this optimism to decrease (CHOMSKY, 1999). The perception that the hard work would not be rewarded resulted in increasing political distrust and dissatisfaction (BUKODI and GOLDTHORPE, 2021; ROBERTSON and NESTORE, 2022). Moreover, the repositioning of the centre-left towards neoliberalism pleased the centre-right in the economic field, which welcomed the centre-left's focus on equality of identities as a great neoliberal ally. Consequently,

there was less variation of ideas among mainstream parties, which assumed that some political decisions were in fact ideologically neutral, placing policies above any debate and popular participation – what is called consensus politics. That also collaborated to build the image in the public imagination of a multiparty political establishment that does not care about the people, who end up distancing themselves from traditional parties (VAN BIEZEN and POGUNTKE, 2014).

In today's political spectrum, most of centre-left and -right parties continue to promote liberal values in all aspects, including economic meritocracy. Because individuals of different social classes believe they are not well rewarded for their contributions to society, mainstream parties of both ideologies are seen as the establishment to be punished, while new radical movements in both edges of the political spectrum have been formed. Evidently, some dissatisfied people are unaware of the changing mindset that occurred, and many times continue to support mainstream parties. However, until the rewards for the hard-working arrive, the economic grievances often turn into anger directed at those who are seen as the ones "stealing" the payoffs.

According to the radical left discourse, which praises the efforts for greater equality in the cultural field, the blame lies with the economic elite, which continues to exploit the workers. But according to the radical right rhetoric, which associates the celebration of new identities to uncertainties and unfairness, the corrupts are also free-riders who are being unfairly rewarded. In this case, the outrage of radical right supporters only increases when the centre-left not only ignores their grievances but demonises them, accusing them of being racists, xenophobic and other terms that contribute to boost indignation and political polarization (BUKODI and GOLDTHORPE, 2021; EATWELL and GOODWIN, 2018; SCHWÖRER and FERNÁNDEZ-GARCÍA, 2021).

SHARED ECONOMIC GRIEVANCES: BOTTOM-UP ANGER

Although it is hard to find data on perceptions of unfairness towards different income groups, it seems to exist enough evidence that allows us to differentiate how people react to unfairness and end up supporting different populist movements. In many countries, the fact that mainstream parties are seen as responsible for peoples' dissatisfaction causes them to be associated with the populist concept of the corrupt elite that harms the pure people, and so populist movements are likely to achieve electoral success. However, the direction of these dissatisfactions seems to define the

populist ideology that people support. When economic dissatisfaction is strong and spread over society, groups with mid-levels of income share the grievances of the lower classes, forming an identity around the idea of deprivation in opposition to the economic elite. For those cases, the traditional idea of exploitation of the people by the rich becomes vivid, and the radical left can mobilise popular dissatisfaction, achieving electoral success. That is relatively easier to happen in developing countries, where inequality is traditionally high, because there is the spread idea that the economic elite exploits most people, but it also happens in developed countries, which get highly affected by economic crises and austerity measures.

The extension of the radical left electoral success can be associated with how deep the economic grievances are perceived, but it is also related to the ability and will of these movements to reaffirm the populist identities when they rise to power. In today's globalized world, it is increasingly difficult to fight the financial system and solve the economic issues unilaterally. Moreover, because it is very unlikely that once becoming incumbents, they will rapidly solve the economic issues, as time goes by, popular trust on radical left governments decreases and they lose support. Because once they are in power they cannot blame the local political elite anymore, the alternative they have is to reaffirm the populist identities by picturing the elite as foreign actors that exploit the country, justifying the necessity of continuing strong support in a long fight against the international economic system. Thus, if initially the radical left success depends on how strong the economic grievances are, as they rise to power, they face a dilemma. One option is to moderate their populist speech and negotiate economic deals with the elite, which usually causes them to lose popular support, but relatively eases the crisis. Alternatively, they can reinforce the populist speech and challenge the economic order, which usually causes them to maintain popular support in the short and medium term but runs the risk of economic isolation and aggravation of popular grievances.

In Spain, the financial crisis and the implementation of austerity measures were followed by eroding trust in institutions and traditional political parties, and emerging strong social movements. From this context of high economic grievances and anti-establishment feelings, the radical left party Podemos rapidly emerged and achieved electoral success. However, as the economy recovered and the party was unable to renew or create a new identity for the dissatisfied, they lost support. Currently, Podemos is in coalition with the centre-left, and former members decided to leave the party and join other movements (RAMA, CORDERO, and ZAGÓRSKI, 2021).

In Greece, probably the country that suffers the most from the financial crisis, the centre-left saw its electoral support erode. The economic grievances allowed the emergence of extreme right movements such as the Golden Dawn, but the economic dissatisfaction was so spread over society that a collective identity on economic terms emerged much stronger, and the radical left party Syriza gained incredibly fast support. By showing determination in defending the Greek sovereignty from the economic power of the European Union, Syriza momentarily restored the lost dignity and pride of the people. However, the difficulty of challenging the economic liberal order became clear through the inability of the party to deliver its own promises of reversing austerity policies and fulfilling popular decision on referendums (TSATSANIS and TEPEROGLOU, 2016). By showing commitment in leading the country off the crisis in a responsible way, Syriza was able to maintain electoral support for some time, but in the long-term the moderation of its policies directed the party towards the centre, and it seems to be replacing PASOK as the main centre-left party. Consequently, Syriza continued to lose support, and the centre-right has returned to the government.

Radical left movements that decide to reinforce the anti-elite discourse while in power must continue to picture the elite as foreign countries and institutions that constantly harm the domestic economy. That is particularly easier to do in regions where the idea of long-term economic exploitation by foreign powers is well rooted in society, as in Latin America. The most notorious case is Venezuela, where Hugo Chavez, after surviving a coup attempt, increasingly presented himself as the representative of the Venezuelan people in opposition to a small elite who worked with foreign powers in imperialist projects of developed countries to exploit the local people. While taking many authoritarian measures, Chavez also invested a lot of public money in community councils and worker cooperatives that created the image that lower classes were included into decision making, providing some sense of empowerment and reinforcing the identity of the people (ELLNER, 2012). Although over the years the economic isolation and crisis reduced popular support for his government, his Bolivarian project still resists, even a decade after his death.

Similarly, Evo Morales in Bolivia mobilized the economic dissatisfied through a discourse on redistribution of resources and plans of nationalization of foreign industries. However, he also associated popular grievances with the long-term exploitation of the local indigenous people, constantly reinforcing his efforts for the “decolonization” of the country, which gives pride and voice to the previously marginalized people (HOWARD, 2010). After winning a controversial fourth mandate,

he was overthrown by a coup with the support of new radical right movements. However, the attempts of the radical right to associate the left with corruption, ambition, and people's economic grievances were not enough to beat the shared identity of the historically exploited natives, and Morales' party was elected once again.

INDIVIDUALIZED ECONOMIC GRIEVANCES: MULTI-DIRECTED ANGER

When inequality is relatively lower, social mobility is relative higher, and there is no severe economic crisis, it is very hard for radical left parties to mobilize people through the idea of top-down exploitation. However, it does not mean that many people do not have economic grievances and high perceptions of unfairness. The success of the radical left rhetoric has become, in fact, increasingly difficult because of the spread of the meritocratic discourse, which increases social competition. In this mindset, because people are promised to be rewarded for their contributions to society, the hopes for individual progress are greater than the shared identity of being exploited by an elite. So, the misfortune of the other is seen as being well deserved. Meritocracy can also be associated with the just-world hypothesis, a cognitive bias that makes us believe that people get what they deserve, which is more common in individuals with higher authoritarian and conservative preferences (LAMBERT, BURROUGHS, and NGUYEN, 1999).

As promises of meritocracy spread, more people compete for economic outcomes. But if the rewards do not come, perceptions of unfairness and anger increase. Moreover, if others are seen as being unfairly rewarded, those perceptions are boosted, particularly on those more likely to believe in the just-world hypothesis. Consequently, the anger created by the perception of unfairness loses its pure economic identity and gets redirected against those who are seen as overcompensated, despite their social position. Thus, those who are identified as receiving assistance and status without collaborating enough to society, which includes immigrants, refugees, and other minority groups, become the target of many dissatisfied people. That causes people from different levels of income to blame free-riders, making the emergence of a shared identity in the terms of top-down economic exploitation impossible.

Facing increasing precarity and no collective economic identity, many people individualize their economic dissatisfactions and look for other forms of identities that can increase the sense of stability and provide some pride. At the same time, new

identities are emerging and rapidly changing, being usually associated with minority groups that deserve compensation for historical exploitation. This compensation is seen by liberals as necessary exactly to create a fairer meritocratic order; that is, to achieve joint development, policies of inclusion must be promoted. However, as this idea pleases minorities, it also increases the perception of unfairness and anger on those who are part of cultural majority groups but have not enjoyed economic stability. This process has created a cleavage of dissatisfied conservative individuals that have seen in the authoritarian and nativist discourse of the radical right a source of stability and regain of pride. That happens mainly in developed countries with lower but increasing levels of inequality, but also in multicultural developing countries. For both cases, historically, the rejection of leftist policies, and corruption scandals seem to boost radical right support.

The relationship between people's economic dissatisfactions and the radical right economic policies is a dichotomy. Once individuals believe they should be better rewarded for their contributions to society, they welcome both direct economic help and increasing fairness in neoliberal meritocracy. As has been noted in the literature, the radical right party family does not always share similar platforms, differing particularly in their economic policies. As Mudde (2019) argues, while Western European far-right parties initially attracted members of the petite bourgeois and self-employed men who are dissatisfied with the mainstream right parties, their recent electoral success is a consequence of the "proletarianization" of their electorates, as a growing number of white workers increasingly felt abandoned and even betrayed by centre-left parties which embraced the market economy and promoted cosmopolitan values. Thus, it is not surprising that many radical right parties have adapted to the social demand for protection and redistribution (ENNSER-JEDENASTIK, 2018).

However, part of the radical right has maintained its traditional economic liberalism and continues to advocate for less taxes and interventionism. Although it seems contradictory at first glance, these parties have been able to justify economic liberalism through associating it to individual freedom and true meritocracy. According to this discourse, mainstream parties do not care about the people and waste public money in assistance for free riders or spend with themselves. Moreover, if the true hard-working people are being forgotten, cutting taxes is a fast way to increase the rewards for those who really contribute to society because it leaves people with more money. Similarly, tax cuts for companies are welcome for both

entrepreneurs and workers who expect that if companies pay less taxes, they will be able to hire more employees.

Yet, once radical right parties achieve electoral success, they also face the same populist dilemma that the radical left does. They cannot continue to blame the local political elite for popular dissatisfaction. On the one hand, because the focus of the radical right is on the cultural field, and so their promises are many times relatively more symbolic than the radical left's promises of fighting the financial system, they do not have many incentives to moderate their discourse. On the other hand, while for the radical left it is relatively easy to picture the elite as foreign powers who exploit the country, for the radical right it is more difficult to consolidate the idea that foreign actors undermine domestic political decision, causing these allegations to often become conspiracy theories.

That was particularly the case of Donald Trump. The United States has a strong culture of economic liberalism and meritocratic speech. Many Democrats, as Barak Obama, constantly reinforce that, in their country, anyone who tries can achieve success (BUKODI and GOLDTHORPE, 2021). However, inequality has been now increasing for decades, and evidence has been indicating that long-term economic and social decline, decreasing manufacturing employment, increasing trade exposure, and discrepancies between rural and urban spaces have been essential to Trump's election (AUTOR *et al.*, 2020; BROZ, FRIEDEN, and WEYMOUTH, 2021; RODRÍGUEZ-POSE, LEE, and LIPP, 2021).

As unfairness and social competition are high, Trump was elected by promoting a common identity for the economic dissatisfied, by blaming illegal immigrants for bringing crimes, China for cheating on trade, and international agreements for favouring foreign countries. In all these cases, the economic grievances of the hard-working American people were associated with the fact that others were being unfairly rewarded. To promote fairness, Trump promised not only to fight illegal immigration, be tough on China and renegotiate trade deals, but he also stated that after decreasing the top corporate tax rate, jobs would reappear, wages would go up, and the biggest winners would be the American workers¹. However, while during his government the economy growth rate was relatively high, the outcomes did not trickle down fast enough. Although few studies have been published on the causes of Trump's loss, it has been argued that he made exaggerated use of abstract and

¹ Speech in Indianapolis, Sep. 2017.

unprovable conspiracies to answer to popular worries regarding health and jobs (HART, 2022). Thus, while Trump discourse continues to mobilise millions of people through boosting nativism and promising economic results, his inability in providing the latter caused many people to change their vote and support the Democrats instead, causing him to lose the re-election.

Additionally, corruption can play an important role in justifying the economic liberalism of the radical right. Afterall, more taxes mean more money for the government to be wasted or stolen by the corrupt elite. This was an important factor for the election of Jair Bolsonaro in Brazil. Previously, the centre-left Worker's Party won four consecutive presidential elections combining a series of social programs and developmentalist policies, which resulted in poverty reduction and economic growth. However, implemented initiatives such as racial quotas for college entrance and civil service exams always faced resistance from part of the middle and upper classes, who saw these policies as unfair. In the case of cash transfer programs to the poor, the fact that the Worker's Party have higher support in regions where higher percentage of people receive this aid contributed to spreading the idea that such policies were demagoguery or disguised vote buying. When the economy stagnated and a series of corruption scandals broke out, the trust on the establishment vanished. In 2017, incredible 97,5% of Brazilians believed that the country was governed by powerful groups for their own interest (LATINOBARÓMETRO, 2017). However, the economic grievances were not collectively shared, and the establishment to be punished became associated with the left. While the support for the Worker's Party continued to be higher among lower income groups, perceptions of unfairness and outrage spread through the middle class.

Despite being previously elected for the Congress for many years, Bolsonaro was able to present himself as the outsider who would restore economic growth by removing the corrupt leftists from the government. Because immigration in Brazil is low and the concept of nativism is unclear, being usually associated with the indigenous, the identity of the people was shaped around moral values, hard-work, and patriotism. Opposingly, the elite was framed as the corrupt red leftists who waste people's money in expensive restaurants, "buy" votes through cash transfer programs, and "defend" criminals. However, like Trump, Bolsonaro included in his agenda economic liberal policies that would boost the economy and leave more money to the hard-working people. His promised economic growth did not come, his controversial economic policy that favoured deforestation isolated him internationally, and he lost support. While Bolsonaro's conservatism and economic liberalism continue to attract the

upper class, his most fanatic supporters are mid-lower income groups who see themselves as deserving better economic rewards, as can be observed in the truckers' protests and Congress attack. Like Trump, while mid-lower income groups continue to support him, many people turned their vote back to the Workers' Party.

For both Trump and Bolsonaro, the idea that a foreign corrupt elite was acting against their governments was hard to be consolidated. In the case of Trump, the fact that the economy was growing made it difficult to blame China or international institutions for the fact that common people were struggling, and so his arguments sounded like conspiracies, and backfired. At the same time, Bolsonaro's conservatism, many times closer to Trump and the United States, made it difficult for him to argue that Brazil was being exploited by developed countries.

In Europe, however, two aspects facilitate the radical right rhetoric. First, the existence of the European Union allows the construction of the idea that an external elite is harming a country's sovereignty. Second, since the number of immigrants and refugees from culturally diverse places have been increasing, the local lower classes have also developed the idea that others are being unfairly rewarded. By promoting the idea that those migrants do not deserve to be there, radical right leaders increase their political base of support. This has a special appeal in the Central-East because of its relatively higher authoritarian preferences and greater rejection of leftist parties caused by its Communist past. If the exaggerated use of conspiracies seemed to be a problem for the re-election of Trump, the same has not happened with Viktor Orbán in Hungary. Although the country has low levels of immigration, he has been linking the entrance of immigrants and high costs of energy bills to malign plans of George Soros and of European bureaucrats to destroy Hungary. Yet, while greater economic results have not come yet, the efforts for the restructuration of the economy have given the perception of recovering the country's sovereignty and improving its meritocracy. As Sebők and Simons (2022) argue, the re-nationalization and then re-privatization of major banks create a new elite of national capitalists that allows Hungary to regain autonomy within a liberal European context. At the same time, the transition from welfare to workfare, along with pronatalist family policies, have bolstered the idea that the government helps those who are really deserving (SCHEIRING and SZOMBATI, 2020). Consequently, although Orbán's speech carries a strong nationalistic and anti-immigration appeal, Euroscepticism or anti-immigration attitudes seem not to explain the support for the FIDESZ party. Instead, economic satisfaction is a much better predictor for the radical right vote in Hungary (SCOGGINS, 2022).

Recently, however, there is a tendency for radical right parties to propose a 'nativist' response to economic grievances both in terms of welfare chauvinism and economic protectionism (OTJES *et al.*, 2018). In Poland, the Law and Justice party has promoted welfare policies and social spendings that have been an essential financial help to many low-income native families (SZCZERBIAK, 2019). More important, however, is that the social programs created have a symbolic effect: in face of the great frustration emerged from the post-communist economic transformations, Law and Justice was the first party to give clear financial help in large scale. Studies have also found that prior to Law and Justice's election in 2015, individuals who got exposed to external economic shocks were more likely to demand social assistance, oppose the centre-right government, and support the opposition, which was able to properly organize these dissatisfied voters (AHLQUIST, COPELOVITCH, and WALTER, 2020). In this matter, Law and Justice increasingly radicalized, mobilizing its supporters mainly through a strong nationalist and religious discourse. Yet, their electoral success was boosted by corruption allegations and a scandal involving disgusting behaviours of the centre-right party Civic Platform politicians. That also helped Law and Justice to promote conspiracy theories about the plane crash that killed the former president Lech Kaczyński and other members of the government at the occasion. Once back to the government with a radical right discourse, Law and Justice promoted a series of authoritarian measures, such as interfering in the Judiciary Power, that have been criticized by the European Union. But this criticism is partially beneficial because it helps reinforce the idea of the existence of a foreign elite that acts against the country.

Although in Western European countries the population share stronger liberal and self-expression values, and so the opposition to conservative authoritarianism tends to be strong enough to limit their electoral success, radical right parties have been able to gain support through the same perception of unfairness of economic outcomes. Traditionally, economic grievances are associated with the far-left, but post-materialist preferences such as concerns regarding the environment and sustainable development have been playing a key role on far-left support and have been increasingly clashing with low-wage workers' demands (VASILOPOULOS, BEAUDONNET, and CAUTRÈS, 2015). In France, when the yellow vests protests emerged against the liberal policies of Emmanuel Macron, who benefited from the polarization and mutual rejection of the far-left and -right, the protesters were denounced by many leftists as anti-environmentalists because of their demands for a lower fuel tax. Sharing great economic grievances but receiving criticism instead of

empathy, their unfairness became outrage, and many yellow vests decided to declare support for Marine Le Pen, who has become increasingly economically protective of low-wage workers (JETTEN, MOLS, and SELVANATHAN, 2020).

CONCLUSIONS

Although it has been hard to find evidence on the changing mindset of individuals, studies have been done approaching the psychology of the neoliberal paradigm and its consequences. In political science, it has been also possible to identify the ideological repositioning of political parties, especially the centre-left, which proportionated greater convergence on discourses and decisions, contributing to the growing perception of a political establishment that ignores popular preferences.

The discourse on meritocracy, with the promises of rewards for those who work hard, is especially important to the increasing popular dissatisfaction, but it divides the economic dissatisfied people if some are seen as unfairly being rewarded. Only when there is a spread idea that people are being collectively exploited is that the anger is directed exclusively towards the elite. Then, this one-way bottom-up dissatisfaction increases the perception of a collective identity of the exploited which can be more easily mobilised by the radical left, as in Greece and in many countries in Latin America, or they can even organize themselves to create new radical left movements, as in Spain.

However, while many people are struggling to improve their socio-economic situation, and as meritocratic promises and social competition increases, people see many others unfairly progressing. Thus, anger is propelled towards different directions, increasing anxieties. While the dissatisfaction towards elites is high, they also oppose lower income groups that receive special assistance or opportunities without deserving it. Although the final outcomes are perceived in economic aspects, this assistance from the government many times comes in cultural terms, as helping refugees and poor immigrants in Europe, or establishing racial quotas in employment and education in Latin America. This boosts the responses of the dissatisfied in traditional cultural terms. Afterall, because an identity on economic terms becomes unlikely to arise, the dissatisfied find pride and stability only in solid traditional identities, which the radical right promotes. In this sense, I argue that low social mobility might not be a good indicator of unfairness, because unfairness might increase exactly because of the perception that people from the bottom of society are moving up. Thus, the fact that social mobility is relatively high might contribute for

awakening perceptions of unfairness in many people, increasing the support for the radical right.

The fact that many times those who are seen as unfairly progressing in society are also seen in cultural terms, causes many analysts to overlook the psychological and economic trends that act behind this process. Indeed, because the social focus on the identities of minority groups is something relatively recent, the celebration of these new identities sometimes carries a sense of revenge for having been for long suppressed. Consequently, the reaction of those who identify themselves with traditional identities but are struggling to get their social rewards is often full of indignation and anger. After all, hard-working is usually associated with traditional values and so their whole way of life is perceived as being under threat.

In any case, as either radical left or right gain electoral support, they face the same dilemma. The increasing economic interdependence makes it almost impossible to fight the financial system and solve the economic issues, so they are unlikely to keep popular support through material results. To overcome this problem, many populists opt for reaffirming the populist concepts by blaming a foreign elite for the country's situation. That has been common for both radical left and right. Yet, because this strategy can be interpreted as a conspiracy theory, it is usually risky. To overcome this problem and maintain popular support, populists have opted for providing direct financial help to people. While this is a practice more traditionally related to the left, radical right parties have been increasingly in favour of assisting those in need. However, to meet the popular expectations and avoid being associated with unfairness, radical right leaders have been aiding mainly or only natives, whose deservedness can be related to cultural values as tradition and patriotism. While this turn towards assisting the natives makes more sense in European countries, the radical right in culturally diverse countries such as Brazil and the United States continue to promote economic liberal policies. Whether and how they can propose and associate welfare policies with their concept of people in the future remains unclear.

Although the arguments made in this paper are mainly theoretical, the case studies brought well exemplify the patterns and trends. The fact that the analyses are expanded to different parts of the West increases the relevance and applicability of the model, especially when the literature is highly focused on the European context. However, it also increases the complexity of the arguments, leaving short space for deeper analyses of each case and resulting in some simplifications. In any case,

further studies approaching perceptions of unfairness might elucidate the details of people's reaction to it and the consequences for rising populist parties.

I hope that this study can serve as a model for future research in the area, testing the arguments in more specific situations. Although the statements suggest how populists might be able to mobilize discontent, extending and consolidating their support, it can also be used by mainstream parties and other political actors to alleviate populist electoral success. While economic grievances are unlikely to be solved in the short or middle term, the increasing debate and awareness of the process have the potential to mitigate political fanaticism and polarization.

ABOUT THE AUTHOR

Lucas Sudbrack holds a Bachelor's degree in International Relations from ESPM-Sul and a Master's degree in the same field from Xiamen University. He is currently a PhD candidate in Government and Public Administration at the Chinese University of Hong Kong, where he is conducting research on anti-establishment attitudes and popular support for populist movements. His academic interests lie in the field of comparative politics, specifically in understanding the dynamics of political change and the factors that shape public opinion and behaviour.

REFERENCES

1. AHLQUIST, John; COPELOVITCH, Mark; WALTER, Stefanie. The political consequences of external economic shocks: evidence from Poland. *American Journal of Political Science*, v. 64, n. 4, p. 904–920, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.12503>
2. AUTOR, David H. *et al.* Importing political polarization? The electoral consequences of rising trade exposure. *American Economic Review*, v. 110, n. 10, p. 3139–3183, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1257/aer.20170011>
3. AUTOR, David H.; DORN, David; HANSON, Gordon H. The China syndrome: local labor market effects of import competition in the United States. *American Economic Review*, v. 103, n. 6, p. 2121–2168, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1257/aer.103.6.2121>
4. BROZ, J. Lawrence; FRIEDEN, Jeffry; WEYMOUTH, Stephen. Populism in place: the economic geography of the globalization backlash. *International Organization*, v. 75, n. 2, p. 464–494, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0020818320000314>
5. BUKODI, Erzsébet; GOLDTHORPE, John H. Meritocracy and populism: is there a connection? [S. l.], 2021. Disponível em: <https://ukandeu.ac.uk/wp-content/uploads/2021/02/Meritocracy-and-its-problems.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.
6. BURGOON, Brian *et al.* Positional deprivation and support for radical right and radical left parties. *Economic Policy*, v. 34, n. 97, p. 49–93, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/epolic/eiy017>
7. CHOMSKY, Noam. *Profit over people: neoliberalism and global order*. New York: Seven Stories Press, 1999.
8. COLANTONE, Italo; STANIG, Piero. Global competition and brexit. *American Political Science Review*, v. 112, n. 2, p. 201–218, 2018a. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055417000685>
9. COLANTONE, Italo; STANIG, Piero. The trade origins of economic nationalism: import competition and voting behavior in Western Europe. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 4, p. 936–953, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajps.12358>
10. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *The new way of the world: on neoliberal society*. London: Verso, 2013.
11. EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew J. *National populism: the revolt against liberal democracy*. London: Pelican, 2018.
12. ELLNER, Steve. The distinguishing features of Latin America's new left in power: the Chávez, Morales, and Correa governments. *Latin American Perspectives*, v. 39, n. 1, p. 96–114, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X11425333>
13. ENGLER, Sarah; WEISSTANNER, David. Income inequality, status decline and support for the radical right. In: CAREJA, Romana; EMMENEGGER, Patrick; GIGER, Nathalie (Eds). *The European social model under pressure*. Wiesbaden, Germany: Springer, 2020. p. 383–400. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-658-27043-8_22
14. ENNSER-JEDENASTIK, Laurenz. Welfare chauvinism in populist radical right platforms: the role of redistributive justice principles. *Social Policy and Administration*, v. 52, n. 1, p. 293–314, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/spol.12325>
15. FUKUYAMA, Francis. *The end of History and the last man*. New York: Free Press, 1992.
16. GALOFRÉ-VILÀ, Gregori *et al.* Austerity and the rise of the Nazi Party. *Journal of Economic History*, v. 81, n. 1, p. 81–113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022050720000601>
17. GOOS, Maarten; MANNING, Alan; SALOMONS, Anna. Explaining job polarization: routine-biased technological change and offshoring. *American Economic Review*, v. 104, n. 8, p. 2509–2526, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/aer.104.8.2509>
18. HAN, Byung-Chul. *The agony of Eros*. Cambridge, US: The MIT Press, 2017.
19. HART, Roderick P. Why Trump lost and how? A rhetorical explanation. *American Behavioral Scientist*, v. 66, n. 1, p. 7–27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764221996760>
20. HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

21. HOWARD, Rosaleen. Language, signs, and the performance of power: the discursive struggle over decolonization in the Bolivia of Evo Morales. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 176-194, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X10366537>
22. IPSOS MORI. Global study shows potential for more political uncertainty ahead. *Ipsos*, 2017. Disponível em: <https://www.ipsos.com/en/global-study-shows-potential-more-political-uncertainty-ahead>. Acesso em: 17 dez. 2022.
23. JETTEN, Jolanda; MOLS, Frank; SELVANATHAN, Hema Preya. How economic inequality fuels the rise and persistence of the Yellow Vest Movement. *International Review of Social Psychology*, v. 33, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5334/irsp.356>
24. KING, Gary *et al.* Ordinary economic voting behavior in the extraordinary election of Adolf Hitler. *Journal of Economic History*, v. 68, n. 4, p. 951-996, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022050708000788>
25. LAMBERT, Alan J.; BURROUGHS, Thomas; NGUYEN, Tina. Perceptions of risk and the buffering hypothesis: the role of just world beliefs and right-wing authoritarianism. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 25, n. 6, p. 643-656, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1177/0146167299025006001>
26. LATINOBARÓMETRO. *Informe Latinobarómetro 2017*. [S. l.], 2017.
27. MILNER, Helen V. Voting for populism in Europe: globalization, technological change, and the extreme right. *Comparative Political Studies*, v. 54, n. 13, p. 2286-2320, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414021997175>
28. MOFFITT, Benjamin. *Populism*. Cambridge, UK: Polity Press, 2020.
29. MUDDE, Cas. *The far right today*. Cambridge: Polity Press, 2019.
30. MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal R. *Populism: a very short introduction*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2017.
31. NEWMAN, Bruce I. An historical review of the voter as a consumer. In: SHETH, Jagdish N.; TAN, Chin Tiong (Orgs.). *Historical perspective in consumer research: national and international perspectives*. Singapore: Association for Consumer Research, 1985. p. 257-261.
32. OTJES, Simon *et al.* It's not economic interventionism, stupid! Reassessing the political economy of radical right-wing populist parties. *Swiss Political Science Review*, v. 24, n. 3, p. 270-290, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/spsr.12302>
33. PIKETTY, Thomas. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, US: Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
34. PROTZER, Eric S. M. Social mobility explains populism, not inequality or culture. *CID Research Fellow and Graduate Student Working Paper Series* [Harvard University], v. 118, 2021.
35. RAMA, José; CORDERO, Guillermo; ZAGÓRSKI, Piotr. Three is a crowd? Podemos, Ciudadanos, and Vox: the end of bipartisanship in Spain. *Frontiers in Political Science*, v. 3, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpos.2021.688130>.
36. ROBERTSON, Susan L.; NESTORE, Matias. Education cleavages, or market society and the rise of authoritarian populism? *Globalisation, Societies and Education*, v. 20, n. 2, p. 110-123, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/14767724.2021.1955662>
37. RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; LEE, Neil; LIPP, Cornelius. Golfing with Trump. Social capital, decline, inequality, and the rise of populism in the US. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 14, n. 3, p. 457-481, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsab026>
38. RYDGREN, Jens; RUTH, Patrick. Voting for the radical right in Swedish municipalities: social marginality and ethnic competition? *Scandinavian Political Studies*, v. 34, n. 3, p. 202-225, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9477.2011.00269.x>
39. SALMELA, Mikko Erkki Matias. Shame and its political consequences in the age of neo-liberalism. In: MUN, Cecilea (Org.). *Interdisciplinary perspectives on shame: methods, theories, norms, cultures, and politics*. Lanham: Lexington Books, 2019. p. 177-196.

40. SCHEIRING, Gábor; SZOMBATI, Kristóf. From neoliberal disembedding to authoritarian re-embedding: The making of illiberal hegemony in Hungary. *International Sociology*, v. 35, n. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0268580920930591>
41. SCHWÖRER, Jakob; FERNÁNDEZ-GARCÍA, Belén. Demonisation of political discourses? How mainstream parties talk about the populist radical right. *West European Politics*, v. 44, n. 7, p. 1401-1424, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2020.1812907>
42. SCOGGINS, Bermond. Identity politics or economics? Explaining voter support for Hungary's illiberal FIDESZ. *East European Politics and Societies*, v. 36, n. 1, p. 3-28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/0888325420954535>
43. SEBŐK, Miklós; SIMONS, Jasper. How Orbán won? Neoliberal disenchantment and the grand strategy of financial nationalism to reconstruct capitalism and regain autonomy. *Socio-Economic Review*, v. 20, n. 4, p. 1625-1651, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/ser/mwac028>
44. STARMANS, Christina; SHESKIN, Mark; BLOOM, Paul. Why people prefer unequal societies. *Nature Human Behaviour*, v. 1, n. 4, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41562-017-0082>
45. SZCZERBIAK, Aleks. *Why is Poland's Law and Justice party still so popular?* London, 2019. Blog: The London School of Economics and Political Science. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2019/10/01/why-is-polands-law-and-justice-party-still-so-popular/>. Acesso em: 03 abr. 2023.
46. TSATSANIS, Emmanouil; TEPEROGLOU, Eftichia. Realignment under stress: the July 2015 referendum and the September parliamentary election in Greece. *South European Society and Politics*, v. 21, n. 4, p. 427-450, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1208906>
47. VAN BIEZEN, Ingrid; POGUNTKE, Thomas. The decline of membership-based politics. *Party Politics*, v. 20, n. 2, p. 205-216, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068813519969>
48. VASILOPOULOS, Pavlos; BEAUDONNET, Laurie; CAUTRÈS, Bruno. A red letter day: investigating the renaissance of the French far left in the 2012 presidential election. *French Politics*, v. 13, n. 2, p. 121-140, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1057/fp.2015.5>

Submissão em 30 de janeiro de 2023.

Aceito em 23 de fevereiro de 2023.



DOSSIÊ

POPULISMO-AUTORITÁRIO DE DIREITA? ANTIELITISMO, PLURALISMO E VOTO EM ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM DEMOCRACIAS AMERICANAS

*RIGHT-WING AUTHORITARIAN POPULISM?
ANTI-ELITISM, PLURALISM, AND VOTING IN
PRESIDENTIAL ELECTIONS IN AMERICAN
DEMOCRACIES*

Valéria Cabreira Cabrera* 

Fabíola Brigante Del Porto** 

* Universidade Estadual de Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Campinas, SP, Brasil E-mail: cabrerac@unicamp.br.

** Universidade Estadual de Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Campinas, SP, Brasil. E-mail: delporto@unicamp.br

RESUMO

A chegada ao poder de governantes com características populistas–autoritárias somente é possível a partir do apoio de eleitores identificados com seus discursos e práticas. Por isso, neste artigo averiguamos o impacto de atitudes em relação a elites políticas, minorias e imigrantes sobre a escolha eleitoral para presidente no Brasil (2018), no Chile (2017), na Costa Rica (2018), no Uruguai (2019) e nos Estados Unidos (2016). Utilizamos dados pós–eleitorais de opinião pública do módulo 5 do Comparative Study of Electoral Systems (CSES). Operacionalizamos as variáveis a partir da construção de escalas de antielitismo e de pluralismo e adotamos a percepção da corrupção como parte do fenômeno de rejeição às elites políticas. Encontramos que o (anti)pluralismo foi um melhor preditor do voto nessas eleições em relação ao antielitismo e à corrupção, sugerindo que a disputa entre valores mais e menos liberais–progressistas esteve no centro do debate político em todos os países estudados.

Palavras–chave: Populismo–Autoritário; Antielitismo; Pluralismo; Corrupção; Voto.

ABSTRACT

The coming to power of rulers with populist–authoritarian characteristics is only possible based on the support of voters identified with their speeches and practices. Therefore, in this article, we investigate the impact of attitudes towards political elites, immigrants and minorities on the electoral choice for president in Brazil (2018), Chile (2017), Costa Rica (2018), Uruguay (2019), and the United States (2016). Post–election public opinion data from Module 5 of the Comparative Study of Electoral Systems (CSES) were used. The variables were operationalized from the construction of anti–elitism and pluralism scales, and the perception of corruption was adopted as part of the rejection phenomenon of political elites. The results show that (anti)pluralism was a better predictor of voting in these elections than anti–elitism and corruption, suggesting that the dispute between more and less liberal–progressive values was at the heart of the political debate in all countries studied.

Keywords: Authoritarian Populism; Anti–Elitism; Pluralism; Corruption; Vote.

INTRODUÇÃO

O surgimento de líderes, movimentos e partidos populistas–autoritários no cenário político mundial contemporâneo mobilizou novas formulações teóricas sobre populismo, principalmente a partir da década de 1990. Recentemente, entretanto, a ascensão desses atores ao poder desencadeou uma nova onda de pesquisas sobre o tema. Com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, a surpreendente chegada do populismo–autoritário no centro da economia global pareceu deixar claro que a difusão e o sucesso do empreendimento eram inéditos. Somado a isso, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, outro líder de direita com características populistas–autoritárias, tornou-se um caso emblemático por representar uma mudança de paradigma, já que, até então, a América Latina era identificada com maior frequência com o populismo de esquerda (MUDDE e ROVIRA KALTWASSER, 2013).

A guinada à direita em diversos países latino-americanos em contextos de alta polarização entre setores conservadores e progressistas nos levou a analisar a percepção do público sobre as elites, minorias políticas e imigrantes, avaliando, assim, as condições de sucesso eleitoral de líderes populistas–autoritários na região. Ocorre que a eleição de governantes com características populistas somente parece ter sido possível historicamente quando contingentes expressivos de eleitores sustentam atitudes antielitistas (AKKERMAN, MUDDE e ZASLOVE, 2014). Esse fato parece ainda mais relevante quando a combinação do populismo com atitudes excludentes, orientadas pelo extremismo de direita, surge em democracias em que valores autoritários e conservadorismo social ainda são características essenciais da cultura política.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o impacto dessas atitudes sobre a escolha eleitoral no Brasil (2018), no Chile (2017), na Costa Rica (2018), no Uruguai (2019) e nos Estados Unidos (2016) a partir de dados de opinião pública pós-eleitorais do módulo 5 do Comparative Study of Electoral Systems (CSES, 2016–2021). Os países latino-americanos foram selecionados em razão do contexto político recente, em que líderes de direita foram eleitos e valores socialmente conservadores ganharam espaço entre a população, impactando de maneira proeminente a polarização do debate eleitoral nos anos selecionados. Mesmo na Costa Rica, que tem a democracia mais antiga e considerada mais estável da região, o descontentamento do público com a política, decorrente, principalmente, de escândalos de corrupção, marcaram a eleição. Expandimos a análise para os Estados Unidos (2016), exemplo

proeminente do fenômeno populista de direita, para compararmos o comportamento das variáveis em contextos distintos, e também levando-se em conta os achados de Jungkunz, Fahey e Hino (2021), que indicam uma melhor adequação das medidas relacionadas ao populismo nesse país. Com exceção do Brasil e dos Estados Unidos, os vencedores das eleições dos demais países não apresentavam traços predominantes do populismo, trazendo o questionamento acerca da possibilidade de que, ainda assim, atitudes populistas entre o público pudessem ter impactado a escolha eleitoral.

Considerando o debate recentemente desenvolvido na literatura internacional acerca da (in)eficiência das medidas de populismo existentes, acompanhamos Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) e sugerimos que o pluralismo impactaria a escolha eleitoral nos países em análise de maneira mais importante do que o antielitismo, variável cuja formulação, mesmo sob a operacionalização alternativa que propomos, deveria ter baixo poder preditivo sobre o voto. Ademais, tendo em mente o contexto socioeconômico latino-americano e o fenômeno de ressentimento de classe descrito na literatura como fator atrelado à ascensão populista-autoritária nos Estados Unidos (NORRIS e INGLEHART, 2019), propomos que uma das variáveis presente na base do CSES, que menciona a atenção dos políticos aos interesses de ricos e poderosos, apresentaria, isolada, resultado mais relevante sobre a escolha eleitoral nos países analisados do que escalas propostas em diferentes estudos para medir o antielitismo.

Nesse sentido, este artigo busca contribuir com o debate que vem sendo desenvolvido na literatura sobre populismo, expandindo a análise do fenômeno sobre a escolha eleitoral, a partir da elaboração alternativa de variáveis, da operacionalização metodológica distinta e da testagem de novas hipóteses, que consideram os temas da corrupção e do ressentimento de classe. Iniciamos o artigo descrevendo alguns tópicos essenciais da concepção de populismo, principalmente sob a abordagem ideacional de Mudde (2004), a partir da qual as medidas do CSES foram desenhadas. Em seguida, listamos nossas hipóteses e as variáveis que utilizamos na análise, inclusive, explicitando a operacionalização daquelas que criamos a partir das questões originais. Por último, apresentamos os resultados obtidos, que comprovaram algumas de nossas hipóteses, mas não todas. Principalmente, a corrupção não teve o impacto que esperávamos nos países latino-americanos.

DEFINIÇÃO DE POPULISMO E PESQUISA EMPÍRICA

Estamos de acordo que a definição de populismo é muito menos controversa hoje do que já foi (AKKERMAN, MUDDE e ZASLOVE, 2014). Em que pesem as divergências remanescentes na literatura, que, principalmente, versam sobre tratar-se o populismo de ideologia ou de discurso (LACLAU, 2005), a centralidade que a abordagem ideacional de Mudde (2004) ganhou entre teóricos liberais acabou por instruir uma espécie de escola teórica e metodológica com seguidores em todo o mundo. Sob essa perspectiva, populismo é “[...] uma ideologia que considera em última análise a sociedade dividida em dois grupos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que argui que política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (MUDDE, 2004, p. 543, tradução nossa).

Enquanto no socialismo a oposição se dá pela classe, e, no nacionalismo, pela nação, no populismo ela ocorre por causa da moralidade. O povo é considerado autêntico (puro em termos morais), enquanto a elite é tida como corrupta. Assim, a defesa do povo contra a elite está associada a “fazer a coisa certa”, o que somente é possível na medida em que a categoria povo é tomada como homogênea. A percepção do povo no populismo está, em geral, associada à autoidealização do público-alvo, ou seja, o povo é uma comunidade homogênea imaginária, a qual os populistas definem em termos das principais características comuns de autoidentificação das pessoas de dada comunidade (MUDDE, 2017). Na concepção de Mudde (2004), diferentemente do que ocorre em ideologias plenas (*full ideologies*), como é o socialismo, o populismo é uma ideologia frágil (*thincentered ideology*), que oferece majoritariamente soluções amplas e gerais para problemas políticos.

Nessa perspectiva, Mudde (2017) identifica dois opostos ao populismo: o elitismo e o pluralismo. Tanto o elitismo como o populismo rejeitam aspectos essenciais da democracia liberal, principalmente a política de compromisso, que, em tese, conduziria à corrupção. Entretanto, no elitismo é a elite que é vista como virtuosa, enquanto o povo aparece como impuro. Por isso, para o autor, muito do elitismo é antidemocrático (mesmo quando propõe concepções de democracia, como a elaborada por Schumpeter), mas, de forma ainda mais fundamental, o pluralismo é o oposto do populismo, pois considera e aprecia a heterogeneidade dos grupos sociais, enquanto o populismo vê o povo como homogêneo e entende interesses de grupo como especiais, o que estaria em desacordo com a noção de vontade geral. Sendo o pluralismo uma característica fundamental da democracia liberal, Mudde (2017) entende o populismo como prejudicial a esse regime político.

Sob essa abordagem, se a ideologia de líderes, movimentos e partidos populistas inclui características pluralistas, possivelmente o populismo é uma característica ideológica frágil desses atores. Assim, a ideologia adicional pode criar formas mais complexas de populismo, como o populismo socialista e o populismo nacionalista. Nesse aspecto, embora a elite apareça no populismo como contrária ao povo, o que, sob uma visão maniqueísta, representaria o bem contra o mal, na prática a combinação do populismo com outras ideologias proporciona definições de povo e de elite elaboradas não apenas por critérios morais. Um exemplo é a combinação do populismo com o nacionalismo, em que as minorias étnicas e os imigrantes são apartados da noção de povo e tratados como inimigos dos nacionais, enquanto apenas a elite é definida em termos morais (MUDDE, 2017).

É importante mencionar que Akkerman, Mudde e Zaslove (2014) propuseram medidas de populismo apartadas da categoria pluralismo, indicando que, apesar de a relação entre populismo e antipluralismo ser estreita, os tópicos refletem dimensões distintas do fenômeno, ou que, no mínimo, a oposição entre o povo e a elite, a soberania popular e o maniqueísmo compõem o núcleo restrito do populismo. Enquanto a maior parte da pesquisa sobre o tema concentrou-se em conceituar o fenômeno e em definir as causas de sua ascensão e sucesso, Akkerman, Mudde e Zaslove (2014) realizaram um dos primeiros estudos que procurou identificar a presença de atitudes populistas entre o público e avaliar em que medida essas atitudes poderiam estar associadas à preferência partidária¹. Para isso, os autores aplicaram uma análise fatorial exploratória a uma bateria de atitudes políticas presentes em um survey holandês, o que resultou em três fatores representativos de atitudes populistas, atitudes pluralistas e atitudes elitistas. Como resultado, eleitores com pontuação alta na escala populista tiveram preferência significativamente maior pelos partidos populistas holandeses.

Hobolt et al. (2016) desenvolveram medidas de populismo para o módulo 5 do CSES com base nas escalas anteriores de Hawkins, Riding e Mudde (2012) e Akkerman, Mudde e Zaslove (2014), mas consideraram atitudes em relação a grupos externos (outgroups) como parte do fenômeno². Nesse ponto, parece relevante dizer que estamos de acordo com Norris e Inglehart (2019) quando mencionam que as

¹ Segundo Akkerman, Mudde e Zaslove (2014), a primeira tentativa de medir as atitudes populistas em nível micro foi publicada por Axelrod (1967 apud AKKERMAN, MUDDE e ZASLOVE, 2014) e, depois, apenas Elchardus e Spruyz (2012 apud AKKERMAN, MUDDE e ZASLOVE, 2014), Hawkins, Riding e Mudde (2012), e Stanley (2011 apud AKKERMAN, MUDDE e ZASLOVE, 2014) propuseram mensurações.

² Por “grupos externos” compreendemos aqueles grupos que não são considerados parte do “povo” segundo a definição de populismo. No caso da bateria de dados do CSES, essa categoria é representada pelos imigrantes.

características antiestablishment dos líderes populistas não os fazem necessariamente antidemocráticos, mas que, se somadas a traços autoritários, podem se tornar um desafio para a democracia representativa. Nesse aspecto, no que se refere às consequências da chegada ao poder de líderes populistas, consideramos que versões inclusivas e pluralistas do fenômeno podem favorecer a criação e a aplicação de políticas que aprofundem a democratização por meio da redistribuição de renda e do reconhecimento de identidades. Contudo, por estarmos interessadas na chegada e expansão do populismo-autoritário (e de direita) na América Latina, os dados do CSES são úteis à nossa análise, porque, primeiro, decorrem de um desenho de pesquisa elaborado com base na literatura sobre populismo, a qual apresentamos; segundo, compõem uma das poucas baterias de questões disponíveis para a análise comparada sobre o tema no Brasil; terceiro, permitem que possamos contribuir com o debate recente, que questiona a validade das medidas de antielitismo para mensurar o impacto de atitudes populistas na escolha eleitoral; e, por último, abrangem atitudes em relação a minorias e imigrantes, permitindo mensurar a perspectiva não-pluralista do populismo autoritário de direita. Conceitualmente, o pluralismo diz respeito à tolerância à diversidade dos grupos sociais presentes na sociedade.

A bateria de atitudes em relação às elites criada por Hobolt et al. (2016) é composta por quatro atitudes antielitistas, uma atitude autoritária, uma atitude acerca da soberania do povo e uma atitude maniqueísta. As duas últimas replicam medidas de Akkerman, Mudde e Zaslove (2014): “O povo, e não os políticos, devem tomar as decisões políticas mais importantes” (soberania do povo) e “O que as pessoas chamam de compromisso em política é, na verdade, uma forma de negociar princípios” (maniqueísmo). A medida de maniqueísmo aparecera em Hawkins, Riding e Mudde (2012)³. Atitudes antielitistas são aquelas que denotam a rejeição do público em relação a elites políticas. Assim, Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022), considerando que a bateria de Hobolt et al. (2016) acabava por super-representar o antielitismo (com quatro variáveis), propuseram formulações de escalas de populismo com combinações variadas dessas atitudes. Nós, por outro lado, entendemos que a medida “soberania do povo” também capta a contraposição entre o povo e a elite, e, por isso, no decorrer deste artigo, nos referimos a ela como parte do bloco de atitudes antielitistas.

³ Cabe ressaltar que, diferente desses autores, entendemos que essa atitude capta a crítica populista ao pluralismo, que valoriza o compromisso construído a partir da consideração de diferentes pontos de vista.

Nesse ponto, a mensuração do populismo gerou debate acerca da eficiência das medidas existentes para captar o fenômeno. Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022), por exemplo, analisaram o efeito de atitudes populistas sobre o apoio eleitoral no Brasil, esperando que o cenário de profundas crises política e de representação favorecesse candidaturas populistas. Concluíram, entretanto, que as escalas de populismo, sob suas diversas construções, tiveram efeito irrisório sobre a escolha eleitoral no país, sobretudo em relação ao autoposicionamento ideológico e ao antipartidarismo direcionado ao PT, sugerindo que, como uma ideologia frágil, o populismo, mensurado por essa bateria de atitudes, seria frágil demais para importar.

Ainda, Jungkunz, Fahey e Hino (2021) pesquisaram o efeito das atitudes populistas presentes no CSES sobre a escolha eleitoral em 30 países (entre eles os aqui analisados, salvo o Uruguai) e encontraram que a variável explica o voto quando os líderes estão na oposição, mas falha em capturar o apoio a governantes populistas já eleitos. Segundo os autores, as medidas de populismo disponíveis se referem a políticos, enquanto elites não políticas são o alvo dos populistas que estão no poder. Essa perspectiva parece correta se pensarmos que, ao se tornar governante, o líder político passa a ter mais dificuldade para criticar o status quo. Contudo, em casos como o brasileiro, em que o partidarismo e o antipartidarismo em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) se destacam, o argumento dos autores precisa ser mais estudado (basta recordar a campanha eleitoral de Bolsonaro em 2022: ainda focada em corrupção, antipetismo e oposição ao sistema). Ainda, cumpre referir que Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) e Cabrera e Del Porto (2022) não encontraram efeito relevante de medidas de antielitismo (populismo) na escolha eleitoral mesmo na primeira candidatura de Bolsonaro.

Na seção seguinte, apresentamos as variáveis do CSES que consideramos em nossa análise e descrevemos a operacionalização da criação de nossas escalas de atitudes antielites e de atitudes pluralistas. Operacionalizamos as medidas de antielitismo e de pluralismo de forma distinta do que foi feito por Cabrera e Del Porto (2022), que contaram com variáveis isoladas, e por Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022), que contruíram uma escala de antielitismo com outras combinações de variáveis e adotaram uma variável isolada sobre pluralismo. Aproveitamos, ainda, para listar as hipóteses aqui testadas.

HIPÓTESES, DADOS E MENSURAÇÃO

Conforme mencionamos, analisamos dados do módulo 5 (2016–2021) do Comparative Study of Electoral Systems (CSES), que foram coletados em 2018 no Brasil e na Costa Rica, em 2017 no Chile, em 2019 no Uruguai e em 2016 nos Estados Unidos. O objetivo foi averiguar o impacto das percepções sobre elites, minorias e imigrantes na escolha eleitoral nesses países. Especificamente, tendo em conta achados anteriores da literatura, ampliamos o estudo para contemplar todos os países latino-americanos para os quais há dados disponíveis no CSES e criamos construções alternativas das principais variáveis independentes.

Assim, nosso estudo está organizado para testar as seguintes hipóteses:

- i. H1: As atitudes antielitistas atuaram sobre o voto com baixo poder preditivo em todos os países analisados.
- ii. H2: As atitudes pluralistas aumentaram a chance de voto em partidos posicionados mais à esquerda em relação às categorias de referência, tanto nos países latino-americanos como nos Estados Unidos.
- iii. H3: A percepção de ocorrência da corrupção entre os políticos diminuiu a chance de voto nos partidos de esquerda nos países latino-americanos em relação à categoria de referência, mas não teve efeito sobre a escolha eleitoral nos Estados Unidos.
- iv. H4: Quando atrelado à percepção negativa sobre corrupção, o antielitismo beneficiou o voto em partidos de direita na América Latina.
- v. H5: A variável E3004_7, “Os políticos só se interessam pelos ricos e poderosos”, aumentou a chance de voto em partidos mais à esquerda em relação à categoria de referência, sobretudo nos países latino-americanos, onde a desigualdade acentua a perspectiva de classe.

Para isso, adotamos dois blocos principais de questões do CSES como variáveis independentes: o primeiro permitia saber a percepção dos respondentes sobre os políticos e a política; o segundo buscava captar atitudes sobre minorias políticas. A pesquisa avaliou a concordância dos respondentes com atitudes relacionadas aos temas a partir de escala em cinco níveis (concorda muito, concordar um pouco, nem concorda nem discorda, discorda um pouco e discorda muito). Essas atitudes estão listadas no Quadro 1:

Quadro 1. Atitudes sobre elites, minorias e imigrantes

Elites	Minorias e Imigrantes
E3004_1 O que as pessoas chamam de compromisso em política é, na verdade, apenas uma forma de negociar os princípios	E3005_1 As minorias deveriam se adaptar aos costumes e tradições do país
E3004_2 A maior parte dos políticos não se importa com as pessoas	E3005_2 A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias
E3004_3 A maior parte dos políticos é confiável	E3005_3 Em geral, os imigrantes fazem bem à economia do país
E3004_4 Os políticos são o principal problema do país	E3005_4 Os imigrantes prejudicam a cultura do país
E3004_5 Ter um líder forte no governo é bom para o país mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas	E3005_5 Os imigrantes aumentam as taxas de criminalidade no país
E3004_6 O povo, e não os políticos, deveria tomar as decisões políticas mais importantes	
E3004_7 A maior parte dos políticos se preocupa apenas com os interesses dos ricos e poderosos	

Fonte: Elaboração própria a partir do questionário do CSES módulo 5.

Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) utilizaram essas mesmas baterias de questões para averiguar a escolha eleitoral no Brasil. A nossa operacionalização difere em alguma medida daquela executada por esses autores, porque, para construir escalas iguais e comparáveis para todos os países selecionados, optamos por excluir a variável E3004_1, “O que as pessoas chamam de compromisso em política é, na verdade, apenas uma forma de negociar princípios”, que não foi perguntada no survey conduzido no Uruguai.

Além disso, excluímos da construção da escala a variável E3004_5, “Ter um líder forte no governo é bom para o país, mesmo que o líder não cumpra as regras para fazer as coisas”. Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) excluíram essa variável tendo em conta testes anteriores elaborados por Castanho et al. (2020) e, também, por entenderem que extrapolava o conceito mais restrito de populismo. No nosso caso, como estávamos interessadas em explorar variáveis relacionadas ao populismo autoritário de direita, inicialmente mantivemos a variável na análise, rodando modelos de análise fatorial exploratória (AFE) com sua inclusão, mas solicitamos que

a extração fosse executada com base nos autovalores (e não com a extração de número fixo de fatores) para explorarmos as possibilidades de combinação entre as variáveis nos diferentes contextos.

Assim, trabalhamos com as variáveis E3004_2 até E3004_7. Para cada um dos países em análise, foram gerados dois fatores na AFE. A variável E3004_5 ficou localizada no segundo fator em todos os casos, confirmando o achado de Castanho Silva (2019). Contudo, isso ocorreu também com a variável E3004_3, “A maior parte dos políticos não se importa com as pessoas”, mesmo quando invertemos a ordem da escala Likert, considerando que a questão original foi elaborada em sentido inverso em relação às demais. Quando retiramos a variável E3004_5 da análise, a E3004_3 manteve-se no segundo fator, agora acompanhada da E3004_6, “O povo, e não os políticos, deveria tomar as decisões políticas mais importantes”.

Como entendemos que a desconfiança dos políticos é também uma medida de atitude antielites e que a variável E3004_6 captura um enfrentamento em relação aos políticos, recorremos ao scree test⁴ (Apêndice B)⁵, que nos levou, em todos os casos, à interpretação semelhante àquela encontrada por Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) para o Brasil. Ademais, o fato de o número superior a 1 (limiar recomendada pelo critério de Kaiser) do autovalor do segundo fator gerado ser praticamente exíguo nos fez considerar a opção desses autores pela extração de apenas um fator. Primeiro, rodamos a análise a partir de correlação policórica, inserindo todas as variáveis selecionadas (E3004_2 até E3004_7), o que nos deu clara indicação da necessidade de excluirmos a medida de autoritarismo (E3004_5), pois obtivemos para essa variável, em todos os países, loadings muito abaixo do estatisticamente recomendado (Apêndice C). Então, repetimos a análise com as variáveis restantes.

Realizamos o mesmo procedimento com o bloco de atitudes outgroups: primeiro, rodamos a AFE solicitando a extração de fatores por autovalor e, após, avaliamos a possibilidade de extração de apenas um fator. Nesse caso, não obtivemos resultados que permitissem a criação de uma escala de atitudes não-pluralistas para todos os países. Com efeito, apenas nos Estados Unidos um fator foi gerado desde logo com todas as variáveis, mesmo quando solicitamos a extração por autovalor. Entretanto, no Uruguai, o autovalor do segundo fator gerado na primeira tentativa foi baixo, o

⁴ Esse teste consiste em representar graficamente os autovalores no eixo y, enquanto os componentes gerados são expostos no eixo x, para visualizar o ponto em que a curva resultante inclina-se, o que indica o número máximo de valores a reter.

⁵ Todos os apêndices deste artigo estão disponíveis em:

https://drive.google.com/file/d/1OkV5YUttZPqeSnGCALWXS3tesZ2CD_H8/view?usp=sharing

que nos indicou a possibilidade de rodarmos a AFE com extração de apenas um fator. Já os resultados dos autovalores, do scree test e dos loadings para o Brasil, o Chile e a Costa Rica indicaram que as variáveis E3005_1 e E3005_2, que tratam de minorias, compõem um fator, enquanto as variáveis E3005_3, E3005_4 e E3005_5, que versam sobre imigrantes, formam o segundo fator.

Realizados esses testes, somamos as variáveis sobre as quais encontramos correlação em cada bloco, criando, assim, uma escala de atitudes antielites para todos os países e uma escala de atitudes pluralistas para o Uruguai e os Estados Unidos. No caso das variáveis antielites, invertemos o sentido das escalas Likert (com exceção da variável E3004_3, que originalmente foi elaborada em sentido inverso às demais), para que a escala resultante da soma partisse da atitude mais elitista para a mais antielitista. Quanto à escala de pluralismo, mantivemos o sentido original de quatro das variáveis e invertemos apenas a E3005_3, que também foi formulada em sentido oposto, para que a escala resultante partisse da atitude menos pluralista para a mais pluralista. Avaliamos a possibilidade de criar duas escalas de pluralismo para todos os países (uma sobre minorias e outra sobre imigrantes), testando a consistência das escalas por meio de alpha de Cronbach. Como obtivemos valores considerados muito baixos para esse teste, adotamos duas variáveis isoladas, uma representativa de cada tema (E3005_2, “a vontade da maioria deveria sempre prevalecer”, e E3005_3, “os imigrantes fazem bem à economia do país”)⁶.

Além das escalas, acrescentamos à análise a variável corrupção (E3007), que serve como medida da percepção negativa sobre a elite política, considerando o desenho elaborado por Hobolt et al. (2016), que previa essa variável, acrescida das atitudes antielitistas e não-pluralistas, como parte da mensuração de populismo. A questão original procurava saber o quanto o respondente entendia estar a corrupção entre os políticos generalizada no país, oferecendo quatro possibilidades de resposta: está muito generalizada, está bem generalizada, está pouco generalizada e dificilmente acontece⁷. Utilizamos duas formulações dessa variável: uma ordinal (tomada como contínua nos modelos) e outra categórica. Para esta, recodificamos as alternativas de resposta para que as duas primeiras categorias somadas representassem a percepção de que a corrupção está generalizada, e as duas últimas, de que não está generalizada.

⁶ Optamos pela variável E3005_2 porque consideramos que era a que melhor captava a noção de regra da maioria na democracia, cara ao populismo, enquanto a variável E3005_3 foi escolhida por abordar a questão econômica, frequentemente atrelada ao voto.

⁷ Essa é a tradução presente no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, por meio do qual o CSES foi aplicado no Brasil.

Ainda, englobamos na análise as variáveis sociodemográficas idade, educação, sexo e renda, que entendemos que cumpriam o papel de exercer o controle sobre os modelos criados, já que constam com frequência entre os preditores da escolha eleitoral nos países analisados⁸. A variável dependente foi o voto reportado para presidente da República no primeiro turno das eleições mencionadas em cada país; a exceção foi os Estados Unidos, onde houve apenas um turno e, portanto, analisamos o resultado da eleição. A ideia foi analisar como as atitudes selecionadas se distribuíram entre as várias opções disponíveis ao eleitor, impactando sua escolha eleitoral genuína.

Na sequência, passamos à construção dos modelos de regressão logística multinomial, por meio dos quais analisamos a probabilidade de as variáveis independentes selecionadas terem atuado sobre o voto no primeiro turno das eleições presidenciais nos países estudados.

RESULTADOS

Iniciamos executando a análise descritiva das variáveis, a fim de compreender o cenário no que se refere à opinião pública do período pós-eleitoral em cada país (os resultados estão no Apêndice A). Apresentamos nesta seção as análises inferenciais de probabilidade de voto para presidente no primeiro turno das eleições, realizadas por meio de modelos de regressão logística multinomial. Com exceção da eleição da Costa Rica, todas as demais eleições estudadas tiveram vencedores de partidos de direita⁹. Considerando esse contexto, tomamos como referência para os modelos o partido de direita mais bem colocado no pleito, de acordo com as frequências de respostas para a opção de voto presentes na própria base do CSES. Com isso, no Brasil a referência foi o Partido Social Liberal (PSL); no Chile, o Partido Renovação Nacional (PRN); na Costa Rica, o Partido da Restauração Nacional (PRN); no Uruguai, o Partido Nacional (PN); e nos Estados Unidos, o Partido Republicano.

Assim, apesar do tema da pesquisa estar relacionado ao fenômeno da ascensão populista e extremista, esses não foram os critérios que definiram o partido de referência, pois consideramos a importância do posicionamento ideológico dos partidos para a escolha eleitoral nesses países. Por exemplo, ainda que o Partido Libertário esteja posicionado mais à direita no espectro ideológico nos Estados

⁸ Ver, por exemplo, Nicolau (2014), Amaral (2020), Vairo e Rodríguez (2016), Norris e Inglehart (2019).

⁹ Levamos em conta o relatório de dados macro elaborado por especialistas associados ao CSES para aferição da localização dos partidos no espectro ideológico.

Unidos, foi o Partido Republicano que esteve no centro do debate eleitoral e, portanto, tomado como referência. Coincidentemente, Donald Trump, o candidato desse partido em 2016 (e 2020), foi também um dos líderes expoentes da ascensão populista-autoritária (NORRIS; INGLEHART, 2019). Igualmente, a referência para o Uruguai foi o Partido Nacional, partido de direita liberal tradicional, apesar de o *Cabildo Abierto* ser o representante da ascensão conservadora no país.

Os partidos mencionados pelos respondentes foram organizados de modo que os mais bem votados ou os que tiveram maior destaque na eleição ficassem isolados, sendo os demais partidos agrupados sob a denominação “outros partidos”. Essa categoria, assim, apresenta grande heterogeneidade por reunir partidos de diferentes orientações ideológicas e programáticas, o que pode dificultar a interpretação dos modelos a partir de seus resultados. Além dos partidos de referência e de “outros partidos”, restaram: no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT); no Chile, o Partido Socialista do Chile (PSC) e o Partido da Revolução Democrática (PRD); na Costa Rica, o Ação Ciudadã; no Uruguai, a Frente Ampla; e nos Estados Unidos, o Partido Democrata. Importante pontuar que, pela relevância do *Cabildo Abierto* no que diz respeito à ascensão conservadora, optamos, de início, por isolar o partido, assim como realizado com o Partido Nacional e a Frente Ampla. Contudo, além desse partido não ter conseguido sequer a terceira colocação no pleito e no voto reportado, o ajuste do modelo sob essa configuração inviabilizou a análise.

Na Tabela 1 apresentamos os resultados para o Uruguai e os Estados Unidos com a escala de pluralismo construída a partir das cinco variáveis originais.

Tabela 1. Modelos probabilísticos do voto no primeiro turno da eleição presidencial

	Estados Unidos (1)		Uruguai (1)	
	Democratas	Outros	Frente Ampla	Outros
Antielitismo	1,029	1,282*	1,112*	1,031
Pluralismo	1,433*	1,087*	1,173*	1,084**
Idade (ano de nascimento)	1,009*	1,034*	1,003	0,999
Escolaridade	0,951	1,001	0,995	1,067
Renda familiar (quintis)	0,820*	0,904	1,064	1,165
Gênero (masculino)	0,852	1,220	0,847	1,309
Corrupção (cat. está generalizada)	0,993	0,968	1,599	0,819
R ² Nagelkerke	0,361		0,097	
AIC	3584,635		1596,905	
BIC	3677,766		1671,599	
Verossimilhança de log -2	3552,635		1564,905	
Pearson	0,988		0,248	
Desvio	1,000		0,390	
Ref.	Partido Republicano		Partido Nacional	

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CSES (módulo 5).

Como é possível ver na Tabela 1, a escala antielites atuou nos dois países em detrimento do partido de referência. Nos Estados Unidos, contudo, ela não diferenciou o voto no Partido Democrata, embora tenha sugerido certo movimento de rejeição às elites tradicionais em prejuízo da candidatura de Donald Trump. No Uruguai, a variável beneficiou a chance de voto na Frente Ampla, mas com efeito ainda mais reduzido em relação àquele encontrado para os Estados Unidos. Assim, os resultados indicam que o antielitismo esteve mais atrelado à rejeição aos partidos de direita predominantes nas eleições nos dois países, apesar de o seu poder ter sido regular nos Estados Unidos e baixo no Uruguai.

O pluralismo mostrou-se mais relevante, principalmente no que diz respeito à escolha eleitoral pelo Partido Democrata nos Estados Unidos. Não obstante tenha também elevado a razão de chance de voto em outros partidos em ambos os países, o efeito sobre o fenômeno foi bastante baixo. No que diz respeito ao voto nos principais partidos à esquerda da categoria de referência, o pluralismo aumentou a razão de chance do Partido Democrata em 43,3%, e da Frente Ampla em 17,3%.

Em relação ao comportamento das variáveis sociodemográficas, apenas idade e renda familiar foram significativas para os Estados Unidos, e nenhuma das variáveis selecionadas apresentou efeito no modelo para o Uruguai. Como a variável que denominamos “idade” trata-se, na verdade, dos anos de nascimento dos respondentes, a leitura deve ser feita da maior para a menor idade (ou do ano de nascimento mais antigo para o mais recente). Portanto, a interpretação é de que quanto mais jovem o indivíduo, maior a probabilidade de ter votado no Partido Democrata e em outros partidos em relação ao Partido Republicano. No que se refere à renda familiar, sobre a qual a leitura parte da menor renda para a maior, o efeito gerado pela variável sobre o voto no Partido Democrata foi negativo, isto é, quanto maior a renda, menor a chance de ter votado nesse partido.

A variável sobre a generalização da corrupção entre os políticos não diferenciou o voto em nenhum dos modelos acima. Inicialmente, planejamos testar modelos alternativos, em que a variável percepção da corrupção interagisse com o antielitismo para explorarmos a combinação dessas variáveis, mas também para averiguar a hipótese de que, nos países da América Latina, o antielitismo apenas beneficiaria partidos de direita quando atrelado à percepção negativa sobre corrupção (H4). Entretanto, as variáveis combinadas não tiveram qualquer efeito sobre a escolha eleitoral no Uruguai, de forma que mesmo a significância encontrada para o antielitismo no modelo apresentado na Tabela 1 desapareceu quando

propusemos a interação. Rodamos o modelo também para os Estados Unidos para mantermos a comparação. O antielitismo interagindo com a percepção de disseminação da corrupção foi significativo apenas na explicação do voto em outros partidos em relação ao Partido Republicano (ainda assim, com efeito baixíssimo), indicando que o resultado foi produzido pela medida de antielitismo, que já aparecia como significativa no primeiro modelo, com razão de chance mais elevada (esses modelos estão no Apêndice D.1).

Na Tabela 2, abaixo, estão os modelos com os resultados para todos os países, em que o pluralismo é tratado a partir das variáveis isoladas. Denominamos as variáveis E3005_2, “A vontade da maioria deveria sempre prevalecer, mesmo que prejudique os direitos das minorias”, de “Pluralismo 1”, e E3005_3, “Em geral, os imigrantes fazem bem à economia do país”, de “Pluralismo 2”. Para que as escalas fossem orientadas da atitude menos pluralista até a mais pluralista, invertemos a ordem das respostas da variável E3005_3.

Tabela 2. Modelos probabilísticos do voto no primeiro turno da eleição presidencial

	Brasil (1)			Chile (1)			Costa Rica (1)		Uruguai (2)		Estados Unidos (2)	
	PT	PDT	Outros	PSC	PRD	Outros	AC	Outros	FA	Outros	Democrata	Outros
Antitlismo	1,117	1,131	1,089	1,06	1,120*	0,946	0,956	0,983	1,106*	1,027	1,009	1,065**
Pluralismo 1 (vontade da maioria)	1,072	1,332*	1,087	1,129	1,484*	1,195	1,006	1,029	1,376*	1,298*	1,508*	1,207**
Pluralismo 2 (imigrantes)	1,179*	1,129	1,079	1,125	1,597*	1,236	1,091	1,156	1,108	0,992	2,061*	1,611*
Idade (ano de nascimento)	0,999	1,006	1,003	0,983*	1,016**	1,027*	0,996	0,995	1,007	1,001	1,015*	1,037*
Educação	0,947	1,210*	1,098	1,002	1,109	1,067	1,238*	1,315*	1,021	1,108	1,014	1,056
Renda familiar (quintis)	0,725*	0,916	0,972	0,931	0,952	0,874	1,159	1,268**	1,075	1,126	0,844*	0,925
Sexo (masculino)	0,715*	0,712	0,700	1,036	0,836	0,892	1,265	1,479	0,843	1,34	0,715*	1,069
Corrupção (cat. está generalizada)	0,749	1,542	0,866	0,701	1,417	1,063	0,770	0,703	1,579**	0,805	0,895	0,886
R ² Nagelkerke		0,119			0,163		0,138		0,084		0,246	
AIC		2891,756			2089,412		954,767		1739,141		3920,678	
BIC		3030,677			2216,467		1028,951		1824,611		4025,493	
Verossimilhança Log-2		2837,756			2035,412		918,767		1703,141		3884,678	
Pearson		0,370			0,402		0,513		0,245		0,964	
Desvio		1,000			1,000		0,336		0,311		1,000	
Ref.		PSL			PRN		PRN		PN		P. Republicano	

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CSES (módulo 5).

Dados referentes à razão de chance “Exp(b)” . *p<0,01; **p<0,00

As medidas de pluralismo apresentaram melhores resultados. No Brasil e no Chile, países em que a relevância eleitoral de um terceiro partido nos fez recodificar a variável *voto* em quatro categorias, a primeira medida de pluralismo atuou justamente para aumentar a razão de chance de escolha pelo PDT e PRD, respectivamente. No Uruguai, a variável aumentou a chance de voto na Frente Ampla e em outros partidos e, nos Estados Unidos, no Partido Democrata e em outros partidos. Já a segunda medida de pluralismo (E3005_3) aumentou a chance de voto no PT no Brasil, mas não diferenciou a escolha pelo PSC no Chile, agindo no modelo chileno, assim como a primeira medida de pluralismo, sobre o voto no PRD. Nos Estados Unidos, a variável atuou para beneficiar o Partido Democrata e outros partidos. Em todos os casos, os efeitos dessas variáveis foram superiores aos obtidos pela medida de antielitismo.

Quanto às variáveis sociodemográficas, idade foi significativa nos modelos do Chile e dos Estados Unidos, mas, em ambos os casos, os efeitos foram pequenos. De qualquer sorte, o resultado obtido para o Chile mostra que quanto mais jovem o respondente, maior a probabilidade de que tenha votado no PRD e menor de que tenha optado pelo PSC. Nos Estados Unidos, de forma semelhante ao encontrado no primeiro modelo, quanto mais jovem o respondente, maior a chance de ter escolhido o Partido Democrata e outros partidos em relação ao Partido Republicano. Ainda, educação foi significativa no Brasil e na Costa Rica, países onde maiores níveis de escolaridade atuaram para elevar a chance de voto no PDT e no Ação Cidadã, respectivamente. Além disso, maiores níveis de renda familiar, assim como ser do sexo masculino, diminuíram a chance de voto no PT no Brasil, no Partido Democrata nos Estados Unidos e em outros partidos na Costa Rica.

A variável sobre a percepção da corrupção não foi significativa para nenhum dos países analisados¹⁰. Então, testamos inserir essa variável em formato ordinal nos modelos e encontramos significância para o Brasil e para o Chile, isto é, quanto mais negativa a visão acerca da corrupção, menor a chance de votar no PT e no PSC, respectivamente (esses modelos estão no Apêndice D.2). Assim, em suma, no Brasil a medida de antielitismo não foi um determinante do voto, mas a corrupção foi. No Chile, o antielitismo e a corrupção foram determinantes do voto, enquanto no Uruguai e nos Estados Unidos, a corrupção não teve impacto sobre a escolha eleitoral

¹⁰ Para entender esse resultado, há que se considerar que, em todos os países, os percentuais de percepção de que a corrupção entre os políticos está “muito” e “bem” generalizada atingem a ampla maioria dos entrevistados (conforme Tabela 3 do Apêndice), de modo que acabam pouco diferenciando os eleitores nos modelos especificados.

e o antielitismo teve. Já na Costa Rica, nenhuma das variáveis independentes principais (antielitismo, pluralismo e corrupção) foi significativa.

Esses resultados sugerem que a percepção negativa sobre a corrupção foi uma melhor medida de atitude antielites no caso brasileiro, onde o contexto específico envolvendo a operação Lava Jato, a prisão do ex-presidente Lula e o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ambos políticos filiados ao PT, marcou a eleição. É importante destacar que o sentimento de rejeição ao PT, o chamado antipetismo, é o principal fenômeno de antipartidarismo relacionado ao voto no Brasil (BORGES e VIDIGAL, 2018; CASTANHO SILVA, FUKS e TAMAKI, 2022). A rejeição a esse partido nos parece, entretanto, ser multifatorial, envolvendo a repercussão dos casos de corrupção em torno de lideranças importantes do partido, mas também a consequência da propositura de políticas progressistas do ponto de vista social, cultural e econômico diante de um público com setores conservadores e neoliberais bastante consolidados. Cumpre mencionar que a variável com a qual trabalhamos aborda a visão dos indivíduos sobre corrupção, o que implica experiências e disposições preexistentes, além do tratamento dispensado pelos principais veículos de comunicação ao tema¹¹. Ademais, testamos novamente a interação entre o antielitismo e a corrupção, agora para todos os países (os modelos estão no Apêndice D.3). No Chile, a interação fez desaparecer o efeito do antielitismo sobre o PSC, o que, possivelmente, se deve ao fato de a percepção da corrupção sozinha não ter apresentado qualquer efeito sobre a escolha eleitoral por esse partido. Contudo, a variável decorrente da interação manteve o efeito do antielitismo de elevar a probabilidade de escolha pelo PRD, acusando que esse partido tem conquistado importante espaço político à esquerda no país frente ao PSC. No Uruguai e nos Estados Unidos, a interação fez desaparecer o efeito do antielitismo, encontrado em modelos anteriores, enquanto no Brasil prejudicou o efeito encontrado para a variável corrupção. Contudo, a Costa Rica foi o único país em que a interação funcionou para estabelecer efeito não verificado quando as variáveis antielitismo e corrupção apareciam isoladas nos modelos, isto é, o antielitismo e a corrupção somente impactaram o voto quando interagiram. Considerando que, nos países em que o antielitismo foi significativo para a explicação do voto para presidente, ele atuou em prejuízo do partido de direita com maior relevância eleitoral no pleito, cogitamos que a variável antielites E3004_7, que funciona como uma medida de

¹¹ Adiante, sugerimos que a variável relacionada ao ressentimento de classe (E3004_7) possa estar direcionando o efeito da escala de antielitismo. Nesse sentido, uma interpretação possível é que a percepção negativa de corrupção, que sugere a possibilidade de rejeição às elites políticas como consequência, prejudica a chance de voto no PT, mas o antielitismo, que pode estar sendo orientado por uma questão de classe, não.

ressentimento de classe, ao mencionar a preferência dos políticos em atender a demanda de ricos e poderosos, pudesse, isolada, estar determinando o efeito da escala de antielitismo. Então, elaboramos modelos substituindo essa escala pela variável E3004__7 isolada. Mantivemos a variável corrupção em formato ordinal por termos conseguido resultados melhores nos modelos alternativos em que foi adotada.

Segundo é possível depreender da Tabela 3, a medida de antielitismo E3004__7 isolada só não foi significativa para a Costa Rica, país para o qual mais uma vez não se obteve qualquer resultado a partir das nossas principais variáveis independentes. Em todos os outros casos, a variável isolada provocou um ligeiro aumento na capacidade explicativa dos modelos, e a atitude antielites isolada foi significativa, atuando para aumentar a chance de voto nos partidos mais à esquerda em relação à referência (e com efeitos maiores do que os da escala de antielitismo (Tabela 2)). Assim, a variável E3004__7 beneficiou o voto no PT e no PDT no Brasil, no PSC e no PRD no Chile, na Frente Ampla no Uruguai e no Partido Democrata nos Estados Unidos, em todos os casos com efeitos relevantes. As medidas de pluralismo (E3005__2 e E3005__3) produziram resultados semelhantes aos já obtidos nos modelos anteriores para todos os países, salvo pelo fato de a variável E3005__3 ter aparecido como significativa também para outros partido no modelo elaborado para o Chile.

Nesses modelos, o efeito das variáveis sociodemográficas se manteve o mesmo em relação aos modelos apresentados na Tabela 2. A exceção foi a variável *renda*, que perdeu o efeito sobre outros partidos na Costa Rica. Já a corrupção manteve a significância e o efeito no Brasil e no Chile, diminuindo a chance de voto no PT e no PSC, respectivamente, e passou a ter significância no modelo dos Estados Unidos, reduzindo a chance de escolha pelos Democratas.

Tabela 3. Modelos probabilísticos do voto no primeiro turno da eleição presidencial

	Brasil (2)			Chile (2)			Costa Rica (2)		Uruguai (3)		Estados Unidos (3)	
	PT	PDT	Outros	PSC	PRD	Outros	Ação Cidadã	Outros	Frente	Outros	Democrata	Outros
Antielites (E3004_7)	1,193*	1,292*	1,107	1,424*	1,663*	1,01	0,858	0,895	1,676*	1,107	1,485*	1,436*
Pluralismo 1 (E3005_2)	1,080	1,345*	1,087	1,139	1,496*	1,206	1,022	1,032	1,468*	1,087*	1,533*	1,209*
Pluralismo 2 (E3005_3)	1,161*	1,122	1,074	1,109	1,560*	1,263**	1,083	1,151	1,064	1,074	2,026*	1,601*
Idade	0,998	1,006	1,002	0,981*	1,014**	1,026*	0,995	0,995	1,003	1,002	1,015*	1,038*
Educação	0,959	1,210*	1,108	0,997	1,116	1,052	1,242*	1,313*	1,047	1,108	1,026	1,061
Renda familiar	0,729*	0,913	0,961	0,955	0,968	0,877	1,147	1,247	1,119	0,961	0,856*	0,932
Sexo	0,725**	0,743	0,721	1,028	0,836	0,921	1,282	1,427	0,828	0,721	0,720*	1,080
Corrupção (ordinal)	0,806**	1,018	0,960	0,695*	0,874	0,809	0,750	0,730	0,834	0,96	0,743*	0,900
R² Nagelkerke		0,125			0,179		0,135			0,121		0,271
AIC		2923,287			2108,237		968,192			1752,807		3847,848
BIC		3062,672			2235,685		1042,694			1838,781		3952,708
Verossimilhança Log-2		2869,287			2054,237		932,192			1716,807		3811,848
Pearson		0,515			0,418		0,588			0,232		0,985
Desvio		1,000			1,000		0,361			0,550		1,000
Ref.		PSL			PRN		PRN			PN		Republicano

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CSES (módulo 5).
 Dados referentes à razão de chance “Exp(b)” . *p<0,01; **p<0,005.

Com exceção da variável E3004_7, as demais variáveis antielites isoladas tiveram comportamentos distintos em cada país. Quando realizamos testes prévios de associação (qui-quadrado), os resultados demonstraram que o voto estava associado, em todos os países, à variável E3004_7, mas que apenas nos Estados Unidos todas as demais medidas do bloco também estavam associadas ao voto. Então, repetimos os modelos substituindo a variável E3004_7 isolada pelas demais, uma de cada vez, e encontramos resultado relevante apenas nos modelos em que E3004_6 foi incluída para o Uruguai e para o Chile, aumentando a chance de voto na Frente Ampla e no PSC e no PRD, respectivamente (Apêndice E.1).

Esse resultado revela que a variável E3004_6, “O povo, e não os políticos, deveria tomar as decisões políticas mais importantes”, atuou em benefício de partidos de esquerda liberal e social-democrata naqueles países, que não são considerados populistas, de acordo com o relatório macro do CSES. Logo, a variável funcionou, possivelmente, como uma medida de democracia direta no Uruguai e no Chile. O efeito, todavia, foi similar ao que havia sido provocado pela variável E3004_7, “Os políticos somente se preocupam com os interesses dos ricos e poderosos”, sugerindo que a rejeição às elites está associada, principalmente, à perspectiva de classe e, portanto, beneficiou o voto em partidos cuja redistribuição de renda é uma pauta fundamental de seus programas e agendas. A mesma interpretação é válida para os demais países, salvo a Costa Rica, onde apenas a variável E3004_4 foi significativa (Apêndice E.2).

Entretanto, a variável E3004_4, “Os políticos são o principal problema do país”, significativa na Costa Rica, teve efeito baixo e com valor de p no limite do recomendado estatisticamente ($p=0,05$). Mesmo assim, esse foi o primeiro caso em que uma das atitudes antielites atuou para beneficiar o partido de referência, reduzindo a chance de escolha pelo Ação Cidadã. O efeito obtido para o país pode ser explicado pelo fato de que o Ação Cidadã era o partido da situação, ou seja, em que pese o antielitismo não tenha sido uma variável importante para a eleição do país sob as variáveis com as quais contamos, a oposição ao governo parece ter sido capturada pela variável isolada. É importante mencionar que a eleição de 2017 na Costa Rica foi marcada pela oposição entre visões de mundo socialmente progressistas e conservadoras, o que conduziu ao surgimento de novos atores e à forte polarização

CONCLUSÃO

As medidas de populismo existentes têm recebido críticas por não capturar o apoio a líderes com evidentes características populistas. Esse foi o caso da eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, para a qual a escala de populismo construída a partir dos dados do módulo 5 do CSES apresentaram efeitos irrisórios, por exemplo, nos estudos de Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) e Cabrera e Del Porto (2022). Aqui propomos duas abordagens: primeiro, criamos uma escala semelhante à de Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022), mas ampliamos a análise para considerar também uma escala de atitudes pluralistas; em seguida, acompanhamos a proposta de Cabrera e Del Porto (2022) e trabalhamos com variáveis isoladas, mas inseridas uma de cada vez em modelos diferentes.

Os resultados indicaram que as medidas de pluralismo, mesmo quando substituímos a escala por variáveis isoladas, tiveram maior impacto sobre as eleições estudadas do que a medida de antielitismo sob forma de escala. A escala de antielitismo teve relevância, principalmente, sobre o voto nos partidos mais à esquerda em relação à referência no Chile e no Uruguai. Entretanto, foi a variável E3004__7, que capta o antielitismo motivado por ressentimento de classe, que se mostrou significativa com efeitos relevantes para a escolha eleitoral em praticamente todos os países estudados. Inclusive, cumpre mencionar que no Chile e no Uruguai uma segunda variável do bloco foi significativa (E3004__6), fomentando, assim, a relevância da escala de antielitismo nesses países.

Em vista disso, nossa primeira hipótese indicava que o antielitismo deveria ter baixo poder preditivo sobre o voto em todos os países analisados, o que se confirmou. Ainda, sugerimos que a medida de ressentimento de classe deveria favorecer o voto em partidos posicionados mais à esquerda em relação à referência, e estávamos corretas. Com efeito, ainda que com baixo poder preditivo, a medida escalar de antielitismo, quando foi significativa, atuou no mesmo sentido que a variável E3004__7 isolada, o que insufla a interpretação de que essa variável, por sua importância estatística demonstrada nos modelos alternativos, orientou o efeito produzido pela escala de antielitismo. Onde uma segunda variável isolada atuou no mesmo sentido (Chile e Uruguai), os resultados da escala antielitista foram melhores. Entretanto, a escala de antielitismo foi também significativa nos Estados Unidos, onde o fenômeno de ressentimento de classe já foi largamente reportado na literatura a partir do conceito de *cultural backlash* de Norris e Inglehart (2019).

A percepção negativa da corrupção reduziu as chances de voto no PT no Brasil e no PSC no Chile, mas não teve efeito na Costa Rica e no Uruguai, apontando para a confirmação parcial da hipótese que antevia o seu papel para a redução da probabilidade de voto nos partidos de esquerda na América Latina. Ainda, a interação da variável com antielitismo teve o efeito esperado (de beneficiar o voto à direita) apenas na Costa Rica. Uma interpretação possível diz respeito ao fato de que o antielitismo, representado pela variável E3004_4, orientada à rejeição do partido de centro-esquerda na situação, o Ação Cidadã, tenha determinado o efeito da interação.

Assim, o pluralismo mostrou-se a variável mais relevante estatisticamente em praticamente todos os modelos e sob as duas construções propostas. Com isso, é possível concluir que a disputa entre valores mais e menos liberais-progressistas esteve no centro do debate político em todas as eleições em análise, sendo que a defesa de atitudes pluralistas beneficiou o voto em partidos liberais e social-democratas no Brasil, no Chile, no Uruguai e nos Estados Unidos. Essas variáveis só não tiveram efeito na Costa Rica. Ademais, o antielitismo atuou no mesmo sentido nesses países. Assim, embora a soberania do povo e o ressentimento de classe sejam características atreladas à definição de populismo, se apresentaram associados a alternativas políticas inclusivas nessas eleições. Ainda assim, as medidas relacionadas ao populismo mantiveram efeitos bastante baixos, que denotam a maior relevância de outros fatores sobre essas eleições, como Castanho Silva, Fuks e Tamaki (2022) encontraram para o Brasil. A disputa em torno de valores pluralistas parece ser, definitivamente, um deles.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa de pós-doutorado da primeira autora, intitulada “Qualidade da democracia em análise comparada: as condições da democracia partidária e as possibilidades do partidarismo” (processo n. 2021/15152-7), atrelada ao projeto temático “A qualidade da democracia no Brasil: representação política, partidos e o sistema de integridade”, processo n. 2018/02738-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do qual as autoras fazem parte.

SOBRE AS AUTORAS

Valéria Cabreira Cabrera: Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Fabiola Brigante Del Porto: Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora no Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

REFERÊNCIAS

1. AKKERMAN, Agnes; MUDDE, Cas; ZASLOVE, Andrej. How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters. *Comparative Political Studies*, v. 47, n. 9, p. 1324-1353, ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414013512600>
2. AMARAL, Oswaldo E. do. The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018. *Brazilian Political Science Review*, v. 14, n. 1, p. 1-13, maio 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000010004>
3. BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidatismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 53-89, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201824153>
4. CABRERA, Valéria; DEL PORTO, Fabíola B. Atitudes antielites, outgroup e insatisfação com a democracia? Evidências empíricas do voto populista-autoritário de direita em democracias americanas (2016 a 2020). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022. Anais do 46º Encontro Anual da ANPOCS. 2022.
5. CASTANHO SILVA, Bruno. "He's not one of them!" antiestablishment supporters of populist governments in Bolivia and Ecuador. *Journal of Politics*, v. 81, n. 3, p. 1085-1089, jul. 2019. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/703071?af=R>. Acesso em: 29 mar. 2023.
6. CASTANHO SILVA, Bruno; FUKS, Mário; TAMAKI, Eduardo Ryô. So thin, it's almost invisible: populist attitudes and voting behavior in Brazil. *Electoral Studies*, v. 75, p. 1-11, fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2021.102434>
7. CASTANHO SILVA, Bruno et al. An empirical comparison of seven populist attitudes scales. *Political Research Quarterly*, v. 73, n. 2, p. 409-424. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1065912919833176>. Acesso em: 3 jan. 2023.
8. COMPARATIVE Study of Electoral Systems (CSES). Base de dados CSES do módulo 5. 2016-2021. Disponível em: <https://cses.org/data-download/cses-module-5-2016-2021/>. Acesso em: 05 mai. 2022.
9. HAWKINS, Kirk; RIDING, Scott; MUDDE, Cas. "Measuring populist attitudes". *Political Concepts Committee on Concepts and Methods. Working Paper Series*, v. 55, p. 1-35, jan. 2012. Disponível em: https://www.concepts-methods.org/Files/WorkingPaper/PC_55_Hawkins_Riding_Mudde.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.
10. HOBOLT, Sara et al. Democracy, divided? People, politicians and the politics of populism. *CSES Planning Committee Module 5 Final Report*. 2016. Disponível em: https://cses.org/wp-content/uploads/2019/03/CSES5_ContentSubcommittee_FinalReport.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.
11. JUNGKUNZ, Sebastian; FAHEY, Robert A.; HINO, Airo. How populist attitudes scales fail to capture support for populists in power. *PLoS ONE*, v. 16, n. 12, p. 1-20, dez. 2021.
12. LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. Londres; Nova York: Verso, 2005.
13. MUDDE, Cas. Populism: an ideational approach. In: ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal et al. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
14. MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. *Government and Opposition*, v. 39, n. 3, p. 541-563, 2004.
15. MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. Exclusionary vs. inclusionary populism: Comparing contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition*, v. 48, p. 147-174, abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1017/gov.2012.11>
16. NICOLAU, Jairo. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 311-325, dez. 2014.
17. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
18. VAIRO, Daniela; RODRIGUEZ, José Raul. Comportamiento electoral en Uruguay: la victoria de Tabaré Vázquez en las elecciones presidenciales de 2014. *Em Tese*, v. 13, n. 2, p. 14-36, dez. 2016.



Recebido em 28 de dezembro de 2022.

Aprovado em 12 de março de 2023.

DOSSIÊ

O QUE É O CONSERVADORISMO? DO CONCEITO À MENSURAÇÃO

*WHAT IS CONSERVATISM? FROM
CONCEPT TO MEASUREMENT*

Jéssica da Silva Duarte * 

* Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: jessica.sduarte@ufpe.br

RESUMO

A história política, social e econômica do Ocidente é periodicamente marcada por crises e mudanças. Concomitante a esse processo, identificamos também o protagonismo das chamadas “ondas conservadoras”. Apesar de ser um fenômeno recorrente desde o século XVIII, o desenvolvimento teórico e empírico sobre o tema dentro das Ciências Sociais, e especialmente a Ciência Política, segue tendo lacunas relevantes. Desse modo, este artigo tem como objetivo principal contribuir para esse tema de pesquisa. Nosso fio condutor parte da análise teórica do fenômeno – a partir de uma revisão bibliográfica crítica e aprofundada – seguida do desenvolvimento de ferramentas que contribuem para a tentativa de aplicar esse conhecimento à realidade atual. A instrumentalização foi feita a partir do banco de dados do World Values Survey (WVS) e aplicada para dois casos emblemáticos: Brasil e Estados Unidos.

Palavras-chave: Conservadorismo; Crise; Metodologia; Brasil; Estados Unidos.

ABSTRACT

The political, social, and economic history of the West is periodically determined by crises and changes. At the same time, we also identified the advance of “conservative waves”. Despite it being a recurrent phenomenon since the 18th century, the theoretical and empirical development on the subject within the Social Sciences, and especially within Political Science, continues to have relevant gaps. Hence, this article’s main objective is to contribute to this research topic. Our path starts from the theoretical analysis of the phenomenon – from a critical and in-depth bibliographic review – followed by the development of tools which contribute to the application of this knowledge to the current reality. In the empirical application, we use the World Values Survey (WVS) database applied to two emblematic cases: Brazil and the United States.

Keywords: Conservatism; Crisis; Methodology; Brazil; United States.

INTRODUÇÃO

O início do século XXI pode ser definido política e socialmente como um período profundamente marcado por transformações, crises e conflitos. Com efeito, momentos conturbados e de transformações acontecem em todos os séculos desde que temos registros. Em geral, esses mesmos contextos são caracterizados por um crescente protagonismo dos princípios conservadores nos debates sociais e disputas políticas ao redor do mundo. Portanto, o avanço do conservadorismo, ou a chamada “onda conservadora”, em conjunturas instáveis não é um fenômeno absolutamente novo em si. Contudo, o estudo desse fenômeno ainda possui longo espaço para desenvolvimento e preenchimento de lacunas.

No Ocidente, periodicamente movimentos conservadores ganham destaque dentro das dinâmicas política, econômica e social. É possível definir ao menos quatro momentos na história contemporânea em que o conservadorismo foi um elemento político e social muito relevante: 1) Revolução Francesa; 2) lutas e conquistas políticas e sociais pelo sufrágio universal; 3) transformações sociais e econômicas impostas pelas políticas de bem-estar social; 4) emergência, na segunda metade do século XX, de modelos políticos, econômicos e morais alternativos ao *status quo* (HIRSCHMAN, 1992; VIDAL, 2013). Com efeito, é justamente a recorrência, a relativa repetição desse panorama, que faz com que seja importante para as Ciências Sociais compreender a gênese, as peculiaridades e o papel desse fenômeno.

No entanto, para que essa discussão possa ser realizada e traga avanços teóricos ou aplicados, é condição inicial que se tenha clareza do que se define por conservadorismo. Existem esforços teóricos na direção de retratar o pensamento conservador ou os principais componentes simbólicos e estruturais presentes nos argumentos dos autores de maior referência no conservadorismo (HUNTINGTON, 1957; HIRSCHMAN, 1992; KIRK, 1953). Contudo, essa ainda não é uma discussão robusta teoricamente e carece de um potencial aplicado à realidade, isto é, de capacidade empírica.

Conforme veremos na discussão crítica da bibliografia, a literatura disponível sobre o tema é composta, principalmente, pelos próprios autores conservadores e por autores que buscam descrever e classificar o ideário conservador de forma mais abstrata e normativa do que analítica. Portanto, o desenvolvimento de um estudo acerca das dimensões que o compõem contribuirá para investigações futuras mais complexas, aprofundadas, atemporais e de maior potencial comparativo. Esperamos

que, ao final deste texto, possamos oferecer novas ferramentas para analisar o fenômeno de forma aplicada, mas também transcendendo conjunturas específicas ou particulares de cada momento histórico e político.

Para tanto, este estudo exploratório propõe mapear os componentes do fenômeno a partir da revisão profunda e crítica da bibliografia, bem como busca oferecer formas mais didáticas de definir e classificar o conceito. A seguir, iremos propor um caminho inicial para instrumentalizar e mensurar o conservadorismo a partir de pesquisa tipo survey considerando a Pesquisa Mundial de Valores¹ e a aplicação para dois casos emblemáticos na conjuntura atual: Brasil e Estados Unidos.

Iniciamos descrevendo mais detalhadamente os momentos históricos nos quais o conservadorismo se destacou enquanto ator social e político no mundo ocidental, identificando os padrões sociais e políticos em que crises e transformações tiveram o conservadorismo como um ator reativo importante. Na sequência, apresentamos a revisão crítica da bibliografia e nossas construções teóricas sobre conservadorismo. Em seguida, iremos oferecer uma instrumentalização empírica do conceito a partir da decupagem do banco de dados da Pesquisa Mundial de Valores. Dando continuidade, apresentamos os dois casos – Brasil e Estados Unidos – para os quais foram feitas análises fatoriais das variáveis a fim de testar a coesão e adequação do modelo proposto. Para finalizar, temos na conclusão o resumo de todo o conhecimento acumulado nas etapas do estudo.

Em resumo, esta pesquisa tem como fio condutor uma estrutura lógica que parte da análise explicativa teórica do fenômeno seguida de ferramentas que contribuem para a tentativa de aplicar esse conhecimento à realidade prática e atual.

O CONSERVADORISMO ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO E SOCIAL

É conveniente iniciarmos considerando as contribuições de Hirschman (1992) na identificação de três momentos históricos de mudanças nos quais o conservadorismo teve destaque. O primeiro foi o movimento que se opôs às demandas crescentes por direitos civis, políticos e sociais e à Revolução Francesa, identificando-as como maior ameaça à suposta ordem natural dentro deste cenário. Esse movimento deu espaço aos mais diversos argumentos conservadores. Dentre eles: o temor das consequências de possíveis rupturas, a negação da oposição à religiosidade que o iluminismo

¹ World Values Survey (WVS).

propunha, os prejuízos não mensuráveis que as mudanças em questão poderiam trazer e o desgaste desnecessário que gerariam – uma vez que o que vinha sendo proposto já estaria em curso de maneira ordenada e gradual (TOCQUEVILLE, 1982; BURKE, 1982).

A segunda manifestação do conservadorismo decorreu das mudanças políticas em direção ao sufrágio universal. Nesse caso, devido ao caráter menos radical e imediato das medidas e dos avanços em direção à mudança, a contrapartida conservadora também foi menos combativa e contundente, manifestando-se, fundamentalmente, a partir de correntes da filosofia, psicologia e política que visavam evidenciar o caráter perverso de delegar às massas o papel de participar das grandes decisões políticas – sob o argumento de que as mesmas são desprovidas de atributos racionais e psicológicos e afeitas a adotar medidas extremas (LE BON, 2005; MOSCA, 1982).

A terceira reação conservadora apontada por Hirschman (1992) diz respeito às transformações sociais e econômicas propostas pelas políticas de bem-estar social (*Welfare State*). Nesse momento, o conservadorismo visou expor possíveis fragilidades e consequências negativas do processo sobre o equilíbrio natural do campo econômico – uma vez que propunha uma distribuição não espontânea da renda – e liberdade individual no campo político, visto que, segundo o pensamento conservador, a ampliação do Estado exigida por esse tipo de ação política prejudicaria a liberdade (HAYEK, 1960).

É possível identificar, na segunda metade do século XX, movimentos conservadores em reação a modelos alternativos políticos e econômicos que emergiam. Na década de 1950, a ascensão dos movimentos comunista, pelo aspecto político, e socialista, na economia, personificados pela URSS, criou um alvo a ser combatido pelo conservadorismo em prol da defesa dos valores tradicionais capitalistas e liberais (VIDAL, 2013).

Na década de 1960, o conflito no qual o movimento conservador se inseriu girou em torno das transformações propostas à época em termos do comportamento e da moral dos indivíduos, destacando temas como aborto, homossexualidade e imigração. De modo geral, os conservadores interpretaram esses movimentos como uma ameaça à comunidade, à integração social e a valores básicos, como a crença em Deus e a valorização da família (VIDAL, 2013).

Seguindo a linha do tempo, observa-se que o século XXI também tem sido marcado por esse fenômeno (BURITY, 2020). Temos crises de representação, crises

econômicas, crises sanitárias e crises de direitos humanos que têm causado importantes impactos políticos, econômicos e sociais. Nessa conjuntura, destacamos fatos como: a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, sob o lema de “fazer a América grande novamente”; a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, a partir de um discurso nacionalista, religioso e nostálgico.

Além desses exemplos, tem-se movimentos que buscam limitar o que chamam de intervenção e doutrinação do Estado sobre temas que consideram inadequados à educação moral praticada pelas famílias. Tais reivindicações ganharam espaço no Brasil, Peru, Equador, Chile, Argentina, Paraguai e Alemanha. Outrossim, no continente europeu, ocorreram fatos políticos associados ao conteúdo conservador, como o *Brexit* e o crescimento de movimentos e de partidos nacionalistas e conservadores com forte impacto político na crise migratória, sendo outro fato marcante a vitória expressiva da francesa Marine Le Pen pela Frente Nacional no Parlamento Europeu.

Olhando especificamente para esse cenário, Norris e Inglehart (2018) propõem uma teoria geral que explicaria o avanço de forças populistas, autoritárias e conservadoras no Ocidente a partir da análise dos casos do *Brexit* no Reino Unido e da eleição de Trump nos Estados Unidos. Para definir o fenômeno, autores criaram o conceito de *backlash* cultural, algo como um retrocesso cultural, que estaria fundamentado em três aspectos principais.

O primeiro seria a oposição entre gerações: por um lado as gerações entre guerras e *Baby Boomer*, e, por outro, as gerações *X* e *Millennials*; neste contexto os primeiros estariam reagindo às mudanças de valores, especialmente diante das lutas de minorias e por diversidade. O segundo fator seria a possibilidade oferecida aos indivíduos conservadores de votar em líderes autoritários e populistas por meio dos mecanismos institucionais democráticos. Por fim, o surgimento de grupos e movimentos políticos conservadores, autoritários ou populistas teria influenciado a agenda política, e, em consequência, estaria em curso uma transformação lenta na cultura cívica das sociedades desenvolvidas em direção a um posicionamento mais congruente com essas ideologias.

De um modo geral, com base nos pressupostos teóricos estudados e nos padrões observados na realidade a partir da contextualização, compreendemos que transformações políticas, sociais ou econômicas podem levar à percepção de instabilidade, incerteza, medo e insegurança. Em um efeito sequente, essas sensações

tendem a gerar o aumento da manifestação do conservadorismo na mesma medida de sua presença na cultura política latente dos indivíduos.

A NARRATIVA CONSERVADORA

Iremos dividir a revisão do conceito de conservadorismo em duas formas principais de abordagem, a fim de deixá-la mais didática para qualquer tipo de leitura: a primeira, mais focada em explicitar o que é o conservadorismo enquanto fenômeno político e social a partir dos próprios autores conservadores, e uma segunda que busca trazer alguns elementos analíticos para descrever em níveis teóricos e argumentativos o pensamento conservador.

OS PENSADORES CONSERVADORES

Algumas ideias e concepções adotadas no pensamento conservador já existiam antes mesmo de o termo existir. Com efeito, a base epistemológica conservadora já estava presente na filosofia grega (PLATÃO, 2017; BARKER, 1959; HANS-GEORG, 2009; ARISTÓTELES, 1997; BLOOM, 1991). Podemos citar como exemplo a presença de um ordenamento divino capaz de compreender e definir pontos da realidade que a humanidade não acessa. Além disso, é possível identificar a associação entre moralidade, ética e política, e ainda a visão organicista e coletivista da sociedade, em especial voltada ao bem comum.

Partindo para o período em que o conservadorismo já existia como uma categoria política e teórica, começamos por Steiner (1988) e sua compreensão mais direcionada às origens dos fundamentos e princípios morais que envolvem a visão conservadora. Esse autor destaca a perspectiva de que o homem é naturalmente falho e todas as suas ações para mudar a natureza das coisas está fadada ao fracasso, não havendo a possibilidade de uma justiça ou estabelecimento de uma ordem perfeita a partir da humanidade.

Justifica-se, para o conservadorismo, a importância das instituições já estabelecidas ao longo do tempo enquanto símbolo do que é genuíno e dotado de legítima autoridade (STEINER, 1988). As tradições são formas de conhecimento proveniente das tentativas e erros anteriores. Essas respostas são implícitas, incorporadas e compartilhadas na sociedade, por isso devem ser preservadas e reproduzidas mesmo

quando não se é mais possível explicá-las ou justificá-las pela passagem do tempo (SCRUTON, 2015).

A este respeito, Ortega y Gasset (1982) afirmam que é impossível iniciar o que já foi construído e sedimentado. Esse passado seria o verdadeiro tesouro e maior fonte de sabedoria para o homem, pois permite que os erros sejam evitados. Na concepção do autor, provocar rupturas para reescrever a história é como dar passos atrás na evolução humana. Nessa mesma lógica, Roger Scruton (2015, p. 8) afirma que “[...] herdamos coletivamente coisas admiráveis que devemos nos empenhar para preservar”.

Quando aplicado à ação política e social, o conservadorismo pode ser entendido como um movimento que se preocupa em entender o mundo a partir de princípios morais e, ainda, em agir de modo a preservá-lo ou reestruturá-lo em sua forma ordenada e natural (NASH, 1976).

Entre os conservadores é predominante a ideia de que o conservadorismo jamais deve ser compreendido como um credo ou uma doutrina, apesar de possuir um corpo identificável de princípios e normativas (OAKESHOTT, 1991). Nessa lógica, o ser conservador é composto de disposições tidas como naturais em se contentar com o que existe no presente e recusar opções futuras incertas, mobilizando-se em torno dos sentimentos de perda e medo (OAKESHOTT, 1991).

Desse modo, o governo ideal seria moderado e não abriria margem para paixões. Notadamente, nos escritos de Burke (2012, 1982) acerca dos modos de representação (mais especificamente sobre o parlamento inglês), e de sua crítica à Revolução Francesa, destacam-se ideias substanciais do conservadorismo, tais como: direito natural; sociedade dotada de uma estrutura orgânica mantida por um contrato baseado na tradição – que tem por função organizá-la; e crença em um condicionamento natural dos fenômenos e processos sociais que ocorrem gradualmente.

CONTRIBUIÇÕES ANALÍTICAS SOBRE O PENSAMENTO CONSERVADOR

Seguindo a discussão sobre o conceito de conservadorismo, consideramos nesta seção os autores que buscaram fazer uma sistematização dos elementos constituintes do pensamento e argumento conservador, e destacamos Scruton (2015), Kirk (1953), Huntington (1957), Hirschman (1992) e Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998). A

escolha de Scruton (2015) e Kirk (1953) como primeiros teóricos deste segmento da revisão se baseia no fato de esses autores serem referência dentro do próprio conservadorismo e trazer diretamente em sua análise boa parte da retórica conservadora. Com isso, estabelecemos uma espécie de elo entre os dois principais eixos que organizam a seção.

Conforme sugere Scruton (2015), o conservadorismo pode ser dividido em duas vertentes principais: metafísico e empírico. O primeiro está relacionado à crença e à valorização dos aspectos tradicionais da sociedade e à necessidade de defendê-los. O conservadorismo empírico é um fenômeno moderno resultante das reações desencadeadas por movimentos de mudanças, como o Iluminismo.

Detalhando mais o cerne do pensamento conservador, temos como ponto inicial marcante a crença conservadora em uma ordem transcendental que se reflete na concepção de que os problemas políticos são problemas morais e religiosos. Outrossim, liberdade e propriedade são identificadas como lados de uma mesma moeda; conseqüentemente, é rejeitada a ideia de igualitarismo. Dessa forma, afirma-se que é importante a manutenção da divisão natural da ordem de classes enquanto uma expressão saudável do princípio da diversidade social (KIRK, 1953).

Reforçando esse aspecto, Scruton (1980) argumenta que em grandes sociedades somos interdependentes e estamos interligados inevitavelmente uns aos outros por uma série de fatores (nacionalidade, lei, cidadania, vizinhança), e, por isso, é imprescindível para coordenação e equilíbrio que haja uma estrutura ordenada e disciplinada centrada na tradição.

Por fim, transformações devem ser vistas de forma desconfiada e cautelosa, especialmente quando essas partem de abstrações, resultando em uma preferência por reformas que sejam realmente salutares e que se deem de forma gradual. Sendo assim, entre as principais virtudes de um estadista está a paciência (KIRK, 1953).

Kirk (1953) destaca a capacidade do conservadorismo em adaptar seu discurso frente aos diferentes fenômenos de transformação. Contudo, o autor desenvolve uma lista de princípios essenciais do pensamento conservador que se apresentam em qualquer circunstância: 1) a crença de que intenções divinas governam a sociedade e a consciência; 2) afeição pela estrutura social e modo de vida hierárquicos e tradicionais; 3) convicção de que as sociedades civilizadas requerem ordem e divisão em classes; 4) propriedade e liberdade como objetos inseparáveis; 5) fé na desconfiança e prescrição em relação à racionalidade de desenvolvimento do

pensamento e do conhecimento humano; e 6) reconhecimento de mudança e reforma como coisas diferentes, sendo a inovação muito mais um instrumento de deflagração de rupturas do que de avanços.

Diretamente relacionado ao quarto ponto indicado por Kirk (1953) como constituinte do pensamento conservador, o conservadorismo liberal diz respeito à combinação da defesa reformadora de instituições e de valores morais tradicionais com a promoção e manutenção do livre mercado. Isto é, a soma do tradicionalismo com o liberalismo econômico.

Na medida em que conservadorismo social e liberalismo econômico vão entrando em simbiose, vai se consolidando e ganhando espaço o ideário defendido por liberais conservadores, como denominou Carvalho (1991) ao descrever que: “Os liberais conservadores eram exatamente isso, liberais conservadores. Seu conservadorismo não eliminava o liberalismo. Seu modelo de sociedade, ou sua utopia política, continuava sendo a sociedade liberal e a política liberal” (CARVALHO, 1991, p. 81-99).

É importante pontuar que conservadorismo está associado ao pensamento liberal desde sua concepção, por assim dizer, uma vez que muitos de seus principais fundadores são reconhecidos por seguidores dos dois ideários e suas obras atribuídas a ambos os espectros, tais como o Hayek, David Hume, Alexis Tocqueville e Edmund Burke.

A partir do estudo das ideias de autores conservadores, Ricupero (2010) reforça a ideia de que o conservadorismo dá grande importância à história. O seu argumento se baseia na ideia de que, diferentemente do progressismo – que vê o presente como início do futuro, o conservadorismo o entende como o estágio mais avançado alcançado pelo passado. Desse modo, conforme o autor, na concepção conservadora do tempo e do espaço, o passado coexiste com o presente.

Mais afinado com o esforço de definição sistemática do conservadorismo aplicado nesse estudo, Huntington (1957) o determina como sendo um sistema de ideias que se mobiliza pela distribuição de valores sociais e políticos compartilhados por determinados grupos. A partir dessa ideia, o autor define três teorias sobre as origens do conservadorismo: 1) aristocrática – relacionado à terra, ao feudalismo e a estruturas mais tradicionais; 2) autônoma – na qual não se está *à priori* filiado a interesses de classe ou variáveis históricas; e 3) situacional – relacionada à defesa, em determinadas circunstâncias, da ordem social vigente e suas instituições, sendo esta última a concepção na qual se enquadra este estudo.

A despeito dessas possíveis interpretações, elenca-se um conjunto de princípios básicos do pensamento conservador. Primeiramente, a religiosidade, dado que o homem seria por natureza um animal religioso, e, com isso, a religião é a base da sociedade civil. A partir disso, a sociedade se mantém enquanto um produto natural e orgânico do desenvolvimento gradual ao longo de sua trajetória. Aponta-se, ainda, que a adoção de prudência e cautela são fundamentais, uma vez que a ação humana é orientada, fundamentalmente, por emoções e instintos. A lógica da comunidade deve sempre se sobrepor ao indivíduo, e, dentro desse contexto, os homens são naturalmente desiguais. Além disso, as estruturas tradicionais e naturais devem sempre ser preferíveis a qualquer modelo político novo (HUNTINGTON, 1957).

Outra forma de abordar o conservadorismo é a partir da observação e sistematização da forma e conteúdo de seus argumentos. Nesse intento, Hirschman (1992) propôs uma análise imparcial do discurso, deixando de lado as questões de personalidade e dando destaque aos imperativos da argumentação. De um modo geral, o autor tem como objetivo demonstrar que o pensamento conservador recorre sempre a uma mesma estrutura de argumentação. Nesse esforço, são desenvolvidas três dimensões fundamentais do discurso conservador: perversidade, futilidade e ameaça. A tese da perversidade afirma que ações propositais com vistas a melhorar aspectos políticos, sociais e econômicos podem acabar tendo efeito oposto e exacerbando a condição inicial.

A tese da futilidade, por sua vez, explora a ideia de que as tentativas de transformação são infrutíferas. Nesse ponto, observa-se claramente a lógica da impossibilidade de se alterar de fato a ordem natural das sociedades orgânicas.

A última tese identificada por Hirschman (1992) é a da ameaça, na qual está presente a crença de que o custo da mudança é muito alto em relação aos seus possíveis benefícios. Igualmente, a implementação de mudanças por melhorias colocaria em risco uma série de ganhos anteriores que estruturam e mantêm a sociedade em ordem. Nesse ponto, evidencia-se a prerrogativa conservadora da cautela e parcimônia mediante propostas de alteração nas instituições e valores arraigados da sociedade.

Seguindo a lógica de estudar o discurso conservador, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) propõe uma abordagem que dê ênfase ao conteúdo do conservadorismo e não somente à sua função. O autor também evidencia o caráter situacional e reativo do conservadorismo ao argumentar que só é possível compreendê-lo com base na

história, uma vez que ele surgiria enquanto um posicionamento conjuntural alternativo ao progressismo e sua natureza dinâmica.

Contudo, o autor destaca que o conservadorismo não rejeita totalmente a ideia de constante desenvolvimento da humanidade, mas o compreende como derivação de um progresso evolutivo natural a partir da acumulação de experiências e da valorização destas em relação a possibilidades futuras desconhecidas e incertas (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998). O avanço seria produto de um processo que se contrapõe à lógica da autonomia do homem em construir melhorias a partir de suas próprias capacidades.

Identificando os mesmos padrões dialéticos entre os pensamentos conservador e progressista, Kirk (1953) elenca cinco escolas principais que buscam se contrapor às ideias conservadoras: o racionalismo filosófico, a chamada emancipação romântica dos utilitaristas, o positivismo, o coletivismo materialista e o darwinismo.

Com base na análise da bibliografia revisitada nesta seção, é possível identificar alguns eixos temáticos ou focais do conservadorismo que podem ou não ser concomitantes e estar inter-relacionados. São eles: nostálgico, moral, político e econômico.

Com vistas a facilitar a compreensão dessa discussão mais abstrata, no Quadro 1 temos a sistematização do pensamento conservador a partir de seus principais temas. Além disso, são resumidas a ideia central que define o segmento conservador e as possíveis formas de expressão desses princípios em termos argumentativos e comportamentais.

Quadro 1. Resumo dos eixos focais do conservadorismo

Tipo de foco	Ideia central	Expressão
Nostálgico	Nostalgia romântica em relação ao passado.	Revisionismo do presente com base no passado, com vistas a corrigir os erros.
Moral	Defesa de crenças e valores tradicionais sobre o comportamento, atitudes e conduta.	Resistência a mudanças nos papéis sociais e nas relações humanas.
Político	Manutenção da ordem e da estabilidade a partir da preservação das instituições políticas.	Defesa da hierarquia e rejeição da possibilidade de rupturas e revoluções.
Econômico	Proteção dos mecanismos da economia entendidos como naturais e autorregulatórios.	Não há dissociação de propriedade e liberdade e rejeição à igualdade.

Fonte: Elaboração própria.

A partir deste ponto, é importante fazer dois comentários. O primeiro diz respeito à relação do pensamento conservador, em especial em seu conteúdo nostálgico ou romântico, com o termo *reação*. Uma vez que o conservadorismo ganha espaço preponderantemente a partir de cenários de transformação e enquanto uma oposição a eles, é quase que automático que se pense as expressões do conservadorismo como ações reativas a algo.

Consequentemente, reacionarismo e conservadorismo são posicionamentos e pensamentos que podem estar relacionados em alguns contextos. Contudo, é importante salientar que, de modo mais amplo, eles possuem uma diferença bem marcante: o primeiro visa, fundamentalmente, à retomada de modelos passados, enquanto o segundo empreende uma defesa dos modelos próximos dos atuais e enxerga a mudança como algo mais voltado para reformas lentas, graduais e naturais.

Com base nessa diferenciação, chegamos à segunda observação importante acerca do pensamento conservador: ele não é uma negação total a qualquer mudança, mas as vê com desconfiança e parcimônia, rejeitando modos mais diretos pelos quais tal mudança possa ocorrer, como grandes transformações e rupturas. O conservadorismo parte do postulado de que há uma ordem natural, evolutiva e adaptativa da sociedade, cuja dinâmica e processos não dependem e, preferencialmente, não devem partir do homem, devido às suas limitações. Logo, sociedades conservadoras comportam mudanças, porém tendem a apresentar resistência a medidas mais abruptas, especialmente se elas envolvem questões ou instituições tradicionais reconhecidas como basilares.

Como um desdobramento dos pontos supracitados, sugere-se o questionamento da natureza da aversão à mudança que caracteriza o pensamento conservador. Conforme definido pela literatura (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998; HUNTINGTON, 1957; ROBIN, 2011) e em conformidade com a concepção adotada neste artigo, não é qualquer reação a alterações políticas, econômicas e sociais que pode ser definida como uma expressão do conservadorismo. Entende-se por manifestação do conservadorismo os argumentos e ações que se oponham a modificações nas dimensões culturais, políticas, sociais ou econômicas tradicionais. Para tanto, são mobilizados valores e crenças específicos: relacionados a pressupostos religiosos, tradicionais, hierárquicos/relativos à ordem, nacionalistas, comunitários, de ceticismo em relação a melhorias e à capacidade humana autônoma de empreendê-las.

A partir do aprofundamento bibliográfico sobre o conservadorismo, cabe sintetizar e relacionar esse eixo teórico antes de partir para a discussão do conceito assumido neste estudo. No Quadro 2, os autores e princípios estão organizados em função de sua abordagem. Isto é, em relação ao propósito principal dos pensamentos e argumentos conservadores – se direcionados a definir a organização social, definir normas morais ou determinar o funcionamento da sociedade.

Quadro 2. Pensamento conservador e autores

Abordagem	Teóricos conservadores	Estudiosos do conservadorismo	Pensamento
Conservadorismo social	Russell Kirk Gilberto Freyre Oliveira Vianna Miguel A. Caro Manuel Garcés	Samuel Huntington George Steiner Russell Kirk	Há uma ordem divina que rege a sociedade. A sociedade é um fenômeno orgânico. Apelo ao senso de comunidade.
Conservadorismo filosófico/moral	George Steiner Russell Kirk George Nash Roger Scruton	Samuel Huntington Russell Kirk Roger Scruton	Os homens são naturalmente falhos. A religiosidade e a fé são fundamentos mais confiáveis do que a racionalidade humana. O homem é governado pelas emoções e não pela razão.
	Russell Kirk George Nash	Russell Kirk	Todos os problemas humanos são problemas morais. O Estado está submetido a um ordenamento moral divino transcendental.
Conservadorismo operacional	Alexis Tocqueville Edmund Burke George Steiner Gustave Le Bon George Nash Russell Kirk Ortega y Gasset Roger Scruton	Samuel Huntington Russell Kirk Roger Scruton	O verdadeiro progresso é um processo natural e gradual. Deve-se proteger as estruturas vigentes em relação às possibilidades incertas para aproveitar o presente e garantir o futuro.
	Friedrich Hayek Russell Kirk	Samuel Huntington Russell Kirk	Há um direito natural que está acima das necessidades ou preferências individuais – especialmente o direito à propriedade privada. Propriedade privada e liberdade são indissociáveis.
	Samuel Huntington Russell Kirk Roger Scruton	Samuel Huntington Russell Kirk Roger Scruton	As decisões devem ser orientadas à tradição e à manutenção das hierarquias, da ordem e das instituições. A diferenciação social em classes e hierarquia deve ser mantida em prol do bom funcionamento natural da sociedade e da ordem.
	Michael Oakeshot Karl Mannheim	Samuel Huntington	Valorização do interno (nacional) em relação ao externo (estrangeiro/ desconhecido).

Fonte: Elaboração própria.

O QUE É O CONSERVADORISMO

A partir de toda a discussão e reflexão feita no artigo, propõe-se definir o conservadorismo como um conjunto de pressupostos que orientam os indivíduos à preferência de tudo o que for tradicional e conhecido em detrimento da inovação ou transformações. Desse modo, os princípios conservadores estão diretamente atrelados a alguns pressupostos básicos: medo ou receio do novo/desconhecido, desconfiança em relação à mudança e à ação puramente humana, apreço por normas morais, hierarquias, instituições e comportamentos tradicionais. Disso deriva um consequente apelo à preservação das estruturas da sociedade e preferência por reformas lentas e graduais. Desse modo, o nível de conservadorismo de uma sociedade ao longo do tempo se expressa através da forma pela qual essas crenças estão incluídas e enraizadas nos valores e nos princípios morais e na intensidade com que balizam as percepções, as atitudes e o comportamento dos indivíduos.

Deste modo, cabe anunciar as crenças sedimentadas pelos princípios conservadores:

- 1) existe uma lógica divina superior que regula os seres humanos e as normas sociais;
- 2) os homens são naturalmente falhos (pessimismo antropológico);
- 3) o progresso é um processo natural, gradual e condicionado naturalmente;
- 4) a sociedade é um fenômeno orgânico;
- 5) são fundamentais a tradição e a manutenção das hierarquias, da ordem e das instituições;
- 6) são direitos naturais a propriedade privada e a liberdade;
- 7) há um ordenamento moral divino transcendental que determina as leis;
- 8) o que é desconhecido é uma ameaça.

Dessas crenças, derivam valores conservadores; são eles: 1) a religião e as explicações baseadas na fé devem se sobrepôr ao conhecimento e à vontade humanos; 2) o ser humano é preponderantemente emocional e por isso suas concepções não devem ser tomadas como verdade; 3) os rumos da sociedade não devem estar submetidos à decisão humana; 4) mudanças só devem acontecer a partir de processos naturais e sem rupturas; 5) apelo ao senso de comunidade, aos papéis sociais e ao direito natural acima das necessidades ou preferências individuais – especialmente o direito à propriedade privada; 6) valorização da diferenciação social em classes e hierarquia em prol do bom funcionamento natural da sociedade e da ordem; 7) devem ser mantidas as estruturas vigentes ao invés de se aderir às possibilidades incertas do futuro; 8) o Estado deve respeitar e ser regido por pressupostos morais transcendentais; 9) valorização do nacional em relação ao externo.

Tendo em mente essa estrutura teórica e analítica, iremos aplicar essa lógica a dois casos específicos: Brasil e Estados Unidos em seguida, analisar como as dimensões teóricas podem ser instrumentalizadas para a realidade empírica.

METODOLOGIA

UMA TENTATIVA DE INSTRUMENTALIZAR O CONCEITO DE CONSERVADORISMO APLICADO AOS CASOS DE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Os dados utilizados foram extraídos da Pesquisa Mundial de Valores (HAERPFER et al., 2022; INGLEHART et al., 2014, 2009, 2004), ou, no idioma original, o World Values Survey (WVS). Essa pesquisa conta com bancos de dados resultantes de aplicações de questionários tipo survey ao longo de um período superior a 30 anos em um total de mais de 100 países.

Os questionários da pesquisa foram examinados exaustivamente, buscando selecionar variáveis que mensurassem dimensões relacionadas ao conservadorismo. Foram considerados critérios como adequação empírico-teórica e a viabilidade do uso da variável no que diz respeito a dois pontos principais: 1) a disponibilidade dessas variáveis para uma quantidade significativa de países; 2) um recorte temporal que permitisse comparabilidade entre as diferentes ondas executadas no século atual. A seguir o resultado da decupagem da base de dados:

Quadro 3. Elaboração empírica/teórica

Conceitos	Operacionalização (variáveis WVS)
Crenças	Um dos maus efeitos da ciência é que ela acaba com as ideias das pessoas sobre o que é certo e errado.
	Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.
	Homens são melhores que mulheres em: 1) política; 2) negócios.
	A universidade é mais importante para meninos do que para meninas.
	Homens devem ter mais direito a emprego do que mulheres.
	Nunca se justifica roubar propriedade privada de outros.
Valores	Não acredita ter capacidade de escolha.
	O sistema político ideal é governado por leis religiosas, não há partidos e eleições.
	Importância da religião.
	Importância de Deus.
	Importância dada à tradição.
	Preferência à competitividade em relação à igualdade de renda.
	Importância da família.
	Preferência pela iniciativa privada a empresas estatais.
	Em conflitos entre a ciência e a religião, a religião deve prevalecer.
	Gostaria que houvesse mais respeito pelas autoridades.

Atitudes e comportamento	Uma qualidade importante nas crianças é a obediência.
	Uma qualidade importante nas crianças é o senso de responsabilidade.
	Uma qualidade importante nas crianças é a fé religiosa.
	Prefere segurança à liberdade.
	Considera-se religioso.
	Membro ativo de instituição religiosa.
	Participação religiosa frequente.
	Orgulho sobre a nacionalidade.
	É um objetivo nacional manter a ordem.
	Intolerância a vizinhos com hábitos diferentes (outra religião, homossexuais, pessoas não casadas vivendo juntas, estrangeiros ou de outras raças, pessoas que falam uma língua diferente).
	Contra: aborto, prostituição, sexo antes do casamento homossexualidade, eutanásia, divórcio.
	Negação da contribuição da ciência e tecnologia para uma vida mais saudável, confortável e fácil.
	Não confia em pessoas de outras religiões e de outros países.
	Impacto de imigrantes no país.
	Nossa sociedade deve ser defendida contra uma revolução.
	Nossa sociedade deve ser melhorada aos poucos por meio de reformas.
	Depende-se muito da ciência e não o suficiente da fé.
	As pessoas têm dificuldade em decidir quais regras morais seguir.
	A única religião aceitável é a minha.

Fonte: Elaboração própria.

Após esse processo de seleção de variáveis, elas foram tratadas de modo a se adequar aos testes de análise fatorial. Esse método foi escolhido por ser uma importante ferramenta para testar as construções empírico-teóricas de mensuração. Com efeito, a partir da análise fatorial, é possível analisar a relevância empírica de cada variável no modelo de mensuração de conservadorismo. Com isso, é oferecida a possibilidade de se comparar teoria e realidade ao avaliar a coesão das variáveis de acordo com o seu agrupamento resultante. Outra comparação viável diz respeito às variações/diferenças da estrutura do conservadorismo em sociedades distintas.

Conforme ficou evidenciado na introdução, consideramos como manifestações conservadoras atuais aquelas ocorridas neste século. Com isso, as ondas de levantamento de dados que foram consideradas para a análise dizem respeito às primeiras duas décadas do século XXI. Assim, foram utilizados os bancos a partir da quarta até a sétima onda, com informações coletadas de 2001 a 2018. Antes de partirmos para os resultados em si, é importante destacar as características dos casos escolhidos e sustentar a escolha de comparação desses casos dentro do tema desse estudo.

O CONSERVADORISMO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS

Foram selecionados dois países como unidades de análise para a aplicação do modelo teórico desenvolvido: Estados Unidos e Brasil. A justificativa para esta escolha se dá a partir de dois parâmetros fundamentais: 1) o significado político e social que as manifestações conservadoras tiveram dentro e fora de seus países, isto é, seu nível de contribuição para o avanço do conservadorismo neste século, já explicitado detalhadamente no capítulo de contextualização; 2) a variabilidade de aspectos estruturais e institucionais, que será mais bem detalhada nesta seção.

Destarte, dentro do campo da política comparada, seguimos a lógica identificada por Teune e Przeworski (1970) de utilizar poucos casos com muitas variáveis com o objetivo de aprofundar a análise de um fenômeno. O procedimento de comparação selecionado para o estudo desses casos em específico é o método da semelhança de John Stuart Mill. Nesta abordagem comparativa, os casos comparados devem ser muito diferentes entre si, mas necessitam assemelhar-se na ocorrência do fenômeno estudado e nas condições que se supõe que explicam tal fenômeno (MILL, 1886).

Aplicando essa lógica aos casos estudados, Brasil e Estados Unidos apresentam um fenômeno em comum: avanço do conservadorismo no último século. No caso norte-americano, temos a eleição de Donald Trump a partir da implementação de uma série de bandeiras claramente conservadoras: nacionalismo, visão moral e conservadora da sociedade e da política, valorização da tradição. De maneira análoga, no Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do país e a composição de um Legislativo progressivamente comprometido com pautas conservadoras significaram o fortalecimento e imposição de uma agenda política moral, tradicional e economicamente liberal.

Em se tratando das diferenças entre os casos, comparamos resumidamente no Quadro 4 as estruturas culturais e institucionais dos dois países.

Quadro 4. Resumo dos casos Brasil x Estados Unidos

Característica	Brasil	Estados Unidos
Colonização	Luso-ibérica	Inglesa
Religião predominante	Católica	Protestante
Independência	1822 – Monarquia 1889 – República	1776 – República Federal
Constituição	1988 – Influência do direito romano (rigidez).	1787 – Direito consuetudinário (flexibilidade).
Sistema político	República Federativa Presidencialista	República Federativa Presidencialista
Sistema partidário	Pluripartidarismo	Bipartidarismo

Eleições	Voto obrigatório e direto.	Voto não obrigatório e eleições definidas pelo colégio eleitoral.
Cultura	Personalismo, ceticismo em relação à política, rejeição à moral do trabalho, colonialismo, moral religiosa católica, patrimonialismo.	Puritanismo, apreço à ética do trabalho, respeito aos códigos de conduta, às instituições e à lei, associativismo, idealização da liberdade, nacionalismo.
Conservadorismo	- Influência luso-espanhola; - Centrado no catolicismo; - Origem associada à monarquia, ao unitarismo político e à moral cristã.	- Origem no liberalismo clássico - Principais fundamentos: defesa das tradições ocidentais, liberdade, individualismo, nacionalismo; - Duas vertentes principais: conservadorismo fiscal e conservadorismo social.

Fonte: Elaboração própria.

Definida a metodologia e instrumentalização empírica, na próxima seção são apresentados os resultados para as análises fatoriais dos dois casos.

RESULTADOS

Nesta etapa, finalmente avaliamos os instrumentos empíricos de mensuração. Deste modo, cumprimos os objetivos de comparar teoria/realidade e os dois casos selecionados. Além disso, visamos contribuir com novos estudos e aplicações do conceito ao analisar a relevância e a coesão das variáveis. Efetuamos a análise fatorial no software estatístico JASP². Não foram feitas limitações à quantidade de fatores, devido ao objetivo exploratório da execução da análise fatorial neste estudo e porque algumas dimensões já foram previamente divididas conforme a teoria. Seguindo a definição de Hair (2009)³, as cargas fatoriais serão consideradas satisfatórias neste estudo quando forem $\geq 0,3$.

Tabela 1. Análise fatorial – crenças Brasil

Variáveis	Fatores	
	Papéis sociais de gênero	Defesa propriedade privada
Homens são melhores executivos do que as mulheres	,762	
Homens são melhores líderes políticos do que as mulheres	,686	
Universidade é mais importante para os meninos do que para as meninas	,569	
Em situações de escassez de postos de trabalho, homens têm mais direito a emprego do que as mulheres	,418	
Nunca se justifica roubar propriedade privada de outros		,618

Estimador: Diagonally weighted least squares. Método de rotação: promax. KMO = ,709. Bartlett's Test of Sphericity Sig. ,001. RMSEA = ,043. TLI = ,935. Fonte: Elaboração própria.

² JASP (Version 0.14.1) [Computer software] (JASP TEAM, 2020).

³ Conforme o autor: cargas fatoriais na faixa de $\pm 0,30$ a $\pm 0,40$ são consideradas como atendendo ao nível mínimo para interpretação. Cargas de $\pm 0,50$ são tidas como praticamente significantes. Cargas excedendo $\pm 0,70$ são consideradas indicativas de estrutura bem definida (HAIR, 2009).

Nos dados do Brasil, a análise fatorial para a dimensão de crenças conservadoras resultou em dois fatores com cargas fatoriais significativas. O primeiro foi classificado como papéis sociais de gênero, por abranger questões referentes à percepção sobre função e desempenho de homens e mulheres comparativamente. O segundo fator contém a variável de defesa da propriedade privada, que é um princípio diretamente associado à parte da ideologia liberal que está presente no conservadorismo. As seguintes variáveis não atingiram carga significativa: a) avaliação do papel da ciência na desconstrução das ideias sobre o que é certo e errado, b) “trabalhar é um dever que temos para com a sociedade” e c) percepção acerca da própria capacidade de escolha.

Tabela 2. Análise fatorial – Crenças Estados Unidos

Variáveis	Fatores	
	Papéis sociais de gênero	Defesa propriedade privada
Homens são melhores executivos do que as mulheres	,970	
Homens são melhores líderes políticos do que as mulheres	,825	
Universidade é mais importante para os meninos do que para as meninas	,728	
Em situações de escassez de postos de trabalho, homens têm mais direito a emprego do que as mulheres	,409	
Nunca se justifica roubar propriedade privada de outros		,465

Estimador: Diagonally weighted least squares. Método de rotação: promax. KMO = ,765. Bartlett's Test of Sphericity Sig. ,001. RMSEA = ,051. TLI = ,956. Fonte: Elaboração própria.

Assim como no caso brasileiro, a análise fatorial das variáveis referentes à dimensão de crenças no caso norte-americano resultou em dois fatores que apresentaram cargas fatoriais significativas. Igualmente, os dois fatores são: papéis sociais de gênero e defesa da propriedade privada. Também de forma semelhante, ambos são compostos pelas mesmas variáveis nos dois países.

Tabela 3. Análise fatorial – valores Brasil

Variáveis	Fatores			
	Religiosidade	Segurança	Organização política/social	Senso de dever
Importância da religião na vida	,732			
Qualidade importante nas crianças: fé religiosa	,439			
Importância de Deus na vida	,336			
Prefere segurança à liberdade		,429		
Ter um sistema regido pela lei religiosa no qual não há partidos políticos ou eleições			,554	
Em conflitos entre a ciência e a religião, a religião deve prevalecer.			,478	
Qualidade importante nas crianças: responsabilidade				,761

Estimador: Diagonally weighted least squares. Método de rotação: promax. KMO = ,683. Bartlett's Test of Sphericity Sig. ,001. RMSEA = ,022. TLI = ,944. Fonte: Elaboração própria.

O conjunto de variáveis selecionadas para corresponder à dimensão de valores, para o caso brasileiro, resultou em uma análise fatorial de três fatores diferentes. No primeiro fator, as cargas significativas ocorreram para variáveis relacionadas à religião. Em contrapartida, as variáveis sobre ter um sistema político religioso e a preferência da religião em contraposição à ciência apresentam carga significativa no terceiro fator, com isso, interpretamos que o conteúdo principal em comum que caracteriza esse fator são os aspectos da organização política, econômica e social. No segundo fator, a variável que mensura a preferência da segurança à liberdade ficou isolada.

Tabela 4. Análise fatorial – Valores Estados Unidos

Variáveis	Fatores		
	Religiosidade	Organização política/social	Preferência empresa privada
Importância da religião na vida	,955		
Importância de Deus na vida	,799		
Qualidade importante nas crianças: fé religiosa	,738		
Em conflitos entre a ciência e a religião, a religião deve prevalecer.	,663		
Ter um sistema regido pela lei religiosa no qual não há partidos políticos ou eleições		,396	
Prefere segurança à liberdade.		,343	
Uma mudança desejada para o futuro: ter maior respeito pelas autoridades		,519	
Preferência por empresas privadas ou públicas			-,308

Estimador: Diagonally weighted least squares. Método de rotação: promax. KMO = ,809. Bartlett's Test of Sphericity Sig. ,001. RMSEA = ,050. TLI = ,932. Fonte: Elaboração própria.

A análise fatorial das variáveis que compõem a dimensão de valores para o caso norte-americano gerou três fatores. No primeiro fator as variáveis relativas à religiosidade obtiveram carga fatorial alta. No segundo fator, sobre organização política/social, as variáveis referentes à preferência por um sistema regido pela lei religiosa, à preferência pela segurança em relação à liberdade e ao desejo de que no futuro haja mais respeito pelas autoridades obtiveram cargas fatoriais significativas. No terceiro fator, a variável que mede a preferência por empresas privadas a públicas apareceu isolada, podendo ser interpretada como um valor associado ao aspecto econômico do funcionamento do país.

Tabela 5. Análise fatorial – atitudes e comportamentos (Brasil)

Variáveis	Fatores					
	Temas sensíveis	Desconfiança: pessoas diferentes	Ordem	Ciência/ tecnologia	Religião	Intolerância: Nacionalismo
Atitude: prostituição	,716					
Atitude: eutanásia	,465					
Atitude: divórcio	,484					
Atitude: aborto	,702					
Desconfiança: pessoas de outra nacionalidade		,890				
Desconfiança: pessoas de outra religião		,649				
Objetivo nacional: manter a ordem (1º lugar)			,990			
Objetivo nacional: manter a ordem (2º lugar)			-,429			
A ciência e a tecnologia estão tornando nossa vida mais fácil, confortável e saudável				,767		
O mundo está melhor ou pior por causa da ciência e da tecnologia				,427		
Participação em organização religiosa					,866	
Participação religiosa frequente.					,765	
Se considera alguém religioso					,413	
Vizinhos: imigrantes						,588
Vizinhos: casais não casados vivendo juntos						,654
Vizinhos: homossexuais						,302
Vizinhos: pessoas de raça diferente						,650
Vizinhos: pessoas que falam outro idioma						,477
Quão orgulhoso você se sente de sua nacionalidade						,464

Estimador: Diagonally weighted least squares. Método de rotação: promax. KMO = ,697. Bartlett's Test of Sphericity Sig. ,001. RMSEA = ,027. TLI = ,924. Fonte: Elaboração própria.

Para o caso brasileiro, a análise fatorial das variáveis selecionadas para compor a variável de atitudes e comportamentos conservadores resultou em sete diferentes fatores, classificados como: temas sensíveis, desconfiança com pessoas diferentes, ordem, ciência e tecnologia, religião, intolerância e nacionalismo. No primeiro fator ficaram agrupadas as variáveis referentes às atitudes dos indivíduos em relação ao aborto, eutanásia, prostituição e divórcio. No segundo fator, aparecem as duas variáveis que mensuram desconfiança interpessoal. No terceiro, encontram-se as duas variáveis que questionam a importância de manter a ordem nacional. No quarto fator, se relacionam as variáveis que medem a percepção das pessoas sobre o papel da ciência e tecnologia na vida pessoal e coletiva. No fator referente à religião, ficaram as variáveis que estimam o nível de participação e religiosidade dos indivíduos. No sexto fator, ficaram todas as variáveis que medem o nível de intolerância dos indivíduos a vizinhos com características, hábitos e identidades diferentes dos seus. No último fator ficou isolada a variável nacionalismo.

De um modo geral, os fatores se mostram bastante coesos, agrupando variáveis semelhantes e com temas bem definidos.

Tabela 6. Análise fatorial – atitudes e comportamentos (Estados Unidos)

Variáveis	Fatores			
	Temas sensíveis	Intolerância	Ciência vs. Fé	Funcionamento social
Atitude: divórcio	,820			
Atitude: sexo antes do casamento	,814			
Atitude: aborto	,786			
Atitude: homossexualidade	,744			
Atitude: eutanásia	,681			
Atitude: prostituição	,559			
A única religião aceitável é a minha	,355			
Vizinhos: pessoas que falam outro idioma		,585		
Vizinhos: pessoas de raça diferente		,600		
Vizinhos: casais não casados vivendo junto		,331		
Vizinhos: homossexuais		,414		
Vizinhos: imigrantes		,666		
Depende-se muito da ciência e não o suficiente da fé			,325	
A ciência e a tecnologia estão tornando nossa vida mais fácil, confortável e saudável				,637
O mundo está melhor/pior por causa da ciência e tecnologia				,759
As pessoas têm dificuldade de decidir quais regras morais seguir				,325
Pessimismo: impacto de imigrantes no país				,325
Quão orgulhoso você se sente de sua nacionalidade				,574

Estimador: Diagonally weighted least squares. Método de rotação: promax. KMO = ,869. Bartlett's Test of Sphericity Sig. ,001. RMSEA = ,050. TLI = ,896. Fonte: Elaboração própria.

Por fim, as cargas fatoriais referentes a atitudes e comportamentos conservadores no caso americano ficaram divididas em cinco diferentes fatores: temas sensíveis, intolerância, ciência *versus* fé, preferência pelo conhecido e religião. No primeiro fator ficaram agrupadas as variáveis de atitudes em relação aos temas: divórcio, sexo antes do casamento, aborto, prostituição, eutanásia e homossexualidade, juntamente com a variável de intolerância religiosa. Assim como no caso brasileiro, esse fator parece estar associado fortemente a dogmas religiosos e aos temas que são considerados pelo conservadorismo como ameaças à família e à vida.

No segundo fator, estão presentes o conjunto de variáveis que dizem respeito à intolerância com vizinhos que possuam características, hábitos ou identidades diferentes daquelas dos entrevistados. No terceiro fator, ficou isolada a pergunta sobre a sociedade depender mais da ciência e não o suficiente da fé. No quarto fator temos um conjunto de variáveis que dizem respeito ao funcionamento social: o papel da ciência e da tecnologia, regras e o impacto de imigrantes no país. No último fator, ficou isolada a variável de nacionalidade.

Foi feito neste estudo o esforço de oferecer ferramentas para compreender e mensurar o conservadorismo. Deste modo, o objetivo central foi analisar o fenômeno complementando teoria e empiria.

CONCLUSÃO

A princípio, o conservadorismo parece um fenômeno facilmente identificável e claramente definido. Nos períodos em que ascendem as chamadas “ondas conservadoras”, é extremamente comum ver pessoas utilizando o termo para fazer classificações, argumentações, discursos, diagnósticos e prognósticos (dentro e fora da comunidade acadêmica). E, talvez, seja justamente esse o principal desafio para o debate do tema. Quando, em geral, acredita-se que algum objeto político e social é conhecido, poucos se preocupam em realmente compreender o seu papel e seu significado.

Com efeito, a despeito da recorrência de instabilidades políticas, econômicas e sociais concomitantes a avanços conservadores, a bibliografia tradicional ainda é incipiente em capacidade analítica teórica e aplicada. Destarte, o esforço para olhar o fenômeno por uma perspectiva mais pragmática é relativamente atual e ainda é um debate em construção nas ciências humanas. Inserido nesse empenho, este estudo teve por

objetivo contribuir para a construção de conhecimento mais robusto acerca das características do conservadorismo.

Podemos começar destacando um achado importante e que suscita maior desenvolvimento em novos estudos, a revisão teórica, a perspectiva histórica e a contextualização do conservadorismo em suas manifestações mais atuais nos sugerem que regularmente contextos de instabilidade e avanços conservadores coincidem.

Nesse contexto, a realização da análise fatorial foi fundamental para filtrar e refinar essas dimensões que aparecem no discurso conservador quando traduzidas em variáveis. O resultado corroborou a instrumentalização elaborada, pois a maioria das variáveis selecionadas apresentaram cargas fatoriais significativas. Complementarmente, os fatores formados corresponderam a temas que já haviam sido identificados teoricamente como princípios conservadores.

Na comparação entre os casos, a análise fatorial resultante teve alguns elementos diferentes (presença ou ausência de variáveis e composição dos fatores), tais como a interpretação sobre a ciência ou o desempenho das variáveis relativas à religiosidade. Destarte, essa análise indica que mesmo que Brasil e Estados Unidos compartilhem de estruturas conservadoras, os indivíduos desses países apresentam diferentes modelos ou tipos de conservadorismo.

Assim sendo, outro achado importante da análise fatorial exploratória foi a identificação de quais princípios conservadores têm coesão teórica-empírica no Brasil e nos Estados Unidos. Avaliando as dimensões conservadoras a partir de uma divisão temática, tiveram coerência os seguintes aspectos: papéis sociais de gênero, ideologia liberal econômica, religiosidade, formas de organização social, hierarquia, nacionalismo, moralidade, intolerância, senso de comunidade e normas de conduta. Esperamos que esses achados possam servir de referência a outros estudos sobre o avanço do conservadorismo no século XXI no Ocidente.

Como continuidade deste estudo, seria importante avaliar diferentes ferramentas analíticas e de mensuração. Fica aqui o convite para tal iniciativa, porque se o terreno ainda é pouco conhecido, fica evidente neste artigo que o solo é fértil. O esforço para compreender um fenômeno complexo, não profusamente explorado e ainda durante o seu desenrolar é desafiador, mas sem dúvidas é de fundamental importância para o campo de conhecimento e é muito estimulante à curiosidade do pesquisador.

Com isso, esperamos ter contribuído com resultados, *insights* e ferramentas teóricas e empíricas que contribuam para a execução de novas pesquisas e a construção de conhecimento sobre o tema.

SOBRE A AUTORA

Jéssica da Silva Duarte: Pesquisadora de pós-doutorado em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Membro da rede World Values Survey, do NUPRI-USP e do Imakay Research Hub no Brasil. Trabalha com a temática de comportamento político aplicado ao conservadorismo e à desinformação.

REFERÊNCIAS

1. ARISTÓTELES. Política. 3. ed. Brasília: UNB, 1997.
2. BARKER, Ernest. The political thought of Plato and Aristotle. Mineola, New York: Dover Publications, 1959.
3. BLOOM, Allan. The Republic of Plato. Translated, with notes, an interpretive essay and a new introduction. New York: Basic Books, 1991.
4. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Vol. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1998.
5. BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura post impeachment en Brasil. Ciências Sociais e Religião, v. 22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/csr.v22i00.13754>
6. BURKE, Edmund. Discurso aos eleitores de Bristol. Revista de Sociologia e Política, v. 20, p. 97-101, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400008>
7. BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
8. CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2310>. Acesso em: 20 abr. 2023.
9. HAERPFER, Christian et al. (Eds.). World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile Version 5.0. Madrid, Spain; Vienna, Austria: JD Systems Institute; WVSA Secretariat, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14281/18241.20>
10. HAIR, Joseph F. Multivariate data analysis. Kenneaw: Kennesaw State University. 2009.
11. HANS-GEORG, Gadamer. A ideia do bem entre Platão e Aristóteles. WMF Martins Fontes, 2009.
12. HAYEK, Friedrich A. The constitution of liberty. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
13. HIRSCHMAN, Albert O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
14. HUNTINGTON, Samuel P. Conservatism as an ideology. American Political Science Review, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957. DOI: <https://doi.org/10.2307/1952202>
15. INGLEHART, Ronald et al. (Eds.). World Values Survey: Round Six – Country-Pooled Datafile Version. Madrid: JD Systems Institute, 2014.
16. INGLEHART, Ronald et al. (Eds.). World Values Survey: Round Five – Country-Pooled Datafile Version. Madrid: JD Systems Institute, 2009.
17. INGLEHART, Ronald et al. (Eds.). World Values Survey: Round Four – Country-Pooled Datafile Version. Madrid: JD Systems Institute, 2004.
18. JASP TEAM. JASP (Version 0.14.1) [Computer software]. 2020.
19. KIRK, Russell. The conservative mind, from Burke to Santayana. Chicago: Henry Regnery Company, 1953.
20. LE BON, Gustave. Psicologia das massas. Lisboa: Esquilo, 2005.
21. MILL, John S. A system of logic ratiocinative and inductive. London, 1886.
22. MOSCA, Gaetano. Elementi di Scienza Política. Torino: Unione Tipografico Editrice Torinese, 1982.
23. NASH, George. The conservative intellectual movement in America: since 1945. New York: Basic Books, 1976.
24. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald F. Understanding Brexit: cultural resentment versus economic grievances. HKS Faculty Research Working Paper Series, v. 30, p. 4.00-5.30, 2018.

25. OAKESHOTT, Michael. On being conservative. In: OAKESHOTT, Michael. Rationalism in politics and other essays. Indianapolis: Liberty Fund, 1991. Disponível em: <http://faculty.rcc.edu/sellick/On%20Being%20Conservative.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.
26. ORTEGA Y GASSET, José. História como sistema: Mirabeau ou o político. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
27. PLATÃO. A teoria das ideias. Hunter Books, 2017.
28. RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. Revisão do pensamento conservador. São Paulo: Hucitec, 2010.
29. ROBIN, Corey. The reactionary mind: conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin. New York: Oxford University Press, 2011.
30. SCRUTON, Roger. Como ser um conservador. Record, 2015.
31. SCRUTON, Roger. The meaning of conservatism. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.
32. STEINER, George. Aspects of counter-revolution. In: BEST, Geoffrey (Ed.). The permanent revolution: the French Revolution and its legacy, 1789-1989. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. p. 129-153.
33. TEUNE, Henry; PRZEWORSKI, Adam. The logic of comparative social inquiry. New York: Wiley-Interscience, 1970.
34. TOCQUEVILLE, Alexis de. O antigo regime e a revolução. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
35. VIDAL, Camila Feix. A presença do conservadorismo no Partido Republicano norte-americano. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Submissão em 04 de novembro de 2022.

Aceito em 24 de fevereiro de 2022.



DOSSIÊ

PANDEMIA E DEMOCRACIA: DISPUTAS DE SENTIDO E DESINFORMAÇÃO SOBRE A COVID-19 A PARTIR DO TWITTER DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

*PANDEMIC AND DEMOCRACY:
DISPUTES OF MEANING AND
MISINFORMATION ABOUT COVID-19
FROM THE TWITTER OF FORMER
PRESIDENT JAIR BOLSONARO*

Carolina Dantas de Figueiredo *



Otávio Temóteo de Oliveira Neto **



* Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, PE, Brasil.

E-mail: carolina.figueiredo@ufpe.br

** Universidade Federal do Maranhão, Departamento de Comunicação, Imperatriz, MA, Brasil.

E-mail: oliveira.otavio@discente.ufma.br

RESUMO

Dada a utilização de redes sociais por políticos em um novo regime de comunicação com a sociedade, este artigo analisa a conta do Twitter do ex-presidente Jair Bolsonaro durante os sete primeiros meses da pandemia de covid-19 para verificar se recursos de desinformação foram utilizados enquanto estratégia política e narrativa. Utilizamos a análise de mídias para redes sociais de Recuero e a análise da *timeline* discursiva de Malini *et al.* para investigar os textos por meio de disputas de sentidos e associações vocabulares. Constatamos que os *tweets* foram construídos de maneira a minimizar a doença, associar a hidroxicloroquina à cura, vincular o vírus a uma questão política e retirar do governo o ônus das medidas restritivas. Foi possível demonstrar a incidência discursiva na rede do ex-presidente para a construção de uma narrativa política com ênfase na viralização de desinformação danosa à saúde pública.

Palabras clave: Políticas Públicas; Covid-19; Redes; Desinformação.

ABSTRACT

Given the use of social networks by politicians in a new regime of communication with society, this article analyzes the Twitter account of former president Jair Bolsonaro during the first seven months of the COVID-19 pandemic to verify whether information disorders were used as a political strategy and narrative. We used Recuero's media analysis for social networks and Malini et al.'s discursive timeline analysis to investigate the texts through disputes over meanings and vocabulary associations. We found that the tweets were constructed in a way to minimize the disease, associate Hydroxychloroquine with the cure, link the virus to a political issue, and to remove the burden of restrictive measures from the government. It was possible to demonstrate the discursive incidence in the former president's network for the construction of a political narrative with emphasis on the viralization of harmful misinformation to public health.

Keywords: Public Policies; COVID-19; Networks; Misinformation.

INTRODUÇÃO

Reunidos sob a interface digital dos perfis nas redes sociais, usuários mimetizam a ideia de discussão, controvérsia, disputas, segmentação de interesses e posições em textos curtos. O uso dessas redes sociais como forma de comunicação em massa surgiu no contexto da ascensão de novos regimes de discussão pública em que laços e indivíduos estão unidos na conexão que forma o tecido social e, portanto, refletem os padrões da sociedade atual (RECUERO, BASTOS e ZAGO, 2018). É nesse ambiente que atores políticos utilizam as redes sociais como forma de alternar entre a institucionalidade e a pessoalidade como canal direto com seus eleitores.

Nesse contexto, as mensagens compartilhadas e curtidas por autoridades, eleitores e militantes buscam influenciar a construção de ecossistema midiático para fora das redes. Logo, os *tweets* que recebem mais visibilidade e compartilhamentos refletem a capacidade de certos grupos se destacarem para o mundo off-line. Dessa maneira, a expectativa é que os discursos políticos que constituem e são constituídos pela opinião pública circulem e tenham impactos diferentes nessas ferramentas (RECUERO, 2009, p. 160).

Atores políticos disputam o arco narrativo de contendas surgidas muitas vezes por meio de fenômenos de desinformação, alterando o foco inicial da mídia e contribuindo para a artificialização do debate. Ao pensar sobre a atuação de autoridades e políticos nas redes sociais, alguns questionamentos podem ser feitos: o discurso de determinado ator político pode influenciar o debate público a ponto de contornar uma realidade sanitária imposta por uma epidemia? É possível para a Comunicação e para a Ciência Política exprimir a relação entre a influência de um texto na internet e a capacidade de mobilização social de determinados grupos no mundo real? Ou como esse fenômeno impacta todo o ecossistema midiático do país?

Tais preocupações traduzem o esforço de entender os retrocessos democráticos mundiais a partir da utilização das redes sociais por determinados atores políticos; além disso, outros fatores elencam essa questão em sua complexidade para além do mundo virtual, em especial a partir da erosão de valores universais como justiça, bem público, saúde e liberdade de expressão. A partir do problema posto no uso das redes sociais por políticos, nosso objetivo é analisar as postagens do ex-presidente Jair Bolsonaro por meio da análise de mídia e *timeline* discursiva para identificar o fio da narrativa utilizado na rede social para informar a população e se houve instrumentalização da rede para influenciar o debate sobre a crise sanitária. Ao

sistematizar os conteúdos publicados pela conta de Twitter do usuário @jairbolsonaro e as mensagens mais compartilhadas por seus seguidores, é possível entender como se deu a construção narrativa sobre a pandemia da covid-19 pela rede social mais utilizada pelo então presidente do Brasil (2018-2022), e é possível também adentrar nos tópicos que foram mais vistos enquanto resultado do alcance dos retuítes e compartilhamentos do discurso de Jair Bolsonaro na rede social Twitter.

REDES SOCIAIS E POLÍTICOS: UM DEBATE ENTRE O PERFIL INSTITUCIONAL E O PESSOAL

Um dos fatores que podemos citar para a mudança de padrão entre o perfil pessoal e o perfil institucional de órgãos de governo e políticos em exercício de cargos eletivos é a própria intermediação que as redes proporcionam, levando mensagens diretamente aos seus públicos, sem a atuação de uma mídia corporativa ou a necessidade de cobertura jornalística profissional, no que Malini (2010) define como a perda do monopólio narrativo que anteriormente pertencia aos grupos editoriais e de comunicação.

De início, é preciso distinguir os fenômenos de desinformação, seus empregos e métodos. *Fake news*, *misinformation* e *disinformation* são termos comuns na literatura sobre redes sociais e política na atualidade. Autores como Figueiredo (no prelo) compreendem esses fenômenos como categorias que agrupam conteúdos falsos em geral. Em termos simples, *misinformation* ocorre quando há “má informação”, desobrigada de atos de intenção, quando uma pessoa compartilha uma notícia falsa por falta de conhecimento, sem ciência dos fatos. Já *disinformation*, traduzido como desinformação, é marcado pela intencionalidade. Valente (2019) aponta uma terceira categoria, a chamada *malinformation*, em que conteúdos verdadeiros são espalhados para causar prejuízo.

O uso das redes sociais para fins políticos tem sido um fenômeno global. Muito se discute sobre o modelo de comunicação oficial de governos, políticos e sobre a personificação de perfis institucionais por agentes públicos. Nesse sentido, a judicialização das discussões contribui para manter o debate em evidência. De acordo com Rosseto, Carreiro e Almado (2013), o Twitter é o local em que as questões políticas se desdobram e encontram eco na discussão pública.

Uma decisão do Superior Tribunal Federal (STF) reflete a dicotomia presente na conceituação do uso de redes sociais públicas ou privadas por parte das autoridades. No entendimento do ministro Marco Aurélio de Mello (ANGELO, 2020), em julgamento sobre o direito do presidente de bloquear perfis de opositores, o magistrado entendeu que o perfil de Jair Bolsonaro é um perfil público de autoridade e que “[...] o Presidente da República utiliza as redes sociais não apenas para tratar de temas de índole pessoal, uma vez que assuntos tratados são de relevância pública e muitas vezes, atos oficiais são comunicados”. Assim, utilizamos esse precedente para tratar neste artigo como comunicação oficial os conteúdos sobre a pandemia publicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em sua conta pessoal do Twitter.

Ainda nesse sentido, o documento assinado por Marco Aurélio de Mello (ANGELO, 2020) sintetiza questões relativas ao direito à informação, à liberdade de opinião, de expressão e às consequências geradas por essas prerrogativas que, se consideradas no contexto específico do combate à pandemia e de retrocessos democráticos, podem, disfarçadas de opinião, implicar informação conflituosa entre os interesses do ex-presidente da República e de autoridades de Saúde, criando narrativas que evidenciem aspectos político-ideológicos em detrimento das questões epidemiológicas.

A atuação em rede social de acesso público, na qual veiculado conteúdo de interesse geral por meio de perfil identificado com o cargo ocupado – Presidente da República –, revela ato administrativo praticado no exercício do Poder Público. [...] A comunicação entre política e cidadania é levada a efeito, contemporaneamente, acompanhando as transformações ocorridas na tecnologia, por meios digitais, a robustecerem a democracia participativa. O ambiente virtual, utilizado tanto pelos cidadãos, para se comunicarem uns com os outros, como pelos representantes, para veicularem informações, fortalece o processo democrático. Essa conexão de valores, práticas e utilidades pode denominar-se “democracia digital”. (MELLO in ANGELO, 2020).

Habermas (2014) defende que a integração entre sociedade e Estado por meio de uma estrutura de esfera pública moderna modificou os fluxos comunicacionais e a própria distinção em relação aos critérios de “público” e “privado” estabelecidos há, pelo menos, um século. Logo, a questão central sobre a viralização de conteúdos de desinformação voluntários ou involuntários nas redes do presidente Jair Bolsonaro, diz respeito também ao princípio de publicidade que forma a esfera pública, o que, no sentido habermasiano, implica o direito ao conhecimento do público daquilo que é discutido nas esferas privadas dos governos.

Em questionamento feito à Procuradoria Geral da República, por meio de um mandado de segurança, instrumento jurídico para a indagação dos atos do então presidente da República (2019–2022), o procurador-geral Augusto Aras destacou que o uso de mandado de segurança para explicações sobre o uso do Twitter pelo presidente não é adequado para tratar do tema, uma vez que o recurso pressupõe a utilização do cargo nas manifestações oficiais, e a rede social do presidente é pessoal, o que não configura ato administrativo de responsabilização do chefe do Executivo (BOLSONARO..., 2020). Para Aras:

É certo que a distinção entre esfera pública e privada não é estanque, principalmente quando se trata do ambiente virtual. Contudo, o mero fato de as publicações do impetrado repercutirem no meio social não constitui fundamento idôneo para sua caracterização como ato administrativo. Apesar de a conta pessoal do Presidente da República ser utilizada para informar os demais usuários da rede social acerca da implementação de determinadas políticas públicas ou da prática de atos administrativos relevantes, as publicações no Twitter não têm caráter oficial e não constituem direitos ou obrigações da Administração Pública. (BRASIL, 2019).

A discussão jurídica atual busca entender se postagens do presidente e manifestações de autoridades e políticos nas redes sociais são caracterizadas como atos oficiais, motivados pelo cargo, ou de natureza pessoal. Prova do estado atual da discussão sobre a oficialidade dos atos de atores políticos nas redes sociais é a controvérsia existente entre legisladores e o Poder Judiciário, para a qual não há consenso formado até o momento. O que está em discussão não é meramente o direito constitucional à liberdade de expressão nas redes sociais, mas a possibilidade de responsabilização das autoridades e políticos ao utilizarem as mídias, sejam elas quais forem, para informar a população. Por outro lado, a discussão ganhou também destaque nos inquéritos em vigor que tratam da atuação das milícias digitais no período eleitoral de 2022 e nos inquéritos que utilizam as redes sociais para investigar os atos antidemocráticos do dia 08 de janeiro de 2023 (BRÍGIDO, 2023).

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia Rocha, por outro lado, afirma que a maneira informal das redes e a privatividade não desnaturalizam a oficialidade das postagens do presidente em plataforma digital, e ressalta que as manifestações, “[...] ainda que de natureza política, quando incontroverso terem sido proferidas pelo mandatário maior da nação”, são comportamentos do estado atual da governança no Brasil e que permitem a configuração do virtual como esfera de atuação estatal enquanto “[...] novo figurino no qual o e-gov é realidade administrativa inegável” (In: FALCÃO e VIVAS, 2020).

Sendo assim, o voto proferido pela ministra aponta que a natureza política das manifestações se desdobra na responsabilização quanto à oficialidade da mensagem propagada por meio das redes sociais de autoridades. Logo, a tendência do Judiciário brasileiro, embora haja opiniões contrastantes, é perceber a desinformação como ato político e de responsabilidade das autoridades.

Ainda que o debate não esteja concluído na esfera jurídica, é preciso se debruçar sobre outros campos para compreender as reverberações dos textos produzidos pelo presidente da República e compartilhados por milhares de pessoas nas redes sociais. No campo filosófico, Habermas (2014) aponta que o poder dos discursos públicos incide sobre a sociedade como um todo: interpretam valores, produzem novos e desvalorizam outros. No caso de opiniões que implicam decisões corporativamente constituídas, a imputabilidade institucional conduz decisões ou opiniões que têm consequências graves na sociedade. Segundo Habermas (2014, p. 80) “[...] os discursos produzidos não dominam e não produzem um poder administrativo, mas podem influenciá-lo e dar ou retirar legitimação de algum campo de sentido”, daí a relevância dos conteúdos produzidos por agentes governamentais e veiculados em diferentes plataformas, formais ou informais, incluindo-se, obviamente, as digitais.

A NARRATIVA POLÍTICA DA EPIDEMIA

A análise de redes para mídia social (RECUERO, BASTOS e ZAGO, 2018) compreende ao mesmo tempo o público reestruturado na rede e os atores e nós (pontos na rede) como características principais desses espaços de interação. Recuero, Bastos e Zago (2018) apontam ocorrências que possibilitam o estudo das redes para mídia social. O primeiro fator que emerge desse cenário de estudo é a permanência das interações na rede, uma vez que ali estando, permanecem. No caso do Twitter, por exemplo, as postagens, a não ser que sejam apagadas pelos usuários, permanecem no site. O segundo fator é a própria buscabilidade dessas interações, práticas e discursos no que se refere à capacidade de registros recuperáveis. Em terceiro, a replicabilidade dessas interações por meio de retuítes, compartilhamentos e likes. Por último, deve-se considerar o potencial de escalabilidade dessas mensagens, o que permite que a informação tome conta de todo um ecossistema nas redes.

Para entendermos o padrão da viralização das mensagens é necessário compreendermos como a viralização ocorre na rede e como os algoritmos funcionam nessa aparelhagem, na qual são impelidos e multiplicados através de uma ação que os coloca em contato com o restante dos nós que formam a rede. A viralização da

desinformação das redes acontece a partir da “[...] possibilidade de replicar uma informação [que] deve-se, principalmente, a sua permanência, ou seja, ao fato de que aquilo que é publicado permanece no ciberespaço, sendo passível de ser visto e replicado” (RECUERO, BASTOS e ZAGO, 2018, p. 31).

O processo de multiplicação das mensagens diz respeito também à própria estrutura da rede e ao entendimento dos fenômenos de desinformação no contexto político moderno. A Organização Mundial da Saúde (OPAS, 2020) alertou para o processo que ficou conhecido como “infodemia”, em que a velocidade e espalhamento de notícias sobre a pandemia da covid-19 levam à manipulação de informações e mesmo a confusões causadas por informações verdadeiras divulgadas sem checagem por autoridades de saúde no mundo todo. A respeito especificamente da pandemia da covid-19 no Brasil, Malini (2020) se refere ao que chama de “o vírus e a viralização”. Nesse cenário, os textos do perfil @jairbolsonaro emergem como metáfora do processo em que estão envolvidas as teias entre instituições, redes sociais e o público, por meio da construção narrativa sobre a pandemia no Twitter do ex-presidente. Nele é possível investigar como a construção do entendimento a respeito da pandemia no Brasil se deu nas redes bolsonaristas e como isso implicou, efetivamente, a desinformação a respeito do coronavírus, agravando a pandemia e dificultando o seu combate.

Para compreendermos essa construção, é necessário explicar como se dão as narrativas em rede e como elas se multiplicam nessa lógica viral. Fachine (2020) deixa claro que Jair Bolsonaro utiliza a “retórica da desinformação”, representada pelas mais variadas estratégias empregadas pelo presidente para convencer seus milhões de seguidores nas redes sociais a aderir ao seu negacionismo e anti-cientificismo frente à pandemia de covid-19.

Posto que o empenho do presidente se deu em linhas gerais para manter uma narrativa alternativa aos fatos científicos, o discurso empregado obedece a uma lógica que muitas vezes recorre ao cálculo político ao invés da questão sanitária. É nesse contexto que a construção de um sentido para o embate ao coronavírus na rede social do presidente passa mais por uma instrumentalização eleitoral-ideológica do que propriamente por medidas efetivas de combate à pandemia.

INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA COVID-19

O Twitter assume um papel inédito nas relações sociais contemporâneas diante da publicização e circulação de narrativas e contra-narrativas criadas pelos próprios

usuários e pela capacidade de alcance para outros formatos, além da mobilização da discussão pública (PASSOS e PIRES, 2019). Por outro lado, é preciso recuperar o conceito de capital social, uma vez que nem todos têm a capacidade de reverberar sua voz no ambiente digital. Segundo Recuero (2009), a multiplicação epidêmica das informações on-line e off-line se dá pela utilização do capital social por alguns atores. Assim, o capital social pode influenciar a difusão de informações, e é justamente nos laços fracos de identificação, como nos *clusters* ou câmaras de eco, em que essas mensagens circulam mais.

Muito da discussão em torno das redes bolsonaristas se dá no contexto de entender como o ex-presidente e seus apoiadores utilizam as redes sociais. É importante ressaltar o papel fundamental da construção narrativa por parte desses atores, uma vez que, para convencer seus milhões de seguidores e movimentar sua base aliada, é utilizada uma espécie de verdade plástica, que molda as narrativas de acordo com os acontecimentos que surgem ao longo do período analisado. Malini *et al.* (2020, p. 7) definem narrativas em rede como:

A palavra narrativa é um linguajar comum entre os usuários das redes sociais. Virou um termo nativo desse ambiente. É o berço do narrativismo, o ato de construir experiências on-line que, ao ganharem impulso, abafam a individualidade em um sonambulismo coletivo. Da mesma forma surge a “contranarrativa” para “emplacar” o contrafluxo. Em outras palavras, a tentativa de fazer com que os usuários da rede “embarquem” nela e alimentem o ponto de vista, “abraçando” uma certa visão sobre um determinado acontecimento.

No trabalho de cartografia das narrativas de redes sociais surgidas na pandemia da covid-19, os autores chegaram à conclusão de que o medo nos usuários causou a maior parte da desinformação dos discursos propagados pelas redes. No campo oposto, é preciso também analisar o que precede o surgimento das narrativas de desinformação por meio dos formadores de opinião ou de autoridades, dada a importância de se estudar a origem da desinformação sobre a covid-19 como o fio condutor para emoldurar sentidos que vão desde como evitar a doença até os possíveis tratamentos.

A narrativa oficial do governo Bolsonaro passou pelos canais da presidência, pelas redes sociais de governistas, blogs simpatizantes e pelo próprio perfil do ex-presidente no Twitter – uma ecologia que já está em uso desde os governos petistas, que alçaram os blogs independentes ao posto de coautores da narrativa governista na década passada. A literatura chamou o fenômeno de “conversão à esquerda” da

comunicação oficial na América Latina, vide o movimento que ocorreu por meio do Kirchnerismo na Argentina e do Lulismo no Brasil (CARVALHO, 2020). Carvalho (2020) ainda acrescenta que o financiamento desse sistema na era petista representava uma possibilidade de “perspectiva democrática” de renovação da mídia, mas o fluxo de redistribuição financeira aumentou o poder dos grandes conglomerados, que tiveram papel ativo na derrocada sofrida pelo partido a partir do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Para Nunes (2019), esse processo só foi viável com a junção de jornalistas profissionais e militantes históricos que emolduraram uma base que mais tarde veio a ser usada pelos bolsonaristas.

A novidade agora é que a própria dinâmica das redes mudou, e o ex-presidente Jair Bolsonaro soube utilizá-las e mobilizá-las de modo favorável, com atos e declarações que pautam o noticiário semanal sem necessariamente passar pelo crivo da imprensa oficial, em que muitas das vezes é atacado e desacreditado (OLIVEIRA, 2021). A própria narrativa de acusações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro contra a mídia tradicional esmiúça o desgaste que o petismo sofreu ao insistir na cooperação com os grandes conglomerados como uma forma de participação e de comunicação popular (CARVALHO, 2020). Além disso, as manifestações do ex-mandatário no sentido de atacar o financiamento público federal para as grandes empresas da mídia corporativa brasileira foram frequentes. Segundo levantamento da Fenaj (EM NOVE MESES..., 2020), foram proferidos 295 ataques contra jornais e jornalistas no primeiro semestre de 2020, com inúmeras citações do financiamento de jornais e TVs pelo governo federal em tom acusatório.

Na contramão da dinâmica formalista fomentada pelo petismo – em que efetivamente foi feito um investimento em canais oficiais da presidência, redes sociais de governistas, blogs simpatizantes e perfil dos presidentes – o bolsonarismo investe na característica ciberativista e informal das redes (NUNES, 2019). Assim, diferentemente do apoio que a mídia alternativa dava ao petismo, vê-se ativismo aliado a um discurso prático e coeso em que a capacidade de mobilização serve para pressionar decisões ou referendar discursos e práticas do presidente, como no caso da covid-19, em que as redes bolsonaristas atuam como uma espécie de voz única da presidência, no que Malini (2020) chama de “[...] a fabricação e viralização sincronizada de ações e relatos propagandísticos, veiculados em sites de notícias próprios, para agitar e dar direção à agenda das conversações públicas”.

Parece óbvio, mas a narrativa bolsonarista foi a narrativa governista, que em certos momentos atacou, inclusive, recomendações de seu próprio Ministério da Saúde,

configurando aquilo que chamamos aqui de “verdade plástica” e que molda a performance narrativa do ex-presidente nas redes de acordo com interesses específicos do momento. O que neste trabalho chamamos de “verdade plástica” pode ser entendido como a necessidade de adequação de um discurso a uma realidade conveniente e conivente com os interesses do ex-chefe do Executivo. Para o pesquisador Rodrigo Nunes, em entrevista à BBC, mesmo antes da *alt-right* americana tornar-se mundialmente conhecida, Bolsonaro já utilizava do radicalismo, enquanto parlamentar, sempre no sentido de “desviar o rumo da conversa” (VALLONE, 2020). No caso específico do coronavírus, outro elemento dessa performance política que molda as narrativas está relacionado ao fato de que o presidente: “[...] coloca-se em oposição às medidas de isolamento social, suposto autoritarismo de governadores e técnicos, posando ao mesmo tempo como paladino de liberdades individuais”, ou até mesmo o auxílio emergencial, que pode ser entendido como um avanço do Congresso Nacional em oposição ao Executivo, mas que rendeu frutos ao presidente em termos de popularidade, reforçando a plasticidade do seu discurso. “Bolsonaro jogou simultaneamente em duas posições opostas – ainda que em parte por pressão da sociedade civil repercutida no Legislativo” (FORÇA DA NARRATIVA..., 2020).

Nesta pesquisa, nota-se que já a primeira manifestação do ex-presidente no Twitter sobre a covid recorre ao recurso da plasticidade. Na ocasião ele mencionou o alto custo de repatriar os brasileiros que estavam em Wuhan (RODRIGUES e NETTO, 2020), na China, mas ignorou a relevância de questões sanitárias e humanitárias no sentido de trazer os indivíduos de volta ao país. Em material postado na rede social Twitter no dia 31/01/2020, o ex-presidente afirmou que o transporte dos brasileiros seria muito caro para o poder público e indicou que o país não tinha lei atualizada de quarentena. Em um segundo momento, por meio da mesma rede social, no dia 02/02/2020, Bolsonaro informou em texto os detalhes da busca dos brasileiros na China, sem maiores explicações sobre a mudança de opinião, apenas postando um texto assinado por ele em que se apresenta o plano de repatriação dos brasileiros.

Essa dimensão da narrativa que se molda aos fatos é uma característica marcante das postagens do ex-presidente no Twitter, e é nesse caminho que apontamos que a ideia de narrativa é estabelecida paralelamente à própria desinformação por *fake news* e outros fenômenos. Em um ambiente em que líderes políticos utilizam de pseudociência para manter, negar ou distorcer os fatos, ao ex-presidente pareceu proveitoso estruturar uma narrativa dirigida diretamente para a sua base ideológica

e eleitoral, mesmo que isso implicasse publicar dados não validados ou mesmo ajustar e remodelar conteúdos.

Figueiredo (no prelo), em análise das postagens do presidente na rede social Twitter entre os meses de janeiro e abril de 2020 chega à conclusão de que as informações e opiniões emitidas pelo governante parecem ser uma estratégia político-ideológica que busca reforçar a função da câmara de eco e seu alinhamento ao público. O fenômeno das câmaras de eco, potencializado pelas novas mídias, possibilitou não só o aparecimento de movimentos de polarização política, mas o recrudescimento da controvérsia enquanto lugar de discussão pública da política. Recuero, Bastos e Zago (2018) sintetizam a origem das câmaras de eco no fenômeno de grupabilidade das redes, em que o grau de ligação entre os nós tende a aproximar grupos coesos, e a capacidade de ser criada uma nova conexão é reduzida. Assim, quanto mais pessoas compartilham e seguem determinados atores, mais coeso é o grupo e menores são as chances de novas informações circularem nesta rede específica, pois a dinâmica da grupabilidade trabalha de modo a construir uma visão de mundo indexada às preferências de cada usuário. Ainda para a autora, a ecologia do texto no Twitter permite que, quanto mais retuites um determinado texto receba, mais visível ele se torne e mais retuites receba de volta. Nessa lógica de adesão por compartilhamento, quanto mais um texto com desinformação ganha compartilhamentos, mais ele circula e mais é visto em seus determinados agrupamentos.

Outro exemplo desse tipo de atuação por narrativas moldáveis na rede social bolsonarista é o caso da medida provisória determinada pelo chefe do Executivo no dia 23/03/2020. A medida foi divulgada no Diário Oficial da União e no Twitter do presidente, caracterizando aquilo que os ministros Cármen Lúcia e Marco Aurélio de Mello entenderam como governabilidade virtual e o uso institucional da conta. No primeiro texto, o ex-presidente escreveu: “esclarecemos que a referida MP, ao contrário do que espalham, resguarda ajuda possível para os empregados. Ao invés de (sic) serem demitidos, o governo entra com ajuda nos próximos 4 meses, até a volta normal das atividades do estabelecimento, sem que exista a demissão do empregado”. Esse dia parece ser marcado pela narrativa da retomada econômica e a volta às atividades regulares. O ex-presidente mesmo sugeriu que em quatro meses tudo estaria resolvido e as atividades liberadas, e, com isso, terminaria a validade da medida provisória. Contudo, horas mais tarde, novamente através do Twitter, ele anunciou um novo desdobramento de sua narrativa: a revogação da medida tomada horas antes. Ele escreveu: “Determinei a revogação do art.18 da MP 927 que permitia

a suspensão do contrato de trabalho por até 4 meses sem salário”. Ambas as publicações contavam até o momento da coleta com mais de 10.000 retuítes.

Dessa forma, o uso de narrativas e contra-narrativas foi constantemente renovado nas redes de Jair Bolsonaro. É nesse sentido que identificamos a dimensão retórica e performativa do ex-presidente no Twitter ao longo dos sete primeiros meses da pandemia no Brasil. Para Malini *et al.* (2020):

A natureza efêmera das redes cria a necessidade de constante validação dos tópicos, orquestrada pelos narrativistas, para que ela, a narrativa, não se canse, não seja “desmontada”, “aglutinada” ou até “quebrada” nas conversações. Caso isso aconteça, é o fim da narrativa. Para ser mais preciso, o fim não é o encerramento da história, mas a saturação de “performá-lá”. Por isso, para aqueles que buscam a manutenção de uma ideologia hegemônica, o indicado é “corrigir ou mudar a narrativa”, “recuperar o controle dela”, transformando o sentido compartilhado em uma narração conveniente.

É importante ressaltar que esse padrão se repetiu várias vezes durante o período da pandemia, no que Malini *et al.* (2020) chamam de “saturação da narrativa”, que acontece quando a narrativa é aglutinada ou moldada para um fim específico, como no caso da discussão pública em torno da vacinação contra a covid-19. No momento em que o ex-presidente parece ater-se ao fato de que a opinião pública esperava por uma campanha de vacinação e que o governador de São Paulo foi visto por 46% da população brasileira como mais atuante contra a pandemia do que o presidente (GIELOW, 2020), ele redirecionou a própria atuação do governo federal, na tentativa de retomar o protagonismo no que se refere à imunização no país (MAIA, 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dado que o discurso na rede de determinado político pode enviesar o pensamento da militância, usamos neste trabalho o conceito de “opinião pública” associado ao de “esfera pública”, ou seja, a rede social de modo análogo àquele da “esfera pública” de Habermas (2014). Neste caso, compreendemos a “opinião” como um constructo social e do imaginário, mas determinados enunciados mantêm, polarizam e impõem discursos que circulam com mais força pelo ecossistema social, seja ele real ou virtual.

Para entender como o ex-presidente do Brasil construiu a narrativa sobre a covid-19, faz-se necessária uma abordagem qualitativa a partir da análise de conteúdo, e, como técnica dentro desta investigação, utilizamos o conceito de *timelime* discursiva como

instrumento para interpretar os *posts* e construir um fio temporal entre os discursos e suas implicações na política e na saúde durante a pandemia.

Para isso foi feita a coleta manual dos textos da conta oficial do presidente @jairbolsonaro que apresentassem opiniões ou qualquer tipo de desinformação sobre a covid-19. O recorte escolhido para esta pesquisa foi feito a partir da primeira postagem do presidente sobre a covid-19, no dia 31 de janeiro de 2020, seguindo até o dia 25 de julho de 2020. Da coleta dos tuítes foram desconsiderados (01) posts que o presidente retuitou de outros agentes; (02) informações checadas como verdadeiras por agências e fontes externas de verificação; e (03) mensagens oficiais de órgãos do governo publicadas na página do presidente. Considerando a capacidade de registro e multiplicação na rede de um mesmo texto por meio dos retuítes, escolhemos analisar o *corpus* coletado a partir dos textos mais retuitados/compartilhados pelos seguidores do ex-presidente, assumindo a lógica da viralização de uma mensagem na rede.

Como procedimento para pesquisa utilizamos um método misto que consiste na análise de mídias para redes sociais para elencar a ecologia de um tuíte a partir da sua inscrição no ciberespaço até reprodução em escala (RECUERO, BASTOS e ZAGO, 2018), combinado com a análise da *timeline* discursiva (MALINI *et al.*, 2020), método que sistematiza a investigação dos discursos na rede do ponto de vista da construção cronológica, a partir do efeito das narrativas temporais, por meio de disputas de sentidos, termos gerados e associações vocabulares, cujo efeito final é estabelecer um fio condutor para uma narrativa hegemônica por determinados atores ou pontos de vista.

Para evitar distorções quanto ao parâmetro de escolha dos textos mais retuitados, a solução encontrada foi estabelecer um número padrão mínimo de compartilhamentos. Assim, foram analisados textos do presidente que receberam no mínimo 5 mil compartilhamentos até a data da coleta. É, portanto, analisando a multiplicação de retuítes que observamos a viralização de desinformação e a construção da narrativa presente no discurso bolsonarista.

Neste trabalho, a proposta de investigar a viralização de desinformação e a criação de uma narrativa se dá exclusivamente por meio de mensagens do presidente na conta @jairbolsonaro que contenham imprecisões, opiniões pessoais ou desinformação sobre a covid-19. A partir dessas informações, construiremos o que Malini *et al.* (2020) classificam como genealogia de um discurso na rede, que é explicitada pelo léxico comum de um determinado ator que, ao encontrar reverberação na rede, passa

a construir um discurso operacional. Por extensão, destacamos os tuítes com as palavras mais reproduzidas e que se relacionam à pandemia, o que nos possibilitará traçar a narrativa do presidente sobre o tema.

ANÁLISE E RESULTADOS

Para uma melhor visualização das informações coletadas e da análise dos resultados, representamos no Quadro 1 os textos mais compartilhados e seu número de reproduções até o momento em que a coleta foi feita; em seguida, tomamos as palavras mais reproduzidas nos discursos viralizados como um léxico presente na conversação do presidente para verificar a construção da linha do tempo (*timeline*) discursiva proposta na metodologia; e, por último, construímos um quadro que ordena cronologicamente a inserção de cada termo encontrado de modo a construir o discurso.

Quadro 1. Tuítes mais compartilhados com opiniões, desinformação ou imprecisões sobre a covid-19

Texto	Data, links e compartilhamentos
Isso se chama precaução. O medicamento é barato e caso venha a ser comprovada a eficácia no combate à Covid-19, estaremos preparados para atender a todos os brasileiros rapidamente. Enquanto uns seguem buscando o caos , seguimos buscando soluções para proteger a nossa nação!	Data: 21/03/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1241546261435727873 9 mil compartilhamentos
Ainda que os testes do medicamento apresentem ineficácia no tratamento específico ao coronavírus, ele já é comprovadamente eficaz no combate a outros tipos de doença, como a malária, constando, inclusive, no guia de vigilância epidemiológica atualizado.	Data: 21/03/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1241546357455847424 10.4 mil compartilhamentos
38 milhões de autônomos já foram atingidos. Se as empresas não produzirem não pagarão salários. Se a economia colapsar os servidores também não receberão. Devemos abrir o comércio e tudo fazer para preservar a saúde dos idosos e portadores de comorbidades.	Data: 25/03/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1242758000718340097 11 mil compartilhamentos
O tratamento da COVID-19, a base de Hidroxicloroquina e Azitromicina, tem se mostrado eficaz nos pacientes ora em tratamento . Nos próximos dias, tais resultados poderão ser apresentados ao público, trazendo o necessário ambiente de tranquilidade e serenidade ao Brasil e ao mundo.	Data: 25/03/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1242881753162940419 13.5 mil compartilhamentos

O vírus no Japão. – Se a política de isolamento continuar teremos o caos e o vírus juntos.	Data: 27/10/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1242786257354309632 5.4 mil compartilhamentos
Cada vez mais a Hidroxicloroquina demonstra ser um remédio eficaz contra o Covid-19.	Data: 27/03/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1243683282656559104 10.2 mil compartilhamentos
A Hidroxicloroquina cada vez mais demonstra sua eficácia em portadores do COVID-19. – Tenho recebido relatos de todo o Brasil nesse sentido. – Preservar vidas e empregos .	Data: 29/03/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1244399453093724169 11.1 mil compartilhamentos
Nesta manhã tive contato telefônico com o Presidente dos EUA, @realDonaldTrump. Trocamos informações sobre o impacto do covid-19, bem como experiências no uso da hidroxicloroquina . – Na oportunidade, reafirmamos a solidariedade mútua entre os dois países.	Data: 01/04/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1245358462953050115 6.5 mil compartilhamentos
O médico David Uip tomou, ou não, HIDROXICLOROQUINA para se curar?	Data: 07/04/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247455251013214209 13.1 mil compartilhamentos
Há 40 dias venho falando do uso da Hidroxicloroquina no tratamento do COVID-19 . Sempre busquei tratar da vida das pessoas em 1º lugar, mas também se preocupando em preservar empregos . Fiz, ao longo desse tempo, contato com dezenas médicos e chefes de estado de outros países.	Data: 08/04/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247841684584640512 14.1 mil compartilhamentos
Cada vez mais o uso da Cloroquina se apresenta como algo eficaz . Dois renomados médicos no Brasil se recusaram a divulgar o que os curou da COVID-19. Seriam questões políticas , já que um pertence a equipe do Governador de SP ?	Data: 08/04/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247841886917791745 6.9 mil compartilhamentos
– Dr. Kalil Filho: "Eu usei ... vale a pena o uso da HIDROXICLOROQUINA em pacientes infectados pelo coronavírus."	Data: 08/04/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1247914924665438209 8.4 mil compartilhamentos
– Além do vírus, agora também temos o desemprego , fruto do "fecha tudo" e "fica em casa", ou ainda o "TE PRENDENDO".	Data: 12/04/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1249404019845541894

- Para toda ação desproporcional a reação também é forte. O Governo Federal busca o diálogo e solução para todos os problemas , e não apenas um.	12.2 mil compartilhamentos
"Documento e declaração de que vai trabalhar"... Se não tem desce. Assim o povo está sendo tratado e governado pelo PCdoB/MA e situações semelhantes em mais estados. O chefe de família deve ficar em casa passando fome com sua família. Milhões já sentem como é viver na Venezuela.	Data: 10/05/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1259457190773088257 12.9 mil compartilhamentos
Hidroxicloroquina e, mais uma vez, grande parte da mídia é desmascarada sobre o uso do cartão corporativo. Lixo! Mentem 24 horas ao dia!	Data: 11/05/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1259301707873497091 6.1 mil compartilhamentos
Na guerra ao vírus a desinformação foi uma arma largamente utilizada. O pânico foi disseminado fazendo as pessoas acreditarem que só tinham um grave problema para enfrentar.	Data: 12/07/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1282710338585100289 5.2 mil compartilhamentos
@FoxNews mostra estudos sobre a eficácia da Hidroxicloroquina no combate ao Coronavírus.	Data: 18/07/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1284421441446973440 8.5 mil compartilhamentos
É importante lembrar que o uso off label (fora da bula) de medicamentos é consagrado na medicina, desde que haja clara concordância do paciente. - E que, sem a prática do off label, diversas doenças ainda estariam sem tratamento .	Data: 20/07/2020 https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1285212068426153984 7 mil compartilhamentos

Fonte: Elaborada pelos autores com base na coleta manual dos textos do Twitter do ex-presidente.

Quadro 2. Léxico relacionado à pandemia no discurso político do ex-presidente

Vocabulários recorrentes	Datas das ocorrências
Hidroxicloroquina	25/03/2020
	29/03/2020
	01/04/2020
	07/04/2020
	08/04/2020
	11/05/2020
	18/07/2020
Tratamento	25/03/2020
	08/04/2020
	20/07/2020
Caos	21/03/2020
	27/03/2020
Isolamento	27/03/2020
Remédio	27/03/2020
Vidas e Empregos	29/03/2020
	08/04/2020
Medicamento	21/03/2020

	20/07/2020
Economia	21/03/2020
Desemprego	12/04/2020
Casa passando fome	10/05/2020
Eficaz	08/04/2020
	18/07/2020

Fonte: Elaborada pelos autores com base na coleta manual dos textos do Twitter do ex-presidente.

O levantamento das postagens e do seu léxico permitiu compreender como a desinformação circulou pelas redes por meio do compartilhamento de textos da conta oficial do ex-presidente da República. Elencados os tuítes a partir de um recorte temporal, percebemos que há um alinhamento no discurso que circula como desinformação, que se adequa aos fatos, modificando discursos científicos para corroborar uma possível cura como estratégia-chave da disputa narrativa em torno da crise iniciada pela covid-19 no Brasil. Com ênfase na associação da hidroxicloroquina com os termos encontrados, podemos perceber que a narrativa da cloroquina foi associada à solução definitiva da pandemia (já que é indicada como profilaxia e tratamento). No entanto, os textos postados por Bolsonaro não são necessariamente compostos por informações fabricadas e sem nenhuma evidência, ao contrário; muitos têm amparo em informações reais, manipuladas de modo a construir um discurso conveniente ao público desejado. Além da questão da cloroquina, foi possível perceber a ênfase da narrativa contra o isolamento social, que é associado ao caos, graves problemas e ao desemprego.

Percebe-se como estratégia narrativa a respeito do coronavírus, nos sete meses pesquisados, a multiplicação de retuítes que tratavam especificamente de um discurso de cura como uma espécie de panaceia brasileira que solucionaria o problema do vírus e da economia. Não associamos imediatamente a capacidade dos retuítes a um movimento de concordância ou aceitação dos fatos pelos seguidores do presidente no Twitter, uma vez que as mensagens podem ser compartilhadas por pessoas de fora do ecossistema bolsonarista, mas ao processo de disseminação de informações e, no caso estudado, de informações com discursos de cura.

Em termos de engajamento, um exemplo do potencial de viralização das mensagens com discursos de cura é o *post* do dia 25/03/2020, que tem 13,3 mil compartilhamentos, em que o presidente fala explicitamente sobre a cura da doença: “O tratamento da COVID-19, a base de Hidroxicloroquina e Azitromicina, tem se mostrado eficaz nos pacientes ora em tratamento. Nos próximos dias, tais resultados poderão ser apresentados ao público, trazendo o necessário ambiente de tranquilidade e serenidade ao Brasil e ao mundo”. A título de comparação da

viralização dessa mensagem, ela teve mais compartilhamentos do que o anúncio do auxílio emergencial pelo presidente no Twitter, feito no dia 01/04/2020, em que diz: “Sancionei o projeto que prevê auxílio emergencial de R\$ 600/mês p/ trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais e outros afetados pelos efeitos da pandemia de Covid-19 por 3 meses. Benefício atende até 2 membros da mesma família, podendo chegar a R\$ 1200”. A postagem teve apenas 6,8 mil retuítes.

Dentre os nossos resultados, também é possível apontar a estruturação dos discursos enquanto dotados de uma lógica interna que se repetiu ao longo dos dias, de modo a configurar uma repetição perseverante de um mesmo texto (MALINI *et al.*, 2020). No caso estudado, percebe-se que a palavra *cloroquina* esteve entre os assuntos mais compartilhados pelos seguidores do presidente nos dias 25/03/2020, 29/03/2020, 01/04/2020, 07/04/2020, 08/04/2020, 11/05/2020 e 18/07/2020, podendo ser essa entendida como a narrativa mais duradoura ao longo do período estudado.

A narrativa envolvendo a palavra “tratamento” foi evidenciada em três ocasiões. A primeira no dia 25/03/2020, o mesmo dia em que aparece o discurso da hidroxicloroquina. A segunda data em que o termo aparece nos tuítes mais compartilhados foi no dia 08/04/2020. E, por último, no dia 20/07/2020. É nesse sentido que entendemos a desinformação nas redes, a partir dos retuítes do perfil analisado, como resultado de uma narrativa que utilizava de fenômenos desinformativos para moldar um discurso para seus seguidores durante a condução da crise do coronavírus no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo partiu da coleta de textos públicos postados na conta pessoal do Twitter do ex-presidente do Brasil publicados de janeiro a julho de 2020. Buscamos explorar como a comunicação sobre o coronavírus foi realizada, primeiro como parte de um projeto maior, o Observatório UFPE-Covid-19¹, e a partir dessa coleta prévia partimos para a investigação sobre as narrativas políticas instrumentalizadas por meio da rede social. É importante ressaltar que trabalhamos com a lógica de viralização das mensagens do presidente por meio do compartilhamento feito pelos usuários da rede social, o que direciona o entendimento para quais discursos foram

¹ Plataforma disponível em: <https://www.ufpe.br/observatorio-covid-19>. Acesso em 02 fev. 2023.

mais vistos, compartilhados e reproduzidos nesse ambiente e, conseqüentemente, fora das redes.

É justamente o período de sete meses que coincide com as declarações de Jair Bolsonaro nas quais critica as medidas de isolamento social, indica a cloroquina como cura para o vírus e equipara a perda de vidas e empregos ao combate à pandemia. Entre os pontos que podemos destacar, é interessante notar que: 1) as narrativas encontradas na *timeline* discursiva foram construídas de maneira a minimizar a pandemia e enfrentar a situação por meio de uma disputa política. Ao compreender a nossa investigação como uma construção cronológica de um léxico comum que foi compartilhado milhares de vezes por usuários do Twitter, é possível estabelecer um fio condutor da narrativa em que as disputas de sentido têm o efeito de: (1) associar a hidroxicloroquina à cura; (2) vincular a crise sanitária a uma questão política; (3) retirar do governo federal o ônus da atuação na crise; e (4) construir uma narrativa que teve impacto direto na conversação e na replicação de desinformação.

Assim, nossa contribuição consistiu em verificar como se deu a comunicação oficial do presidente em relação ao coronavírus enquanto um ato institucional. Ademais, uma vez que não está estanque a discussão sobre suas publicações serem ou não atos de ofício, deve-se atentar que elas atuaram em consonância com outras áreas do governo para a manutenção de uma narrativa anticientífica, no que se revelou uma comunicação absolutamente orientada para o uso de cloroquina e contra o isolamento social.

Nesse sentido, é possível dizer que houve um enfrentamento ao vírus de forma política, para manter uma narrativa favorável ao governo e que culminou na viralização de desinformação intencional sobre a covid-19. Logo, se confirmada a tendência do Judiciário em admitir como realidade a governabilidade virtual, no caso de autoridades, as responsabilidades do presidente quanto à pandemia deveriam ser questionadas.

Por fim, enfatiza-se que, até pela natureza manual da coleta, a percepção sobre desinformação no Twitter do presidente apresenta algumas limitações, não em termos de conteúdo (explorado nas tabelas acima), mas em termos de alcance. É possível que outros tipos de coletas de dados (com uso de softwares) indiquem um impacto mais amplo da desinformação junto a seus públicos, o que pode contribuir, no futuro, para se compreender a extensão da pandemia da covid-19 no Brasil, suas implicações sociais, econômicas e políticas. Em conclusão, a erosão democrática no

Brasil pode ser entendida também por meio do uso das redes sociais; neste quesito a nossa contribuição passa pela interdisciplinaridade no entendimento entre a Ciência Política e a Comunicação sobre os discursos virtuais e suas incidências na esfera pública.

SOBRE OS AUTORES

Carolina Dantas de Figueiredo: Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Comunicação Social pela UFPE. Mestre em Sociologia pela UFPE. Possui graduação em Jornalismo pela UFPE e graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco. Atualmente realiza pesquisas em redes sociais digitais, desinformação, movimentos sociais e ciberativismo.

Otávio Temoteo de Oliveira Neto: Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Rádio, TV e Internet pela UFPE. Participou do Observatório da Covid-19 da UFPE. Atualmente realiza pesquisas em redes sociais digitais e política.

REFERÊNCIAS

1. ANGELO, Tiago. Presidente não pode bloquear perfis discordantes nas redes, diz Marco Aurélio. Consultor Jurídico, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-nov-13/presidente-nao-bloquear-perfis-redes-marco-aurelio>. Acesso em: 02 dez. 2020.
2. BOLSONARO, Jair M. [Perfil do Twitter]. © 2023. @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 13 abr. 2023.
3. BOLSONARO tem direito de bloquear seguidores no Twitter, defende Aras. Poder 360, 06 nov. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaro-tem-direito-de-bloquear-seguidores-no-twitter-defende-aras/>. Acesso em: 03 dez. 2020.
4. BRASIL. Ministério Público Federal. Mandado de Segurança nº 36.648. Brasília, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/11/twitter-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.
5. BRÍGIDO, Carolina. Alexandre de Moraes definirá destino de inquérito das fake news neste mês. Uol, 04 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carolina-brigido/2023/01/04/alexandre-de-moraes-definira-destino-de-inquerito-das-fake-news-neste-mes.html>. Acesso em 25 jan. 2023.
6. CARVALHO, Eleonora Magalhães. Financiamento da mídia no Brasil na era PT. E-Compós, v. 23, 01 abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.1999>
7. EM NOVE MESES, Bolsonaro cometeu 299 ataques ao jornalismo. Fenaj, 14 out. 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/nove-meses-bolsonaro-299-ataques/>. Acesso em: 09 fev. 2021.
8. FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda. No plenário virtual, Carmen Lucia vota contra o bloqueio de usuários por Bolsonaro em rede social. G1, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/27/carmen-lucia-defende-em-voto-que-bolsonaro-nao-pode-bloquear-usuarios-em-rede-social.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2020.
9. FECHINE, Yvana. Retórica da desinformação: acompanhamento das postagens de Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19 no Facebook. Rádio Paulo Freire, 04 out. 2020. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/rpf/2020/10/04/retorica-da-desinformacao/>. Acesso em: 04 jan. 2021.
10. FIGUEIREDO, Carolina. Só uma gripezinha: técnicas de desinformação no Twitter de Jair Bolsonaro durante os meses iniciais da crise do coronavírus no Brasil. No prelo.
11. FORÇA DA NARRATIVA de Bolsonaro sobre covid-19 indica que tormento não vai passar tão cedo. Folha de S. Paulo, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/10/forca-da-narrativa-de-bolsonaro-sobre-covid-19-indica-que-tormento-nao-vai-passar-tao-cedo.html>. Acesso em: 07 fev. 2021.
12. GIELOW, Igor. Para 46%, Doria fez mais que Bolsonaro contra a covid-19, diz Datafolha. Folha de S. Paulo, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/para-46-doria-faz-mais-que-bolsonaro-contra-covid-19-diz-datafolha.html>. Acesso em: 08 jan. 2021.
13. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Unesp, 2014.
14. MAIA, Gustavo. Bolsonaro vai convidar todos os governadores para evento sobre vacinação sobre vacinação. O Globo, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-vai-convidar-todos-os-governadores-para-evento-sobre-vacinacao-no-planalto-24838506>. Acesso em: 10 jan. 2023.
15. MALINI, Fabio. O vírus e o negacionismo. Laboratório de Estudo sobre Imagem e Ciberultura, 01 set. 2020. Disponível em: <http://www.labic.net/cartografia/o-virus-e-o-negacionismo-o-sentimento-anti-china-na-origem-do-discurso-negacionista-sobre-covid-19>. Acesso em: 15 jan. 2023.
16. MALINI, Fabio. Narrativas compartilhadas por hashtags: o fenômeno no Brasil e as suas implicações na produção da verdade. Revista Lugar Comum, v. 3, p. 85-105, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/52614/28751>. Acesso em: 23 jan. 2023.

17. MALINI, Fabio et al. Medo, infodemia e desinformação: timeline dos discursos sobre coronavírus nas redes sociais. *Revista UFG*, v. 20, n. 26, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/66593>. Acesso em: 10 dez. 2022.
18. NUNES, Raul. Atores e práticas ciberativistas no Brasil: o esboço de uma história cyberactivist. In: *COMPOLÍTICA*, 8., 2019, Brasília. Anais do VIII Compolítica. Brasília: UnB, 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Nunes.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.
19. OLIVEIRA, Marina. Ataques de Bolsonaro à imprensa causam preocupação, dizem procuradores. *Congresso em Foco*, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/justica/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-causam-preocupacao-dizem-procuradores>. Acesso em: 07 jan. 2023.
20. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Comunicação de risco e engajamento comunitário. Brasília, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51935>. Acesso em: 25 jan. 2023.
21. PASSOS, Mariana; PIRES, Teresinha. Narrativas políticas em disputa no Twitter: a (des) construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política brasileira de 2016. *Intercom*, v. 42, n. 3, p. 179-200, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201939>
22. RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.
23. RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina, 2018.
24. RODRIGUES, Mateus; NETTO, Vladimir. Coronavírus: governo diz que trará todos os brasileiros que quiserem sair de Wuhan, na China. *G1*, 02 fev. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/02/coronavirus-brasil-trara-todos-os-brasileiros-que-quiserem-sair-de-wuhan-na-china-diz-defesa.ghtml>. Acesso em: 13 jan. 2021.
25. ROSSETTO, Graça; CARREIRO, Rodrigo; ALMADA, Maria Paula. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. *Compolítica*, v. 3, n. 2, p. 189-216, 22 dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2013.3.2.49>
26. VALENTE, Jonas C. L. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. *Comunicação Pública*, v. 14, n. 27, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/cp.5262>
27. VALLONE, Giuliana. Inspirado nos EUA, Bolsonaro adota tática de troll: testar limites para ganhar visibilidade, diz filósofo. *BBC*, 22 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51511316>. Acesso em: 08 dez. 2022.

Submissão em 31 de janeiro de 2023.

Aceito em 18 de fevereiro de 2023.



ARTIGOS LIVRES

ALIANÇAS COTIDIANAS E AÇÕES DEMOCRÁTICAS: MARCEL MAUSS, ROBERT PUTNAM E AS BASES DOS ACORDOS CONSENSUAIS

*EVERYDAY ALLIANCES AND
DEMOCRATIC ACTIONS: MARCEL MAUSS,
ROBERT PUTNAM AND THE BASES OF
CONSENSUS AGREEMENTS*

Eduardo Moura Olivera* 

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: eduardomoura@gmail.com.

RESUMO

Este artigo analisa o rendimento teórico do clássico ensaio de Marcel Mauss na discussão a respeito da ideia de cidadania em Robert Putnam. Autores concentrados em pensar os fundamentos não formalmente expressos do contrato, seus pressupostos remontam ao debate seminal nas ciências sociais sobre obrigatoriedade versus espontaneidade. Associado aos estudos sobre cidadania, em Comunidade e democracia, Putnam investiga os diferentes graus de engajamento cívico e sua relação com as práticas governamentais, variável capaz de indicar a qualidade dos regimes democráticos pela via de um sistema de prestações. No plano desse debate, cabe explorar, através da revisão bibliográfica, como o Ensaio sobre a dádiva contribui para a compreensão do papel da cultura no desempenho das democracias. Consideramos a hipótese do diálogo entre essas duas versões da aliança na ação cotidiana e sua fecundidade aos estudos sobre o modo pelo qual os indivíduos vivenciam a regra nas democracias modernas. Trata-se de um esforço de interlocução entre os campos da antropologia e da ciência política, em específico o debate sobre o engajamento na vida pública.

Palavras-chave: Teoria Social. Reciprocidade. Democracia. Confiança.

ABSTRACT

This article analyzes the theoretical performance of the classic essay by Marcel Mauss in the discussion about the idea of citizenship in Robert Putnam. Authors focused on thinking about the non-formally expressed foundations of the contract and their assumptions go back to the seminal debate in the social sciences about obligatoriness versus spontaneity. Associated with studies on citizenship, in Making democracy work, Putnam investigates the different degrees of civic engagement and its relationship with government practices, a variable capable of indicating the quality of democratic regimes through a system of benefits. In terms of this debate, it is worth exploring, through a bibliographic review, how the essay The gift contributes to the understanding of the role of culture in the performance of democracies. We consider the hypothesis of the dialogue between these two versions of the alliance in everyday action and its fecundity in studies on the way in which individuals experience rules in modern democracies. It is an effort of dialogue between the fields of anthropology and political science, specifically the debate on engagement in public life.

Key words: Social Theory. Reciprocity. Democracy. Confidence.

INTRODUÇÃO

Parte da retórica do liberalismo nos oferece um horizonte imaginativo que tende a fixar determinada noção de indivíduo como sujeito da política, unidade portadora de uma condição psicológica que a habilita a realizar escolhas orientadas por uma racionalidade econômica cuja base filosófica é utilitária. Nessa linha, a garantia das condições essenciais através das quais o indivíduo pode se realizar é conferida ao Estado, muitas vezes visto como uma arena supostamente neutra sobre a qual repousa a centralidade das vontades. Essa conjugação das lógicas liberal e utilitária estabelece uma linguagem que combina razão e interesse como base através da qual a agência humana opera na modernidade.

O objetivo deste trabalho é explorar conceitualmente duas versões teóricas que realizaram o esforço de conjugar ação e vínculo através do cotidiano, além de verificar o rendimento teórico dessa orientação no contexto das democracias atuais. A partir da revisão de literatura baseada no referencial teórico produzido em torno da discussão, proponho uma análise das possibilidades de diálogo entre o *Ensaio sobre a dádiva*, de Marcel Mauss, e *Comunidade e democracia*, de Robert Putnam. Embora as diferenças entre as abordagens e os contextos fiquem realçadas, na antropologia e na ciência política, há pontos de aproximação capazes de sugerir a possibilidade de um debate cuja fecundidade será analisada aqui. Nesse sentido, Mauss e Putnam se encontram no lado oposto ao utilitarismo anglo-saxão e fundamentam as bases para a discussão de temas em sociologia e antropologia política, articulação teórica particularmente importante para reflexões sobre o comportamento democrático.

De que forma fazem isso? Através de uma chave de compreensão recorrente nos dois autores: o pressuposto de um sentimento assegurado pela confiança no vínculo estabelecido a partir da ação. A chave de compreensão proposta aqui se dá pelo nexo entre relações sociais, formação de alianças e pertencimento, na contracorrente do utilitarismo liberal. Nessa proposta de diálogo, as forças da reciprocidade, em Mauss, e do engajamento cívico, em Putnam, chamam atenção para uma dinâmica de troca capaz de imprimir certa constância na ação. Fazem sentir o social pela via afetiva. É para essa hipotética direção que o texto seguirá, em linha exploratória, através da revisão sistemática de literatura selecionada, buscando apresentar os autores e procurando possíveis diálogos.

No que se refere à organização, o trabalho parte de uma discussão teórica a respeito do *Ensaio sobre a dádiva* – em particular, a centralidade dos pressupostos lançados por Mauss no que se refere a uma reflexão sobre a formação de alianças que antecedem a noção de contrato.

Na segunda parte, o debate é trazido para a dimensão cotidiana, na qual as alianças constituem os fios dos acordos consensuais potencialmente vinculados a uma sociabilidade cívica, isto é, um sistema de cooperação baseado em valores comuns capazes de estabelecer uma cultura democrática, de acordo com Putnam. Nessa parte, busco situar o sentido de aliança enquanto pertencimento no plano dos debates teóricos voltados para uma reflexão sobre as democracias à luz dos desenhos institucionais. Finalmente, procuro traçar a rota de uma linha de pesquisa sobre os temas da cidadania e da cultura democrática a partir de duas obras clássicas que exploram o nexo entre a reciprocidade e a formação do vínculo. Nesse sentido, a discussão teórica do *Ensaio sobre a dádiva*, de Mauss, e do livro *Comunidade e democracia*, de Putnam, retoma temas centrais das ciências sociais, entre as quais, as bases dos acordos, as formas cotidianas de se vivenciar as regras e a cultura do engajamento.

MARCEL MAUSS E A AMBIGUIDADE NA DÁDIVA: AS BASES DA ALIANÇA

Mauss é um dos percussores da antropologia francesa e de fundamental contribuição para o campo da sociologia. Em parceria com Durkheim, procura estender algumas das preocupações teóricas da realidade social fundamentada na consciência coletiva. No fluxo de uma sociologia tradicionalmente inspirada em Comte, é possível observar, a partir de Mauss, a mudança de uma perspectiva positivista para uma abordagem mais sensível à dimensão simbólica¹, em notável ruptura com Durkheim. Por outro lado, cabe observar na obra de Mauss um esforço de superação dos dualismos (indivíduo–sociedade, sagrado–profano, mecânico–orgânico), em favorecimento de um olhar que considera a totalidade não apenas enquanto representação, mas levando em conta a integração. Dessa forma, o olhar de Marcel

¹ O simbolismo de Mauss se refere ao modo de expressão de um fenômeno, de modo que o valor de um sistema social é medido pela relação que cada um tem com esse sistema. Cumpre lembrar a atenção que Durkheim presta ao se voltar para a dimensão simbólica, especialmente quando fala da encarnação de sentimentos coletivos, que dá forma a “personagens míticos” ao final das formas elementares da vida religiosa. Além disso, a ideia do totem como culto à realidade coletiva transfigurada fornece elementos para se pensar o simbolismo em Durkheim pela via da representação. No entanto, Mauss parece refinar o exame do simbólico, no sentido de que a representação não está separada da realidade, mas constitui sua totalidade.

Mauss está voltado para uma análise da circulação de símbolos dinâmicos que percorrem as dimensões do indivíduo e da sociedade, dando sentido à vida social.

Reside aí um sopro aristotélico no sentido de marcar uma anterioridade do todo em relação às partes. Cumpre destacar que a presença de Aristóteles na sociologia francesa já aparecia em Durkheim e mesmo na tripartição em estágios que compõem o sistema positivista de Comte. Em Mauss, a dádiva é um padrão de relação tripartido em atos: dar, receber e retribuir. Cada ato é passível de análise e pode ser observado concretamente, não obstante, estão integrados em algo maior. Pela troca se expressa a manutenção dos vínculos – esse é o ponto que se pretende destacar. O que é uma saudação, um sorriso, um lamento, um elogio ou uma reprimenda que se expressa na interação? Símbolos emitidos por aquele que comunica, expressando sentimentos próprios através de códigos comuns, inscritos dentro de determinada ordem social. Nesse sentido, uma dádiva não pode ser reduzida a uma totalidade (social), nem a uma particularidade (individual).

Na célebre Introdução à obra de Marcel Mauss, Lévi-Strauss (2003, p. 12) chama atenção para o modernismo do autor de Ensaio sobre a dádiva ao lançar teses que aparecem como antecipações não apenas na literatura antropológica. Destaca a sua forma pioneira de trazer Freud² para a etnologia e abrir o que viria a ser um vasto campo de estudos sobre o corpo, tema de grande fecundidade para as correntes teóricas seguintes, como a psicossociologia norte-americana. Mauss lança o pressuposto do social como aspecto que legisla sobre o psicológico para, mais adiante, desenvolver em seu ensaio a tese da integração de características descontínuas encarnadas em uma experiência individual. Está em jogo a história individual como um todo que permite compreender os seres totais, isto é, em sua dimensão física, fisiológica, psíquica e sociológica (LÉVI-STRAUSS, 2003). Para além da articulação entre o individual e o social, ou entre o físico e o psíquico, a leitura de Lévi-Strauss considera a amplitude de registros onde o social pode ser encontrado. Manifesta-se de acordo com a modalidade (aspectos jurídicos, econômicos, estéticos ou religiosos); de acordo com a história do indivíduo (nascimento, educação, casamento); ou formas de expressão, sejam fisiológicas (secreções como o choro ou o suor e palpitações) ou categorias inconscientes (LÉVI-STRAUSS, 2003). Todos esses aspectos podem adquirir significação quando integrados a uma totalidade, por isso

² Sobre esse fato, Lévi-Strauss (apud MAUSS, 2003, p. 13) comenta: “Era preciso muita coragem e clarividência a um homem, oriundo de uma orientação intelectual e moral tão pudica quanto a do neokantismo reinante em nossas universidades no final do século passado, para partir, como ele o faz aqui, à descoberta de estados psíquicos desaparecidos de nossas infâncias [...]”.

podem ser considerados como sociais. Por outro lado, adverte Lévi-Strauss (2003), há pouca garantia de correspondência com a realidade, algo que só pode acontecer pela via de uma experiência concreta. É como se o desafio proposto por Mauss aos etnólogos fosse o de fazer coincidir a análise objetiva com a experiência subjetiva, tecendo nexos capazes de integrar a parte no todo. Na introdução do Ensaio sobre a dádiva, Mauss faz uma definição do que é o social total:

Existe aí (nas sociedades) um enorme conjunto de fatos. E fatos que são muito complexos. Neles, tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nesses fenômenos sociais "totais", como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição –; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam estes fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p. 187).

De uma dinâmica de movimentação de coisas que circulam na forma da troca, Mauss (2003) chama atenção para o caráter ao mesmo tempo voluntário e obrigatório, gratuito e interessado das prestações. Há uma regra de direito que liga o “dar” ao “receber” e ao “retribuir”, uma lógica que, segundo Mauss (2003), fornece indícios sobre a natureza dos negócios humanos. Seu trabalho baseia-se no método comparativo e tem como áreas de análise os arquipélagos da Melanésia e Polinésia, além do Noroeste americano e alguns sistemas jurídicos. Importa ressaltar que o objetivo inicial de Mauss consistia em investigar formas arcaicas do contrato, uma preocupação sensivelmente voltada para a filosofia política, conduzida pela seguinte questão: que regra é essa que nos faz viver o obrigatório enquanto o espontâneo? Na dádiva, a norma deixa de ser percebida como preceito estabelecido externamente e assume a forma de ação que alguém faz por si mesmo. Trata-se de uma herança intelectual de Durkheim que é transmitida a Mauss como uma espécie de etiologia do espontâneo.

Mauss vai chamar de sistema de prestações totais aquilo que poderíamos sintetizar sob o signo da troca. Não restrita a bens, troca-se amabilidades, gestos (MAUSS, 2003). Observando o potlatch entre as tribos Haida e Tlingit, cerimônia festiva que envolve o consumo e renúncia de bens, Mauss nota a rivalidade impregnada nas trocas e sua forma análoga, quando “[...] rivalizamos em nossos brindes de fim de ano, em nossos festins, bodas, em nossos convites para jantar e sentimo-nos ainda obrigados a nos revanchieren (retribuir)” (MAUSS, 2003, p. 193). A oferta e destruição suntuária de bens no potlatch tem como característica dois elementos: a

honra (mana) e a obrigação de retribuir a dádiva sob pena de perder essa honra. Nas conclusões, Mauss (2003, p. 294) arremata: “[...] a dádiva não retribuída ainda torna inferior quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem o espírito de reciprocidade”. Nota-se aí a centralidade da teoria da dádiva na formulação de um pensamento sobre a natureza da vida social. Para além de um sistema de trocas, a dádiva, ou o dom, é o fundamento da aliança entre os indivíduos, regras compartilhadas e praticadas no sentido de fundar uma ordem específica. Vejamos como essa ordem aparece em Mauss e como ela permite a abertura de um campo de investigação voltado aos fenômenos políticos do cotidiano.

As trocas ocorrem sem estipulação ou negociação, no entanto, cada dádiva contém um hau. De acordo com os habitantes, todas as pessoas e coisas guardam um poder espiritual. Implica a seguinte lógica: se as coisas têm um espírito, são animadas, logo dotadas de algo que as impele ao movimento. Isso faz com que as dádivas se movimentem: “[...] você me dá um, eu o dou a um terceiro; este me retribui um outro, porque ele é movido pelo hau de minha dádiva; e eu sou obrigado a dar-lhe essa coisa” (MAUSS, 2003, p. 198). A obrigação de devolver se justifica pelo fato de que todo taonga (coisa, presente dado) é acompanhado de um hau (espírito) não apenas de seu último detentor, mas de todo indivíduo ao qual foi transmitido. Quer dizer, o vínculo entre a pessoa e a coisa é um vínculo de almas, “[...] donde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si” (MAUSS, 2003, p. 200). O fato de aceitar algo de outra pessoa implica aceitar também uma parcela de sua alma, de modo que a retenção dessa substância pode ser perigosa. Segundo Mauss (2003, p. 200), “[...] não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa vem da pessoa, não apenas moralmente, mas fisicamente e espiritualmente”. Somente em movimento a coisa pode retornar à natureza ou ao lugar de origem. O sistema de prestações totais se completa pela obrigação de receber e de dar. Explica que os membros de um clã não são livres para rejeitar alianças ou presentes, não são livres para abdicar de negociar. Menciona o sistema de direito dos Dayak, fundado sobre o dever de partilhar o alimento. Desse modo, observa-se um regime que está alinhado a uma mentalidade social: tudo é matéria de transmissão.

No plano das pretensões deste trabalho, destaco um princípio que antecede a lógica do contrato e que liga afetivamente e moralmente as pessoas. Inscreve-se no projeto sociológico francês e nos reporta a Durkheim em sua analítica das formas de solidariedade social, quando “[...] aponta as bases não contratuais, portanto, sociais,

do contrato”³. Nesse aspecto, é Mauss quem dá prosseguimento a essa chave de leitura do social, a respeito das formas arcaicas do contrato.

Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de receber. Mas essa mistura íntima de direitos e de deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas. (MAUSS, 2003, p. 202).

Mauss prossegue seu ensaio explorando a dimensão desse sistema através das modalidades que a forma dádiva assume, o que inclui aspectos da liberdade e da honra. Não obstante, está constantemente em diálogo com a linguagem jurídica e a forma econômica. Mauss (2003, p. 264) diz: “[...] esse princípio da troca-dádiva deve ter sido das sociedades que ultrapassaram a fase de prestação total, mas que ainda não chegaram ao contrato individual”. Diante desse par, a questão sociológico-política que se impõe é a respeito das formas de se vivenciar a regra. Remete-nos ao Durkheim (1996) das formas elementares, momento no qual se voltou para a natureza essencialmente simbólica que rege a religião. Menos comprometido com um institucionalismo e mais afastado do objetivismo durkheimiano, Mauss explora a questão sobre o que é o ser humano enquanto realidade que comporta fenômenos biológicos, psicológicos e sociais. Nesse sentido, o trabalho de Mauss consiste no esforço em conjugar holismo e individualismo na mesma proposição, o que resulta em uma perspectiva que reconhece o valor do vínculo e da correspondência mútua.

Pode-se situar a dádiva de Mauss pela ideia de troca como princípio fundador da aliança, uma tese capaz de fornecer base para pensar o político⁴ a partir das práticas cotidianas. Próximo ao fim de seu ensaio, Mauss faz um exercício especulativo sobre o encontro entre dois grupos de homens e suas opções: se afastar, um sinal de reconhecimento da desconfiança – o que pode resultar em combate, inclusive –, ou negociar. “Foi da deposição das lanças que a negociação entre pessoas ou clãs tem início” (MAUSS, 2003, p. 313). A troca é a via da não-guerra, marca a passagem do

³ Sobre esse ponto, Niklas Luhmann (1983, p. 26) prossegue: “[...] a disseminação de ordenamentos contratuais em sociedades diferenciadas pela divisão do trabalho não altera o fato de que o direito, como regra moral, é expressão da solidariedade de uma sociedade. O tipo de solidariedade necessária, e com isso também o direito, seria condicionado pela forma da diferenciação social e modificar-se-ia com o desenvolvimento da própria sociedade”.

⁴ Aqui sigo o corte teórico de Chantal Mouffe (2015) entre a política, movimento das organizações e instituições representativas (partidos, sindicatos), do político, que considera a diversidade de conflitos em contextos de luta por direitos dentro de uma democracia plural, indício da falha do projeto político liberal.

isolamento à aliança. Para Mauss, nesse estágio da vida, não há moderação ou equilíbrio nas decisões:

Em todas as sociedades que nos precederam imediatamente e ainda nos cercam, e mesmo em numerosos costumes de nossa moralidade popular, não há meio-termo: é confiar inteiramente ou desconfiar inteiramente; é depor armas e renunciar à própria magia. Ou dar tudo, desde a hospitalidade fugaz até as filhas e os bens. É em estados desse tipo que os homens renunciaram a sua autonomia e souberam dispor-se a dar e a retribuir. (MAUSS, 2003, p. 312).

Segundo Bourdieu (1996), em suas notas adicionais sobre o dom⁵, a dificuldade em compreender a teoria de Mauss reside na proximidade que temos com uma filosofia da consciência, que postula como princípio de toda ação uma consciência intencionada e um olhar economicista orientado pelo cálculo racional. Bourdieu propõe a compreensão dos sistemas de prestações totais pelo princípio da prática (*habitus*) em lugar de supor uma consciência intencionada. Por outro lado, sugere que a troca econômica fundamental inscrita na dádiva é de bens simbólicos (honra, respeito, gentileza). No entanto, adverte Bourdieu, o que marca o ensaio de Mauss é a ambiguidade: ora parece rejeitar o interesse e o cálculo, ora não os exclui completamente da lógica da troca. Bourdieu se baseia em duas “verdades” sobre a forma-dádiva: a de Lévi-Strauss, inegavelmente estruturalista, e a do próprio Mauss, que, segundo Lévi-Strauss, seria fenomenológica. E é no ponto nervoso da crítica de Lévi-Strauss a Mauss⁶ que Bourdieu se posiciona, isto é, no intervalo entre a dádiva e a contradádiva, momento em que se está entre a realidade vivida e a realidade do modelo. Ainda antes da retribuição, o que se recebe é experimentado como generosidade gratuita (realidade vivida), porém, tal experiência está inscrita em uma relação de troca objetiva (realidade do modelo). Um hiato permite vivenciar a dádiva liberada dessa dimensão objetiva, isto é, apenas como ato singular, generoso e espontâneo. Constitui uma dupla verdade da dádiva. Nesse ponto, Bourdieu, citando Mauss, lembra-se do que é para ele “[...] uma das frases mais profundas jamais escritas por um antropólogo”: “a sociedade sempre paga a si mesma com a falsa moeda de seu sonho” (MAUSS apud BOURDIEU, 1996, p. 7).

A dádiva, essa economia de bens simbólicos, nas palavras de Bourdieu, contém um intervalo que é a condição de possibilidade que permite a prática dessa economia anti-econômica, que oscila na nebulosidade, entre o interesse e o desinteresse, entre a generosidade e o cálculo. O ponto será retomado mais à frente; no entanto, importa

⁵ O caráter adicional dessas notas se deve a uma análise do dom feita por Bourdieu anteriormente.

⁶ A saber: Lévi-Strauss acusa Mauss de ter incorporado uma categoria nativa ao aceitar o hau (espírito contido nas coisas) como resposta ao fundamento da dádiva, em sua dimensão jurídica e contratual.

marcar a complexidade da dádiva como forma que guarda “um paradoxo tão sutil quanto insolúvel”, como constatou Bourdieu (1996, p. 10). A dádiva, esse modelo aparentemente simples, guarda um raciocínio de premissas contraditórias, um hiato cuja complexidade só pode ser atestada pela experiência fenomênica, como o fez Mauss. Na discussão aqui proposta, o dilema está em pensar se uma ação é generosa ou calculista, interessada ou desinteressada, espontânea ou obrigatória. A partir dessa base de compreensão da lógica de compartilhamento dos negócios humanos, parte-se para uma apresentação de outra imagem da aliança, mais voltada para a compreensão de uma cultura política nas democracias modernas.

ROBERT PUTNAM, CULTURA E ENGAJAMENTO: AS ALIANÇAS DO COTIDIANO

Um aspecto do processo de racionalização, ao criar condições para a institucionalização de uma engrenagem econômica e administrativa voltada para fins, é o gradativo distanciamento da ação individual em relação à estrutura sistêmica, efeito de uma tendência à autonomização. Segundo Habermas (2002, p. 184), tal perspectiva se deve a impasses na teoria da ação apoiada na crítica e no ceticismo perante a razão, em referência a Weber, Adorno e Horkheimer. O diagnóstico da modernidade weberiano é o ponto de partida de Habermas para uma análise da ação na qual, para além da esfera sistêmica, podemos encontrar significados que vão sendo constituídos subjetivamente através da troca, da comunicação. Para Habermas (2002), Weber alertou para um processo em que a ação se torna instrumentalizada, fenômeno que se alastra em direção ao cotidiano e cinge a vida social. No entanto, dirá Habermas, “[...] a racionalização do mundo da vida não foi determinada apenas por estruturas da racionalidade com respeito a fins” (2002, p. 4). Em outro lugar, na Teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 2012), identifica a centralidade da razão como a base sobre a qual se edificam os processos de aprendizagem, uma espécie de razão bifurcada em duas dimensões, a instrumental e a comunicativa. Esse é o ponto habermasiano a partir do qual é possível identificar um compromisso com uma práxis emancipatória baseada nas disputas político-democráticas. O autor aponta para um modelo que vai sendo construído no debate público, não substancial, mas procedimental, o que chama a participação do cidadão para o centro do exercício democrático (HABERMAS, 2012). É esse debate, no seio de uma perspectiva liberal, cuja marca é a pressuposição do fato do pluralismo e voltada para a observação sistemática das relações comportamentais entre o “sistema” e a “vida”, que parece ensejar a pesquisa de uma equipe de cientistas sociais, liderada

pelo professor da Universidade de Harvard, Robert Putnam. Sua inquietação reside na capacidade que cada pessoa tem de depor, através de seus hábitos cotidianos, a favor do regime democrático no qual está inserida.

A obra, que pode ser tomada como o prolongamento da discussão toquevilleana, tem como foco analítico a cultura cívica dentro de uma comunidade e sua importância para uma reflexão sobre o comportamento institucional. Trata-se de um estudo sobre o processo de descentralização na Itália ao longo de 20 anos, considerando as alternâncias entre o desenho institucional e suas funções em cada região. O estudo observou variações em regiões considerando o histórico e o grau de modernização econômica, observando os diferentes graus de engajamento cívico como variável de maior efetividade na condução do comportamento institucional. Dirá Putnam (2009, p. 105): “[...] um indicador básico da sociabilidade cívica é a vibração da vida associativa”. Em síntese, a medida da participação de cada cidadão fornece uma poderosa variável a partir da qual sistemas democráticos podem ser pensados. Nesse ponto, nota-se que o referencial de Putnam reside na ideia de comunidade cívica, tal como elaborada por Tocqueville.

Em 1993, Putnam publica o resultado de um extenso trabalho iniciado em 1970 a respeito da vida cívica e tendo como problema a questão que abre o primeiro capítulo: “por que alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não?” (2009, p. 19). O trabalho envolveu entrevistas com os conselhos regionais e líderes comunitários, além da coleta de informações em plataformas de opinião pública e pesquisas encomendadas. Liderados por Putnam, um grupo de pesquisadores organizou sistemáticas baterias de entrevistas a partir de amostras de diferentes regiões da Itália, considerando aspectos legislativos e político-institucionais. Dado o quadro multifacetado de 20 regiões italianas, seu procedimento metodológico parte de índices de desenvolvimento institucional baseados em 12 variáveis⁷, que passam pela legislação, disponibilização de informações, prestações de serviços e planejamento orçamentário. Desse ponto, nota a presença de regiões dotadas de algum padrão de engajamento cívico, em contraste com regiões marcadas por estruturas políticas de atuação vertical, caracterizadas pelo isolamento e pela desconfiança.

⁷ As variáveis de desempenho institucional: estabilidade do gabinete, presteza orçamentária, serviços estatísticos e de informação, legislação reformadora, inovação legislativa, creches, clínicas familiares, instrumentos de política industrial, capacidade de efetuar gastos na agricultura, gastos com unidade sanitária local, habitação e desenvolvimento urbano, sensibilidade da burocracia (PUTNAM, 2009).

A característica mais marcante desse mapa é o forte contraste entre o Norte e o Sul. Embora a correlação entre latitude e desempenho institucional não seja perfeita, tomados em conjunto os governos regionais do Norte apresentaram melhor desempenho que os do Sul. A bem dizer, tal constatação não causa nenhuma surpresa. Como já foi dito mil vezes, “o Sul é diferente”. (PUTNAM, 2009, p. 97).

Tal diferença aponta para uma prevalência do engajamento público nas regiões ao norte da Itália, enquanto no Sul nota-se uma tendência ao isolamento no que se refere à participação na vida pública. De acordo com o levantamento, as relações tendem a ser mais igualitárias de acordo com o grau de atuação na esfera pública, pressuposto reforçado pelos índices de desenvolvimento econômico de cada região.

Putnam considera a formação histórica das regiões na Itália, capazes de situar a singularidade de cada comunidade, suas respectivas formas de engajamento cívico e seus contrastantes graus de desenvolvimento. No lado norte, que vai de Roma até os alpes, ocorreu um desenvolvimento econômico das comunas, de onde se erigiram as cidades-estado. Associações voluntárias de ajuda mútua entre vizinhos que buscavam a proteção comum expressam, pelas comunas, formas de poder político capazes de se impor e que tendem a concorrer com as elites tradicionais. Solidariedade que reforça o sentido igualitário a partir dessas junções, que datam do século XII e começam a aparecer em cidades da face norte como Milão, Florença, Veneza, Bolonha e Genova (PUTNAM, 2009, p. 136).

Em contraste, o lado sul constitui-se através de regimes autocráticos, subordinados ao rei e controlados verticalmente pela administração real. Na região do reino da Sicília, o sentido de comuna é menor, o que revela a diferença em relação ao Norte, onde incide um legado histórico de ações coordenadas e regras de cooperação.

Em toda a Itália, de norte a sul, a política autocrática traduzia-se agora em relações clientelistas. Contudo, entre os herdeiros nortistas das tradições comunas, os patronos, por mais autocratas que fossem, ainda aceitavam as responsabilidades cívicas – costume que se reflete em nossa expressão “patrono das artes”. Uma criteriosa reconstrução antropológica dessa época na vida de uma pequena cidade montanhosa da Itália central confirmou que, embora a aristocracia local monopolizasse o poder político, ela também subvencionava a vida cívica, patrocinando hospitais e estradas, coros e orquestras locais, e até mesmo serviços municipais e salários do funcionalismo. A ética da responsabilidade mútua áreas rurais do Norte, bem como, por exemplo, na *aiutarella*, uma prática tradicional de troca de serviços entre vizinhos. Assim, apesar da extensão da desigualdade, da exploração e dos conflitos entre facções, o legado nortista do republicanismo comunal, embora não mais corporificado nas instituições políticas, fora transmitido sob a forma de uma ética de participação cívica, responsabilidade social e mútua assistência entre iguais. (PUTNAM, 2009, p. 146).

Visando uma análise do grau de eficiência dos governos democráticos, Putnam compara os processos decisórios das regiões italianas considerando as variáveis no tempo e no espaço. Procura mostrar o contraste entre essas regiões no que toca ao desempenho institucional, ponto no qual discute a “comunidade cívica”. A participação na vida pública é discutida em termos de associações, horizontalidade das relações, confiança e manutenção dos valores de cooperação (PUTNAM, 2009, p. 103). Nesse ponto, Putnam dialoga com Walzer (1983), especialmente na articulação entre a noção de comunidade cívica e o republicanismo⁸, uma das bases da corrente comunitarista nas discussões sobre justiça (FERNANDES, 2000).

Putnam critica a oposição entre a ideia de interesses privados e bens públicos, baseado no interesse bem compreendido de Tocqueville. O argumento defende que interesses privados alocados no plano de necessidades públicas tornar-se-iam interesses sensíveis aos interesses dos outros – caminho possível para se pensar na ideia de um bem comum. Significa dizer que o espírito associativo ou a capacidade para formar alianças independe de variáveis como certa disposição altruísta. Aqui, destaca-se um ponto nodal da tese do autor: nas democracias modernas, a base da virtude cívica é essencialmente individualista. Putnam critica a percepção segundo a qual o mundo do interesse é inconciliável com o mundo da participação e do envolvimento em negócios públicos. O autor recorre ao “familismo amoral” de Banfield (1958) como ethos daqueles que consideram o espaço público como lugar de afirmação da vontade pessoal e de maximização dos próprios interesses.

Para Putnam, importa mais a maneira pela qual as estruturas de cooperação são capazes de erigir valores comuns, estabelecendo alianças. Tocqueville, mais uma vez, é referência para uma reflexão sobre a capacidade de reforçar o sentido de comunidade a partir de práticas sociais cotidianas. Putnam reconhece a propensão dos americanos a formar associações, tendência que produz efeitos externos na política. Nesse ponto, segue na chave de compreensão de Bellah et al. (1985), no sentido de definir o político pelo grau de inserção na comunidade⁹. E, citando Tocqueville, reitera: “[...] somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renova os sentimentos e as ideias, engrandece o coração e promove o entendimento” (PUTNAM, 2009, p. 103). As associações incutem um sentido de cooperação

⁸ Um dos pontos importantes da relação entre Putnam e Walzer se refere às tradições do humanismo cívico, em particular, a ideia de que as associações entre indivíduos constituem a base para o desenvolvimento do civismo, dentro de uma comunidade (WALZER, 1983).

⁹ Robert Bellah et al. (1985) observa a cultura cívica norte-americana e analisa o dilema entre uma ethos de valorização do indivíduo e a conciliação com uma virtude pública, a política como cidadania, que “toca o coração dos americanos”.

cimentado através dos hábitos. O que está em jogo, nesse ponto, é a confiança como ideia chave para se pensar conceitualmente o capital social. A definição de Elisa Pereira Reis sintetiza o instrumento teórico de Putnam:

Putnam “identifica uma variável independente tremendamente relevante em seu ‘índice de comunidade cívica’, que inclui medidas de comparecimento a referendos, leitura de jornais, proliferação de associações desportivas e culturais e uma proxy de identificação partidária. Especulando sobre os mecanismos que poderiam prover uma explicação da extraordinária correlação encontrada, recorre à noção de ‘capital social’ (que passa a substituir a ideia de ‘comunidade cívica’) e produz a conjectura de que seria a confiança interpessoal o mecanismo por excelência pelo qual o capital social produziria seus efeitos sobre o desempenho institucional”. (REIS, 2003, p.,39).

Putnam vai afirmar a centralidade da confiança como o fator que deriva de sistemas de participação e regras de reciprocidade. É como se o estoque de confiança de uma sociedade pudesse ser medido pela densidade de redes de associações de todas as naturezas. A formulação do capital social em Putnam parte de um problema possível de ser encontrado na forma de outros termos da ciência política: o que determina o bom ou o mal funcionamento de determinadas formas de organização dos homens?

Sucesso e fracasso estão em jogo nesse esforço de reflexão que elege a participação democrática como parâmetro. Desse ponto, cabe questionar como as pessoas que vivem nas regiões menos cívicas e mais problemáticas da Itália reagem à sua própria incapacidade de cooperar. Dilemas como a lógica da ação coletiva e o do prisioneiro, fornecidos pelas teorias dos jogos, ajudam a compreender parte dessas reações oportunistas e deficitárias de compromisso público. Putnam identifica que a pessoa não disposta a cooperar sabe que, em última instância, teria mais a ganhar se ela e outros cooperassem. Ocorre que, na falta de segurança em relação à reação do outro, prefere desertar. Trata-se aqui de uma economia da confiança baseada na força dos vínculos associativos.

[...] mesmo que nenhuma das partes queira prejudicar a outra, mesmo que ambas estejam condicionalmente predispostas a cooperar – se você fizer, eu faço –, não há garantia de que ninguém irá “roer a corda”, se não houver um compromisso que possa ser cobrado. Pior ainda, cada um sabe que o outro se acha na mesma situação. (PUTNAM, 2009, p. 174).

Nesse sentido, o capital social apoia-se sobre uma estrutura triádica, que liga a confiança a regras e a cadeias de relações. E sugere que a força das redes de associação cívica está amalgamada pela confiança. Assim, está confrontando a lógica do “cada um por si e o Estado por todos”, expressão da solução hobbesiana a esse dilema. Hobbes sugere a coerção de uma terceira instância, a mais forte. O Estado confere

confiança àqueles que não conseguem confiar uns nos outros por si só. Para Putnam, tal solução subestima a capacidade de cooperação individual, que funciona de fato em outras regiões. A discussão gira em torno do papel das instituições formais diante do baixo grau de desenvolvimento das redes de ação coletiva. Putnam (2009) menciona trabalhos recentes que caminham pelo neoinstitucionalismo e apontam possíveis modos de superação desse problema. No entanto, os dilemas envolvendo a ação coletiva expõem uma questão ainda mais dramática, do ponto de vista daqueles que habitam áreas marcadas pelo baixo grau de compromisso público. Se o grau de cooperação responde a heranças históricas e a um lastro cultural, como pensar em reformas institucionais? Significa considerar um eventual destino histórico impregnado, um “beco sem saída” para aqueles habitantes de regiões pouco cívicas?

Responde Putnam (2009, p. 192) ao observar o contraste entre as regiões italianas: “[...] quando não existem normas e sistemas de participação cívica, as perspectivas de ação coletiva parecem desalentadoras”. No sexto capítulo, o autor fala do impasse que a tese do capital social fincado em raízes históricas pode provocar naqueles defensores de reformas institucionais. “Isso é aconselhar o desespero!”, escreve ele, citando a frase de um regionalista italiano a respeito de suas teses (PUTNAM, 2009, p. 193). Reportando-se ao segundo capítulo, o autor lembra que as transformações institucionais não são infrutíferas. No entanto, Putnam parece mais inclinado a deixar a pergunta em aberto. De certo ângulo, sua questão ecoa mais intensamente entre os institucionalistas, de maneira que é esse o ponto de colisão entre a cultura e as instituições.

Já no “mapeamento da viagem”, Putnam (2009) adianta os dois principais pontos do novo institucionalismo: 1) as instituições moldam a política; 2) as instituições são moldadas pela história. E é através dessa orientação que Putnam opera, isto é, considerando as instituições ora como variável independente, no sentido de influenciar identidades e práticas, ora como variável dependente, dentro de seu condicionamento histórico (PUTNAM, 2009). A esse debate, o autor acrescenta um terceiro aspecto, a saber, o desempenho institucional como moldado pelo contexto sociocultural (PUTNAM, 2009). Ainda no esforço do autor em refinar a discussão envolvendo as imbricações entre as instituições e a cultura, os insights toquevilleanos, em contraste com Marx, fornecem caminhos para se pensar processos políticos capazes de superar as desigualdades hierárquicas e promover o desenvolvimento do igualitarismo. Na chave de Tocqueville, Putnam realiza o esforço de compreender não apenas a força da variável confiança na consolidação de alianças capazes de reduzir as distâncias sociais, como também se os diferentes graus de

confiança entre os indivíduos são tributários de reformas institucionais ou realidades providenciais (JASMIN, 1997)¹⁰.

Ao observar a marcha histórica rumo à igualdade de condições, Tocqueville se surpreende com o apelo à liberdade centrada na figura do indivíduo. Para os americanos, o nexos entre a promoção do bem-estar social e do bem-estar individual é forte, o que intensifica os laços sociais¹¹. E identifica na livre associação a expressão máxima de um sistema democrático desenvolvido.

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais, e muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas dar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas. Enfim, sempre que se trata de por em evidência uma verdade ou desenvolver um sentimento com o apoio de um grande exemplo, eles se associam. (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 131).

A livre associação é o meio pelo qual os americanos associam liberdade e igualdade. No entanto, escreve Tocqueville (2014b, p. 117), quando a liberdade “[...] estava apenas nas ideias e nos gostos [...] a igualdade já havia penetrado nos hábitos, já tinha se apoderado dos costumes”. O autor defende a primazia da igualdade sobre a liberdade, de modo que o gosto pela segunda só se faz sentir em longo prazo, enquanto na primeira o prazer é experimentado no presente, através de hábitos cotidianos. Desse modo, o amor pela igualdade, de acordo com o autor, é mais duradouro; dirá que os homens desejam a igualdade na liberdade, mas se não a obtém, desejam a igualdade mesmo na escravidão (TOCQUEVILLE, 2014b, p. 117). Para o autor, o acontecimento democrático repousa sobre o valor da igualdade, algo que se desenvolveu gradualmente na história e, em suas palavras, designa um fato providencial. Caracterizam tal traço a universalidade, a durabilidade e a capacidade de escapar gradativamente ao poder humano (TOCQUEVILLE, 2014a). Objeto de debates entre a literatura especializada, o providencial em Tocqueville é o ponto

¹⁰ Aqui vale a frase de Tocqueville na Introdução de A Democracia na América: “a revolução democrática é uma realidade providencial”, ou seja, “dotadas de uma irreversibilidade histórica a despeito de ações e vontades que lhe fosse contrárias”. Diz respeito à discussão sobre a possibilidade de alterar a própria realidade desigual e hierarquizada (JASMIN, 1997).

¹¹ Na obra de Tocqueville, esse modelo é chamado de interesse bem compreendido. Importa a distinção entre egoísmo, algo da esfera moral, e individualismo, que constitui um problema sociológico. Ocorre que, entre os americanos, o indivíduo, em vez de completamente apartado, se envolve e participa da vida coletiva.

nevrálgico capaz de suscitar levantamentos a respeito de uma inevitabilidade histórica da democracia (JASMIN, 1997).

Buscando não me alongar demasiadamente, cumpre destacar, para as pretensões deste trabalho, a importância do fator histórico sobre o qual Tocqueville apoia seus escritos, raciocínio que inspira Putnam a atualizar a questão: quais os limites da ação humana na construção de um capital social de confiança? O esforço se aproxima paralelamente a uma investigação sobre as bases não contratuais do contrato. Ou, nos termos de Mauss: entre a espontaneidade (cultural) e a obrigatoriedade (institucional), qual o lugar de uma cultura cívica calcada na confiança?

Tocqueville (2014a, p. 338) se concentra essencialmente naquilo que chama de “[...] todo estado moral e intelectual de um povo”. São os costumes¹² voltados para a arte de se associar que aparecem como a característica cuja função é imprescindível à manutenção da democracia. Trata-se de uma perspectiva importante, pois é a partir dela que Putnam (2009, p. 31) formula sua noção de comunidade cívica: “[...] se caracteriza por cidadãos atuantes de espírito público, por relações igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”.

Vimos que a obra de Putnam é resultado do esforço de comprovação, mediante dados empíricos, do capital social como a base da virtude cívica nas sociedades democráticas. O diálogo de Putnam com certo discurso do liberalismo fica notável, especialmente no que tange ao debate entre republicanos e liberais a respeito dos dilemas envolvendo pertencimento e liberdade. O pertencer indica o fazer parte de, ser referente a, ser próprio a (PERTENCER, 2009) – um princípio por vezes inconciliável com a figura do indivíduo livre, especialmente do ponto de vista de certa leitura do liberalismo tradicional, cuja base poderia ser identificada em Locke¹³, segundo a qual a liberdade seria o “[...] poder de executar ou evitar uma ação segundo determinação ou pensamento da mente” (LOCKE, 2012, p. 245). Ou mesmo em relação ao que Berlin (2002) compreendeu como “liberdade negativa”, na qual o indivíduo é livre para agir sem a interferência ou obstrução de outros.

Orientada pela imagem do contrato, a vida do indivíduo em sociedade tende a se pautar por formas de organização que, por sua vez, tendem, nas sociedades

¹² “Entendo aqui a expressão costumes no sentido que os antigos davam à palavra mores. Não aplico propriamente aos costumes propriamente ditos, que poderíamos chamar hábitos do coração, mas também às diferentes noções que os homens possuem às diversas opiniões correntes entre eles e ao conjunto das ideias de que se formam os hábitos do espírito” (TOCQUEVILLE, 2014a, p. 338).

¹³ Para Locke (2012), a liberdade está associada ao poder de escolha, o que pressupõe duas bases aos homens livres: entendimento e vontade.

ocidentais, a privilegiar os interesses individuais instruídos pelo direito. Isto é, reconhecem a heterogeneidade de interesses individuais e aceitam a intervenção artificial de uma instância coercitiva capaz de vetar excessos ou ações que atentem contra outro indivíduo¹⁴. Na modernidade, o primado da ligação com a comunidade, do *zoon politikon* de Aristóteles, é confrontado por uma discussão a respeito dos direitos naturais¹⁵. É uma normatividade jurídica que assume a batuta de regência das ações humanas. No momento em que as liberdades individuais assumem o ponto de partida da reflexão política, o debate se volta para a garantia de direitos e para o problema da autonomia. Trata-se de uma tensão entre concepções de liberdade: a de certo liberalismo, enquanto ausência de impedimentos, e a de certo republicanismo, como não dominação (PETTIT, 1997) e realização das vontades pelo exercício das virtudes cívicas. A disposição dessas imagens supostamente dicotômicas nem sempre aparece em termos de oposição, mas articuladas.

Putnam está longe de abandonar as conquistas liberais, como o pluralismo e a afirmação da liberdade individual. Ocorre que, para além do pertencimento ou do individualismo, seu foco de análise é uma investigação das bases da aliança dentro de determinada coletividade. Desse ponto, é possível destacar a importância das associações para a formação de uma comunidade cívica, tese cujo rendimento analítico permite pensar uma relação conceitual entre as noções de aliança, confiança e pertencimento nas sociedades modernas.

CONCLUSÃO: DAS ALIANÇAS AO ENGAJAMENTO, MAUSS E PUTNAM NA ROTA DE UMA LINHA DE ESTUDOS DE CIDADANIA

De formas distintas, Marcel Mauss e Robert Putnam concentram suas investigações naquilo que antecede o contrato: os acordos estabelecidos, reproduzidos cotidianamente sob o signo da aliança. Consideram o pressuposto da força dos vínculos firmados a partir da troca, independentemente do grau de interesse inscrito na relação. Como conclusão, o primeiro ponto a assinalar sobre esses dois autores diz respeito ao percurso teórico que escapa de determinismos objetivistas para considerar dois aspectos centrais no plano de um pensamento sobre as democracias atuais: a importância das emoções e a dinâmica de movimento nos negócios humanos. Essa força do vínculo, do espírito da coisa que se movimenta, em Mauss, e

¹⁴ Nesse ponto, destaca-se Hobbes e Locke como figuras alinhadas a essa lógica.

¹⁵ Direitos naturais são aqueles que, segundo Locke, aparecem como expressão da vontade divina. São universais e cingem o direito à vida, à liberdade e o direito de propriedade.

da confiança como sentimento de pertencimento, em Putnam, aponta para uma dimensão de reconhecimento das regras sociais, vividas cotidianamente não como obrigações, mas como certificações do pertencimento. Nesse sentido, o ensaio de Mauss e a pesquisa de Putnam aparecem como versões do nexos entre um conjunto de pessoas em relação e o pacto firmado a partir de obrigações recíprocas. Cabe afirmar que tais investigações, voltadas para as bases não contratuais do contrato, convergem no sentido de investigar o não formalmente expresso, fio a partir do qual podemos pensar o debate entre espontaneidade e obrigatoriedade. Nesse sentido, poderia Mauss fornecer reflexões a respeito do grau de participação e engajamento individual na vida pública, pilar das democracias modernas? E teria em Putnam uma possibilidade de diálogo com essa ambiguidade característica da dádiva, entre o voluntário e o involuntário, entre o interessado e o desinteressado?

Considerando os limites de espaço e tempo dos autores, é importante afirmar que Mauss e Putnam ocupam um lugar fundamental nas linhas de investigação no nexos entre aliança e confiança, seja para pensar as sociedades modernas, seja para pensar a cidadania. Reconhecer a natureza ambígua desses vínculos sociais calcados no sentimento de confiança, entre a obrigatoriedade e a espontaneidade, significa lançar os pressupostos de pesquisas voltadas para o grau de engajamento cívico nas democracias modernas. O padrão específico desse ciclo de trocas reconhecido sob a forma dádiva está para além do utilitarismo ou da teoria da escolha racional, bases desse horizonte imaginativo que habita as falas de certo liberalismo. A dádiva é o fenômeno total, que antecede a economia monetizada, como identificou Mary Douglas (2007).

A partir da análise bibliográfica, é possível verificar uma associação entre o sistema de prestações orientado pelas trocas e o desejo de pertencimento, acompanhado do medo de exclusão, sentimentos que reforçam o sentido de confiança levantado pelas teses associativistas. A história humana pode ser contada pela história desse movimento de trocas recíprocas, o que assume determinadas formas, no sentido simmeliano (SIMMEL, 2005), em transformação no tempo. Os sistemas de trocas edificam tribos, aldeias, cidades-estado e nações, por meio de identidades sociais sustentadas por afiliações e pertencimentos. Em determinadas sociedades, a confiança foi ampliada institucionalmente através de mecanismos jurídicos formais (leis, contratos etc.), o que garante a regularidade do funcionamento da vida pública. A questão de Robert Putnam, analisando o engajamento cívico em diferentes regiões da Itália, é justamente identificar a espontaneidade de certos movimentos de cidadania e pertencimento em contraste com outras regiões, nas quais esses

mecanismos de garantia da confiança no funcionamento dos negócios públicos precisam ser realizados artificialmente, através da ação institucional. Aqui reside a articulação entre práticas do cotidiano e cultura democrática, linha de pesquisa de fundamental importância para pensar as democracias atuais, especialmente no Brasil.

Na linha de Jeffrey Alexander (1999) a respeito dos clássicos, obras como a de Marcel Mauss e Robert Putnam, além de guardar um papel instrumental, no sentido de legitimar campos de investigação científica, prestam uma contribuição singular e permanente às ciências sociais. Ao aproximar Mauss e Putnam, se torna mais nítida uma ideia que habita o ensaio do antropólogo e o livro do cientista político: o percurso que vai da troca à formação da aliança. Putnam avança no debate ao refletir sobre a cidadania nas democracias. Um pacto tratado entre indivíduos com uma finalidade qualquer, mas que afirma o sentido de ligação. Qual o rendimento teórico possível a partir dessa aproximação?

Em pesquisas voltadas para a investigação das bases da pobreza e dos caminhos para o desenvolvimento, o problema da capacidade do indivíduo em agir de acordo com as regras socialmente aceitas não apenas diz respeito aos fundamentos de um sistema jurídico, como identificou Mauss, mas também constitui um bem comum, um capital social, nos termos de Putnam. Trabalhos como o de Banfield (1958), ao identificar a percepção de uma população pouco desenvolvida a respeito de sua própria condição como fruto de instâncias transcendentais, como o “destino” ou o “azar”, fundamentam as bases da crítica das condições de possibilidade de desenvolvimento. No Brasil, o clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (2000), vai na direção de um exame das bases do *ethos* cordial, caracterizado pela valorização da personalidade em prejuízo das relações de natureza associativa, relações mais horizontalizadas. Ainda no Brasil, ao analisar o familismo amoral de Banfield, Elisa Reis (1995) chama atenção para o processo de deterioração da solidariedade em face da extrema desigualdade social.

O pano de fundo a partir do qual Mauss e Putnam estão formulando seus problemas teóricos é comum. Trata-se de uma crítica do pensamento utilitarista, que, entre outros pontos, considera a boa ação como aquela voltada para o prazer pessoal ou para o interesse próprio do indivíduo. Mauss vai buscar a forma originária do pacto. Encontra a troca de dádivas, um arranjo social que implode as linhas que separam a ação interessada da ação desinteressada. Putnam vai investigar o desempenho institucional e encontra como variável essencial o grau de envolvimento e

participação, um traço que independe de questões como o altruísmo ou de uma ação interessada estritamente no bem comum. Fala de “estoques de confiança”, de certa crença na probidade moral, enquanto em Mauss a dádiva é a própria relação; seu oposto é a guerra. E será que a “comunidade cívica” de Tocqueville, ecoada no trabalho de Putnam, não poderia ser entendida como um sistema de prestações? Poderíamos recorrer à questão clássica e fundadora: “como as relações sociais se mantêm?” Aliança, reciprocidade, regras, associação e confiança são termos que aparecem ora literalmente, ora implícitos. Convergem no sentido de afirmar a hipótese do vínculo afetivo para além da escolha racional, o laço como aspecto fundamental para uma compreensão da organização das sociedades. Nesse sentido, são autores fundamentalmente fecundos em linhas de pesquisa voltadas para o exame crítico da ideia de ação individual racional interessada ou autossuficiente. E, no caso de Marcel Mauss, atesta ainda o rendimento de um texto clássico para o estabelecimento de diálogos com reflexões sobre as democracias.

SOBRE O AUTOR

Eduardo Moura Oliveira é mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do Projeto Cultura, Subjetividade e Emoções (Capes/PrInt), no Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais-Uerj. Atua nas áreas de antropologia das emoções, teoria antropológica e antropologia política.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 23-90.
- BANFIELD, Edward. *The moral basis of a backward society*. Nova York: The Free Press, 1958.
- BELLAH, Robert et al. *Habits of heart: individualism and commitment in American life*. Berkeley: Perennial Library; University of California Press, 1985.
- BERLIN, Isaiah. Os dois conceitos de liberdade. In: HARD, Henry.; HAUSHEER, Roger. (Orgs.). *Estudos sobre a humanidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 226-272.
- BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. *Revista Mana*, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200001>
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens, vinte anos depois. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000200002>
- FERNANDES, Antonio Araújo. A comunidade cívica em Walzer e Putnam. *Lua Nova*, n. 51, p. 71-96, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000300006>
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- JASMIN, Marcelo. Tocqueville, a providência e a história. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200002>
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- LUHMANN, Niklas. *Sociologia e Direito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. v.1.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- PERTENCER. In: HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- PETTIT, Philip. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- REIS, Bruno P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 35-49, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000200004>
- REIS, Elisa Pereira. Desigualdade e solidariedade uma releitura do 'familismo amoral' de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 35-48, 1995.
- SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2014a. v. I.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2014b. v. II.
- WALZER, Michael. *Las esferas de la justicia: una defensa del pluralismo y la igualdad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Submissão em 06 de julho de 2022.

Aceito em 01 de março de 2023.



ARTIGOS LIVRES

AS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS INDIVIDUAIS E O EFEITO NO DESEMPENHO ELEITORAL DOS DEPUTADOS FEDERAIS QUE ATUARAM NA 54^a LEGISLATURA (2011-2014)

*THE INDIVIDUAL BUDGET AMENDMENTS
AND THE EFFECT ON THE ELECTORAL
PERFORMANCE OF FEDERAL
REPRESENTATIVES IN THE 54TH
CONGRESS (2011-2014)*

Carlos Eduardo Bandeira dos Santos* 

Maria Dolores Lima da Silva** 

Rodrigo Dolandeli dos Santos*** 

Carlos Augusto da Silva Souza**** 

* Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: carlosebs@ufpa.br.

** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: mdls@ufpa.br.

*** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: dolandeli@ufpa.br.

**** Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Ciência Política,
Belém/PA, Brasil.

E-mail: carlossouza@ufpa.br.

RESUMO

O artigo trata da alocação estratégica das emendas individuais ao orçamento da União e o efeito eleitoral no desempenho dos deputados federais que atuaram na 54^a legislatura. Argumenta-se que políticos já titulares de cargo eletivo que se candidatam a reeleição direcionam os recursos orçamentários da União conquistados através de emendas individuais para lograrem êxito em suas votações municipais. Nesses termos, as três hipóteses a serem testada são de que quanto maior os valores de emendas individuais aprovadas para o município, maior a votação do parlamentar; os deputados federais aprovam suas emendas em municípios com menor nível de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, pois o retorno eleitoral sobre os votos é maior; e os municípios em que o autor da emenda é da mesma coligação do prefeito são preferidos para o envio de recursos. As técnicas utilizadas foram: estatística descritiva, correlação linear de Pearson, regressão linear múltipla e teste qui-quadrado. Conclui-se que as emendas individuais alocadas em municípios explicam aproximadamente 22% dos votos obtidos pelos candidatos à reeleição, restando 78% da votação do parlamentar à investigação de outras variáveis que influenciem diretamente a estratégia política para o deputado obter sucesso eleitoral.

Palavras-chave: Emendas Individuais; Efeito Eleitoral; Deputados Federais.

ABSTRACT

The article deals with the strategic allocation of individual amendments to the Union budget and the electoral effect on the performance of federal representatives who served in the 54th legislature. It is argued that politicians already in office who are running for reelection direct the Union's budget resources conquered through individual amendments to succeed in their municipal votes. In these terms, the three hypotheses to be tested are that the higher the values of individual amendments approved for the municipality, the greater the parliamentary vote; the federal deputies approve their amendments in municipalities with a lower level of Municipal Human Development Index, since the electoral return on votes is larger; and the municipalities in which the author of the amendment is from the same coalition as the mayor are preferred for sending resources. The techniques used were descriptive statistics, Pearson's linear correlation, multiple linear regression and chi-square test. It is concluded that the individual amendments allocated in municipalities explain approximately 22% of the votes obtained by candidates for reelection, leaving 78% of the parliamentary vote to be investigated through other variables that directly influence the political strategy for the federal representatives to obtain electoral success.

Keywords: Individual Amendments; Electoral Effect; Federal Representatives.

INTRODUÇÃO

O cerne da análise do presente trabalho é entender como os políticos titulares de cargo eletivo direcionam os recursos orçamentários da União conquistados através de emendas individuais para lograr êxito em suas votações municipais, ou seja, como eles fazem uso estratégico das emendas individuais para aumentarem seus votos. No entanto, alguns analistas (AMORIM NETO e SANTOS, 2002) defendem que, no sistema institucional brasileiro, existem poderosas barreiras constitucionais e regimentais, que seriam os principais fatores impeditivos para a viabilização do alcance de retornos eleitorais por parte dos deputados.

O principal objetivo deste trabalho é investigar o modo como políticos, já detentores de cargos eletivos, utilizam emendas para conquistarem ou manterem votos em todo o Brasil. Em particular, estuda-se a alocação estratégica das emendas individuais ao orçamento da União e seu efeito eleitoral no desempenho dos deputados federais da 54^a legislatura da Câmara Federal. Nosso trabalho vai abordar o comportamento dos deputados que realizam emendas e são candidatos à reeleição que participaram da 54^a legislatura federal, incluindo os parlamentares que conseguiram se reeleger e aqueles que não tiveram sucesso na reeleição, considerando o desempenho eleitoral dos deputados federais em dois pleitos eleitorais subsequentes, as eleições de 2010 e de 2014.

Segundo a literatura, a participação individual do parlamentar no uso das emendas individuais é utilizada de forma que ele seja capaz de aumentar seu retorno eleitoral e, conseqüentemente, tenha aumento de seus votos no pleito eleitoral subsequente. Nas palavras de Ames, Pereira e Rennó (2011), o impacto das emendas individuais sobre o voto é um reflexo da estrutura social do local para onde elas são destinadas. O argumento central desses autores é o de que políticas do tipo *pork-barrel*¹ podem diminuir a situação de vulnerabilidade social, atraindo, assim, a atenção do eleitor local. Nesse sentido, alocar as emendas individuais em municípios com menor nível de Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) seria uma iniciativa dos parlamentares para aumentar o efeito eleitoral das suas emendas.

¹As políticas denominadas *pork-barrel* também são reconhecidas como políticas do tipo distributivista. Apresentam os seguintes elementos: 1) os benefícios são direcionados a um eleitorado geograficamente bem definido, pequeno o suficiente para que um parlamentar sozinho seja reconhecido como o seu benfeitor; 2) os benefícios são alocados de tal forma que o eleitorado acredite que o parlamentar teve responsabilidade direta nisso.

Além do fator de vulnerabilidade social dos municípios, outra variável apontada pela literatura como importante para a conquista de votos no município é o alinhamento entre o autor da emenda e o prefeito local, ou seja, se o partido do parlamentar autor da emenda pertence à coligação do prefeito vencedor nas eleições locais. Trabalhos recentes (BARONE, 2014; FIRPO, PONCZEK e SANFELICE, 2015) indicam a existência de coordenação intrapartidária entre prefeitos e deputados para a manifestação da reclamação de crédito pelas emendas individuais ao orçamento. Vale aprofundar até que ponto o aproveitamento político das emendas se torna mais fácil quando o deputado responsável pelos recursos pertence à base de apoio do prefeito local, sendo de partido integrante de uma mesma coligação.

Nosso intuito é contribuir com essas abordagens analisando o efeito das emendas executadas em todos os municípios em que os parlamentares concorreram à reeleição e obtiveram votação, com o fim de verificar o incremento do voto a partir do uso estratégico das emendas. A questão central que este trabalho coloca é: em que medida as emendas individuais são utilizadas para aumentar o desempenho eleitoral dos parlamentares candidatos à reeleição? Isto, considerando o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios beneficiados e a vinculação político-partidária dos deputados com os prefeitos.

Nosso trabalho se diferencia das análises de autores como Ames (1995, 2003), Pereira e Rennó (2001, 2007) e Mesquita (2008), uma vez que esses autores abordaram em suas amostras somente aqueles parlamentares que tiveram êxito na reeleição. Nossa amostra, no entanto, inclui todos os candidatos à reeleição que participaram da 54^a legislatura federal. Nesse sentido, a escolha das variáveis e sua operacionalização pode levar a resultados diferentes daqueles já encontrados pela literatura. Um ponto fundamental sobre esses estudos que, sob diferentes enfoques, buscam explicar o efeito das emendas parlamentares sobre candidatura dos deputados é que a grande maioria dos autores examina apenas o impacto dos valores de emendas aprovadas ou liquidadas sobre as chances de reeleição dos deputados. As conclusões desses trabalhos se restringiram a apontar a existência de relação causal entre a variável explicativa, emenda aprovada/executada e a variável dependente, que é a reeleição. Portanto, ainda não foi explorado o efeito das emendas em todos os candidatos à reeleição, aqueles que conseguiram se reeleger e aqueles que não obtiveram êxito.

As hipóteses que norteiam esta análise são três: a primeira sustenta que (H1) “quanto maiores os valores de emendas individuais aprovadas para o município, maior a votação do parlamentar”. Com essa hipótese, busca-se averiguar o efeito eleitoral das

emendas nos municípios, fazendo uso de dados de legislatura ainda não estudada (54^a) e utilizando amostra mais robusta, visto que são incluídos todos os candidatos à reeleição e não somente aqueles que foram reeleitos. Visto que os eleitores levam em consideração a reputação pessoal do parlamentar na hora de escolher o voto (AMES, PEREIRA e RENNÓ, 2011) e que o *pork-barrel* é valorizado tanto por deputados quanto por eleitores, segundo pesquisas de opinião (LEMOS e RICCI, 2011), espera-se encontrar um efeito positivo significativo e relevante sobre o desempenho eleitoral dos candidatos à reeleição. Como o sistema político brasileiro é caracterizado por distritos grandes e muitos deputados competem por votos nos mesmos locais, é razoável supor que as emendas que sejam aprovadas para os municípios tenham eficácia eleitoral relevante, ou seja, espera-se que a aprovação das emendas individuais aumente a chance dos deputados federais de se reelegerem.

A segunda hipótese deste trabalho afirma que (H2) “os deputados federais aprovam suas emendas em municípios com menor nível de IDHM, pois o retorno eleitoral sobre os votos é maior”. Além da aprovação de recursos para os municípios, é importante verificar o impacto eleitoral das emendas individuais de acordo com os diferentes padrões de desenvolvimento socioeconômico de cada município, uma vez que, conforme Ames, Pereira e Rennó (2011), acredita-se que os municípios pobres (com baixo índice de IDHM) são as localidades onde será maior o efeito eleitoral das emendas aprovadas sobre os votos dos deputados.

Nossa terceira hipótese sustenta que (H3) “os municípios em que o autor da emenda é da mesma coligação do prefeito são preferidos para o envio de recursos”. Presumimos que os parlamentares preferem direcionar emendas para prefeituras em que seu partido participou da coligação vencedora das eleições municipais, o que permite consolidar e/ou selar alianças entre deputados e prefeitos. Se a hipótese 3 for verdadeira, deputados racionais e informados iriam priorizar as prefeituras dominadas pela coligação da qual seu partido faz parte.

O trabalho utiliza o banco de dados disponível no portal Siga Brasil² do site do Senado Federal, onde encontramos as emendas orçamentárias aprovadas, agrupadas por parlamentar, ano de aprovação, destinação das emendas, valor aprovado e tipo de política executada no período da 54^a legislatura federal (2011 a 2014). Para avaliar a

² Siga Brasil é um sistema de informações sobre o orçamento público do Senado Federal que permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). O Siafi é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Link para acesso ao Siga Brasil: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>.

votação dos deputados nos municípios, utilizaremos o banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) relativo à eleição de 2014 e, ainda, utilizaremos os dados socioeconômicos coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. A população alvo da pesquisa foi constituída por todos os deputados eleitos em 2010 que tiveram ao menos uma emenda aprovada no município e que disputaram a eleição para o mesmo cargo em 2014.

É importante realçar que a Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada e aprovada um ano antes de sua execução. Desse modo, o montante orçamentário de 2011 começou a ser planejado em 2010 pelos parlamentares que foram eleitos em 2006, de forma que os deputados eleitos em 2010 somente iniciaram suas atividades legislativas em 2011 e, nessa linha histórica, serão responsáveis por planejar o orçamento de 2012. Portanto, não foram contabilizadas as emendas do ano 2015, pois estas foram executadas em período posterior às eleições gerais de 2014; logo, não poderiam ser utilizadas para explicar o voto durante esse pleito eleitoral. Nessa perspectiva, foram explorados apenas os dados orçamentários dos anos de 2012, 2013 e 2014.

Inicialmente verificamos se existe relação entre o valor das emendas e os votos recebidos nos municípios para onde a emenda foi direcionada pelos deputados federais que participaram da 54^a legislatura da Câmara dos Deputados. Utilizamos o método inferencial de Pearson (r), para mensurar o grau de associação entre as duas variáveis distintas e afirmar se a correlação entre elas é positiva ou negativa, para, em seguida, testarmos nossa hipótese de que as emendas individuais aumentam o efeito eleitoral na votação dos parlamentares.

Posteriormente, analisamos os municípios de acordo com os diferentes padrões de desenvolvimento socioeconômico onde as emendas foram aprovadas entre as eleições de 2010 e 2014, com a finalidade de testar a hipótese de que quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da localidade, mais emendas são destinadas com a intenção de aumentar o efeito da emenda sobre o voto.

Utilizamos o teste de correlação de Pearson, antecedido pela apresentação de estatística descritiva, teste qui-quadrado e regressões múltiplas para testar a hipótese central da pesquisa. A amostra é composta por todos os deputados federais que aprovaram emendas durante a 54^a legislatura (2011–2014) e que tentaram a reeleição no pleito eleitoral subsequente.

Em suma, avaliamos (1) se a aprovação das emendas individuais contribui para os deputados federais se reelegerem; (2) se os municípios pobres são as localidades onde

será maior o efeito eleitoral das emendas aprovadas sobre os votos dos deputados; e (3) se as emendas aprovadas nos municípios em que o deputado é da mesma coligação do prefeito são as preferidas pelos parlamentares.

AS DESCOBERTAS RECENTES SOBRE O EFEITO ELEITORAL DAS EMENDAS SOBRE O VOTO: QUESTÕES AINDA EM ABERTO

O primeiro trabalho que mais avançou metodologicamente na análise sobre o efeito das emendas individuais no voto foi o de Sanfelice (2010), que realizou regressões com dados em painel utilizando diferentes especificações de efeito fixo em cinco eleições: 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. A autora observa que as emendas têm efeito positivo no voto em quase todos os modelos empregados, porém, quando controlou o efeito fixo do par deputado-município, o efeito das emendas sobre o voto desapareceu.

De acordo com Sanfelice (2010, p. 41), “[...] verifica-se que o total de recursos repassados ao eleitorado pelo deputado não tem influência na votação obtida por este”, o que a leva a afirmar que talvez o fator mais importante para o resultado eleitoral não sejam os benefícios públicos concedidos numa legislatura, mas, sim, a relação estabelecida com o município em longo prazo. As emendas teriam somente a função de construir essa relação de longo prazo com o município e não de angariar votos na eleição imediatamente seguinte à execução dos recursos.

O trabalho de Lago e Rotta (2014) avança significativamente na discussão sobre o efeito das emendas no voto, partindo da constatação de que os trabalhos³ sobre o tema se limitaram a analisar o impacto das emendas sobre a reeleição dos deputados apenas nos municípios onde os parlamentares obtiveram maior votação, deixando de lado outros municípios onde o parlamentar obteve votação expressiva sem, necessariamente, ter executado alguma emenda.

³ Os autores avaliaram especialmente o trabalho de Pereira e Rennó (2001): “Pereira e Rennó tomam, para analisar o impacto das emendas sobre as chances de reeleição, apenas as emendas destinadas pelos parlamentares aos municípios onde obtiveram maior votação. E apenas investigam se há correlação entre destinar emendas a estes municípios e a incidência de reeleição. Não investigam, aponta a autora, nem se a reeleição foi conseguida por causa dessas emendas, nem se elas foram capazes de aumentar seus votos naqueles municípios mais do que nos outros que não receberam emendas, ou que as receberam mesmo não estando entre os que são de maior importância para o deputado. Ou seja, embora eles possam afirmar que deputados que destinam emendas para os municípios onde foram mais votados aumentam suas chances de reeleição, suas análises não permitem concluir, de forma categórica, que foi por causa de tais emendas que se reelegeram” (LAGO e ROTTA, 2014, p. 143).

Para medir a capacidade que as emendas possuem ou não de ampliar a votação do parlamentar nos municípios para os quais transfere recursos via emendas orçamentárias, os autores aplicaram o modelo “razão de chance”, ou *odds ratio*, que é a razão entre as chances de um dado evento ocorrer entre dois grupos distintos. Esse modelo é muito comum em pesquisas nas ciências da saúde, e os autores o adaptaram para medir a relação entre duas votações de um mesmo candidato por município, dividindo-os entre os que receberam recursos de suas emendas e os que não receberam, identificando padrões distintos de variação entre as duas votações e permitindo estabelecer relações entre tal variação e a alocação de recursos.

Ao analisar o impacto da distribuição de emendas individuais ao orçamento dos deputados federais do sul do Brasil, os autores observaram que a destinação de recursos através das emendas orçamentárias não é suficiente para ampliar as chances de o deputado obter mais votos entre os eleitores dos municípios que as receberam. Comparando municípios que receberam e que não receberam emendas, o impacto positivo das emendas é maior nos primeiros, especialmente se os recursos forem transferidos nos dois últimos anos de mandato. Desta maneira, as emendas individuais são apenas uma das estratégias utilizadas pelos parlamentares na busca de ganhos eleitorais; seu peso não é suficiente para garantir sucesso eleitoral.

A hipótese distributivista, segundo a qual as emendas orçamentárias estão entre os principais recursos dos quais se utilizam os deputados para manter redutos eleitorais, continua a ser testada. Baião (2016) apresenta três principais achados em seu trabalho, o primeiro conclui que as emendas destinadas às prefeituras em que o prefeito pertence ao mesmo partido do parlamentar possuem um efeito maior do que nos demais tipos de emendas, apesar desse efeito não permitir afirmar que esses recursos sejam fundamentais para a reeleição do deputado⁴.

A segunda contribuição do trabalho foi a identificação de que a conexão eleitoral entre parlamentar e seus eleitores, promovida por meio das emendas, não é direta, ou seja, é necessária a intermediação do prefeito junto os eleitores, que atua como uma

⁴ A análise do autor mostra que o estímulo ao voto pessoal não é suficiente para afirmar que as políticas de *pork-barrel* são obrigatórias para a sobrevivência política do parlamentar. Entretanto, em alguns dos modelos empíricos testados pelo autor, a vantagem obtida não seria desprezível e poderia auxiliar o deputado a conquistar posições dentro da lista de sua coligação. Para Baião (2016), o parlamentar tem dificuldade de reclamar o crédito de suas emendas no Brasil porque os distritos eleitorais têm magnitude alta e permitem que vários deputados disputem votos nos mesmos locais. Logo, há razões para supor que a relação entre eleitores e deputados não seja direta, mas mediada pelo prefeito.

espécie de *broker* político⁵. Essa intermediação é fundamental para o deputado, porque vários parlamentares concorrem por votos nos mesmos locais, e, conseqüentemente, o eleitor tem dificuldade de identificar o real benfeitor por trás dos benefícios gerados pelas emendas⁶. Por último, esse autor aponta que o partido facilita a articulação entre deputado e prefeito no contexto das emendas, argumento que contraria a literatura que afirma que os partidos são fracos na arena eleitoral. Para Baião (2016), as organizações partidárias têm sido capazes tanto de mediar as alianças entre políticos de diferentes esferas, quanto de possibilitar ações de apoio mútuo na arena eleitoral.

Outro trabalho recente é o de Bonfim (2017), que analisou a relação entre execução de emendas individuais e voto nos municípios brasileiros, testando a hipótese de que o impacto das emendas sobre o voto é maior em localidades com baixo IDHM. Chegou à conclusão de que a porcentagem de emendas executadas sobre o total de municípios beneficiados diminui na medida em que o IDHM aumenta, identificando que os eleitores recompensam mais os deputados federais que executam emendas em municípios com desenvolvimento socioeconômico médio e baixo⁷.

Todas as conclusões retiradas pelos analistas nos levam a crer que o impacto eleitoral das emendas orçamentárias sobre os votos dos parlamentares ainda não é uma questão resolvida. No entanto, é possível observar que, apesar das divergências em relação ao impacto das emendas individuais sobre o voto e se esse impacto é fundamental para o parlamentar obter sucesso na sua reeleição, os estudos indicam que a emenda individual é uma ferramenta nada desprezível, pois o parlamentar pode utilizá-la como estratégia de ampliação de votos. A diferença que existe entre esses

⁵ Para o autor, *broker* político é quem reclama o crédito pelo dinheiro enviado às prefeituras através das emendas. Nesse caso, são os prefeitos que compartilham da mesma sigla partidária do deputado responsável pela emenda.

⁶ Para Lancaster (1986), essa é uma situação que deveria inviabilizar a existência de *pork-barrel*, mas, no Brasil, o apoio do prefeito contorna esse problema, ainda que parcialmente. Além do mais, o Estado brasileiro é organizado de forma bastante descentralizada, e os municípios são entes federativos autônomos que receberam amplos recursos e responsabilidades após a Constituição Federal de 1988. Desta forma, o prefeito é um *broker* natural para os deputados que pretendem penetrar sua influência no âmbito local. Caso não tenha esse apoio, resta ao deputado enfrentar a difícil tarefa de informar os eleitores de que o benefício criado por suas emendas foi gerado por mérito dele e não pela ação do governo federal, dos políticos locais ou de outros parlamentares rivais (BAIÃO, 2016). Baião separou as emendas em função da natureza do gasto, separando os recursos entre aqueles executados pelas prefeituras, governos estaduais, ONGs e pela União, no intuito de identificar quem reclama o crédito das emendas individuais para os deputados.

⁷ O autor afirma que a execução de emendas individuais não é suficiente para explicar os votos dos deputados federais brasileiros, pois em seus testes estatísticos não encontrou variação na média de votos entre as duas eleições analisadas (2006 e 2010). A única variável explicativa que obteve índice de significância foi o IDHM. No entanto, essa variável, sozinha, não foi suficiente para explicar o aumento dos votos dos deputados federais brasileiros.

trabalhos é o grau de relevância dado às emendas de um autor para outro, em relação à afirmação de que esses recursos são fundamentais para a reeleição do deputado.

Dito de outra forma, nenhum desses estudos empíricos recentes afirmam a magnitude do efeito eleitoral das emendas numa escala elevada para garantir que o parlamentar consiga a reeleição. Por outro lado, nenhum deles chega à conclusão de que as emendas não são importantes para os deputados federais. Desta forma, este trabalho tratará as emendas individuais enquanto uma variável eficaz na ampliação dos votos dos deputados.

O USO ESTRATÉGICO DAS EMENDAS PELOS DEPUTADOS NA 54^a LEGISLATURA

Antes de identificar a amostra utilizada nesta análise, vale a pena refletir sobre os motivos que levam a maioria dos deputados federais a não concorrerem a outros cargos eletivos, que, segundo a literatura, são fundamentalmente considerações sobre riscos e recursos.

Segundo Leoni, Pereira e Rennó (2003), ocupar uma cadeira no legislativo federal tem se tornado cada vez mais atraente devido aos riscos relacionados à disputa por outros cargos. A maioria absoluta dos políticos que detêm uma posição poderosa na Câmara prefere permanecer nessa casa. Segundo esse autor, os parlamentares que preferem permanecer na Câmara são igualmente bem-sucedidos na implementação de emendas orçamentárias e na presidência de comissões permanentes e, ainda, não são candidatos mais vulneráveis do que aqueles que concorrem a cargos mais altos, como senador, governador ou vice-governador.

Pereira e Rennó (2001) apontam o acesso a recursos eleitorais controlados pelo Poder Executivo, tais como as emendas individuais, como outro motivo para os parlamentares buscarem a reeleição em detrimento de outros cargos eletivos. As posições de destaque dentro da estrutura de liderança do partido aumentam a visibilidade externa do parlamentar, o que, junto ao seu acesso a recursos, potencializa as chances de vitória dos deputados que tentam a renovação do mandato.

Conforme a Tabela 1, podemos observar que, na 54^a legislatura, os deputados federais brasileiros que aprovaram emendas direcionadas a municípios optaram por disputar diferentes cargos, em diferentes níveis de governo, na eleição subsequente. Dentre os 513 deputados federais, 391, ou 76,22% da composição da Câmara, concorreram à

reeleição. Podemos observar que a grande maioria buscou a recondução para a Câmara dos Deputados. Para chegarmos ao número exato de parlamentares a serem analisados em nossa pesquisa, filtramos em nossa base de dados todos os deputados federais, eleitos e suplentes entre 2011 a 2014, que foram candidatos à reeleição nas eleições de 2014 (candidatos reeleitos e não reeleitos) e executaram ao menos uma emenda individual em algum município durante o período de 2012 a 2014.

Tabela 1. Carreira política dos deputados após o exercício do mandato (2011–2014)

Cargo	Percentual de candidatos
Deputado Federal	76,22
Não concorreu a cargos eletivos ⁸	8,77
Senador	4,09
Deputado Estadual	3,70
Governador	1,95
Vice-Governador	4,09
Suplente de Senador	1,17
Vice-Presidente da República	0,0
Total	100

Fonte: Diap (adaptado)⁹.

Na Tabela 2, identificamos 391 parlamentares entre titulares e suplentes que se candidataram à reeleição para deputado federal em 2014; desses, apenas 365 deputados constituem a amostra analisada, pois excluímos aqueles que não tiveram emendas aprovadas/executadas em municípios no período de 2012 a 2014, ou seja, que destinaram todas suas emendas para os estados ou para esfera nacional.

Tabela 2. Deputados executantes de emendas em municípios e candidatos à reeleição no pleito de 2014

Situação	Nº Casos	%
Titular	333	91,2
Suplente	32	8,8
Total	365	100

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e TSE (BRASIL, [2022]).

Podemos verificar na Tabela 3, abaixo, que, no resultado da eleição de 2014, para os componentes de nossa amostra, 27% dos deputados não conseguiram se reeleger, e 73% conquistaram novamente uma cadeira na Câmara. Isso reforça a relevância de se realizar um esforço de avaliar porque os parlamentares brasileiros valorizam sua participação no orçamento com a intenção de obter ganhos eleitorais.

⁸ Este grupo é dividido entre os parlamentares que optaram por não concorrer a nenhum cargo, os que faleceram e os que sofreram processo de cassação.

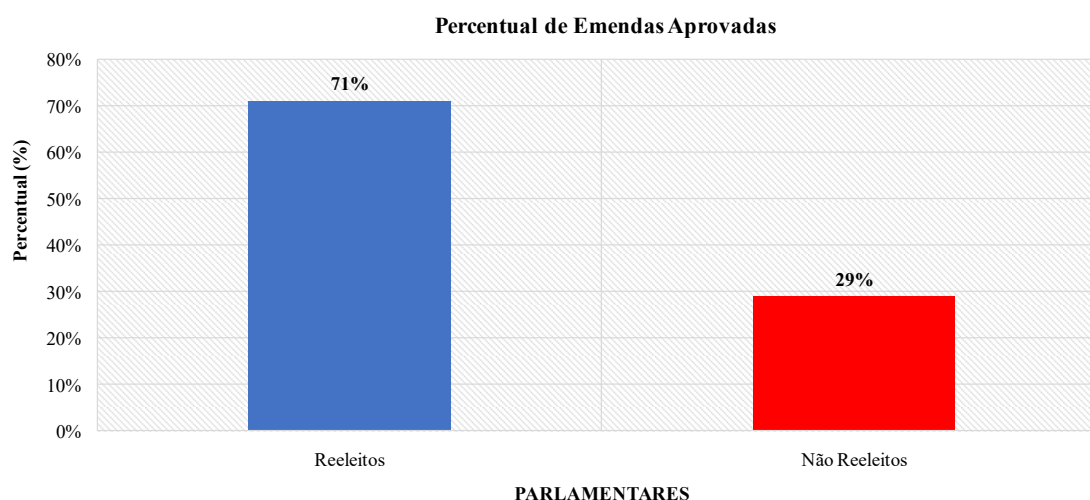
⁹ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). Dos 513 deputados federais, 391 concorrem à reeleição. *Portal do Diap*, 18 jul. 2014. (Publicação não mais disponível no portal).

Tabela 3. Deputados reeleitos e não reeleitos em 2014 executantes de emendas em municípios (2012-2014)

Condição	Situação		Total
	Reeleitos	Não Reeleitos	
Titular	75%	25%	100%
Suplente	47%	53%	100%
Total	73%	27%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e TSE (BRASIL, [2022]).

De todos os valores de emendas individuais destinadas para os municípios brasileiros na legislatura estudada, 71% foram enviadas por parlamentares que conseguiram atingir seu objetivo de reeleição, e 29% por candidatos que não conseguiram conquistar novamente uma cadeira na Câmara de Deputados, conforme consta no Gráfico 1.

Gráfico 1. Emendas aprovadas por grupo de parlamentares na 54^a legislatura

Fonte: Elaboração própria com base no site do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

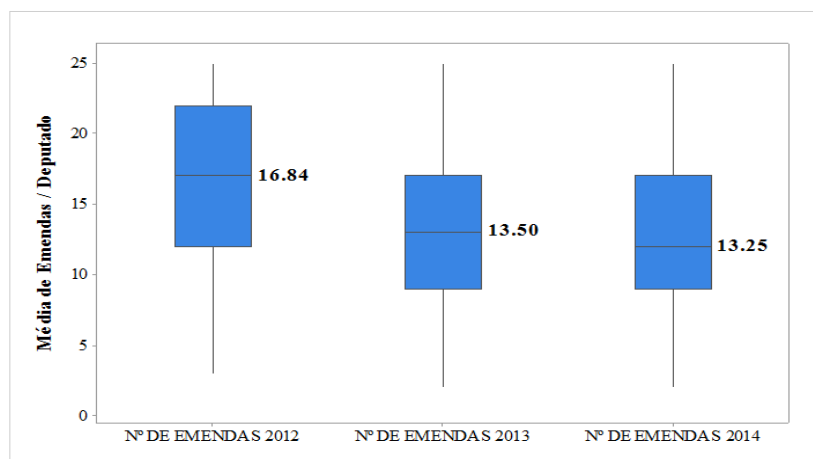
A Tabela 4 mostra que mais de 90% dos deputados que constituem o universo de análise fizeram uso das emendas nos três anos analisados (2012, 2013 e 2014). Isso mostra que os parlamentares valorizam sua participação no orçamento, fato já observado por Mesquita (2008).

Tabela 4. Número de parlamentares que apresentaram emendas ao orçamento da União (2012–2014)

Ano	Universo	Titulares	Suplentes	Total de Emendantes
2012	365	321	19	340 (93%)
2013	365	325	12	337 (92%)
2014	365	330	23	353 (97%)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022).

A cada ano, 513 parlamentares estiveram exercendo o cargo, e, durante esse período, cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas por ano, cujo valor máximo foi de 15 milhões¹⁰. O Gráfico 2¹¹ mostra que a média de emendas apresentadas por ano pelos parlamentares candidatos à reeleição caiu do primeiro para o segundo ano analisado, porém se manteve praticamente estável no último ano.

Gráfico 2. Distribuição média do número de emendas apresentadas por deputado por ano

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022).

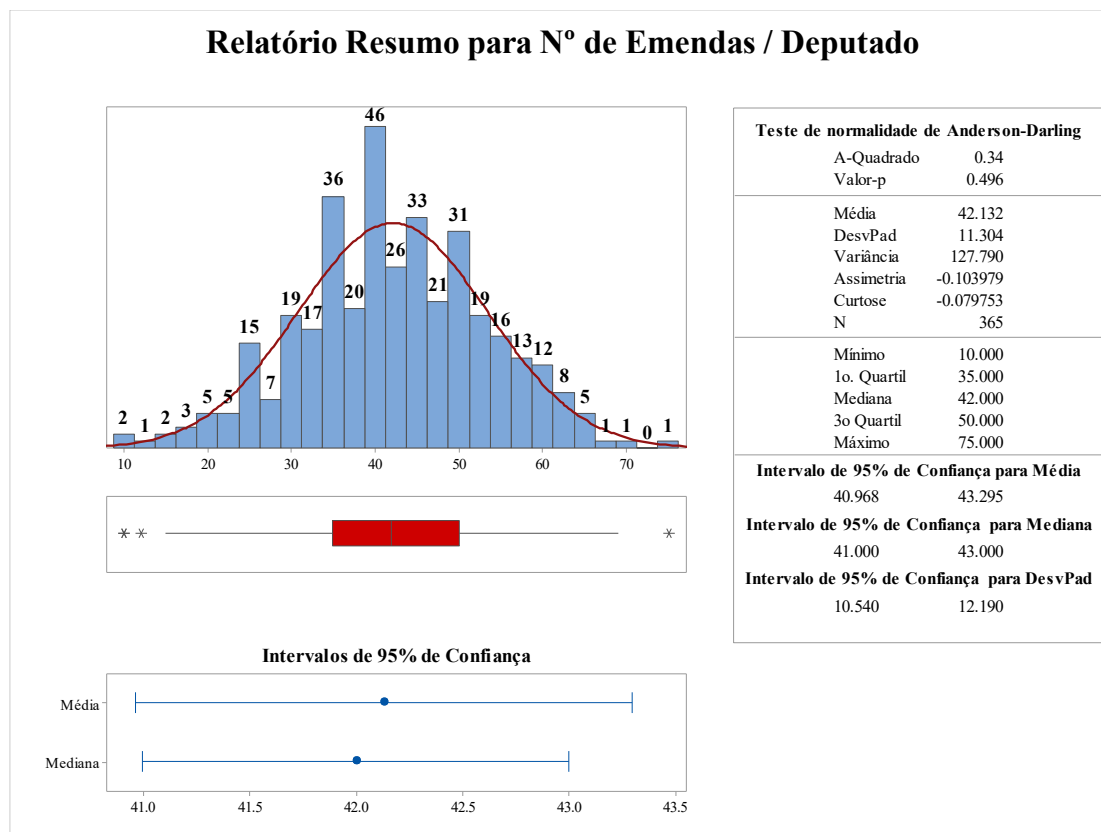
Durante o período analisado, o parlamentar poderia aprovar a quantidade máxima de 75 emendas, ou seja, até 25 emendas por ano no exercício do mandato. No Gráfico 3, apresentamos um resumo da distribuição das emendas individuais entre os parlamentares durante a 54^a legislatura, onde podemos observar a variação ao longo do período analisado. O número de emendas aprovadas pelos deputados variou de 10 a 75, com média de 42 emendas. 75% dos deputados aprovaram até 49 emendas, e somente 25% aprovaram entre 50 a 75 emendas, grupo este considerado excepcional. Não houve variação substancial entre a média e a mediana, e a distribuição dos dados apresentou um nível de significância de $p\text{-valor} > 0,05$, indicando que os dados

¹⁰ Em valores atualizados para janeiro de 2019, os 15 milhões representam 22,4 milhões em 2012, 20,7 milhões em 2013 e 19,7 milhões em 2014.

¹¹ O Bloxplot é necessário pela alta variabilidade dos dados em nossa base e para avaliar a existência de *outliers* (valores extremamente altos ou baixos), valores estes que são muito afastados da grande maioria dos dados.

seguem uma distribuição normal. Os dados descritivos analisados até o presente momento constataram que as emendas individuais valorizam a atuação do parlamentar, pois, de fato, os parlamentares se empenham em participar da execução orçamentária e financeira da União.

Gráfico 3. Distribuição média do número de emendas apresentadas por deputado durante a 54^a legislatura



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022).

O EFEITO ELEITORAL DAS EMENDAS NO DESEMPENHO DO PARLAMENTAR

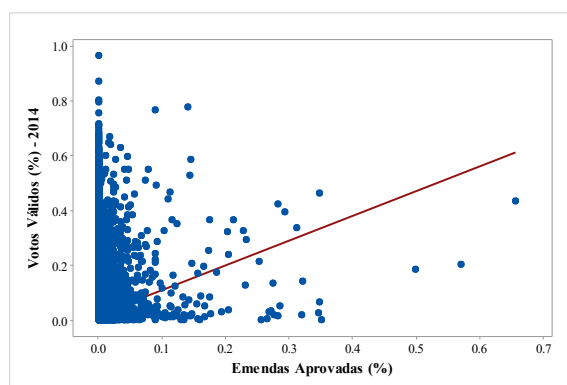
No intuito de testar o efeito eleitoral das emendas no desempenho do parlamentar, foram avaliadas as emendas parlamentares ao orçamento federal apresentadas no interior da 54^a legislatura (2012, 2013 e 2014). Inicialmente, verificamos se existe relação entre o valor das emendas e os votos recebidos nos municípios para onde a emenda foi direcionada pelos deputados federais que participaram da 54^a legislatura da Câmara dos Deputados.

Para verificarmos se há diferenças de associação de emendas e votos entre aqueles parlamentares que obtiveram êxito na sua reeleição e os que falharam, dividimos

nossa amostra em dois grupos: de candidatos reeleitos e não reeleitos. Nosso estudo classificou esta associação em três tipos principais: (i) entre 0,00 a 0,30 – a associação entre emendas e votação do deputado no município é fraca; (ii) entre 0,31 a 0,60 – a associação entre emendas e votação do deputado no município é moderada; (iii) entre 0,61 a 0,99 – a associação entre emendas e votação do deputado no município é forte.

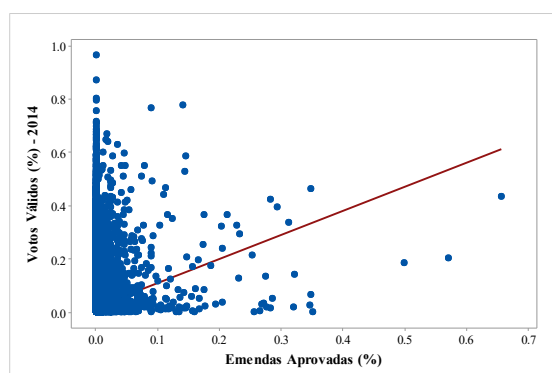
O resultado encontrado em nosso estudo é de $r = 0,485$ para os parlamentares reeleitos e $r = 0,513$ para os parlamentares não reeleitos. Isto quer dizer que possui uma correlação moderada e positiva nos dois grupos entre as variáveis *valores de emendas aprovadas* (x_i), representada no eixo horizontal, e *volume de votos* (y_i) no eixo vertical. Destacamos, ainda, que a correlação entre emenda e voto é suavemente superior entre os não reeleitos. Os Gráficos 4 e 5 mostram o diagrama de dispersão dos dois grupos de candidatos.

Gráfico 4. Relação entre emenda e voto dos candidatos reeleitos



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022)

Gráfico 5. Relação entre emenda e voto dos candidatos não reeleitos



Fonte: Elaboração própria com dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

Os gráficos acima confirmam a existência de um relacionamento linear e positivo entre as variáveis, porém essa correlação é dada de forma moderada para reeleitos e não reeleitos. A correlação entre os valores de emendas aprovadas e o volume de votos obtidos pelo parlamentar reflete a influência que as emendas possuem no resultado eleitoral do parlamentar; ou seja, garantir ao seu eleitorado recursos para a efetivação de políticas é uma importante estratégia eleitoral.

Esperávamos que a correlação no grupo de reeleitos fosse superior à dos não reeleitos, mas o fato de um candidato não conseguir se reeleger não tira o mérito das emendas como estratégia eleitoral exitosa. Outras variáveis explicativas, que não estão no nosso modelo, podem interferir nos resultados eleitorais dos candidatos, tais como o número de legislaturas anteriores em que o parlamentar teve mandato no Congresso Nacional, o pertencimento ao partido do presidente no período da eleição e os recursos de campanha que, por exemplo, podem determinar a reeleição do candidato.

Constatada a correlação positiva entre as variáveis, o próximo passo é encontrar a melhor equação que representa esses dados. Para isso, utilizamos a análise de regressão linear múltipla, técnica da estatística multivariada, cuja função consiste em relacionar uma variável dependente com um conjunto de condicionantes de outras variáveis independentes. O modelo elaborado para calcular essa relação é representado pela seguinte equação:

$$\text{Volume de Votos} = \alpha + \beta_1 (\text{Valor de Emendas}) + \beta_2 (\text{Reeleição}) + \beta_3 (\text{Mesmo Partido do Prefeito})$$

O volume de votos representa a variável explicada, que no nosso estudo é o total de votos obtidos pelos deputados federais nos municípios onde as emendas foram aprovadas entre as eleições de 2010 e 2014. O valor de emendas é a variável explicativa, que no nosso estudo são os valores das emendas aprovadas pelo deputado federal no município. A reeleição é variável *dummy*, igual a um se o deputado foi reeleito nas eleições de 2014, e zero, caso contrário. O mesmo partido do prefeito é variável *dummy*, igual a um se o partido do deputado é o mesmo do prefeito do município no período em que o parlamentar destinou as emendas, e zero, caso contrário.

Na regressão múltipla acima, a variável explicativa *emenda* interage com outras variáveis que influenciam a eleição do parlamentar. A intenção é analisar se o efeito das emendas aprovadas varia conforme características do parlamentar, se ele foi reeleito ou não, e características da destinação do recurso das emendas, se foi para

um município copartidário ou não. A Tabela 5 mostra que o valor de emendas aprovadas no município é positivo e estatisticamente significativo para explicar votos.

Tabela 5. Estimação do impacto das emendas sobre os votos dos parlamentares

Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão da estimativa	
1	0,470	0,221	0,221	1997,825	

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados Beta	T	Sig.
	B	Erro Padrão			
(Constante) Emendas	47,669	11,007		4,331	0,000
	0,003	0,000	0,468	198,101	0,000
Reeleição	195,281	12,507	0,037	15,614	0,000
Partido Prefeito	86,928	17,658	0,012	4,923	0,000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

O valor do *Beta* padronizado indica, no entanto, que a relação entre a variável *emendas* e a *média de votos* é relevante e positiva ($\beta = 0,468$; $t = 198,101$; $p < 0,005$), ou seja, as emendas aprovadas pelos deputados possuem um impacto maior na média dos votos desses parlamentares. Nesse sentido, é importante ressaltar que a variável *emendas* é relevante para compreender o aumento dos votos pelos deputados federais.

Quando se trata da variável *reeleição*, nota-se uma influência significativa na quantidade de votos também ($\beta = 0,037$; $t = 15,614$; $p < 0,005$). Isso reforça que as emendas individuais possuem um impacto maior nos votos recebidos pelos parlamentares que conseguiram êxito em sua reeleição. Com relação à variável *partido do prefeito*, a análise mostra que houve um efeito positivo e significativo ($\beta = 0,012$; $t = 4,923$; $p < 0,005$), indicando que os deputados enviam maior valor de emendas para municípios controlados por seu partido. Esses resultados reforçam a ideia de que as emendas aprovadas para prefeituras copartidárias são mais efetivas para a obtenção de votos, por esse motivo os parlamentares preferem enviar esses recursos para prefeituras dominadas pelo seu partido.

Os resultados do modelo de previsão confirmam nossa hipótese de que a variação dos votos dos deputados federais aumenta conforme a aprovação de emendas, e que o envio de recursos a prefeituras copartidárias exerce influência no incremento de votos para o parlamentar. Os dados apontam que as emendas, reeleição e partido do prefeito estão relacionados com os votos obtidos pelos parlamentares, o nosso valor do R^2 ajustado (0,221) indica que o conjunto dessas variáveis explica aproximadamente 22% da votação. Porém, torna-se necessário, para compreender os restantes 78% da votação do parlamentar, a investigação de outras variáveis que

influenciem diretamente a estratégia política para o deputado obter sucesso eleitoral, como pertencimento ao partido do governador/presidente, competição intrapartidária, força eleitoral anterior do parlamentar, dentre outras.

Desta forma, parece adequado atestar que o argumento distributivista funciona nessa legislatura para os parlamentares brasileiros. A literatura afirma que recursos provenientes das emendas individuais têm impacto sobre a reeleição dos parlamentares; nossos resultados confirmam, pelo menos em parte, esses argumentos e conclusões, principalmente do trabalho de Ames (1995, 2003), que chegou à conclusão de que a quantidade de votos que os parlamentares receberam em 1986 tem impacto não só sobre a conquista de votos nas eleições seguintes, mas, também, sobre o sucesso eleitoral do parlamentar que tentou a reeleição.

Conforme demonstra Sanfelice (2010), a entrada de novos competidores, a conjuntura econômica e política, características partidárias e a mudança na relação entre os candidatos e os eleitores, entre outros fatores, determinam o resultado final propriamente, que é ser eleito ou não.

Apesar de a emenda individual ser uma ferramenta importante para captar votos, essa gama de fatores pode se sobrepor ao efeito eleitoral das emendas. Além do mais, a autora afirma que as características pessoais do candidato são fatores importantes para a determinação dos votos do parlamentar, e essa importância pode ser considerada um reflexo do sistema eleitoral brasileiro de lista aberta.

AS EMENDAS E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Para testarmos nossa segunda hipótese, de que os parlamentares preferem os municípios mais pobres para conseguirem um retorno eleitoral mais elevado, uma vez que esses municípios dependeriam mais de políticas distributivistas (BONFIM, 2017), utilizaremos os dados socioeconômicos referentes aos municípios onde as emendas foram aprovadas, extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um valor que varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano da localidade. Aplicamos os dados referentes ao ano de 2010. O Quadro 1 apresenta as faixas de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Quadro 1. Faixas de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no Brasil

Faixa de IDHM	Nível de Desenvolvimento Humano
0-0,499	Muito Baixo
0,500-0,599	Baixo
0,600-0,699	Médio
0,700-0,799	Alto
0,800-1,00	Muito Alto

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

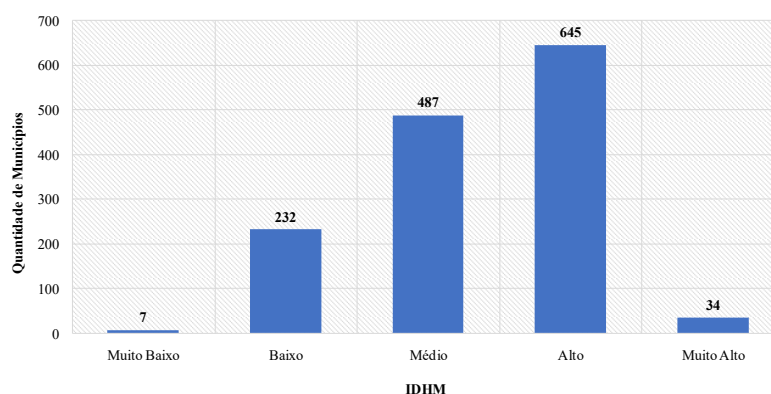
A Tabela 6 mostra a representação das emendas aprovadas nos municípios brasileiros, a partir do IDHM. Observa-se que a maioria das emendas foi aprovada em localidades que possuem o IDHM alto e muito alto. Em torno de 66% dessas emendas foram aprovadas nesses municípios.

Tabela 6. Emendas aprovadas nos municípios por grupos de IDHM (2012-2014)

Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios	% de Emendas Aprovadas
Muito Alto	9,82%
Alto	56,53%
Médio	24,78%
Baixo	8,74%
Muito Baixo	0,13%
Total Geral	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Entretanto, quando verificamos no Gráfico 6 a quantidade de municípios beneficiados não considerando o número de emendas aprovadas por município, o cenário é um pouco diferente.

Gráfico 6. Distribuição das emendas aprovadas considerando o total de municípios beneficiados e IDHM (2012-2014)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Siga Brasil (BRASIL, 2022) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Os municípios com IDHM muito baixo, baixo e médio beneficiados com emendas foram numericamente superiores aos municípios com IDHM alto e muito alto. As emendas beneficiaram 726 municípios com IDHM muito baixo, baixo e médio. Já na faixa dos municípios com IDHM alto e muito alto, foram contemplados 679 municípios. Apesar de os parlamentares terem destinado mais emendas em termos de quantidade, elas atingem um menor número de municípios. Localidades com IDHM muito baixo, baixo e médio possuem aproximadamente 34% de todas as emendas, porém alcançam maior número de municípios, pois elas possuem um caráter mais disperso.

Quando analisamos os dados de forma mais detalhada, percebemos que o baixo grau de dispersão das emendas aprovadas em localidades com IDHM muito alto e alto explica-se pelo fato de que grande parte dessas emendas se concentra em regiões metropolitanas e em grandes capitais. Em torno de 61% dessas emendas foram executadas em grandes centros urbanos.

Para testar nossa segunda hipótese de pesquisa, na Tabela 7 mostramos que não há um resultado estatisticamente significativo, não existe uma associação entre essas duas variáveis, existindo independência entre o número de emendas aprovadas e o IDHM dos municípios beneficiados com as emendas. Como o resultado da estatística foi $p\text{-valor} > 0,05$, não rejeitamos a hipótese nula, ou seja, não há evidências estatísticas da associação entre a variável *número de emendas aprovadas* e *IDHM*.

Tabela 7. Teste qui-quadrado

	Valor	gl	Sig.
Qui- Quadrado de Person	3,966	2	0,138
Razões de verossimilhança	3,948	2	0,139
N. de casos válidos	5517		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (BRASIL, [2022]) e Siga Brasil (BRASIL, 2022).

Para os objetivos deste trabalho, a relação apontada não oferece grandes explicações sobre a preferência dos parlamentares por destinar suas emendas a municípios pobres, pois a análise da distribuição de nossa amostra aponta a inexistência de predomínio dos municípios com menores índices de IDHM.

Percebemos que os municípios com IDHM alto e muito alto foram predominantes para o envio dos recursos pelos parlamentares, ou seja, pelo menos para a nossa amostra, não houve a confirmação de que os eleitores recompensam mais os deputados federais que aprovaram emendas em localidades com desenvolvimento socioeconômico baixo ou muito baixo. Mas porque os parlamentares não priorizaram

municípios pobres já que, como afirma Bonfim (2017), os eleitores votariam mais em parlamentares que executam emendas em municípios com desenvolvimento socioeconômico médio e baixo?

Uma explicação para isso é que parlamentares apresentam votação dispersa no distrito eleitoral, ou seja, terão muitos municípios para retribuir o apoio nas urnas, o que nos leva a inferir que os parlamentares utilizaram como estratégia pulverizar os recursos de emendas entre um maior número de cidades com diferentes índices de desenvolvimento socioeconômico. Logo, não é possível confirmar nossa hipótese de que os deputados federais aprovam suas emendas em municípios com menor nível de IDHM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando testamos a existência de uma relação linear entre emendas individuais e votos para os dois grupos de parlamentares componentes de nossa amostra, tivemos um resultado positivo e estatisticamente significativo tanto para o grupo de parlamentares reeleitos quanto para os não reeleitos. Após constatada essa relação linear entre os dois grupos, partimos para o modelo de regressão múltipla, no qual confirmamos que quanto maior os valores de emendas individuais aprovadas para o município, maior a votação do parlamentar. Em nosso modelo de análise, o valor do *Beta* padronizado indicou que a relação entre a variável *emendas individuais aprovadas* e a *média de votos* é relevante e positiva, ou seja, esses recursos são importantes para a reeleição do deputado; contudo, não são os únicos capazes de obter benefícios eleitorais.

Os resultados dessa primeira hipótese estão alinhados com a literatura que considera que as emendas individuais são elementos centrais para o bom desempenho dos deputados federais no Brasil, e, sem dúvida, são uma ferramenta importante para a reeleição dos parlamentares. Isso não significa que somente as emendas explicam a reeleição; uma série de características dos parlamentares e da conjuntura política local deve ser levada em consideração, como, por exemplo, as estratégias de campanha do candidato, o financiamento obtido por ele, a ocupação do candidato em cargos anteriores, entre outros. Todas essas características são necessárias para a explicação do fenômeno do bom desempenho na reeleição do parlamentar.

Em nossos testes estatísticos, o modelo aponta que as *emendas*, *reeleição* e *partido do prefeito* estão relacionados com os votos obtidos pelos parlamentares; o nosso valor

do R^2 ajustado (0,221) indica que o conjunto dessas variáveis explica aproximadamente 22% da votação. Porém, torna-se necessário, para compreender os restantes 78% da votação do parlamentar, a investigação de outras variáveis que influenciem diretamente a estratégia política para o deputado obter sucesso eleitoral. Nossos achados nessa primeira hipótese se aproximam daqueles encontrados por Ames (1995, 2003) e Pereira e Rennó (2001, 2007).

Ao realizar os testes da segunda hipótese desta pesquisa, observou-se que a aprovação das emendas individuais não é realizada preferencialmente em municípios com menor nível de IDHM, e, conseqüentemente, o retorno eleitoral sobre os votos dos deputados federais nesses municípios não é superior aos municípios com IDHM mais elevado. Como nosso p-valor foi maior que 0,05, não rejeitamos a hipótese nula, ou seja, nosso teste estatístico não encontrou associação entre o número de emendas aprovadas e o IDHM.

Nossos resultados estão na contramão da visão comumente empregada de que parlamentares buscariam os municípios mais pobres porque nestes o retorno eleitoral seria mais fácil de ser captado. Quem representa bem essa vertente é Bonfim (2017), visto que o autor afirma que os eleitores recompensam mais os deputados federais que executam emendas em localidades com desenvolvimento socioeconômico médio e baixo. Comparar a média dos votos dos deputados que aprovam emendas em municípios com IDHM muito baixo e baixo com aqueles que não aprovam nesses mesmos municípios, daria robustez aos resultados.

A nossa terceira hipótese, após a análise da regressão múltipla, foi confirmada, pois a variável *partido do prefeito* teve um efeito positivo e significativo no modelo. Os parlamentares na 54^a legislatura apresentaram mais emendas para os municípios em que as prefeituras são controladas por partidos que fizeram coligação com o partido do parlamentar autor da emenda. Uma justificativa para esse fato acontecer é que os prefeitos são atores políticos fundamentais para a construção de candidaturas vitoriosas nas eleições para deputado federal, eles que fazem a intermediação do crédito da obra ou serviço prestado aos municípios onde foram utilizados recursos de emendas individuais dos parlamentares.

A cooperação e articulação entre esses dois atores dentro da organização partidária é um elemento central da competição eleitoral, de outro modo, os prefeitos são demandantes de políticas distributivistas de caráter localista. Deste modo, há mais uma evidência de conexão intrapartidária na arena eleitoral. Esse resultado acaba por

ratificar argumentos e conclusões de trabalhos empíricos de parte da literatura em Ciência Política, apresentados por Barone (2014) e Baião (2016).

Esta pesquisa ofereceu mais uma contribuição para agregar novas informações sobre o funcionamento da relação entre políticos e eleitores diante das emendas individuais. A análise construída aqui indica que as emendas individuais sozinhas não são capazes de explicar todo o volume de votos dos deputados federais recebidos nas eleições de 2014. Porém, elas são uma ferramenta importante para a maximização de votos do parlamentar nas localidades onde são aprovadas. Além disso, servem para fortalecer a relação entre deputados e prefeitos onde há ganhos mútuos, em que o parlamentar consegue reclamar os créditos por suas obras, enquanto os prefeitos também se aproveitam das obras realizadas com recursos de emendas individuais destinadas por deputados, provavelmente contribuindo com as campanhas desses deputados.

SOBRE OS AUTORES

Carlos Eduardo Bandeira dos Santos: Doutorando em Desenvolvimento Econômico Regional no Programa de Pós-Graduação em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); mestre em Ciência Política pela UFPA; especialização em Contabilidade e Controladoria Pública pela Faculdade Estácio de Belém; graduação em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia. Contador da UFPA.

Maria Dolores Lima da Silva: Possui mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. É professora associada da Universidade Federal do Pará, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Rodrigo Dolandeli dos Santos: É doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Graduação e Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP). Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP/UFPA).

Carlos Augusto da Silva Souza: Possui mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), professor/pesquisador da Universidade Federal do Pará, onde atua no curso de Ciências Sociais e no Programa de Mestrado em Ciência Política. Apresenta interesse nos seguintes temas de pesquisa: democracia, sistemas eleitorais e partidários, competição política, geografia eleitoral, financiamento de campanhas, minorias e grupos de interesse nas eleições.

REFERÊNCIAS

1. AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
2. AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, v. 39, n. 2, p. 406-433, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2307/2111619>
3. AMES, Barry; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Famintos por pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: POWER, Timothy; ZUCCO JUNIOR, Cesar (Orgs). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
4. AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa do Congresso. Entre a Paróquia e a Nação. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
5. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Consulta*. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em: 06 mar. 2023.
6. BAIÃO, Alexandre L. *Emendas orçamentárias individuais: efeitos eleitorais, condicionantes da execução e qualidade do gasto público*. 2016. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.
7. BARONE, Leonardo S. *Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional*. 2014. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.
8. BONFIM, Raul. *Emendas individuais e conexão eleitoral no Brasil (2006-2010)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.
9. BRASIL. *Siga Brasil [base de dados]*. 2022 [atual]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em: 06 mar. 2023.
10. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Portal de dados abertos do TSE*. [2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 06 mar. 2023.
11. FIRPO, Sergio; PONCZEK, Vladimir; SANFELICE, Viviane. The relationship between federal budget amendments and local electoral power. *Journal of Development Economics*, v. 116(C), p. 186-198, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdevec.2015.04.005>
12. LAGO, Ivann; ROTT, Edeimar. Conexão eleitoral e reeleição entre deputados federais do sul do Brasil / 1998-2010. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 49, p. 139-156, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100008>
13. LANCASTER, Thomas D. Electoral structures and pork barrel politics. *International Political Science Review*, v. 7, p. 67-81, 1986. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1600916>. Acesso em: 23 mar. 2023.
14. LEMOS, Leany Barreiro de S.; RICCI, Paolo. Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: o antes e o depois das eleições. In: POWER, Timothy; ZUCCO JUNIOR, Cesar (Orgs). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
15. LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, p. 44-67, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100002>
16. MESQUITA, Lara. *Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados brasileira*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
17. PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400010>
18. PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 44, n. 2, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>

19. SANFELICE, Viviane. *Determinantes do voto para deputado federal: relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) –Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

Submissão em 20 de outubro de 2022.

Aceito em 01 de março de 2023.

